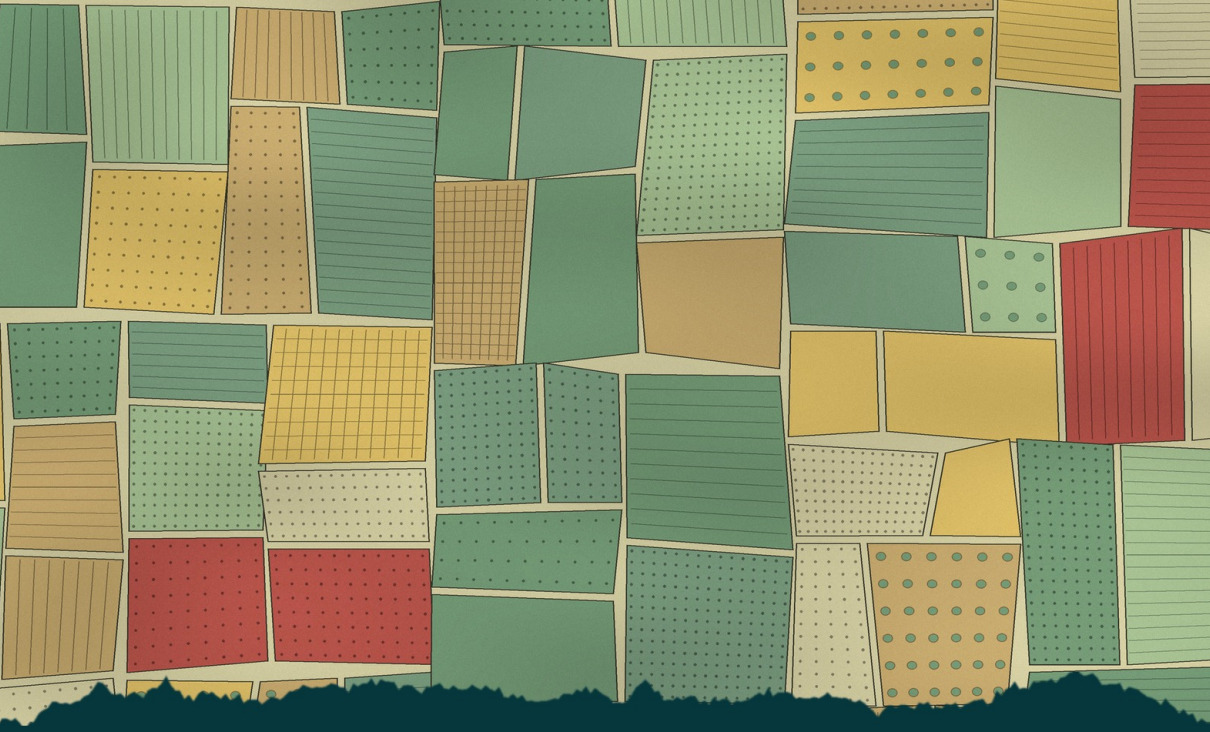


RURALIDADES PLURAIS

uma história agrário-rural da América Latina

Karen Souza da Silva
María Verónica Secreto
Vanderlei Vazelesk Ribeiro
(Orgs.)

DEBULHAR

RURALIDADES PLURAIS

uma história agrário-rural da América Latina

Karen Souza da Silva
María Verónica Secreto
Vanderlei Vazelesk Ribeiro
(Orgs.)

DEBULHAR

Copyright © 2026 – Karen Souza da Silva, María Verónica Secreto, Vanderlei Vazelesk Ribeiro (Orgs.)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

R948 Ruralidades plurais: uma história agrário-rural da América Latina [livro digital] / Karen Souza da Silva, María Verónica Secreto, Vanderlei Vazelesk Ribeiro (orgs.). – 1. ed. – Teresina: Debulhar, 2026.
367 p.: il.: e-book.; PDF.

Vários Autores

ISBN 978-65-82009-30-3

1. História Geral 2. História Agrária 3. História Rural Latino-americana 4. Trabalho Escravo 5. Política 6. Economia 7. Território 8. Colonização – Brasil I. Silva, Karen Souza da II. Secreto, María Verónica III. Ribeiro, Vanderlei Vazelesk IV. Título

CDD – 909

Editor
Márcio Douglas de Carvalho

Ficha Catalográfica
Larissa Andrade, CRB – 3/1179

Estágio editorial
Caio Felipe Rodrigues

Capa
Alexandre Mesquita

Projeto gráfico e diagramação
Antonio Soares

Conselho Editorial
Andreia Rodrigues de Andrade
Antonio Michel de O. Miranda
Deilson do Carmo Trindade
Eduardo Marandola Júnior
Eva P. Bueno
Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Francisco Gleison da Costa Monteiro
Francisca Verônica Cavalcante
Guilherme Gonzaga Bento
Johny Santana de Araújo
Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Rômulo Luiz Xavier
Sandra Augusta de Melo
Thiago Alves Dias
Túlio Henrique Pereira
Vanessa Soares Negreiros

DEBULHAR

CNPJ: 67.929.300/0001-20
www.editoradebulhar.com.br
debulhar@editoradebulhar.com.br
(86) 98147-8117

Sumário

6 Introdução - Ruralidades Plurais: Uma história agrário-rural da América Latina
Karen Souza da Silva; María Veronica Secreto; Vanderlei Vazelesk Ribeiro

18 Planejando a "crise" da escravidão a partir das "últimas vontades" (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1888)
Felipe de Melo Alvarenga

44 Outros trabalhos forçados na América Latina: práticas e debates
Norberto Ferreras

68 Latifundio, propiedad y reforma agraria durante el segundo batllismo en Uruguay (1948-1958). El caso de los campos de Antonio de Sousa Neto
Agustin Juncal

85 Conflictos en torno a los derechos de propiedad en contextos de "guerra civil". Buenos Aires, segunda mitad del siglo XIX
Fernanda Barcos

114 Mercado vs política. La propiedad en el XIX (Argentina)
María Verónica Secreto

132 Latifundio y desarrollo agrícola en la Argentina preperonista: una relación compleja (1920-1940)
Pablo Volkind

158 Terratenientes y renta agraria en Uruguay: una síntesis
Gabriel Oyhantçabal Benelli

176 El agua como factor fundamental del modelo vitivinícola mendocino: desarrollo, modernización y cambio estructural (1870–2000)
Juan Manuel Cerdá e Emmanuel Cicirello

196 O recalque da questão agrária e a Fazenda Sarandi
Débora Franco Lerrer

215 Nem tudo foram espinhos: sistema cooperativo durante o processo de reforma agrária peruano (1960-2020)
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

243 Ganadería y transformación del monte chaqueño: dinámicas ambientales, económicas y territoriales (1990–2024)
Adrián Gustavo Zarrilli

273 Das antigas freguesias rurais à Zona Oeste do Rio de Janeiro: regularização fundiária e mudanças no uso da terra em Guaratiba (séculos XX-XXI)
Maria Sarita Mota

301 Terras indígenas para colonização agrícola: permanência indígena e projeto de devassamento das matas (Pernambuco, 1860-1880)
Mariana Dantas

333 Proteína: Historia de una macromolécula en América Central durante la Guerra Fría
Wilson Picado-Umaña

358 Sobre os autores

365 Sobre o projeto

Introdução

Ruralidades Plurais:
Uma história agrário-rural da América Latina

Karen Souza da Silva
karens@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense –
Universidade Nacional de Quilmes

María Verónica Secreto
mariaveronica@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense – FAPERJ/CNPq

Vanderlei Vazelesk Ribeiro
vvazelesk@gmail.com
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO/CNPq

A história agrária e a história rural latino-americanas mantêm capacidade analítica e explicativa sobre o presente da região. Vários dos processos inaugurados no século XIX a partir do artefato "estado-nação" estão inacabados, seus efeitos são mantidos e renovados a cada embate da expansão da agricultura comercial, da exploração dos antigos ou "novos" minérios e das redefinições dos usos territoriais.

O "Encontro Sul-americano de Estudos Agrários e Rurais" é uma rede de pesquisadores que se reúne periodicamente para discutir resultados de

investigações individuais e propor agenda de pesquisa coletiva sobre: a manutenção e renovação dos significados da grande propriedade; os efeitos da concentração da terra sobre as populações originárias e sobre o trabalhador rural; as políticas públicas e a ausência delas; os processos de "modernização", as crises dos sistemas agrários e suas "transições"; a conflitividade pela posse da terra e o uso dos recursos naturais; as lutas dos sujeitos subalternos e os projetos alternativos.

O campo da história agrário-rural foi sendo desenhado a partir de diferentes contribuições. Nas três últimas décadas do século XX, a história agrária latino-americana juntou aos problemas locais métodos provenientes de diferentes escolas historiográficas e deu respostas sobre a origem do capitalismo na região; o funcionamento dos mercados, a formação econômico-social; o comportamento das classes proprietárias; a relação entre Estado e sociedade etc. O século XXI trouxe e intensificou a curiosidade científica e política sobre as motivações subjetivas da última década do anterior; a permanência e a emergência das identidades dos sujeitos subalternos do mundo rural (indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, mineiros etc.); os conflitos ambientais e, de forma mais ampla, a relação entre sociedade e meio ambiente e, ainda, novas reflexões sobre os processos de proprietarização da terra.

Há mais de 200 anos, David Ricardo formulava a teoria das vantagens comparativas, os (des) equilíbrios, que seguiram com o fim da Guerra Fria e a reconfiguração do comércio global e a guerra de tarifas, colocando novamente no centro do debate a questão da vocação primário-exportadora da América Latina (Ricardo, 2018; Klein; Pettis, 2020; Santana Suárez, 2018; Giarraca; Teubal, 2013). O universo rural volta a estar em foco através de temas como a estrangeirização da terra, relacionada ao *land grabbing* (Kato; Vicente; Leite, 2024), a exploração de "terras raras" (17 elementos químicos essenciais para a tecnologia moderna, incluindo motores de carros elétricos, turbinas eólicas, smartphones e equipamentos de defesa), os hidrocarbonetos e os conflitos pelo controle desses recursos, dos territórios e do Estado.

Toda história do tempo presente é a dos processos que nos trouxeram até aqui. Se a expressão "passados que não passam" se aplica a eventos traumáticos, como as experiências da escravidão, das ditaduras e dos autoritarismos, a história da concentração da terra e dos recursos naturais contém uma dimensão traumática na medida em que engendra as desigualdades sociais e ambientais que abalam a sociedade contemporânea, produzindo e reforçando exclusões. Por esse motivo, uma história agrário-rural na tripla especialidade de social, econômica e ambiental é urgente.

O percurso que vai do "Consenso de Washington" ao "Consenso da Descarbonização", passando pelo "Consenso das Commodities" mantém uma constante: a utilização extensiva dos recursos naturais dos países da América Latina. "Para que a China, os Estados Unidos e a Europa avancem em direção à desfossilização, novas zonas de sacrifício estão sendo criadas nas periferias globais" (Bringel; Svampa, 2023). Mas essa constante de "zonas de sacrifício" não é encontrada somente a partir do neoliberalismo de final do século XX (Consenso de Washington), ela também aparece, com variações, desde o início do século XIX, quando David Ricardo teorizou sobre as possibilidades de participar do comércio internacional sem a necessidade de se industrializar.

Reiteramos que os processos inaugurados no século XIX a partir do artefato "estado-nação" ainda estão em elaboração. Carlos Marichal teceu a relação entre a independência hispano-americana e um novo ciclo de exploração europeia sobre os antigos territórios coloniais. Em 9 de dezembro de 1824, os exércitos americanos e realistas se enfrentaram no Peru, na Batalha de Ayacucho, que representou o fim do domínio espanhol. Ao analisar a história da dívida externa na América Latina, Carlos Marichal diz que as notícias sobre Ayacucho chegaram à Inglaterra em fevereiro de 1825, um momento oportuno, pois um grande boom especulativo acabava de começar na Bolsa de Valores de Londres. Nesse contexto, novas empresas foram lançadas para explorar a lendária riqueza mineral do México, no Peru, na Colômbia e no Brasil. O mesmo autor diz que não se deve subestimar o peso

da América Latina no boom financeiro de 1824-25 (e da crise de 1825), que apresentou numerosas novas companhias no mercado para explorar recursos naturais (Marichal, 1988, p. 23). A frase atribuída a Gilberto Osório de Andrade, "Dir-se-ia que essa Amazônia prodigiosa, atordoante, nunca inspirou amor: só cupidez", poderia ser estendida a toda a América Latina.

Desde então, os países latino-americanos buscaram desenrolar suas potencialidades econômicas a partir de, praticamente, um único ativo: a terra. Antes que David Ricardo "gastasse sua prosa", a elite político-intelectual que emergia da guerra de independência estava convicta das vantagens da inserção comercial a partir de bens primários, mas não tinha outras opções. Buscou-se clarificar os direitos de propriedade e formalizar a multiplicidade de direitos que surgiram de diversos sistemas de distribuição de terra provenientes do período colonial e das primeiras décadas do período independente. Porém, a terra sem trabalho pouco valeria. O outro "ativo" sobre o qual se legislou foi a mão de obra. A escravidão e o trabalho indígena deviam derivar outras formas "baratas" de trabalho. Todo o processo no século XIX se fez emendando as instituições coloniais que tinham deturpado (sem negar totalmente) os direitos indígenas à terra. As instituições do século XIX encontrariam no XX, a partir da Revolução Mexicana, os limites que o direito social, timidamente em outros países, conseguia impor ao processo de absolutização da propriedade. Mas a racionalidade maximalista do lucro e ganho deixou suas marcas em todas as paisagens e todos os biomas.

Seguindo essas preocupações que dinamizam a rede de pesquisadores em história rural da América Latina, o livro reúne trabalhos no escopo das linhas que o antecedem. **Felipe de Melo Alvarenga**, no artigo *Planejando a "crise" da escravidão a partir das "últimas vontades" (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1888)*, analisa testamentos do período entre o congresso agrícola de 1878, em que os cafeicultores se queixavam da carência de alternativas para o trabalho escravizado, e a abolição da escravidão. A partir dos discursos e das estratégias patrimoniais e produtivas expressadas nos testamentos, Alvarenga expõe como essa classe imaginou seu futuro e buscou, através

de suas últimas vontades, governar as "vontades" de seus herdeiros, objetivando a reprodução social. Trata-se de uma abordagem original sobre a "transição", focando as estratégias de um setor da sociedade que, temendo as mudanças e enxergando-as como inevitáveis, encontrava no ato de testar a forma de proteger seu patrimônio após a morte.

Norberto Ferreras, em *Outros trabalhos forçados na América Latina: práticas e debates*, retoma o tema da "escravidão", ou melhor, do trabalho forçado após os abolicionismos. Parte da constatação de que, entre o final do século XIX e o início do século XX, apareceram denúncias sobre a situação dos trabalhadores nas áreas de extrativismo em toda a América Latina. Entre as denúncias mais conhecidas estão as apresentadas por Euclides da Cunha, Horacio Quiroga, John Kenneth Turner, Rafael Barret, Roger Casement, Juan Bialet Massé e José María Borrero. O capítulo de Ferreras se debruça sobre as formas que o capital teve para explorar a mão de obra e a "descoberta" das sujeições rurais por uma classe de intelectuais engajados.

Agustin Juncal analisa o patrimônio legado pelo general brasileiro Sousa Neto (1801 e 1866) em: Latifundio, propiedad y reforma agraria durante el segundo batllismo en Uruguay (1948-1958). El caso de los campos de Antonio de Sousa Neto. Suas herdeiras, latifundiárias ausentes que arrendavam as terras de "La Gloria", não chegaram a um acordo com o Instituto Nacional de Colonização (INC) quando este quis expropriar os 16 mil hectares em 1948. O conflito sobre o valor do imóvel colocou no cenário dois políticos do Partido Colorado durante o período de 1948-1950: Antonio Rubio (1882-1953), presidente do INC, e Javier Mendívil Mendilaharsu (1874-1953), representante legal dos herdeiros de Sousa Neto. As conclusões apontam para dois "tipos" ou modelos políticos: um orientado para a defesa do "bem público" e outro destinado a utilizar o Estado como instrumento para fins ou interesses privados.

Na perspectiva das transformações nos direitos de propriedade durante a segunda metade do século XIX, como parte do processo de expansão capitalista em escala global, **Fernanda Barcos** aborda, em *Conflictos en torno*

a los derechos de propiedad en contextos de "guerra civil". Buenos Aires, segunda mitad del siglo XIX, as políticas de desvinculação, clarificação de direitos e vendas privadas, que, como esclarece a autora, não eram uma novidade local, já que estavam presentes em grande parte da América Latina. A maioria das reformas em torno da "propriedade" foi promovida para estimular a economia e reorganizar tanto as instituições administrativas quanto as instituições repressivas, que buscavam estabelecer uma nova ordem. Durante a década de 1850, quando existiam dois estados paralelos na atual Argentina: o Estado de Buenos Aires e a Confederação Argentina, cada um com sua própria organização constitucional, houve diferentes soluções para os direitos proprietários. O artigo aborda esse processo para a província de Buenos Aires na segunda metade do século XIX. A autora toma o tópico da "guerra civil" como estado de exceção em relação à propriedade privada. Destaca que a historiografia especializada passou a compreender esse período como uma mera pausa em um processo de unificação e teve dificuldade para tratá-lo em sua especificidade como entidade distinta. À medida que o conhecimento sobre o período se expandiu, novas questões surgiram, especialmente no que diz respeito aos direitos de propriedade nesse contexto de fragmentação territorial e guerra civil.

Em perspectiva semelhante, **Verónica Secreto**, em *Mercado vs política. La propiedad en el XIX (Argentina)*, aborda, a partir do marco das revoluções atlânticas como promotoras do individualismo possessivo e da propriedade *desamortizada*, o percurso que a normativa e as práticas sobre os direitos proprietários teve a respeito de três mercadorias: as colheitas, os escravizados e as terras. A autora demonstra que a forma discursiva absolutizada foi politizada *stricto sensu*; e sua realização, postergada. A propriedade, no sentido positivo que se consolidava na segunda metade do século XIX, teve seus princípios filosóficos sujeitos às necessidades políticas e econômicas desencadeadas pela revolução da independência e pelos conflitos que se seguiram por décadas. A frase vertida pelo senador Alsina, em 1858, "Queremos poner término a los pleitos, queremos presentar al Estado de Buenos Aires

como legisladores, no como jueces", é ilustrativa do momento político-legislativo que serve como farol e fecho do artigo.

Pablo Volkind, em *Latifundio y desarrollo agrícola en la Argentina preperonista: una relación compleja (1920-1940)*, analisa a persistência e as transformações das estruturas de propriedade da terra na região dos pampas argentinos entre 1920 e 1940. Realiza um contraponto entre a existência de grandes propriedades e as condições de acesso à terra para pequenos e médios agricultores. Testa os limites das políticas favoráveis à redistribuição da terra da década de 1920, chegando à conclusão de que esse processo foi muito limitado. A análise se baseia no estudo de dois centros agrícolas na província de Buenos Aires especializados um no milho e o outro no trigo. Apesar das políticas de empréstimos hipotecários e da legislação sobre arrendamento rural, a estrutura de concentração da terra se manteve. A crise de 1929 criou situações ainda de maior precariedade para os lavradores de menores posses, levando a despejos e endividamento maciço, alimentando a reconcentração. O estudo demonstra, como diz seu autor, que o latifúndio foi uma característica estrutural que condicionou o desenvolvimento agrícola e as relações sociais rurais, lançando as bases para a mais profunda intervenção estatal do período peronista.

Gabriel Oyhantçabal Benelli, em *Terratenientes y renta agraria en Uruguay: una síntese*s, traz um tema clássico com uma abordagem renovada: renda agrícola e proprietários de terras no Uruguai nos últimos 150 anos. Salienta a centralidade da renda da terra para a compreensão da acumulação de capital em países exportadores de commodities primárias e, por outro lado, explica as características e a fisionomia dos proprietários de terras na estrutura social agrária contemporânea. A renda da terra é uma forma de mais-valia que remunera e molda uma classe social específica: a dos proprietários de terras. Essa forma de renda é particularmente relevante em sociedades cujo papel na divisão internacional do trabalho é caracterizado pela exportação de produtos agrícolas. Evidencia que a renda da terra, como fra-

ção do PIB, tendeu a cair no último século, refletindo sua importância decrescente na economia uruguaia. Pergunta-se: quem se apropria da renda agrícola? Ficou evidente que a renda agrícola é apropriada principalmente pelos proprietários de terras, dada sua condição de proprietários privados, e por outros atores sociais por meio de diversas políticas públicas, como o barateamento do dólar. Sua análise revela que a distribuição entre proprietários de terras e outros atores sociais se mantém aproximadamente igual ao longo do período. No entanto, é durante os períodos de expansão que a renda apropriada por outros atores cresce mais, e essa renda é transferida dos proprietários de terras para o restante da economia, principalmente por meio da taxa de câmbio sobrevalorizada, ou seja, pela compra de dólares mais baratos.

A longa duração na análise de Oyhantçabal Benelli evidencia aquilo que afirmamos nas primeiras linhas: a manutenção da capacidade explicativa da história agrário-rural para a compreensão do presente.

Juan Manuel Cerdá e **Emmanuel Cicirello**, em *El agua como factor fundamental del modelo vitivinícola mendocino: desarrollo, modernización y cambio estructural (1870-2000)*, abordam a longa tradição do uso da água e sua regulamentação na agricultura vitivinícola argentina na província de Mendoza. As videiras começaram a se espalhar por volta de meados do século XVI, quando ordens religiosas e pequenos produtores supriam as necessidades locais de vinho e uva-passa. No entanto, o crescimento decisivo só ocorreu no final do século XIX, quando, com o impulso do Estado-nação, da imigração europeia e da transferência de conhecimento e de variedades de uvas próprias para vinho, o setor se reconfigurou. O clima árido, os solos pedregosos e a disponibilidade de água dos Andes favoreciam essa produção. O crescimento da atividade foi condicionado pela gestão e distribuição da água, visto que esse era um recurso escasso em uma região semiárida. Mendoza foi o primeiro estado subnacional a regulamentar o uso da água, priorizando-a para a agricultura em detrimento do consumo humano. Os autores buscaram reconstruir as mudanças e continuidades na relação entre

água, atividade produtiva e consumo humano no percurso de mais de um século.

Débora Lerrer analisa a política agrária nos governos do PT, à contraluz da experiência prévia do PDT no Rio Grande do Sul (1962). Em *O recalque da questão agrária e a Fazenda Sarandi*, utiliza o conceito freudiano de recalque — isto é, o mecanismo de defesa inconsciente que afasta e mantém no inconsciente os pensamentos, os desejos ou as memórias intoleráveis à consciência — para se referir à questão agrária nas políticas petistas. Afirma que, ao optarem em não falar de reforma agrária e, ao mesmo tempo, fortalecerem economicamente o agronegócio, os quadros políticos do PT demonstraram a profundidade dos efeitos do recalque enraizado na repressão ativa por parte do regime militar. O trabalho explora o termo psicanalítico "recalque" para sustentar a hipótese de que a marginalização política da questão agrária brasileira é resultado do enquadramento de memória que se estabilizou a partir do Golpe de 64.

As demandas a respeito da terra e da organização da produção são tratadas em *Nem tudo foram espinhos: sistema cooperativo durante o processo de reforma agrária peruano (1960-2020)*, de **Vanderlei Vazelesk Ribeiro**. O capítulo aborda a atuação das cooperativas antes, durante e depois do processo de reforma agrária ocorrido no Peru entre as décadas de 1960 e 1990, desenvolvido em diversas formas pelo regime militar reformista entre 1968 e 1980. Analisa dois processos, o dos projetos cooperativos das lutas por reforma agrária e o do trabalho das cooperativas, inclusive no contexto da grave crise econômica da década de 1980 e da guerra civil entre o Estado e movimentos armados.

Adrián Gustavo Zarrilli, em *Ganadería y transformación del monte chaqueño: dinámicas ambientales, económicas y territoriales (1990-2024)*, introduz a perspectiva ambiental ao abordar as transformações de uma área de fronteira agropecuária na região do Gran Chaco. Seu capítulo analisa o papel da pecuária bovina como motor de mudanças territoriais, econômicas e ecológicas entre 1990 e 2024. O capítulo demonstra que a expansão dessa

atividade não foi somente resultado de ser "empurrada" pela agricultura, mas um componente estrutural da reorganização produtiva regional, convertendo o bosque nativo em paisagem produtiva e, portanto, motor da transformação ambiental.

Proteína: historia de una macromolécula en América Central durante la Guerra Fría, de **Wilson Picado-Umaña**, aborda, do ponto de vista ambiental e social, como o consumo de proteínas pelo ser humano impactou significativamente a biodiversidade, alterando os sistemas agrícolas, as paisagens e os ecossistemas em geral. Esse capítulo examina o consumo de proteínas na América Central entre 1950 e 1990. Este estudo tem como objetivo reexaminar a história da Revolução Verde sob a perspectiva da ingestão de proteínas e calorias, abordando as relações entre o chamado "melhoramento vegetal", a nutrição pública e suas implicações para a saúde humana e os impactos das políticas agrarias sobre os modelos econômicos.

Ainda em perspectiva ambiental, mas agora em um cenário muito diferente, **Maria Sarita Mota** traz: Das antigas freguesias rurais à Zona Oeste do Rio de Janeiro: regularização fundiária e mudanças no uso da terra em Guaratiba (séculos XX-XXI), no qual examina a reconfiguração recente de Guaratiba, no extremo oeste do Rio de Janeiro, com atenção às articulações entre permanências rurais, proteção jurídico-ambiental, pressão imobiliária e regularização fundiária. O cenário é de uma urbanização que não consegue eliminar as caraterísticas periurbanas de vida e uso da terra. A autora descreve um território rasgado pelos traços violentos de reclassificações sucessivas e de regimes concorrentes de regulação. O cenário que apresenta a autora é de uma área, a Zona Oeste do Rio, como área de superposições entre o mercado fundiário informal, a violência armada e a intervenção estatal. Desse conjunto de atores e ações que incorporam os moradores e as comunidades, a autora constrói um relato de história social embebida de análise jurídica e ambiental.

As transformações territoriais e as "reclassificações" também têm tratamento no capítulo de **Mariana Dantas**, que analisa a presença indígena em

um extinto aldeamento em: *Terras indígenas para colonização agrícola: permanência indígena e projeto de devassamento das matas (Pernambuco, 1860-1880)*. O aldeamento do Riacho do Mato, situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco, próximo à fronteira com Alagoas, foi criado em 1861 e extinto em 1873. Durante a seca de 1877-1879, esse lugar foi destinado para a Colônia Agrícola Socorro, com a finalidade de receber migrantes/retirantes. O principal objetivo do trabalho de Mariana Dantas é demonstrar a permanência dos indígenas no Riacho do Mato, mesmo após a extinção oficial do aldeamento. A autora trabalha com um sujeito invisibilizado. Como em outros lugares da atual região Nordeste do Brasil, o grupo não foi enxergado como coletividade diferenciada, mas isso não significou o desaparecimento dos indígenas. A presença indígena na área do antigo aldeamento é confirmada pela defesa do acesso à terra e às petições indígenas.

Esta coletânea evidencia a vigência da história agrário-rural para decifrar não só o passado, mas também o mundo que nos rodeia. Do ponto de vista temático, o campo está aberto e apresenta a mesma contiguidade e "contaminação" de problemas da paisagem agrária que encontramos lado a lado (com signos diferentes): comunidades tradicionais, empreendimentos de agronegócio, explorações mineradoras, explorações florestais etc.

Esperamos que o leitor encontre, nas páginas seguintes, análises que o ajudem a compreender o diverso mundo rural que não para de se transformar.

Referências

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Mariastella. Do "Consenso das Commodities" ao "Consenso da Descarbonização", **Nueva Sociedade**, 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/2crz7vkr. Acesso em: 27 fev. 2026.

GIARRACCA Norma; TEUBAL Miguel. **¿Reprimarización de la economía argentina**? Buenos Aires: Antopofagia, 2013.

KATO, Karina Y. M.; VICENTE, Jessica S.; LEITE Sérgio P. Estrangeirização de terras no Brasil contemporâneo: reflexões teórico-metodológicas e desdobramentos nos territórios. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 19, n. 57, p. 13-43, nov. 2024. Disponível em: https://observatoriodetierras.blogspot.com/2026/01/mapa-de-la-extranjerizacion-de-la.html. Acesso em: 26 fev. 2026.

KLEIN Mathew C.; PETTIS, Michael. **Trade wars are class wars**: how rising inequality distorts the global economy and threatens international peace. New Haven: Yale University Press, 2020.

MARICHAL, Carlos. **Historia de la deuda externa de América Latina**: desde la independencia hasta la Gran Depresión, 1820-1930, Alianza Editorial, México, 1988.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

SANTANA SUÁREZ, Néstor. ¿Reprimarización en América Latina?: efectos de la demanda china sobre el patrón exportador latinoamericano y las estructuras económicas internas (1995-2016), **Papeles de Europa**, v. 31, n. 2, 2018, p. 149-173.

Planejando a "crise" da escravidão a partir das "últimas vontades"
(Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1888)

Felipe de Melo Alvarenga
felipemelo24@ufrrj.br
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA

Resumo
Em julho de 1878, foi realizado o 1º Congresso Agrícola sediado no Rio de Janeiro, ocasião na qual os fazendeiros das províncias do Sudeste se reuniram para discutir a realidade agrícola de suas fazendas. A maioria das questões discutidas se referia ao problema da mão de obra, à "crise da lavoura cafeeira", à falta de capitais e créditos e às alternativas possíveis para o mercado de trabalho no contexto da crise. Discutia-se, ali, o que a historiografia chamou de "transição do trabalho escravo para o livre". Nesses termos, as falas dos congressistas foram analisadas pela historiografia preocupada em compreender a "mentalidade" senhorial durante a transição. Neste texto, mudaremos o enfoque analítico. Propomos um método que nos permita visualizar todo um movimento de formulação de projetos no tempo em que foram ensaiados na última década escravista, partindo da análise das "últimas vontades". Coletamos, de forma seriada, 210 testamentos entre os anos de 1878 e 1888 nos municípios de Valença, Piraí e Vassouras, para analisarmos as estratégias de cada senhor para lidar com a "crise" e a "transição". Nessa região, compreenderemos como foram idealizados alguns projetos envolvendo o capital e os bens móveis nos testamentos e identificaremos a forma como esses testadores buscaram legá-los aos seus parentes. Essa será a nossa estratégia analítica para descongelar os discursos do Congresso de 1878.
Palavras-chave: Congresso agrícola; projetos senhoriais; Vale do Paraíba; testamentos.

Introdução

Logo na primeira sessão de 8 de julho de 1878, o ministro da Agricultura, Visconde de Sinimbu, proferiu o seguinte discurso na abertura do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro:

> A verdade é que a crise da lavoura aí se manifesta com suas consequências naturais. Encará-la de frente, sem pensar por um só momento em voltar atrás, procurar os meios convenientes e eficazes para a debelar, reconstruindo a propriedade rural sobre as bases do trabalho livre, é esta, senhores, a nossa e a vossa principal missão. Nesse ponto todos estamos de perfeito acordo; é da maior conveniência que essa inevitável transição nas condições do trabalho se realize sem perturbação na ordem econômica. Começam, porém, as divergências, logo que se trata da escolha dos meios. Em geral, a fórmula se traduz pela aquisição de capital e de braços (Brasil, 1988, p. 128).

Evento decisivo nos períodos finais da escravidão no Brasil, o Congresso foi um momento ímpar na busca de soluções para a "crise da lavoura nacional" vista naquele momento pelos fazendeiros e senhores escravistas do Sudeste cafeeiro. As ideias sobre a decadência da agricultura na província do Rio de Janeiro, em especial, foram criadas a partir de uma crítica da estrutura agrária dominante no país, na qual seus principais elaboradores identificavam seus sintomas, suas causas e suas consequências para o futuro da fazenda de café (Santos, 1984, p. 68-69).

Contrastando com a "idade de ouro" vivenciada nos tempos de outrora (Ferreira, 1994, p. 15-30), políticos, fazendeiros e/ou senhores faziam diagnósticos sobre a realidade social do presente, espelhando alguns prognósticos (Koselleck, 2006, p. 79-94) para o futuro no qual a escravidão acabaria. Prenunciado esse fato, tentavam a todo custo controlar esse processo de "transição", garantindo a continuidade da produção cafeeira e da mão de obra que deveria ser explorada de forma disciplinada para que a ordem social não fosse abalada de forma abrupta e/ou revolucionária. Esses eram os anseios da elite senhorial para que o progresso do país fosse assegurado nessa

fase complicada da vida nacional. Para garantir a modernização da agricultura nesse período de "transição", era preciso "transformar para preservar" a exploração do trabalho nas grandes fazendas, na feliz expressão de Paulo Zarth (2002, p. 286).

Neste texto, buscaremos desvendar um pouco desse processo idealizado e projetado pela elite senhorial fluminense, focalizando as intenções e as últimas vontades dos fazendeiros de Piraí, Valença e Vassouras. Essa região pioneira assistiu à expansão e ao desenvolvimento da cultura do café no princípio do século XIX e foi exatamente nesse corredor cafeeiro onde primeiramente foi sentido e depois elaborado nas mentes senhoriais a "crise" da lavoura no final do Oitocentos.

Projeto idealizado

Acreditamos que os discursos proferidos nas Atas desse Congresso nos permitem acessar um registro congelado no tempo: tratava-se, apenas, do início da última década da escravidão no Brasil Império, e muita coisa poderia acontecer a curto e médio prazos. Em vista disso, procuramos outras fontes documentais para lidar com essa lacuna.

A resposta veio das últimas vontades senhoriais: os testamentos escritos antes da hora da morte desses fazendeiros. Procuramos nos arquivos todos os códices referentes a esse tipo documental. Ao todo, coletamos 210 testamentos referentes aos 3 municípios do Corredor Cafeeiro registrados entre os anos de 1878 e 1888. Desses, 47 eram do município de Piraí, 64 de Vassouras e 99 de Valença. Trata-se de testamentos cerrados, em sua maioria, traslados dos testamentos originais em contas testamentárias, testamentos nuncupativos e codicilos, principalmente. Frisamos que não tivemos a oportunidade de coletar aqueles testamentos transladados nos inventários *post-mortem*. Transcrevemos somente os códices identificados como "Testamentos" nos arquivos locais, coletando-os de forma seriada.

Além disso, é importante ressaltar que não estamos preocupados, neste estudo, em avaliar se as últimas e derradeiras vontades testamentárias foram materializadas na prática social ou não. Isto é, esta análise não se debruçará sobre a realidade da distribuição dos bens legados; no desrespeito e esbulho dos direitos de escravizados e libertos na garantia de suas terras, bens móveis e dinheiro doados por seus senhores; se as cartas de liberdade foram realmente emitidas depois das mortes dos testadores; enfim, nas lutas sociais e jurídicas envolvendo os legados entre os herdeiros reconhecidos nos testamentos e arrolados nos inventários *post-mortem*. Ou seja, não nos interessaremos na execução dos testamentos após a sua abertura e como as suas disposições afetariam a vida daqueles nomeados nas últimas vontades. Acreditamos que essas análises já foram produzidas pela historiografia, e seus resultados foram bastante promissores (Guimarães, 2006; 2009; Guedes; Rodrigues, 2015, p. 51-73, p. 75-106, p. 209-230, p. 255-286, p. 345-375).

Indo por outro caminho, buscaremos extrair dessas fontes os projetos senhoriais, as intenções dos fazendeiros, ou seja, a idealização de como deveria ser o processo da "transição" projetado por essa classe senhorial que já havia se reunido no Congresso Agrícola para debater tais questões. Tendo isso em vista, analisaremos, a seguir, os testamentos coletados nos arquivos e que reúnem um material significativo para as nossas propostas analíticas, focalizando, em especial, os legados monetários. Ou seja, como esses testadores distribuíram seus bens e seu capital, no formato de dinheiro, apólices ou bens móveis.

Antes de qualquer coisa, é preciso conhecer, primeiramente, algumas características dos testadores. Do total de 210 indivíduos, identificamos que a maioria provinha de Portugal (37%) , seguida por aqueles testadores que nasceram no Corredor Cafeeiro, distribuídos entre os municípios de Piraí, Valença e Vassouras (28%). Isto é, havia um equilíbrio entre as primeiras famílias de colonos e colonizadores do Vale do Paraíba originários de Portugal e uma segunda ou terceira geração de descendentes nascidos já nesta

região do Corredor Cafeeiro no final da década de 1870 e início da década de 1880.

Após essa maioria, teríamos 28 (13,5%) testadores vindos da Província de Minas Gerais, o que evidenciaria um tímido processo de movimentação da fronteira de ocupação para o sudoeste da Capitania e posterior Província do Rio de Janeiro ainda na primeira metade do Oitocentos; 19 (9%) eram migrantes internos, porque vieram de outros locais da Província do Rio de Janeiro, sendo 3 deles originários de outros municípios do Vale do Paraíba, tanto em sua zona ocidental como na oriental. E apenas 5 testadores vieram das outras províncias do Império, em especial São Paulo, Ceará e Bahia. De resto, teríamos 1 espanhol, 1 italiano, 1 alemão, 3 libertos vindos da Costa d'África que conseguiram testar suas últimas vontades e 15 testadores que não declararam sua procedência.

Apesar do grande número de europeus com uma maioria de portugueses testando suas vontades, identificamos 111 testadores brasileiros (52,5%) em relação aos 81 europeus (39%) e aos 3 africanos (1,5%); além dos 15 testadores (7%) com procedência desconhecida. Dos 111 testadores nacionais, 78 eram da província do Rio de Janeiro e 33 originários de outras províncias do Império do Brasil que migraram para o Corredor Cafeeiro. Pelos testamentos, notamos que a maior parte dos 78 portugueses era constituída por famílias que viviam há algum tempo nos municípios de Vassouras, Valença e Piraí. Apesar de muitos terem legado seus bens a parentes que ainda residiam em Portugal, essas disposições testamentárias foram secundárias em relação às heranças distribuídas deste lado do Atlântico. Nesse sentido, os dados demonstram que a maioria dos testadores já havia se estabelecido no Corredor Cafeeiro há algumas décadas e tinha suas fazendas e/ou negócios consolidados na região.

Tabela 1 – Procedência dos testadores no Corredor Cafeeiro (1878-1888)

Procedência do testador		Ocorrência	Percentual	Ocorrência	Percentual
Corredor Cafeeiro (Piraí, Valença e Vassouras)	Vassouras	37	18%		
	Piraí	16	8%		
	Valença	6	3%		
Total de testadores do Corredor Cafeeiro				59	28%
Outros municípios do Vale do Paraíba	Cantagalo	1	0,5%		
	Paraíba do Sul	1	0,5%		
	Barra Mansa	1	0,5%		
Outros locais da Província do Rio de Janeiro	Angra dos Reis	1	0,5%		
	Itaboraí	1	0,5%		
	Paquetá	1	0,5%		
	Corte	1	0,5%		
	Itaguaí	2	1%		
	Iguassú	6	3%		
	Sem local	4	2%		
Total de testadores da Província do Rio de Janeiro				78	37%
Província de Minas Gerais	São João Del Rey	13	6%		
	Outros	15	7%		
Província de São Paulo	Guaratinguetá	2	1%		
Total de testadores de outras províncias do sudeste cafeeiro				30	14%
Província do Ceará	Sobral	2	1%		
Província da Bahia	Sem Local	1	0,5%		
Total de testadores de outras províncias do Brasil				3	1,5%
Total de testadores brasileiros				111	52,5%
Europa	Portugal	78	37%		
	Espanha	1	0,5%		
	Itália	1	0,5%		
	Alemanha	1	0,5%		

Total de testadores europeus				81	39%
Costa d'África	Conquimá (Angola?)	1	0,5%		
	Sem Local	2	1%		
Procedência desconhecida		15	7%		
Total		210	100%		

Fonte: 210 testamentos coletados no AMJERJ/CCPJ, AMP e ETMP/IPHAN.

Outro ator de igual importância nos testamentos era o testamenteiro, aquele que seria encarregado de executar as contas testamentárias e de materializar as vontades daquele que testava. Identificamos que, em 41 testamentos (19,5%), foi feita procuração da parte dos testamenteiros para que outros indivíduos assumissem os pesados encargos que as contas testamentárias necessitavam. Em apenas 4 testamentos não houve a atribuição e aprovação de qualquer testamenteiro, e em 52 dos casos (25%) não foi possível aferir a relação estabelecida entre o testamenteiro e o testador. No entanto, percebemos que a testamentária era majoritariamente atribuída a parentes, porque, em 122 testamentos (58%), cônjuges, irmãos, filhos, netos, primos, cunhados, genros e sobrinhos assumiram a função de testamenteiros de seus falecidos entes. A despeito das 27 esposas, de 2 filhas e 1 irmã que assumiram a função de testamenteiras, notamos que essa era uma função eminentemente masculina nos testamentos coletados. Nos testamentos femininos, por sua vez, apenas 1 amiga foi encarregada de testamentária. Os homens da família eram os responsáveis pela preservação dos espólios e pela administração das últimas vontades dos mortos. Seguidos dos parentes consanguíneos, identificamos 32 amigos, coabitantes, sócios, afilhados, compadres e conhecidos que assumiram esses encargos.

Tabela 2 – Relação entre testador e testamenteiro no Corredor Cafeeiro (1878-1888)

Relação entre testador/testamenteiro	Ocorrência	Percentual	Ocorrência	Percentual
Constituíram procuradores	41	19,5%		
Sem testamenteiro	4	2%		
Sem relação	52	25%		
Cônjuge (marido)	23	11%		
Cônjuge (esposa)	27	13%		
Irmãos	16	7,5%		
Irmãs	1	0,5%		
Filhos	22	10%		
Filhas	2	1%		
Netos	3	1,5%		
Primos	4	2%		
Cunhados	2	1%		
Genros	16	7,5%		
Sobrinhos	6	3%		
Total de testamenteiros que eram parentes do testador			122	58%
Amigos	12	6%		
Coabitantes	4	2%		
Sócios	2	1%		
Afilhados	1	0,5%		
Compadres	5	2,5%		
Conhecidos (não consanguíneos)	8	4%		
Total de testamenteiros que não eram parentes consanguíneos do testador			32	15%
Total	210	100		

Fonte: 210 testamentos coletados no AMJERJ/CCPJ, AMP e ETMP/IPHAN.

Concluímos, portanto, que a família ganhava primazia no testamento e nas disposições *post-mortem*. Tal conclusão aproxima-se daquela ensaiada por Rodrigues (2005), que diz:

> A gradativa transferência da gestão do ritual funerário e dos cuidados com os sufrágios pela alma do testador ao testamenteiro (que, no mais das vezes, era seu familiar: cônjuge, filho, irmão ou pai) pode ser interpretada nesta lógica de que o esvaziamento do conteúdo soteriológico dos testamentos foi acompanhado da projeção da família na gestão do cenário mortuário que, até então, era ocupado pelo sacerdote e/ou pelas associações religiosas (tais como as irmandades), que serviam de interlocutores dos interesses do testador na salvação de sua alma. Interesse este que passou a ser dividido com os familiares e, progressivamente, foi canalizado para fins de transmissão de bens aos familiares, como foi evidenciado no testamento (Rodrigues, 2005, p. 333).

Para além da figura dos testamenteiros, também tínhamos os herdeiros do testador. Dividimos os herdeiros nas seguintes categorias: os herdeiros universais, normalmente quando os testadores só contavam com os cônjuges para legar seus bens; os herdeiros forçados (ascendentes ou descendentes), para os quais o testador deveria repartir os dois terços da meação, igualitariamente, a cada um dos seus avós, pais (caso os tivessem) e/ou filhos e filhas, netos e netas legítimos; herdeiros necessários, quando os testadores possuíam cônjuges e herdeiros forçados; e os herdeiros instituídos na redação das últimas vontades (sejam eles aparentados, não consanguíneos, filhos(as) naturais legitimados(as) e/ou até escravizados e libertos). Quando o testador não possuía herdeiros universais e/ou forçados, isto é, quando ele não possuía os herdeiros necessários, bastava apenas instituir seus herdeiros por testamento e legar seus bens sem interdições. Mas, quando os possuía, só poderia legar a terça dos bens em testamento.

Mais uma vez notamos a centralidade da família e do parentesco no reconhecimento dos herdeiros na prática testamentária: 75% dos testadores (157) legaram seus bens materiais aos cônjuges, aos herdeiros forçados e aos instituídos que tivessem relações consanguíneas com eles. Seguiram-lhes as 30 ocorrências envolvendo herdeiros instituídos não consanguíneos (14%), que englobavam os amigos, coabitantes, compadres e/ou afilhados de batismo ou crisma (aqueles que só contavam com o parentesco ritual com o testador). E em apenas 18 casos (8,5%) houve a legitimação explícita de filhos e/ou filhas naturais tidos fora do casamento conjugal abençoado pela

Igreja Católica. De resto, 5 testadores reconheceram como seus únicos herdeiros instituídos os escravizados e/ou libertos que viviam com eles.

Tabela 3 – Herdeiros dos testadores no Corredor Cafeeiro (1878-1888)

Herdeiros	Ocorrência	Percentual	Ocorrência	Percentual
Herdeiros universais – somente cônjuges (sem prole e sem os pais)	37	18%		
Herdeiros necessários – cônjuges com herdeiros forçados (ascendentes e/ou descendentes)	34	16%		
Herdeiros forçados – aqueles com ascendentes ou descendentes sem cônjuges (já falecidos)	45	21,5%		
Total de herdeiros necessários (cônjuges e herdeiros ascendentes e descendentes)			116	55,5%
Herdeiros instituídos e aparentados (irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, afilhados)	41	19,5%		
Total de herdeiros que possuem algum grau de parentesco com o testador, sejam eles necessários ou instituídos em testamento			157	75%
Herdeiros instituídos e não consanguíneos (amigos, coabitantes, compadres, afilhados etc.)	30	14%		
Herdeiros instituídos e legitimados (filhos e filhas naturais)	18	8,5%		
Herdeiros escravizados ou libertos instituídos	5	2,5%		
Total de testadores que não possuíam herdeiros necessários			94	45%
Total	210	100%		

Fonte: 210 testamentos coletados no AMJERJ/CCPJ, AMP e ETMP/IPHAN.

Ante todo o exposto, concluímos, a partir desses dados preliminares, que as disposições testamentárias daqueles que viviam há algum tempo no Corredor Cafeeiro eram direcionadas aos parentes na tentativa de proteger o patrimônio da família, buscando preservá-lo para garantir uma boa vida para os seus em um futuro próximo. Como bem expressou Giovanni Levi

(2000), em seu estudo sobre as práticas testamentárias do século XVII, a busca pelo controle das imprevisibilidades do presente informava as intenções dos testadores que almejavam a segurança em relação ao futuro para as gerações seguintes. Dessa forma,

> esta sociedade, como qualquer outra, é composta por indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento. Esta incerteza não deriva apenas da dificuldade em prever o futuro mas, também, da consciência de que dispõe de informações limitadas quanto às forças que operam no ambiente social no qual se deve agir. Tal sociedade não era, todavia, paralisada pela insegurança, hostil a qualquer risco, passiva ou enraizada sobre fatores imóveis de autoproteção. O aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança foi um motor potente de inovação técnica, psicológica e social e as estratégias nas relações, [...], foram parte das técnicas de controle do ambiente [...]. Foi dentro deste contexto que as formas de associação entre famílias se tornaram significativas como um dos elementos estratégicos para a criação de uma certa segurança (Levi, 2000, p. 104-105).

As preocupações escatológicas e soteriológicas foram postas de lado em um momento em que era preciso perpetuar a sobrevivência da descendência e, quando possível, da ascendência dessas famílias. Mesmo quando não se tinham herdeiros consanguíneos, esses testadores buscaram legar seus bens a pessoas conhecidas, dentro de um círculo social mais íntimo, que envolvia relações de amizade, compadrio, coabitação e negócios. Para avançarmos um pouco mais no panorama geral aqui esboçado, no entanto, é preciso conhecer a prática e as características desses legados.

Um dos legados mais significativos nos testamentos que analisamos foram aqueles referentes ao capital, isto é, dinheiro em réis, moedas de ouro que circulavam no Império do Brasil, e até moedas insulanas e portuguesas, direcionadas aos parentes e conhecidos dos testadores que viviam em Portugal. Além do dinheiro, teríamos também os bens móveis: roupas, mobílias da casa de vivenda, trastes, joias, pertences, instrumentos de trabalho e de lavoura, objetos e mercadorias das casas de negócios, dentre outros. Ao todo, foram 164 testadores (78%) que distribuíram seus capitais e bens móveis nos testamentos. A maioria desses (94%) priorizou o legado em dinheiro

vivo (moedas e cédulas), e apenas 32% legaram os bens móveis de seu pertencimento aos herdeiros arrolados.

Enquanto alguns testadores concederam 40 a 50 contos de réis, em dinheiro corrente, às filhas, como dote para seus casamentos, antecipando suas heranças legítimas, como o fez o comendador Joaquim José Gonçalves de Moraes; outros, por sua vez, repartiram seus bens móveis, objetos de casa, de "insignificantíssimo valor", aos seus poucos herdeiros em testamento. Esse foi o caso de Jeronima Maria do Espírito Santo, que deu as roupas de seu uso e do serviço de sua casa às mulheres pobres de Piraí que delas precisassem. Requeria também que vendessem sua casa de morada, com toda a sua mobília, para reverter a quantia dessa venda em dote para o casamento de Elvira, filha da sua ex-escravizada Joana. O pequeno negociante Antonio de Oliveira Freitas também não tinha condições de dar dotes tão expressivos como fez o comendador Gonçalves de Moraes ao presentear suas filhas. Por esse motivo, apenas concedeu aos seus irmãos os poucos bens que ainda restavam em sua casa de negócios. A liberta Isabel também só conseguiria doar os seus móveis da sua casa à liberta Suzana, uma antiga companheira de cativeiro, "como recompensa por ter sido [sua] enfermeira".

A maior parte dos legados monetários e bens móveis foi direcionada aos indivíduos livres. Em 99 testamentos (47%), os beneficiados foram os amigos, conhecidos, sócios e os afilhados de batismo e de crisma que não eram parentes consanguíneos dos testadores; 95 casos (45%) referiram-se aos testadores que beneficiaram os parentes consanguíneos do seu círculo familiar mais próximo ou daqueles que viviam distantes, em outras paragens do Império do Brasil ou do outro lado do Atlântico. Apesar de esses números serem bastante aproximados, é necessário frisar a diferenciação entre os parentes consanguíneos daqueles herdeiros não consanguíneos, porque percebemos uma hierarquia nos legados monetários. Embora o parentesco ritual criasse entre as famílias laços e relações sociais íntimas, identificamos que, na hora da escrita testamentária, nem todos recebiam os mesmos benefícios, pelo menos não equitativamente.

José do Espírito Santo, Manoel da Silveira Pereira e José Monteiro de Magalhães, testadores em Piraí, concederam 50$000 réis a cada um de seus afilhados, mas estes precisariam apresentar a certidão de batismo na hora que recebessem o benefício. Ou seja, para ganharem alguns poucos réis, seria necessária a comprovação do sacramento ministrado pela Igreja Católica. Em outros casos, os afilhados e as afilhadas que recebiam maiores somas de capital ou bens móveis de luxo, como joias, relógios de ouro, dentre outros objetos de valor, eram também sobrinhos e sobrinhas, ou netos e netas dos testadores. Não eram quaisquer afilhados; eram parentes de sangue também. Para estes, não seria necessária nenhuma certidão de batismo ou crisma para serem agraciados como os outros afilhados menos íntimos. Francisca Luiza de Jesus, por exemplo, fez questão de qualificar seu afilhado, João Querino da Rocha Werneck, como sobrinho na hora da redação de seu testamento, concedendo-lhe 5 contos de réis. Ao mesmo tempo que o fazia, doava apenas 100$000 réis a cada um dos afilhados que apresentassem uma certidão espiritual. Tratava-se de legados desiguais e hierarquizados, o que se refletia na demarcação de posições sociais para cada um dos herdeiros.

Legaram seus bens íntimos e alguma parcela de dinheiro aos seus escravizados, libertos, aos ingênuos que acompanhavam suas mães e aos filhos naturais legitimados 48 testadores (23%). Saturnino dos Santos Barbosa, por exemplo, legou 2 contos de réis ao filho da escravizada Joana, que deveria ser batizado com o nome de Sebastião na pia, e aos ingênuos Ludorjero e Clodoaldo foi concedida a mesma quantia para ser repartida igualmente entre eles. Além disso, direcionou 500$000 réis à Benedita, escravizada de Felipe Clemoradas, residente em Cantagalo, para a conquista de sua liberdade. Beneficiando escravizados, libertos e ingênuos aqui e acolá, outros testadores decidiram ser mais pragmáticos e generalistas: concederam uma quantia específica a ser repartida entre todos os seus escravizados equitativamente, como o fez José Ildefonso Pereira Lopes.

No entanto, o dinheiro e os bens móveis legados a escravizados e suas "crias" demonstrava a diferenciação social no interior do cativeiro (Mattos,

1997, p. 337-383; Guedes, 2008): escravizados qualificados como pardos, mulatos ou crioulos, em especial, e as cativas e suas crianças foram os mais beneficiados. Famílias escravizadas inteiras também foram contempladas, como na doação de 500$000 réis ao escravizado Damas, sua mulher Eva e a pequena filha, Nicoleta. Em outros casos, cativos com ofício especializado e que eram da confiança de seus senhores, como feitores, cozinheiros, capatazes e afins, ganhavam não só expressivas parcelas de dinheiro como também a liberdade testamentária. Esse foi o caso de Constantino, feitor, que receberia 500$000 réis "em atenção aos seus bons serviços" e que seria livre depois de servir à Viscondessa da Piedade, esposa do seu senhor, Manoel de Freitas Lemos, por 2 anos após a morte deste. Outros tiveram maiores regalias em dinheiro: Quintiliano, pardo, ganharia 8 contos de réis; Modesto e sua esposa, Vitalina, receberiam 4 contos de réis; João dos Santos seria beneficiado com 1 conto de réis; e Adão de Lima e Sabino, pardo, teriam de legado 500$000 réis cada um. Todos esses estariam livres após a abertura do testamento de Joaquim Mascarenhas Salter.

As preocupações soteriológicas também se fizeram presentes, visto que em 39 testamentos (19%) observamos alguns moribundos legando dinheiro e pertences a instituições religiosas e de caridade. Muitos eram membros de irmandades religiosas ou frequentavam igrejas e capelas próximas à sua residência. Outros recordaram-se das igrejas em que nasceram e se batizaram, e nas suas últimas vontades legaram moedas e réis que serviriam para a construção de sepulturas ou até para possíveis reformas destinadas ao melhoramento do lugar. Ana Luísa do Espírito Santo Vieira, por exemplo, desejava que fosse construído um modesto mausoléu no cemitério de Vassouras, para o seu enterro junto aos seus familiares já falecidos. Por isso, doou 1 conto de réis para tal empreitada. Além disso, ofertou as seguintes quantias: 400$000 réis à Irmandade de Nosso Senhor dos Passos de Valença, 100$000 réis à Santa Casa de Caridade de Valença, 400$000 réis à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, 100$000 réis à Santa Casa de

Misericórdia de Valença e 50$000 réis de esmola aos pobres que comparecessem às missas depois de seu falecimento.

Já o português Manoel da Costa Pinto e Silva recordou-se de onde veio e decidiu transferir os seguintes valores: 400$000 réis à Igreja de São Mamede da Vila Marim, 200$000 réis ao cemitério desta mesma freguesia portuguesa, 200$000 réis à Casa de Misericórdia em Portugal, 100$000 réis a serem repartidos com os pobres da freguesia de São Mamede da Vila Marim na ocasião de sua missa de falecimento, 1 conto de réis para cinco órfãos pobres de pai e mãe e que fossem residentes nessa mesma freguesia; e não se esqueceu também de presentear com um relógio de ouro o vigário Antonio do Vale Farias, que pregava por ali. Contudo, além de beneficiar os portugueses, esse testador lembrou-se também das instituições religiosas deste lado do Atlântico, decidindo doar: 200$000 réis à Casa da Misericórdia da cidade do Rio Preto de Minas Gerais e 200$000 réis a serem repartidos com os pobres desta cidade nas missas pós-sepultamento. Legou também 100$000 réis às Capelas do Divino Espírito Santo do Rio Preto, de Nossa Senhora da Conceição do Rio Preto, de Santo Antonio dos Pobres do Rio Preto e ao Cemitério de Nossa Senhora dos Passos do Rio Preto. Ou seja, além de transferirem bens materiais aos seus herdeiros, muitos desses testadores eram devotos e irmãos de diversas irmandades religiosas, igualmente beneficiadas nos últimos momentos de vida.

Importaram-se em encaminhar esmolas aos pobres e residentes em suas freguesias de origem ou de residência 43 testadores. Alguns doaram roupas e pequenos objetos, mas, na maioria das vezes, eram pequenas quantias de réis aos "miseráveis" que assistissem às missas de sepultamento dos falecidos. Os pretos que carregassem o caixão não ficariam de fora dessa atitude caritativa, como no caso de Felisbella Diniz Costa Valle, que concederia 5$000 réis a cada um dos pretos que a carregassem no funeral e 5$000 réis a cada uma das pretas que a vestissem na hora de seu sepultamento.

A escrita das derradeiras vontades também foi o momento utilizado pelos moribundos para acertar contas, cobrar dívidas, pedir perdão por algumas delas e encarregar os testamenteiros do pagamento de outras, antes ou durante a confecção das contas testamentárias e dos inventários *post-mortem*. Teríamos 24 credores nos testamentos, cobrando pequenas ou grandes parcelas de dinheiro de parentes, sócios, clientes e afins; e 40 devedores que tentavam se livrar das dívidas antes da hora de sua morte. No caso do alfaiate português José Barboza Giesta, identificamos que ele utilizou suas últimas vontades para cobrar as dívidas contraídas por diversos clientes seus. Os créditos cobrados eram referentes a peças de roupa, em sua maioria paletós, que confeccionou e vendeu a diferentes homens da cidade de Valença.

Em outras situações, o testador auxiliava os herdeiros endividados na tentativa de salvá-los da penúria econômica. A doação de dinheiro pela terça seria bastante estratégica, visto que os testadores avaliavam que os dois terços da meação repartidos igualmente entre os filhos não davam conta de reverter o quadro de falência de alguns deles. A terça seria utilizada para equiparar a situação econômica entre os herdeiros, como podemos ver neste trecho:

> Declaro com a mão na consciência que, dando maiores somas e dispendendo mais dinheiro por alguns de meus filhos, não o fiz por ter mais amizade a eles do que aos outros, nem por qualquer motivo de preferência. Foi sim unicamente, porque tendo eles caído em desgraça, ao passo que os outros se achavam em boas condições de fortuna, como bom pai, devia vir em seu auxílio, para salvá-los de completa ruína e talvez da desonra. Entendo que a igualdade que um pai deve observar para com seus filhos, não é a igualdade puramente aritmética, que muitas vezes na prática se converte em verdadeira desigualdade, mas sim aquela que, socorrendo e auxiliando os mais necessitados ou infelizes, procura restabelecer entre todos os irmãos a igualdade de posição.

O Barão de Vassouras, nesse caso, concedeu mais capital para beneficiar os filhos que passavam por dificuldades, na tentativa de equipará-los aos outros que tinham sua situação econômica mais estabilizada. Segundo Carlos Bacellar (1997), a terça "era grande o suficiente para deixar o beneficiado em

destacada situação econômica", porque era um instrumento "explicitamente previsto para privilegiar, segundo a vontade do testador, alguns em detrimento de outros. Sua concepção é clara, visando compensar o igualitarismo sucessório instituído pela mesma legislação". Depois de descontada a terça e pagas as dívidas do falecido, "o que restava dos bens era dividido entre todos os herdeiros, [sendo] a cada um destinada uma porção, a legítima", de valor idêntico. No momento do inventário *post-mortem*, os herdeiros prestes a falir já poderiam ter quitado suas dívidas. Isso não seria possível se coubesse a cada um deles o valor idêntico da legítima previsto pela legislação (Bacellar, 1997, p. 147-151).

Torna-se evidente a existência de um

> mecanismo que intervinha no seguimento do processo sucessório, desviando-se para rumos largamente inigualitários. Este mecanismo visava 'corrigir' os indesejados resultados da partilha impostos pela legislação então vigente (Bacellar, 1997, p. 147-151).

A cultura dessa "herança desigual" mascarava, na verdade, a preservação dos interesses familiares no tempo e a reprodução do patrimônio material e imaterial desses grandes senhores de capital, terras e homens (Pedroza, 2011, p. 87).

Além dessas atividades creditícias, identificamos outra estratégia senhorial utilizada no Corredor Cafeeiro. Tratava-se do recurso de compra e transferência de apólices e títulos da dívida pública, assim como de ações e letras hipotecárias, destinadas aos parentes dos testadores, em especial.

Tabela 4 – Legados monetários e bens móveis no Corredor Cafeeiro (1878-1888)

Capitais e bens móveis	Ocorrência	Percentual (total = 210)	Percentual (total = 164)
Total de testadores que legaram dinheiro/bens móveis	164	78%	100%
Tipologia dos legados em dinheiro/bens móveis			
Legado em dinheiro (em moeda corrente ou de ouro)	154	73%	94%

Legado em bens móveis (roupas, objetos, trastes, joias, pertences etc.)	52	25%	32%
Esmolas e caridade	43	20,5%	26%
Apólices/títulos da dívida pública, ações e letras hipotecárias	44	21%	27%
Créditos	24	11%	15%
Dívidas	40	19%	24%
Herdeiros dos legados em dinheiro/bens móveis			
Legado em dinheiro/bens móveis a escravos, libertos, ingênuos (filhos naturais)	48	23%	29%
Legado em dinheiro/bens móveis a parentes	95	45%	58%
Legado em dinheiro/bens móveis a não consanguíneos (afilhados não parentes e amigos, em especial)	99	47%	60%
Legado em dinheiro/bens móveis a instituições religiosas e de caridade	39	19%	24%

Fonte: 210 testamentos coletados no AMJERJ/CCPJ, AMP e ETMP/IPHAN.

Na última década da escravidão, esses grandes senhores estavam diversificando suas atividades econômicas na tentativa de proteger seu patrimônio material e seus capitais, transformando-os em apólices e ações bancárias que estariam asseguradas nos bancos. Em vez de continuarem investindo na produção rural e cafeeira, esses 44 (21%) testadores e testadoras priorizaram as atividades comerciais e financeiras: eram os chamados fazendeiros-capitalistas na terminologia de João Fragoso (2013, p. 129-156). Segundo este autor, essa nova elite controlaria as finanças do país, o que dava certo conforto e segurança a seus negócios, não mais ligados exclusivamente à escravidão. A condição de financistas (que lidavam prioritariamente com a mercadoria "dinheiro") fez com que eles se diferenciassem de seus pais e avós: não eram apenas donos de imensas fazendas escravistas que mantinham consignações com comissários e afins. "Como homens ligados a bancos, sendo mais preciso, a diversas instituições financeiras, eles estavam acima do comércio e do processo produtivo" (Fragoso, 2013, p. 176). Isso não quer dizer que eles

deixassem de ser cafeicultores de uma hora para outra. Segundo Marieta Ferreira (1977, p. 45), o que acontecia, na verdade, "é que os grandes cafeicultores acumulavam concomitantemente funções agrícolas e comerciais, o que lhes permitia exercer uma exploração sobre seus companheiros menos poderosos, donos de capitais médios".

Para Rodrigo Marreto (2019, p. 188-207, p. 460), que estudou a trajetória econômica do Barão de Nova Friburgo, seria necessário inverter o conceito anterior para alguns casos: o ideal seria capitalista-fazendeiro, porque muitos barões do café tiveram a formação e a reprodução de sua fortuna no tempo ligada, necessariamente, ao comércio, aos investimentos em obras públicas e transporte ferroviário, e à agricultura cafeeira e escravista em larga escala, controlando, inclusive, o mercado dos gêneros produzidos em suas fazendas. Em vez de estarem espelhando um ideal aristocrático e reproduzindo um projeto arcaico de ascensão social, esses grandes senhores escravistas e comerciantes agiam seguindo moldes capitalistas racionais e exploratórios, fortalecendo a instituição escravista dentro dos quadros do Estado nacional, que crescia a passos largos, atendendo perfeitamente ao mercado mundial e consumidor do café (Tomich, 2011; Marquese; Salles, 2016).

Em Vassouras, poderíamos exemplificar essa estratégia de conversão da fortuna em apólices legadas aos herdeiros nos casos do Barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, e no de Antonio Ribeiro Velho de Avellar, o Visconde de Ubá. O primeiro legou 400 apólices da dívida pública aos seus 6 filhos e ao genro Alfredo de Escragnolle Taunay, repartindo-lhes 50 títulos a cada um, no valor de 50 contos de réis, aproximadamente. Concedeu algumas apólices aos seus sobrinhos também. Toda essa quantia seria inscrita na Caixa de Amortização. Já o segundo legou 510 apólices da dívida pública aos seus filhos e às suas filhas. Alguns desses já haviam recebido, inclusive, por morte do seu avô, o Barão de Capivary, outras 70 apólices pela sua terça legada anteriormente. Com os 200 contos de réis que ainda restavam em sua conta no Banco do Brasil e outras 115 apólices que possuía, o Visconde de Ubá legaria a vultosa quantia de 825 contos de réis aos seus

herdeiros necessários, sendo que a maior parte dessa quantia já se encontrava convertida em títulos da dívida pública que renderiam mais dinheiro com os juros que se acumulariam com o tempo.

Enquanto alguns pequenos senhores e lavradores legavam os trastes, joias e a moeda corrente que tinham, na tentativa de oferecer apenas uma ajuda financeira aos seus herdeiros, outros, grandes capitalistas, asseguravam suas finanças e garantiam uma segurança patrimonial convertida em apólices e ações à sua descendência. Em muitos casos, cada apólice, no valor de 1 conto de réis, seria legada aos herdeiros coevos, que só poderiam usufruir dos juros mensais ou anuais aplicados aos capitais convertidos em títulos da dívida pública. A apropriação do capital integral das apólices, ou seja, o dinheiro que poderia ser usado livremente, pertenceria à segunda ou terceira geração. Essa era uma tentativa de controlar as imprevisibilidades futuras da vida econômica de uma família, na esperança de que os netos e a prole que viria fossem agraciados com um investimento seguro que lhes permitisse viver de maneira confortável. A incerteza quanto ao futuro era revertida com essas estratégias familiares de solidariedade econômica que melhoravam a previsibilidade dos fatos, para que os parentes não caíssem em ruínas fatais no tempo da "crise" (Levi, 2000, p. 162-168).

O português José Monteiro de Magalhães, residente em terras piraienses, decidiu adiantar-se financeiramente e confortar a sua família. Concedeu 5 apólices da dívida pública no valor nominal de 1 conto de réis às suas filhas legítimas, Guilhermina, Felisbina e Francisca. Esses títulos seriam inalienáveis, porque era de seu interesse reverter o capital aos netos e às netas que porventura tivesse. Outras 10 apólices, igualmente inalienáveis, seriam concedidas aos 3 filhos naturais de Joana, sua escravizada parda, passando essa quantia aos seus netos ou repartindo-se entre os filhos que sobrevivessem; 5 títulos seriam direcionados à mesma Joana, inalienáveis até a sua morte. Ela deveria prestar serviços ao testador ao longo de sua vida e logo depois seria livre. Seus 3 filhos, já batizados na Igreja, estariam libertos assim que o testamento fosse lido e aberto. Todos eles seriam beneficiados com terrenos com

cafezais, benfeitorias e uma casa de vivenda. Não podemos saber se os filhos naturais de Joana eram, na verdade, filhos bastardos do testador. De qualquer maneira, percebemos como os títulos da dívida pública foram utilizados para assegurar a vida e a sobrevivência dos seus no período considerado, sejam eles descendentes legítimos ou não.

Em outros testamentos, notamos que o capital convertido em apólices poderia ser utilizado para outros fins, como no investimento na educação de crianças e jovens. Maria Pereira da Silva Alves legou 9 contos de réis em apólices ao afilhado Antonio, cuja quantia seria empregada pelo seu testamenteiro para a educação do menino, até que chegasse à maioridade. Depois disso, Antonio teria a propriedade plena das apólices e do seu capital constituinte e, por sua morte, passaria esse legado a pertencer aos seus herdeiros. Letras hipotecárias e ações bancárias também foram largamente utilizadas nos testamentos. Plácido José de Almeida, residente em Valença, possuía 15 ações bancárias da Estrada de Ferro de Santa Izabel do Rio Preto no valor nominal de 3 contos de réis. Decidiu transpassá-las ao seu filho Plácido antes de sua morte. Já Francisco de Carvalhães Vaz decidiu utilizar as letras que possuía, no valor de 13:900$000 réis, para abater sua dívida com seu testamenteiro e amigo, Luiz de Sousa Guimarães.

Algumas famílias continuavam assegurando sua sobrevivência com suas fazendas produtivas e seus escravizados, e o dinheiro e os bens móveis possuídos poderiam ser legados aos herdeiros a curto e a médio prazo. Era uma estratégia senhorial mais pragmática, ligada a relações pessoais íntimas, desinteressada em relação à antecipação do que estava por vir. Como vimos, até mesmo alguns escravizados foram agraciados com o dinheiro dos seus senhores moribundos, sinal de gratidão pelos serviços oferecidos em vida ou na doença enfrentada pelos testadores. O final da escravidão estava próximo, mas nada impediria que esses pequenos e médios proprietários legassem os poucos bens móveis que tinham e os capitais que acumularam a seus conhecidos e familiares. Era a segurança possível a ser distribuída naquele momento.

No caso das 58 mulheres que legaram bens monetários, percebemos que os testamentos eram utilizados para doar dinheiro em réis ou moeda corrente, joias, objetos pessoais, móveis das casas de vivenda e esmolas aos pobres e desvalidos. O cuidado com a casa era essencial para a maior parte delas, assim como a tentativa de assegurar a reprodução material do cotidiano dos seus entes queridos. Nesses legados, podemos identificar também a hierarquia social entre os afilhados aparentados e daqueles que não faziam parte das famílias consanguíneas das testadoras, principalmente daquelas mais endinheiradas. E, apesar de mulheres pobres não terem tantos bens para legar, é possível visualizar um movimento de (re)distribuição de trastes, roupas e móveis da casa que poderiam ser úteis aos parentes, amigos e escravizados que, porventura, tivessem. Seus projetos singulares eram mais ligados à "sobrevivência do que a poupança", pois eram elas as responsáveis pela subsistência imediata das famílias, apesar da situação de marginalidade que enfrentavam (Dias, 1995, p. 77).

Já os grandes senhores decidiram jogar com outras cartas no final do Oitocentos. Suas fazendas e seus escravizados poderiam assegurar a sobrevivência da família por um tempo, mas acreditavam que seu dinheiro seria melhor protegido caso fossem convertidos em títulos, ações e letras hipotecárias. Por essa razão, a estratégia coletiva da classe senhorial, em especial dos testadores e dos homens, foi poupar nos bancos e nas caixas econômicas. O capital que passava de mão em mão poderia ser perdido, e a fortuna arruinada da noite para o dia. Até porque muitos fazendeiros contrairiam dívidas nos bancos a qualquer momento, caso continuassem investindo na escravidão que abarrotava suas fazendas com mão de obra escravizada e explorada. As terras precisavam de refertilização, e não mais havia matas virgens a serem apropriadas na fronteira — pelo menos no Corredor Cafeeiro. Dedicar-se ao comércio e às finanças, além de esperar que seus herdeiros fossem beneficiados e seguissem a carreira dessa nova geração da elite senhorial, foi a cartada final desses grandes fazendeiros-capitalistas (ou capitalistas-fazendeiros).

Fontes impressas

Atas dos Congressos Agrícolas de 1878

BRASIL. **Congresso Agrícola**. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878, com Introdução de José Murilo de Carvalho. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: https://archive.org/details/congragri1878josemur/mode/2up. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878 compreendendo os documentos relativos aos fatos que o precederam coligidos e publicados integralmente por deliberação do mesmo Congresso pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco**. Recife: Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879. Disponível em: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101057371070&view=1up&seq=5. Acesso em: 3 jan. 2022.

Fontes manuscritas

Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (AMJERJ/CCPJ)

99 Testamentos – Valença

Arquivo Municipal de Piraí (AMP)

47 Testamentos – Piraí

Escritório Técnico Médio-Paraíba do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ETMP/IPHAN)

64 Testamentos – Vassouras

Referências

ALVARENGA, Felipe de Melo. **De terras indígenas à princesa da Serra Fluminense**: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, Século XIX). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

ALVARENGA, Felipe de Melo. **Terra e trabalho na "crise" do Corredor Cafeeiro**: projetos senhoriais, crimes cotidianos e contratos de trabalho entre o final da escravidão e o pós-abolição (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1916). São Paulo: Hucitec, 2025.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista (1765-1855). Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

CARRARA, Angelo Alves. **A Zona da Mata Mineira**: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense – Niterói, 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro**: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Barões do café e sistema agrário escravista**. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). **Últimas vontades**: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

GUIMARÃES, Elione. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, 1828-1928). São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto**: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920). Niterói: Editora da UFF, 2009.

GUIMARÃES, Elione. Testamentos e prestação de contas testamentárias. *In*: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (org.). **Propriedades e disputas**: fontes para a história do Oitocentos. Niterói: EDUFF, 2011, p. 71-74.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Lélio Luiz de. A expansão cafeeira e o financiamento hipotecário: Sudoeste de Minas Gerais e Nordeste Paulista na Primeira República. **Nova Economia**, v. 31, 2021, p. 667-695.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. *In*: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 99-161.

MARRETO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista**: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c. 1829-c. 1873). Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, 483 fls.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-383.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa**: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870). Bauru: EdUsc, 2005.

OLIVEIRA, Thiago Alvarenga de. **A Caixa Econômica da corte**: desenvolvimento, centralização e expansão da poupança brasileira (1861-1889). Tese (Doutorado em História). Instituto de História – Universidade Federal Fluminense; Programa de Posgrado en Sociedad, Desarrollo y Relaciones Laborales – Universidad de Murcia, Niterói/Murcia, 2020.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Engenhocas da moral**: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SANTOS, Ana Maria dos. **Agricultural reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro (1870-1910)**. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade do Texas – Austin, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Família e herança no Brasil Colonial**. Salvador: EdUFBA, 2017.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: EdUSP, 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Outros trabalhos forçados na América Latina:
práticas e debates

Norberto O. Ferreras
norbertoferreras@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense
FAPERJ/CNPq

Resumo
Este artigo analisa as denúncias publicadas entre os séculos XIX e XX sobre a severa exploração dos trabalhadores rurais na América Latina, especialmente nas atividades extrativistas, agrícolas e pecuárias longe dos grandes centros urbanos. Autores e intelectuais de destaque registraram como a organização do trabalho nesses locais isolados dependia fortemente do poder coercitivo dos proprietários, operando à margem de contratos monitorados. Embora a produção passasse a se adequar ao capitalismo globalizado por meio de relações transacionais e busca por maior produtividade, o cenário no interior profundo era marcado pela ausência de um sistema real de assalariamento e pela permanência de formas servis. O texto destaca a surpreendente continuidade do trabalho forçado na exploração de novas commodities em regiões de fronteira, dinâmica que analistas como José Carlos Mariátegui associaram diretamente ao atraso das forças produtivas regionais. Intelectuais como Euclides da Cunha, Horacio Quiroga, John Kenneth Turner, Rafael Barrett, Roger Casement, Juan Bialet Massé e José María Borrero foram sensíveis às condições "desumanizantes" do trabalho rural.
Palavras-chave: trabalho compulsório; trabalho forçado; peonagem por dívidas.

Introdução

Entre o final do século XIX e o início do século XX, foram publicadas e noticiadas variadas denúncias sobre a situação dos trabalhadores em locais fora dos grandes centros urbanos, principalmente nas produções extrativistas em toda a América Latina. A exploração dos recursos naturais, a produção agrícola, pecuária e o extrativismo representavam os principais alvos das denúncias que se realizavam em artigos jornalísticos e ensaios evidenciando a exploração que sofria parte da população rural da América Latina. Entre as denúncias mais conhecidas estão as apresentadas por Euclides da Cunha, Horacio Quiroga, John Kenneth Turner, Rafael Barret, Roger Casement, Juan Bialet Massé e José María Borrero, para citar algumas das muitas denúncias apresentadas por jornalistas, militantes e reformadores sociais na forma de ensaios ou ficções.

Longe das capitais ou das grandes cidades, a organização da força de trabalho e a taxa de exploração não diferia de períodos anteriores em que dependia da capacidade coercitiva do dono do estabelecimento produtivo ou dos arranjos por ele estabelecidos. Porém, cada vez mais a produção se adequava ao capitalismo globalizado, e os trabalhadores negociavam a taxa de exploração pela via do aumento da produtividade utilizando novas maquinarias ou aumentando temporariamente o ritmo de trabalho em troca de benefícios circunstanciais. A relação era cada vez mais transacional, sem que possamos afirmar que se tratava de um sistema de assalariamento. Fora das cidades, em que os acordos e contratos podiam ser monitorados ou controlados, nas regiões afastadas ou no interior profundo, havia dependência da capacidade coercitiva dos proprietários rurais. Greves e revoltas eclodiram como resposta aos excessos sem beneficiar os próprios trabalhadores, sendo que as consequências de uma revolta individual ou coletiva podiam custar desde o banimento individual sem pagamentos dos proventos ou, simplesmente, a morte do revoltoso ou dos revoltosos.

Mesmo nesse contexto, o que surpreendia os analistas, fora de Cuba ou do Brasil, era a continuidade ou a intensificação de formas servis na organização da mão de obra. Ante a possibilidade de exploração de novas commodities em regiões de fronteiras e escassamente povoadas entrava em ação uma maquinaria de recrutamento e de organização da exploração humana e da natureza. O trabalho forçado entrava em cena.

José Carlos Mariátegui, na sua análise do caso peruano, vinculava a existência dos trabalhos forçados com o atraso das forças produtivas, devido à forma como os latifundiários utilizavam a mão de obra indígena, recorrendo a uma dupla exploração: classe e raça. Os trabalhadores da costa eram indígenas, africanos ou *coolies* chineses; e os patrões, europeus ou *criollos*. Depois do fim do tráfico de escravizados e com a contratação de chineses, muitos dos trabalhadores do litoral e dos vales chegavam das serras pelo sistema do *enganche* ou pelo *yanaconazgo*, estendendo as formas servis de controle da mão de obra e inibindo a existência de um mercado de mão de obra livre. Mariátegui via isso como uma continuidade das formas de produção feudais. No Brasil, esse tipo de exploração poderia ser considerado uma continuidade com as formas escravistas de organização da força de trabalho. Em um país com mão de obra com uma alta taxa de trabalhadores europeus, a explicação para a continuidade da exploração estava na origem mediterrânea desses trabalhadores. Poderíamos dizer que esse tipo de interpretação teve continuidade em vários debates sobre os modos de produção da América Latina. Se bem não é o caso de Mariátegui, os autores tendiam a responsabilizar os explorados pela sua exploração (Mariátegui, 2007, p. 71-75; Deustua, 2011, p. 181-188).

Mariátegui analisava a questão indígena, portanto sua preocupação estava centrada em analisar como se vincula com as variantes do trabalho forçado na América Latina. Aqui, apontamos para a construção de formas de exploração da mão de obra em um período e com circunstâncias específicas, como é a constituição de núcleos produtivos relacionados com a extração de matérias-primas factíveis de serem transformadas em commodities para

serem comercializadas no mercado mundial e os impactos que tiveram na população originária ou camponesa. Essa situação era analisada pelos autores mencionados no início deste artigo: militantes, escritores e jornalistas comprometidos com as causas sociais ou funcionários, todos eles partilhavam a crítica ao alto grau de exploração exercida em territórios afastados das capitais e fora do olhar dos Estados ou com a sua conivência.

Os explorados eram indígenas que habitavam a região ou trabalhadores rurais ou urbanos que, tentados com ganhos extraordinários, se aventuravam em terras sem Estado. Esses indivíduos eram levados aos locais de trabalho por meio de diversos graus de coerção ou com promessas, o que era suficiente para garantir uma mão de obra que mantivesse as grandes unidades produtivas em funcionamento. Os indígenas estavam compreendidos pelas normas gerais do Estado, porém não respondiam aos mesmos estímulos que aqueles que tinham atravessado o processo de proletarização. Era preciso que fossem vinculados ao mercado. Quando o Estado não age, os particulares geram as condições necessárias para a sua incorporação ao sistema produtivo, com presentes ou com a oferta de bebidas alcoólicas. Os camponeses que preferiam se manter à margem do mercado, continuando com tradições de autossubsistência e com vínculos esporádicos com o mercado, eram forçados a vender a sua força de trabalho pelo Estado ou pelos particulares, pela expropriação das terras comunitárias, alteração do meio ambiente no qual viviam ou violência. Dessa forma, abandonavam as suas formas tradicionais de organização do trabalho e de relacionamentos pessoais, familiares e econômicos.

Ainda durante o período em que a escravidão era legal, a recruta de trabalhadores era um grande problema em toda a América. A escassez de trabalho era crônica, mesmo naqueles países com importantes contingentes populacionais. Os trabalhadores deveriam ser mobilizados em direção aos locais em que havia demanda de força de trabalho. No Brasil, o fim da escravidão aumentou a procura por novas fontes de mão de obra ante uma pro-

dução crescente. A população camponesa do Nordeste, que por diversas razões poderia ingressar no mercado de trabalho livre, preferia migrar em direção à Amazônia em vez de ir para os cafezais do oeste paulista. Fosse por questões culturais, familiares ou econômicas, esses camponeses acompanhavam os padrões migratórios tradicionais em direção ao Norte, onde tinham redes de relacionamentos estabelecidas pelas cadeias migratórias existentes[1].

Na América Latina, deparamo-nos com uma grande diferença entre o mercado de trabalho urbano e o rural. México e Peru, possuidores de importantes contingentes de populações originárias, apresentavam particularidades relacionadas com a organização da mão de obra. Essas sociedades se caracterizam pela baixa incorporação de imigrantes e pelo envio de trabalhadores para outras regiões, como acontecia desde o período colonial. No México, por exemplo, as populações originárias estavam localizadas no centro-sul do país, mas os centros de mineração e a agricultura de exportação estavam localizados no Norte, enquanto a exploração de recursos florestais estava no Sul e Sudeste. No Peru, os grupos populacionais estavam concentrados nos vales e nas serras enquanto a demanda crescia no litoral. A questão era transferir trabalhadores de um local para outro.

As comunidades indígenas deveriam ser transformadas em provedoras de trabalhadores. O processo de proletarização dependia das formas preexistentes de obtenção de trabalho, começando pelas sociedades do período pré-hispânico e coloniais. Com o revigoramento da inserção das economias da América Latina no mercado mundial, ao longo do século XIX e início do século XX, a obtenção do trabalho estava restrita a duas possibilidades: a imigração ou a mobilização da população existente. Em alguns casos, os indígenas eram obrigados a vender a sua força de trabalho, principalmente

[1] Sobre essas migrações e as opções dos camponeses e do proletariado rural cearense, assim como as tentativas de mobilizar os trabalhadores nordestinos em direção à região cafeicultora, *cf*. Secreto, 2003, 47-65.

quando as formas de recrutamento tradicionais não garantiam a mobilização desses trabalhadores. É aqui que entra a questão do trabalho forçado na América Latina e a tentativa de ser considerado "trabalho indígena", ou seja, a mobilização de trabalhadores que não se integravam ao trabalho produtivo, entendendo como produtivo a produção de commodities.

Os países com alta taxa de população indígena optaram pela proletarização dessa população complementada por fluxos migratórios internacionais. Nesses países também foram contratados *coolies*, principalmente chineses ou das ilhas do Pacífico Sul, como complemento da força de trabalho, porém a opção principal estava na mobilização pela via do trabalho forçado ou obrigatório existentes desde o período colonial. Ao longo do século XX, os distintos governos alentaram ou combateram essas formas de incorporar a população nacional e estrangeira ao mercado de trabalho.

Muitas dessas formas de mobilizar trabalhadores dialoga com a história do trabalho do Brasil. Há uma tendência a pensar que todo trabalho forçado foi escravo e, portanto, todo trabalho compulsório está racializado. Essa é uma relação importante, mas não a única. Há outras realidades nos países das Américas, e ainda no Brasil, que devem ser consideradas porque nos permitem uma compreensão adequada dos fenômenos contemporâneos de exploração dos trabalhadores por fora do sistema legal e para além das denominações consagradas, sob termo "escravidão" e que não conseguem dar conta de outras formas de coerção. O uso do termo "escravidão" acaba mascarando outras realidades, principalmente no presente.

O trabalho compulsório ao qual nos referimos aqui recaiu sobre outros grupos étnicos ou sobre comunidades tradicionais, como acontecia nos seringais, na produção de erva-mate, na extração de madeira etc. Aqui apresentaremos brevemente duas das principais práticas de captação e fixação compulsória de trabalhadores na América Latina.

O yancanonazgo

Durante o século XIX, a forma de obter trabalho não remunerado e, muitas vezes forçado nos Andes, foi a dívida em sistemas conhecidos como *enganche* e *yanaconazgo*. A abolição da servidão indígena e da escravidão não garantiram o fim do trabalho forçado, com a dívida passando a ser utilizada de diferentes variantes, como os adiantamentos no momento da contratação e a obrigação dos trabalhadores de se prover de mantimentos nos barracões das plantações ou minas, o que era uma prática habitual no Peru. A fazenda andina convivia com as plantações do litoral e com a exploração extrativa na Amazônia. Nas três áreas nos deparamos com trabalhadores de diferentes origens. Na Costa, os trabalhadores afrodescendentes e chineses conviviam com indígenas e mestiços, porém na região andina prevalecia a mão de obra indígena, enquanto na Amazônia a força de trabalho estava conformada por migrantes de diversas origens, incluindo indígenas da região que eram capturados e obrigados a trabalhar. Em todos a dívida era central na sujeição dos trabalhadores.

A dívida atuava tanto como uma forma de incentivo quanto como uma tentativa de fixar a mão de obra. Para isso era utilizado o *tambo*, como era conhecido o sistema de endividamento de trabalhadores no Peru. No período incaico, os entrepostos de abastecimento utilizados para prover de mantimentos e abrigo as tropas e os funcionários em trânsito eram conhecidos como *tambo*. A palavra foi adaptada aos barracões das fazendas, em que os trabalhadores adquiriam alimentos, vestimentas e insumos para as suas atividades (Bauer, 1979, p. 38-40; Ploso, 1999, p. 118-119).

O sistema do *enganche*, como era conhecida a recruta pela via do adiantamento, era uma forma de controlar a mão de obra antes da coação. A escassez de mão de obra na *sierra* e na costa norte, região produtora de cana-de-açúcar e de algodão, dificultava o apelo à violência para recrutar os trabalhadores que moravam fora da região. O adiantamento era o incentivo ne-

cessário para conseguir novos trabalhadores. Ele era acompanhado de promessas de atendimento médico e pagamento do funeral, em caso de morte no local de trabalho, levando os indígenas a abandonarem voluntariamente as suas aldeias e se encaminharem às fazendas procurando ingressos extraordinários para as suas famílias.

O sistema envolvia a ação de agentes que conseguiam trabalhadores para as fazendas ou plantações. No início da cadeia de contratos estava o *enganchador*, engrenagem fundamental da maquinaria de transferência de trabalhadores temporários da *sierra* para as fazendas do litoral. O *enganchador* recebia por cada contrato assinado e pelas tarefas desempenhadas pelos seus *enganchados*, atuando como funcionário no sistema hierárquico da fazenda. Outras vezes, a recruta era realizada por funcionários do Estado nacional ou local, dando caráter oficial à sua tarefa. O *enganche* se tornou a principal forma de abastecimento de trabalhadores na medida em que diminuía a servidão por contrato, dadas as abundantes denúncias de maus-tratos sofridos pelos *coolies* (Brass, 1999, p. 182-202).

Ao final do século XIX, o *enganche* se impôs como a forma de recruta de operários para as fazendas, minas, a construção de estradas de ferro e os trabalhos de infraestrutura. Nesse contrato informal, as promessas do aliciador faziam parte do contrato entre as partes. Em um contexto de instabilidade dos preços das commodities, como foi o período anterior à Grande Guerra, esse sistema dava flexibilidade de contratação ao empregador, que podia se desfazer da mão de obra ou mantê-la quando existiam maiores necessidades de trabalho. Porém, o trabalhador não pretendia estabilidade, e geralmente o emprego temporário implicava um complemento dos ingressos em momentos de más colheitas ou de gastos extraordinários. O problema dos trabalhadores residia no fato de que, por serem empregos temporários, as possibilidades de organização diminuíam. Se houvesse aumento da demanda ou dos preços das commodities, as necessidades dos trabalhadores cresciam, e o *enganche* derivou da servidão por dívidas. Para induzir o candidato a assinar

os contratos, havia os adiantamentos em dinheiro ou o convite de bebidas alcoólicas.

A continuidade do fluxo de mão de obra das serras em direção aos distintos centros de demanda de trabalho sugere que os contratos de longa duração pela via do aliciamento enganoso foram a exceção, não a regra. Os indígenas e camponeses aceitaram ingressar no sistema para conseguir o dinheiro que faltava em uma economia desmonetizada. O dinheiro era utilizado para o pagamento de impostos ou de dívidas (Blanchard, 1979).

Outra forma de obter mão de obra foi o *yanaconazgo*, como era conhecida a oferta de terra para a produção familiar em troca da prestação de serviços ocasionais e durante a colheita. O *yanacona* vendia os excedentes da sua produção ao terratenente ou à companhia que administrava as terras, que, dessa forma, obtinha um lucro extra.

Yanacona é uma palavra quechua que designava a parceria. Esse sistema cresceu durante a Primeira Guerra Mundial, depois de uma forte ofensiva contra os arrendatários que, sem poder aceder à terra por contrato, passaram a estar em uma relação de dependência pessoal. Para o proprietário, foi uma forma eficiente de fixar o trabalhador diante da coerção ou da dívida contraída no *tambo*. O *yanacona* recebia como adiantamento a semente do algodão e devolvia em troca parte da colheita, vendendo o restante da produção ao fazendeiro a preços menores que no mercado. O fazendeiro garantia baixos salários para si; e, ao *yanacona*, o acesso à terra, que podia considerar sua. Isso mudava de local em local, mas no geral funcionava da forma descrita[2].

Essas formas de controle dos trabalhadores declinaram com a mecanização da costa norte do Peru, porque tornavam a produção do arrendatário em condições de dependência pessoal menos eficiente e com espaços de culturas para consumo pessoal. Aos poucos as formas tradicionais de captação

[2] O *Yanacona* também podia ser chamado de *compañero*, *chacarero* ou *sembrador*. Sobre o declínio desse sistema de arrendamento, *cf*.: Peloso, 1999, 82 e 210 a 213; Bauer, 1979, 51; Blanchard, 1982, 123; Carbajal; Matos Mar, 1974, 11-12.

de mão de obra foram substituídas pelo assalariamento, o que levou à abolição do *yanaconazgo* em 1947, lei que não foi acatada pelos fazendeiros, que continuavam com esse sistema. A aceitação da lei foi se impondo com a expansão da expropriação das terras indígenas e o crescimento da população, o que proporcionou novos trabalhadores assalariados, e o aumento dos protestos dos *yanaconas* (Peloso, 1999, p. 109-111; Davies; Thomas, 1973, p. 206).

A situação dos indígenas era mais difícil na Bolívia. Nesse país, a exploração da mão de obra indígena de forma compulsória continuou até o processo revolucionário de 1952, quando foi abolido o *pongueaje*, como era conhecida a parceria na Bolívia. Foi preciso haver uma revolução que fizesse uma reforma agrária em grande escala em 1953, para acabar com as prestações pessoais. Na Bolívia, que dependia muito mais da mineração do que da agricultura de exportação, procuravam-se formas de afixar a população indígena, e o *pongueaje* era um caminho adequado, sob pretexto da falta de produtividade do trabalhador indígena. Em Peru e Bolívia, o *pongueaje* também era conhecido como Huasicamia (Gotkowitz, 2007, p. 278; Mejía Fernández, 1950, p. 9).

O *pongueaje* e o *yanaconazgo* permitem compreender formas de controle da mão de obra consideradas servidão, mas, para os indígenas, possibilitavam a continuidade da vida comunitária para além do interesse do proprietário rural. Esses dois tipos de vínculos com os fazendeiros garantiam a utilização da terra, as formas tradicionais de produção e a vida comunitária ao custo de não poder abandonar a terra. A liberdade individual do camponês ficava em um segundo plano, a prioridade era a liberdade coletiva para a utilização da terra e a perpetuação da comunidade. Em muitas fazendas do interior do Peru, os próprios camponeses solicitaram os *tambos*, para evitar o deslocamento fora da fazenda, embora isso implicasse a exploração pelo consumo. Os *yanaconas* preferiam resignar os benefícios do assalariamento, para manter a comunidade unida. Em última instância, o fazendeiro contava com a força pública para controlar os camponeses (Martínez Alier,

1977, p. 67-90). A lógica era a da preservação da comunidade e dos territórios originários.

Analisando essas formas de trabalho por dívida, vemos que nem toda dívida pode ser considerada coerção e que podia representar uma forma de assalariamento. Alan Knight estabelece três tipos diferentes de dívida: A primeira é a dívida "como adiantamento", nesse caso significa uma forma de trabalho assalariado no qual o pagamento se realiza de forma integral ou parcial por antecedência, e não por serviço realizado ou por um período determinado. A utilização da violência excessiva pelo empregador podia ter como consequência a baixa da produtividade ou a fuga. O pagamento adiantado permitia garantir o sustento durante o contrato e dinheiro para a família.

A segunda é o "endividamento tradicional", considerada um incentivo em vez de uma fixação coercitiva do trabalhador. Nesses casos, a dívida não representava uma carga excessiva, tendo a função de estabelecer um vínculo entre as partes e a garantia da continuidade da força de trabalho. A expansão da oferta de trabalho no final do século XIX tornava essa dívida uma concessão, e não uma obrigação do fazendeiro, favorecendo vínculos paternalistas.

A terceira forma tem a ver com a continuidade da relação tradicional, vinculada com a escravidão e que antecedeu o mercado livre. O fazendeiro mantinha o trabalho coercitivo por ser uma provisão constante e sem interrupções, e a dívida como ferramenta de fixação. A peonagem por dívidas podia estar vinculada à transição do trabalho escravizado ao livre; na realidade, atrapalhava a formação de um mercado livre, pois era uma reação exagerada diante das demandas do mercado de produtos de alto valor, como aconteceu no apogeu da borracha na Amazônia peruana. Essa terceira forma de peonagem estava baseada na coerção em locais afastados e podia unicamente ser eliminada com a intervenção do Estado (Knight, 1988, p. 106-115).

As formas de coerção não estavam limitadas ao trabalho dos *pongos*, *acasillados* e outros. Temos ainda que mencionar o trabalho infantil como uma

prática usual no México e nos Andes. Além do cabeça da família, também se explorava a família por meio das prestações de serviço doméstico e mediante a adoção de crianças que se integravam como trabalhadores domésticos. Junto com as crianças estavam os indígenas *semaneros*, que prestavam serviços na residência urbana do fazendeiro; a *mitana*, geralmente uma mulher que, em troca de alimentação e moradia, desenvolvia tarefas domésticas; e o *cacha* ou *próprio*, que transportava mercadorias para o patrão (Mejía Fernández, 1950, p. 9).

Quando falamos do trabalho forçado na América Latina, isso nos leva à questão indígena. Esses trabalhadores foram decisivos na conformação da mão de obra no setor rural, a ponto de esses temas serem discutidos em organismos internacionais; os países da América Latina pretendiam que fosse considerada a excepcionalidade da região (Ferreras, 2010).

O *enganche* e a utilização da dívida como forma de fixar trabalhadores permite pensar o processo de proletarização na América Latina. O destino de um camponês não é virar um proletário, rural ou urbano, disponível no mercado de trabalho e pronto para repetir o processo de formação da classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Pelo contrário, é um processo diferente. Tom Brass, por exemplo, entende que a peonagem por dívidas é um processo de desproletarização, uma tentativa de reverter a inserção no mercado de trabalho em andamento. O camponês perde a terra no avanço da propriedade capitalista, porém esse processo não é acompanhado pela venda da sua força de trabalho no mercado. O que temos é uma apropriação do trabalho pela via da dívida, contraída de forma voluntária ou involuntária pelo trabalhador. O latifundiário reintroduz formas de controle da mão de obra, gerando relações de dependência pessoal. A dívida é um mecanismo de controle dos trabalhadores e, portanto, de controle do mercado de trabalho em contextos em que há escassez, como acontece em boa parte da América Latina (Brass, 1999, p. 12-13).

O truck system

Outra forma de trabalho forçado desse período na América Latina era o *truck system*, que era um sistema de pagamento em espécies e por produtividade, pelo que se produzia uma dupla exploração do trabalhador: na esfera da produção e do consumo. Há diferenças da peonagem por dívidas ou da *habilitación*, pois no *truck system* não era necessário o endividamento prévio, porque o salário era pago em bens de consumo ou em vales a serem resgatados nas lojas da própria companhia; ainda que os trabalhadores recebessem dinheiro, estavam obrigados a comprar nessas lojas e a adquirir os produtos elaborados na mesma unidade produtiva (Hilton, 1960, p. 1-2; Tan, 2006, p. 446).

Existiam variações do *truck system*, porém esse foi o termo utilizado nos debates parlamentares, estabelecendo uma diferença com certas obrigações das sociedades indígenas, como o *yanaconato* ou a *mita*. A referência ao *truck system* unificou critérios entre sistemas e formas de pagamento em espécies ou vales utilizados por empresas rurais. Vários sistemas podem ser como *truck system*: do aviamento amazônico à *habilitación* mexicana.

Há várias versões sobre a origem do *truck system* e o impacto para os trabalhadores, principalmente em relação a quem se beneficiava dele. Era uma concessão dos empregadores para atrair e manter trabalhadores em um momento de intensa concorrência? Ou, pelo contrário, era uma forma extraordinária de extrair mais-valia? A crítica ao *truck system* era conhecida, já que tinha sido abordada várias vezes em cartas publicadas nos jornais ingleses, onde era apresentado como uma forma extraordinária de exploração dos trabalhadores. O *truck system* foi discutido desde o início do século XIX no Parlamento inglês, sendo proibido em 1831[3].

[3] Em 1829 foram publicadas três cartas ao leitor no *Birmingham Journal* assinadas por *Observer* e *Fair Dealing* questionando o t*ruck system*, seu impacto sobre os trabalhadores e sobre a economia de mercado no geral. *Cf*.: The Tommy,1829. Há registros sobre a preocupação na legislação inglesa por práticas similares ao *truck system* desde o século XV, porém o debate se

O que chama a atenção e o que diferencia o *Truck system* de outras formas de utilizar consumo e salário para reter os trabalhadores é a complexidade do sistema e a necessidade de elaboração de uma legislação específica em diferentes locais vinculando essa prática com o mercado de trabalho. Essa legislação foi debatida em instituições internacionais, como a OIT. A *habilitación*, o *enganche* e a *peonagem por dívida* eram vistas como a sobrevivência de práticas contrárias ao capitalismo e como parte do atavismo latino-americano. O *truck system*, pelo contrário, estava associado à formação e expansão do sistema capitalista.

O *truck system* não foi visto como uma negação do desenvolvimento do capitalismo, mas como produto da formação de uma racionalidade capitalista que incluía trabalhadores e empresários. Os trabalhadores optavam pelas lojas das companhias, se não eram mais caras que as lojas externas, porque recebiam crédito para o pagamento das mercadorias extras ou as utilizavam em tempo de necessidade. Os empresários, por sua vez, obtinham lucro ao atuar também como comerciantes, mesmo que a clientela estivesse conformada pelos próprios operários. Também se alegava que, se o empresário mantinha salários baixos, era porque vendia os alimentos a preços menores, o que era possível pelo volume de consumidores e pela obtenção de lucros na esfera da produção antes da reprodução da mão de obra.

Para ambas as partes era importante evitar a utilização de moeda em contextos de escassez. Para os trabalhadores, o crédito era constante, e os empresários fixavam o trabalhador por outra via, além de controlar os salários. Esses créditos eram de baixo risco para o empregador, porque o trabalhador sofria o desconto no ato do pagamento dos salários. É evidente a posição favorável do empresário, porque as opções de compra dos trabalhadores

tornaria mais intenso durante a industrialização. Desde 1801 existiam reclamações no Parlamento inglês pela sua utilização. Todos os debates começaram no início do século XIX. *Cf.*: Hilton, 1960, p. 55-88.

eram diminuídas, o que debilitava as posições dos trabalhadores na negociação por melhores salários quando existiam dívidas derivadas do *truck system* (Tan, 2006, p. 443-444).

Mesmo assim, parte dos empresários, principalmente os pequenos empresários e os do setor retalhista, era contrária a essa forma de pagamento, porque o consideravam um sistema que dava vantagens extraordinárias aos grandes empregadores. Essas críticas estão presentes desde o início do capitalismo industrial, quando alguns economistas britânicos, como Adam Smith, foram contrários ao pagamento em espécie, porque criava uma concorrência desigual ao atuar como atravessador de mercadorias entre os seus trabalhadores (Smith, 1996, p. 162-164).

Analistas otimistas entendiam que os trabalhadores se inclinavam por estabelecimentos com essa prática dadas as facilidades para resolver o abastecimento e por conseguir crédito, ainda que recebessem salários menores. O valor nominal do salário não era o elemento decisivo para a escolha do local de trabalho, e sim poder evitar deslocamentos para a compra dos produtos, portanto o salário se fortalecia por outras vias, como acontecia em locais em relativo isolamento geográfico dos trabalhadores, como no caso da mineração (Hilton, 1957, p. 238-239).

A questão é se o *truck system* podia favorecer os trabalhadores. Para poder avaliar esse ponto, temos que saber se existia concorrência entre comerciantes varejistas e com os produtos vendidos na própria unidade produtiva. Isso também vale para o seringueiro, se o seu isolamento implicava a ausência de outros comerciantes varejistas ou se esses comerciantes tinham as mesmas condições dos donos dos seringais.

O *truck system* era um sistema enraizado nas práticas de contratação e pagamento, pelo que foi discutido em vários países da América Latina em diferentes oportunidades durante a primeira metade do século XX e principalmente ao longo da década de 1930. A Argentina demonstrou interesse no tema, principalmente depois dos levantes operários de *La Forestal* (1919) e da *Patagonia trágica* (1920-1922). O que na Argentina era chamado de

truck system não estava muito longe do sistema conhecido como *aviamento* na Amazônia seringueira ou das formas de retribuição do trabalho na colheita da erva-mate no Paraguai e no Mato Grosso, entre outras (Barham; Coomes, 1994, p. 61).

Depois de doze anos do debate que iniciou em 1913, o *truck system* foi proibido na Argentina com a sanção da Lei nº 11.728, em 1925. A lei foi conhecida como "Lei de pagamento de salários em moeda nacional" e tentava inibir a prática do pagamento em espécies ou em vales, disseminada entre os *braceros*, como eram conhecidos aqueles trabalhadores rurais do Norte da Argentina que trabalhavam de forma temporária por um jornal. Muitas vezes esses trabalhadores eram indígenas ou camponeses que se deslocavam aos *obrajes*, como eram denominados os locais de exploração de recursos naturais, e eram contratados em atividades que demandavam trabalhadores não especializados, como a erva-mate ou os recursos florestais[4].

O debate pela aprovação da Lei de Pagamento em Moeda Nacional centrou-se nas categorias e nas regiões afetadas pelo *truck system*. O representante por Córdoba Juan Cafferata, católico e partidário da Doutrina Social da Igreja, relacionava o *truck system* tanto com a exploração nos *obrajes* como com o trabalho em domicílio ou o *sweating system*, estendendo a sua aplicação a todo o mercado de trabalho argentino, rural e urbano. Cafferata lembrava que existia uma série de países que tinham elaborado legislações similares, como as *Truck acts* britânicas (as leis de 1831, 1887 e 1890), e as penalizações espanholas, francesas, belgas, russas, alemãs, húngaras e austríacas[5].

---

[4] CONGRESO NACIONAL. CÁMARA DE DIPUTADOS. **Diario de Sesiones**. Año 1920. Tomo V. Sesiones Ordinarias. Septiembre 14 – septiembre 30 de 1920 Buenos Aires, Imprenta y encuadernación de la H. Cámara de Diputados, 1920, pp. 182 e 183. EL CONGRESO NACIONAL. CÁMARA DE DIPUTADOS. **Diario de Sesiones**. Año 1922. Tomo II. Sesiones Ordinarias. Julio 19 – agosto 9 de 1922. Buenos Aires, Imprenta y encuadernación de la H. Camara de Diputados, 1922, p. 510.

[5] O *sweating system* designava o trabalho em domicílio dentro da produção têxtil. O discurso do representante Juan Cafferata em *Id. Ant.*, p. 510.

A questão do *truck system* precisava da figura do *conchavador* ou aliciador. Essa era uma problemática comum a outros casos em que era preciso reunir a demanda com a oferta de trabalho, o que acontecia em locais de produção afastados dos centros populacionais. A escassa mão de obra no local era um dos elementos principais para a existência do intermediário que procurava a mão de obra em outras regiões. O aliciamento se dava com o adiantamento do dinheiro ou espécies e com a promessa de atendimento de necessidades extraordinárias, como enfermidades. Essas promessas e esses adiantamentos facilitavam a decisão dos trabalhadores sazonais, que retornavam ano após ano no pico da demanda de mão de obra[6].

Outra forma de explorar a esfera da reprodução estava no pagamento em cheques no lugar de dinheiro. O trabalhador ficava exposto a ter de trocar o cheque por dinheiro em locais em que não existiam agências bancárias. Os cheques poderiam ser cambiados nas lojas das empresas, ficando com uma percentagem do valor nominal. As empresas alegavam que o pagamento em cheques era justificado pelo fato de que os *obrajes* e engenhos estavam em locais com pouca população e sem bancos. Esse era um dos pontos delicados para os patrões. Nas vezes em que a lei foi discutida, o Senado devolveu o projeto à Câmara incluindo o pagamento em cheques no lugar da moeda nacional[7].

A aprovação da lei nº 11.728, em 1925, fixou uma política de Estado no Direito do Trabalho argentino. Em 1926, a Argentina levou essa questão a

[6] Na fala de Alejandro Gancedo, representante por Santiago del Estero, a figura do *conchavador* é apresentada como um agente do progresso por incorporar os indígenas à sociedade. Gancedo e Frugoni, mencionado na nota anterior, eram do mesmo partido, a UCR, o que mostra a diversidade de opiniões ao interior desse partido. CONGRESO NACIONAL. CAMARA DE DIPUTADOS. **Diario de Sesiones**. Año 1923. Sesión N. 46. 26 de Septiembre de 1924. Buenos Aires, Imprenta y encuadernación de la H. Cámara de Diputados, 1925, p. 517.

[7] CONGRESO NACIONAL. CÁMARA DE DIPUTADOS. **Diario de Sesiones**. Año 1923. Sesión N. 73. 30 de Octubre de 1923. Buenos Aires, Imprenta y encuadernación de la H. Cámara de Diputados, 1924, p. 152. Aprovada em 1923 a lei foi vetada pelo Poder Executivo nesse mesmo ano, sendo o primeiro veto do governo de Marcelo T. de Alvear, CONGRESO NACIONAL. CAMARA DE DIPUTADOS, 1924, p. 445.

foros internacionais tentando aprovar leis similares nos países limítrofes, devido aos estabelecimentos produtivos que reclamavam pela continuidade do *truck system* estarem localizados em regiões fronteiriças e se sentirem prejudicados em relação aos concorrentes dos países vizinhos. A lei nº 11.728 foi elevada à Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da OIT como uma mostra de compromisso com a melhora das condições de vida dos trabalhadores e com a sua segurança jurídica[8].

A OIT não incorporou o *truck system* até a Conferência Internacional do Trabalho de 1935, pouco antes do que seria o Primeiro Encontro Internacional Americano dos Países Membros da OIT, que teve lugar em Santiago do Chile entre dezembro desse ano e janeiro de 1936. A questão foi colocada pelo representante dos trabalhadores brasileiros, Chrisosthomo Antônio de Oliveira, chamando a atenção para um tema prioritário para os operários da região e como uma crítica às posições dos países europeus que mantinham este tipo de exploração nas colônias, inviabilizando reformas trabalhistas nos países da América Latina (OIT, 1935, p. 368-369).

Nessa mesma conferência, o representante governamental argentino, Enrique Ruiz Guiñazú, foi mais explícito e apresentou a situação do *truck system* de forma detalhada, lastrada na experiência argentina. O *truck system* contribuía para deprimir os salários e torná-los imprevisíveis. Ruíz Guiñazú aspirava à aprovação de uma convenção sobre o tema, acompanhando a legislação de países da Europa e das Américas, para alcançar uma remuneração homogênea e previsível para os trabalhadores sem a exploração na esfera do consumo. A posição de Ruíz Guiñazú foi respaldada por representantes governamentais do Brasil, Affonso Bandeira de Mello, e Venezuela, César Zumeta. A resolução foi aprovada por unanimidade (OIT, 1935, p. 479, 480 e 484).

[8] Ver discurso do representante do governo argentino Manuel Pinto em SOCIEDADE DAS NAÇÕES. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1926, p. 77. Como a OIT havia discutido o trabalho forçado, aqui se iniciava um debate sobre uma variante dele não considerada até o momento.

O *truck system* foi abordado na Primeira Conferência Internacional dos Países Americanos Membros da OIT, que teve lugar em Santiago do Chile entre dezembro de 1935 e janeiro de 1936. Dois grupos levaram à frente a questão, os trabalhadores e os representantes dos governos, com o representante argentino Enrique Forn como porta-voz. Forn entendia que o *truck system* era uma prática inerente ao trabalho rural e, principalmente, ao extrativismo ou a grandes unidades produtivas, como engenhos e *obrajes*. A proposta de Forn foi aprovada sem debate e deve ser considerada uma continuidade do interesse argentino pelo tema. A resolução implicava a realização de pesquisas sobre o tema e a solicitação dos dados disponíveis em Genebra, visando a uma futura convenção[9].

O *truck system* foi retomado na CIT de 1937. Dessa vez, o tema foi trazido à tona pelo representante dos trabalhadores venezuelanos, Luis Alfonso Parra, quem denunciava a utilização do *truck system* e o pagamento em vales entre os trabalhadores rurais e os petroleiros, e foi acompanhado pelo representante dos trabalhadores indianos, Satis Sen, que vinculava o tema com o trabalho forçado e com o trabalho indígena. Sen mostrava que os sistemas de exploração pela dívida, o adiantamento de bens e a obrigação da utilização das provedorias das empresas, entre outras formas de afixar os trabalhadores, continuavam provocando crises alimentares no sistema colonial britânico. Essa crítica teve um impacto maior que as latino-americanas, obrigando que as convenções previamente aprovadas fossem revisadas. O *truck system* e outras formas de exploração do trabalhador, como a obrigação de cultivar seus alimentos, apareciam como uma forma de driblar os limites à exploração colocados pelas convenções anteriores. A proposta de

[9] Como subsídio ao debate, o Paraguai enviou o texto da Lei nº 1218, de 6 de agosto de 1931, aprovada neste país. Por essa lei, obriga-se as empresas que operavam no Alto Paraná a pagar os seus operários dentro do país e em moeda corrente como forma de combater o *truck system*. OIT, 1936, p. 145, 158, 291 e 298.

uma resolução requeria a ampliação dos estudos sobre o *truck system* e sobre outras formas de exploração (OIT, 1937, p. 263, 460, 461 e 562)[10].

Na Segunda Conferência dos Países Americanos, que teve lugar em Santiago de Cuba, em novembro de 1939, o tema continuava vigente. Nessa reunião foi apresentado o que foi realizado sobre o tema, que não era muito, resumindo-se a apontar que a OIT tinha reunido alguns dados. O que aqui interessa é que os debates sobre o *truck system* entraram em diálogo com a *peonagem*. Este sistema de pagamentos foi novamente tratado na Primeira Conferência Americana dos países membros da OIT, realizada em 1946, sendo próprio das comunidades indígenas, e não dos trabalhadores como um todo (OIT, 1939, p. 22-23; OIT, 1946, p. 133).

Conclusão

Temos visto como a "liberdade" como direito natural não se sustenta na formação do mercado de trabalho na América Latina. Muitos pesquisadores acompanharam o progressismo hegeliano, entendendo que, com o tempo, as formas compulsórias deveriam desaparecer pela lógica própria do capitalismo, o que é uma falácia. Em grande medida, os trabalhadores, aqui e em outros locais, foram desapropriados e obrigados a se prover do seu sustento pela via do mercado, ingressando nele pelo degrau mais baixo, como vendedores da sua força de trabalho. Os escravizados e seus descendentes tinham sido desapropriados compulsoriamente com a sua captura nos seus locais de origem. Os imigrantes também partilhavam essa desapropriação no processo de concentração de propriedades na Europa. E na América Latina indígenas e camponeses foram obrigados a ceder suas terras, muitas vezes

[10] Em 1938, o representante dos trabalhadores da Suécia, Gunnar Andersson, voltou a mencionar a questão ao solicitar uma resolução sobre os trabalhadores nas serrarias do seu país, apontando a utilização do *truck system* nessa indústria. *Cf*.: OIT, 1938, p. 482.

para obrigá-los a trabalhar nas produções de bens primários, como na mineração ou nas plantações, e em outras pela transformação de parcerias produtivas em relações de mercado.

A venda da força de trabalho não se concretizou voluntariamente, e os camponeses e indígenas limitavam o trabalho por dinheiro a um período do ano se o incentivo não era o suficiente ou não eram obrigados. A abolição da escravidão e das formas compulsórias das comunidades indígenas não implicaram a liberdade de todos os seres humanos. Essa mesma liberdade não foi perdida pelos avanços do neoliberalismo. Pelo contrário, os trabalhadores não têm sido plenamente livres em momento algum da história, se por liberdade entendemos a realização do seu potencial humano e a consagração da vida comunitária. As formas de perda relativa da liberdade ou de retenção ilegal do trabalhador têm sido uma constante e uma necessidade do capital na tentativa de obter melhores preços e vantagens competitivas. O recurso ao trabalho forçado não é excepcional, é rotineiro, e se acentua com as novas configurações do mercado a partir da utilização de inteligência artificial ou com a economia de plataformas. Depende da ação da sociedade organizada no Leviatã, o Estado, para conter os abusos sobre a parte mais débil dos acordos trabalhistas: o trabalhador.

Referências

BARHAM, Bradford; COOMES, Oliver. Wild rubber: industrial organisation and the microeconomics of extraction during the Amazon rubber boom (1860-1920). **Journal of Latin American Studies**, v. 26, n. 1 Cambridge, Cambridge University Press, feb., 1994.

BAUER, Arnold J. Rural workers in Spanish America: problems of peonage and oppresion. **Hispanic American Research Review**, v. 59, n. 1 Durham, Duke University Press, Feb.

BLANCHARD, Peter. **The origins of the Peruvian Labor Movement**: 1883-1919 Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1982.

BLANCHARD, Peter. The recruitment of workers in the Peruvian Sierra at the turn of the century: the enganche system. **Inter-American Economic Affairs**, v. XXXIII, n. 3, Washington, Inter-American Affairs Press, 1979.

BRASS, Tom. **Towards a comparative political economy of unfree labour**. Cases studies and Debates. Londres: Frank Cass, 1999.

CARBAJAL, Jorge; MATOS MAR, José. **Erasmo Muñoz, yanacón del valle de Chancay**. Lima: IEP, 1974.

CONGRESO Nacional. Cámara de Diputados. **Diario de Sesiones**. Año 1920. Tomo V. Sesiones Ordinarias. Septiembre 14 – septiembre 30 de 1920, Buenos Aires: Imprenta y encuadernación de la H. Cámara de Diputados, 1920.

Congreso Nacional. Cámara de Diputados. **Diario de Sesiones**. Año 1922. Tomo II. Sesiones Ordinarias. Julio 19 – agosto 9 de 1922, Buenos Aires: Imprenta y encuadernación de la H. Cámara de Diputados, 1922.

Congreso Nacional. Cámara De Diputados. **Diario de Sesiones**. Año 1923. Sesión N. 46. 26 de Septiembre de 1924, Buenos Aires: Imprenta y encuadernación de la H. Câmara de Diputados, 1925.

Congreso Nacional. Cámara de Diputados. **Diario de Sesiones**. Año 1923. Sesión N. 73. 30 de Octubre de 1923, Buenos Aires: Imprenta y encuadernación de la H. Cámara de Diputados, 1924.

Congreso Nacional. Cámara de Diputados. **Diario de Sesiones**. Año 1923. Tomo VIII Sesiones de prórroga. Octubre 20 – Noviembre 23, Buenos Aires: Imprenta y encuadernación de la H. Cámara de Diputados, 1924.

DAVIES, Jr.; THOMAS, M. Indian Integration in Peru, 1820-1948: an overview. **The Americas**, v. 30, n. 2, Berkeley, The Academy of American Franciscan History, oct., 1973.

DEUSTUA, José R. Guano, Salitre, minería y petróleo en la economía peruana, 1820-1930. COSAMALÓN AGUILAR, Jesús *et al.* **Compendio de Historia Económica del Perú**. Tomo 4. Economía de la primera centuria Independiente, Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2011.

FERRERAS, Norberto O. A Organização Internacional do Trabalho e a sua relação com a América Latina: a questão dos povos indígenas e tribais. AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis (org.). **Intelectuais e modernidades**, Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GOTKOWITZ, Laura. **A revolution for our rights**. Indigenous struggles for land and justice in Bolivia, 1880-1952. Durham: Duke University Press, 2007.

HILTON, George W. The british truck system in the nineteenth century. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 3, Chicago, Chicago University Press, jun., 1957.

HILTON, George W. **The truck system including a history of the british truck acts, 1465-1960**. Cambridge, W. Heffer, 1960.

KNIGHT, Alan. Debt bondage in Latin America. ARCHER, Léonie (ed.). **Slavery and other forms of unfree labour**. London, Routledge, 1988.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de la tierra. **7 ensayos sobre la realidade peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **Haciendas, plantations and collective farms**. Agrarian class societies – Cuba and Peru. London: Frank Cass, 1977.

MEJÍA FERNÁNDEZ, Miguel. **El trabajo forzado en América Latina**. México: Imprenta Universitária, 1950.

OFICINA Internacional del Trabajo. **Conferencia del Trabajo de los Estados de América Miembros de la Organización Internacional del Trabajo.** Actas de las Sesiones. Santiago de Chile. 2 al 14 de Enero de 1936. Ginebra, OIT, 1936.

Oficina Internacional del Trabajo. **Segunda Conferencia del Trabajo de los Estados de América Miembros de la Organización Internacional del Trabajo**. Informe de la Oficina Internacional del Trabajo acerca de las medidas tomadas para dar cumplimiento a las resoluciones adoptadas por la Conferencia de Santiago de Chile Ginebra, OIT, 1939.

Oficina Internacional del Trabajo. **Tercera conferencia del trabajo de los estados de América miembros de la Organización Internacional del Trabajo**. Ciudad de México — abril de 1946. Memoria del director. Primer punto del orden del día Montreal, Oficina Internacional del Trabajo, 1946.

Organização Internacional do Trabalho. **International Labour Conference**. Nineteenth Session. Records of Proceedings. Genebra, Organização Internacional do Trabalho, 1935.

Organização Internacional do Trabalho. **International Labour Conference. Twenty-fourth Session. Records of Proceedings**. Genebra, Organização Internacional do Trabalho, 1938.

Organização Internacional do Trabalho. **International Labour Conference. Twenty-third Session**. Records of Proceedings. Genebra, Organização Internacional do Trabalho, 1937.

PELOSO, Vincent. **Peasants on plantations**. Subaltern strategies of labor and resistance in the Pisco Valley, Peru. Durham: Duke University Press, 1999.

SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do século XIX. **Trajetos**, v. 2, n. 4, Fortaleza, UFC, 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Ed. Nova Cultural, (1. ed. 1776), 1996.

Sociedade das Nações. Organização Internacional do Trabalho. **International Labour Conference**. Eight Session. vol. I. Genebra, Organização Internacional do Trabalho, 1926.

TAN, Elaine S. Regulating wages in kind: theory and evidence from britain. **Journal of Law, Economics, & Organization**, v. 22, n. 2, Oxford, Oxford University Press, oct., 2006.

THE TOMMY or truck system in three letters to the editor of the Birmingham Journal Dudley, 1829.

Latifundio, propiedad y reforma agraria durante el segundo batllismo en Uruguay (1948-1958).

El caso de los campos de Antonio de Sousa Neto

Agustín Juncal
ajuncal@fagro.edu.uy
Universidad de la República, Uruguay

Resumen
Este artículo pretende contribuir a los debates sobre la tierra y el rol del Estado tomando como caso un conflicto entre la administración del Instituto Nacional de Colonización (INC) y las herederas de la estancia "La Gloria", propiedad del general brasileño Antonio Sousa Neto (1801-1866) en Uruguay. El trabajo narra los episodios de un enfrentamiento entre dos políticos del Partido Colorado durante la coyuntura 1948-1950: Antonio Rubio (1882-1953) presidente del INC y Javier Mendívil Mendilaharsu (1874-1953) como representante legal de las herederas de Sousa Neto. A partir de fuentes documentales de las sesiones de directorio del INC, el texto ofrece dos miradas distintas sobre el papel del latifundio, la propiedad de la tierra y su posible función social, así como el rol del Estado para dirigir un proceso de reforma agraria. Las conclusiones avanzan brevemente sobre dos "tipos" o modelos políticos: uno orientado a defender la "cosa pública" y otro destinado a utilizar el Estado como instrumento para fines o intereses privados. Por último, se analiza el papel de la expropiación en sociedades de libre mercado y los alcances que tiene para implementar procesos de reformas agrarias dentro de los territorios platinos.
Palabras Clave: latifundio, propiedad, reforma agraria, Sousa Neto, Uruguay

Introducción

El 1° de marzo de 2025 el Frente Amplio regresó al gobierno en Uruguay. A escasos tres meses de comenzar su nueva gestión, el 13 de mayo de 2025 falleció José "Pepe" Mujica, ex gobernante del país entre marzo de 2010 y febrero de 2015. El primero de los tres días de duelo nacional decretado en su memoria se realizó un cortejo fúnebre que recorrió varios puntos de Montevideo. Al pasar por la sede del Movimiento de Participación Popular (MPP) fue despedido por un conjunto de militantes. Allí hizo uso de la palabra el actual secretario de la presidencia de la República, Alejandro "Pacha" Sánchez, que en menos de un minuto señaló que "la siembra del viejo ahora se transformó en miles, Pepe, no te fuiste...ahora hay miles de Pepe Mujica". Luego deslizó: "una parte de esa siembra, una parte del trillo del viejo y en honor al viejo, a ocho kilómetros de Cerro Norte, en Florida, hoy el Instituto de Colonización compró 4.000 hectáreas para los trabajadores rurales". De esa forma se conoció que el Instituto Nacional de Colonización (INC), un organismo estatal creado en 1948, defendido públicamente por Mujica y apuntalado durante su gobierno, había adquirido la estancia "María Dolores" para brindar soluciones a varios productores de la zona de Canelones y Florida que se dedican a la lechería.

Sin embargo, tras los tres días de duelo nacional, la oposición del Partido Nacional y del Partido Colorado salió duramente a criticar la adquisición de la estancia, fustigando tanto a las autoridades del INC como al secretario de presidencia por la compra, la forma y los alcances de su anuncio. En definitiva, entre los meses de mayo y setiembre de 2025 la estancia "María Dolores" fue centro de debate. El "teatro" político comenzó con declaraciones e intercambios en la prensa, continuó convocando al directorio del INC al Senado, tanto en la Comisión de Ganadería, Agricultura y Pesca y a una posterior interpelación del ministro del sector, Alfredo Fratti. Más tarde,

emergieron discrepancias entre esferas del Estado, por ejemplo, entre el directorio del INC y el Tribunal de Cuentas, un ámbito gubernamental de contralor donde el oficialismo no cuenta con mayorías. Algo similar sucedió con la Cámara de Representantes, donde los legisladores opositores al gobierno pueden conformar mayoría y, de ese modo, amagaron con promover una Comisión Investigadora, pero que aún no llegó a instalarse. A pesar de todas las instancias reseñadas, el INC logró ratificar la compra de "María Dolores" y comenzar con la planificación del proceso productivo. Y, por si fuera poco, en compañía de las gremiales de la lechería. Aunque no es menester de este capítulo realizar un desarrollo del conflicto, si vale la pena consignar que el conflicto por "María Dolores" sigue latente y que, en general, el INC continúa bajo la lupa de varios legisladores opositores.

Pero también "María Dolores" brinda la posibilidad de recurrir a la historia para analizar los conflictos por la tierra en el Uruguay contemporáneo desde una mirada temporal más amplia, mostrando las controversias respecto al rol del Estado en la diagramación de políticas públicas de tierras. Por demás interesante es constatar que este no es el primer caso de discordia entre gobierno y oposición, o bien dentro de estamentos del propio gobierno, en materia de gobernanza sobre tierras públicas. Hay varios ejemplos, entre ellos los casos de la estancia Guaviyú en 1942 (Juncal; Azziz, 2024) o el latifundio Silva y Rosas a comienzos de la década de 1960 (Juncal, 2015; Juncal, 2023). Por si fuera poco, tampoco es la primera vez que la política del INC es puesta en tela de juicio desde sectores sociales y políticos que lo consideran un organismo "arcaico" o "anacrónico" y que consideran que la ley 11.029 de 1948 (cuyo objetivo pretende contrarrestar los efectos del latifundio y de la concentración de la tierra, promoviendo tipos de producción de base familiar y asociativa) no tiene cabida en el actual estadio de la humanidad (Juncal, 2022).

En ese sentido, este artículo pretende contribuir a los debates sobre la tierra y el rol del Estado, desde un caso particular: el conflicto entre la administración del INC y los herederos de las tierras del general brasileño Antonio Sousa Neto durante el segundo batllismo (1948-1958) en Uruguay. El capítulo se organiza en cinco apartados. El primero desarrolla las tres formas que tiene el INC para adquirir tierras; el segundo presenta los actores centrales del conflicto entre el Estado y los propietarios de la estancia "La Gloria"; el tercero expone los momentos más relevantes del conflicto; el cuarto analiza la resolución o acuerdo y, por último, se exponen algunas breves reflexiones finales.

El Instituto de Colonización y las formas de adquirir tierras

La ley 11.029 se concibió como una forma alternativa para acceder a la tierra en Uruguay, que se diferencia de las formas clásicas de propiedad privada: la transacción en el mercado o la herencia. De ese modo, el Estado garantiza el acceso a la tierra mediante una política pública cuya regulación establece tres modalidades de adquisición de tierras: a) expropiación, b) compra directa; y c) derecho de tanteo o derecho de preferencia (República Oriental del Uruguay, 1948). Durante el "segundo batllismo" (1948-1958), período en que se centra este análisis, el INC tuvo una de sus etapas de mayor dinamismo a través de la incorporación de casi 150 mil hectáreas (Juncal, 2022). En ese contexto, el derecho de tanteo fue el mecanismo más utilizado con 77 mil hectáreas, seguido por las expropiaciones con 64 mil y, en menor medida, se acudió a la compra directa con 5 mil hectáreas (Juncal, 2022). Para comprender el caso de la estancia "La Gloria" conviene repasar las características de cada una de las formas de adquirir tierras que establece la ley, así como las mayorías que dictamina para el directorio del INC conformado por cinco miembros.

En primer término, la expropiación sigue los fines colonizadores por parte del Estado y existe desde comienzos de siglo XX. En 1948 la ley 11.029 reguló específicamente la expropiación dentro del capítulo VIII (artículos 37 a 47) y diferenciándolo de una confiscación, si se tiene en cuenta que el INC debe abonar una compensación al propietario expropiado. En 1948 se declaró de "utilidad pública" (artículo 37) la facultad de "expropiar" solamente por parte del Estado (artículo 38) teniendo en cuenta los "fines y formas particulares de colonización". Allí se destacan cinco casos: a) "tierras sin cultivo o deficientemente explotadas próximas a los centros poblados, vías de comunicación, estaciones", b) "las propiedades de mayor extensión"; c) "las tierras, cualquiera sea su ubicación, que fueran económicamente susceptibles de importantes transformaciones culturales"; d) "las zonas que cuenten con obras de riego"; y e) "terrenos excesivamente fraccionados" que imposibiliten una "unidad económicamente ineficaz" de modo de orientar una reconstitución parcelaria (República Oriental del Uruguay. Cámara de Senadores, 1948: 17-18). También se determinó que, salvo excepciones debidamente justificadas, no serían objeto de expropiaciones aquellos inmuebles rurales con explotación directa de sus propietarios (artículo 41). Además, el artículo 46 determinó que los directores del INC deberían fundar su voto cada vez que un inmueble rural se designase para expropiación, explicitando las conveniencias generales de la operación, el precio del bien y la aptitud del predio. Un aspecto clave es que el capítulo sobre expropiaciones también reguló el "derecho" de los propietarios para detener los juicios mediante la aplicación del artículo 45 de la ley 11.029, en aquellos casos que exista compromiso de "realizar por sí la colonización, ajustada a la reglamentación respectiva. En tal caso deberá presentar al Instituto el correspondiente plan dentro del término de 60 días". El recurso del artículo 45 de la ley 11.029 se retomará en el análisis que se realizará más adelante.

En segundo término, se encuentra la compra directa, un formato que existe desde los tiempos de la política agraria del Banco Hipotecario del Uruguay (BHU) entre 1923 y 1947. La ley 11.029 lo que hizo fue dotar a la

compra directa de nuevas exigencias, entre ellas la combinación de los artículos 28, 46 y 146 (numeral 1°, literal b). Por ejemplo, el artículo 28 obliga a una tasación y un estudio técnico que justifique la explotación económica; el 46 exige la fundamentación del voto como se mencionó en el párrafo anterior; y el 146 (numeral 1°, literal b) determina un requisito adicional para los casos de compra directa bajo una mayoría especial (4 votos) de los integrantes del directorio.

En tercer término, la ley 11.029 añade un último mecanismo: un derecho de tanteo o derecho de preferencia, también conocido habitualmente como "artículo 35" debido al número del artículo de la ley 11.029. Esta forma no necesita mayorías especiales y alcanza con una mayoría simple (3 votos) del directorio (Saavedra Methol, 2020). En definitiva, el "artículo 35" es una forma transparente que obliga a los participantes de una compraventa entre privados, en inmuebles rurales con superficie igual o mayor a las 1000 hectáreas, a ofrecerlo ante el INC en las mismas condiciones del acuerdo, esto es, en igual valor y plazo al acordado. De ese modo, el INC podrá usar o no la opción para adquirir el inmueble. En caso de hacer uso de la potestad del "artículo 35" sustituye a la parte compradora en el negocio. Por lo tanto, la utilización del "artículo 35" permitió al INC intervenir en el mercado de tierras de una forma relativamente más transparente, pero también generó dos sujetos sociales que históricamente se han visto "afectados" y son habitualmente opositores de la política pública de tierras: por un lado, el comprador del inmueble que resulta sustituido por el Estado y, por otro, el intermediario, habitualmente un agente inmobiliario, que no percibe el porcentaje de su comisión. De hecho, por esta vía se adquirió la Estancia "María Dolores" en 2025, el caso expuesto en la introducción y que funge como disparador de este trabajo. Además de los aspectos inherentemente vinculados con las políticas públicas, el artículo 35 de la ley 11.029 se convierte en una excelente herramienta de análisis documental e histórico para el estudio del comportamiento del mercado de tierras. Al respecto, puede citarse como

ejemplo el artículo de Juncal y Cardeillac (2025) que se aproxima a la política agraria de tierras de la última dictadura civil-militar de Uruguay (1973-1984).

Un directorio, una herencia y un representante legal

Los actores centrales del conflicto fueron, por un lado, el directorio del INC -en especial su presidente- y, por otro lado, las hijas herederas de Sousa Neto y su representante legal. A continuación, se presentan las principales características de estos actores.

El primer directorio del INC asumió en junio de 1948 y se conformó por cinco integrantes, tres en representación del Partido Colorado (Antonio Rubio, Humberto Franco Maglio y Eduardo Llovet) y dos pertenecientes al Partido Nacional (Juan B. Echenique y Alberto Morelli). La persona que más destaca en este primer directorio fue Antonio Rubio, un hombre del Partido Colorado que asumió la presidencia del INC con 65 años y con una dilatada trayectoria política dentro del batllismo. Sabía lo que era enfrentarse a los detractores del cambio agrario, fue ideólogo de un proyecto que pretendió otorgar tierras públicas bajo enfiteusis, pero también fue blanco perfecto de una serie de críticas que se lanzaron desde la prensa ruralista. A modo de ejemplo, sus iniciativas eran catalogadas por las páginas del *Diario Rural* como nefastas por querer pretender "sovietizar" el campo uruguayo (Juncal, 2022). Un punto es cierto, Rubio combatió duramente el latifundio ganadero en los años cuarenta, al que consideraba "un mal grave y un perjuicio tremendo para el desenvolvimiento de las actividades económicas. Lo es en propiedad particular; no lo es en propiedad del Estado" (Rubio, 1944: 41). Sin embargo, también era un político cauteloso como consecuencia de sus "experiencias" de las décadas precedentes, donde los ruralistas, integrados en un amplio abanico liberal-conservador, bloquearon los intentos reformistas del batllismo. Por lo tanto, dentro de un contexto de incipiente

Guerra Fría estaba bastante lejos de pretender "sovietizar" el campo uruguayo, más teniendo en cuenta que desde 1947-1948 comenzó a gestarse una oleada "anti-comunista" dentro de las filas batllistas que tendría sus manifestaciones más elocuentes durante las movilizaciones de los asalariados rurales en la década siguiente (Juncal, 2025). Su gestión al frente del INC se caracterizó por incorporar casi 30 mil hectáreas y por reivindicar el acceso de la tierra de los arrendatarios de origen nacional, en lugar de promover la inmigración de nuevos agricultores. De ese modo, intentó visibilizar la situación de centenas de productores arrendatarios que eran desalojados de los campos y, al mismo tiempo, promovió un plan piloto para que los habitantes de los rancheríos accedieran a la tierra (González Penelas, 1968). Renunció como presidente del INC en setiembre de 1950. Luego, encabezó la Lista 15 del Partido Colorado al Senado, asumió su banca en la cámara alta, pero al poco tiempo pasó a integrar el Poder Ejecutivo con el primer gobierno colegiado en 1952.

Por otro lado, las actas del INC dan visibilidad a la heredera María Antonia Netto de Mendilaharsu y a su representante legal Javier Mendívil. Antes de ingresar de lleno en estas dos personalidades, cabría explicar brevemente el origen de la propiedad de la estancia "La Gloria" y el derrotero del general Sousa Neto. Antonio de Sousa Neto nació en 1801 en Rio Grande do Sul, vinculándose desde muy temprano a las tareas rurales. En su juventud ingresó al ejército brasileño y combatió a las fuerzas platenses en tiempos de la Cisplatina (1825-1828). Luego enfrentó al Imperio del Brasil durante la *Revolução Farroupilha*, allí alcanzó el grado de general y se convirtió en uno de los líderes junto a Bento Gonçalves (1788-1847). Tras el fracaso revolucionario, Sousa Neto se exilió a Uruguay en 1853 y se asentó en el norte del país en una zona donde hoy limitan los departamentos de Paysandú y Tacuarembó. A sus 54 años se casó con la joven María Candelaria Jiménez Medina, también conocida con el apellido Escayola. De su unión matrimonial nacieron dos hijas: María Antonia (1863-1949) y Theotonia (1867-1954). Por otra parte, Gervasio, hermano del general Sousa Neto, también

se trasladó al Uruguay y contrajo nupcias con María Elodina Escayola, hermana de María Candelaria. De ese otro matrimonio nacieron dos hijos (Tertuliano y Julio) y una hija de nombre María Emilia. Con su ejército apoyo la participación brasileña contra Paysandú, más tarde acudió a la Guerra del Paraguay apoyando al Imperio brasileño donde, tras ser herido en la batalla de Tuyutí, falleció en Corrientes en 1866. Por esa época, varias historias orales y crónicas versaban sobre sus fortunas en hombres, tierras y ganados. Con su nombre fue conocida una estación de ferrocarril, actualmente denominada Piedra Sola y ubicada en el kilómetro 386 (ver mapa), muy próxima a sus propiedades rurales con una superficie superior a las 60 mil hectáreas, entre las que se destaca la estancia "La Gloria" con 16 mil hectáreas.

A finales de los años cuarenta se conoce la situación de la estancia "La Gloria" por parte de las autoridades del INC. En 1948 María Antonia Netto tenía más de 80 años y había enviudado dos décadas atrás. Su esposo fue el abogado y político sanducero Domingo Mendilaharsu Raña (1854-1929), pariente del representante legal, Javier Mendívil Mendilaharsu (1874-1953). Mendívil también estaba casado con una prima de la heredera: María Emilia Neto. Al igual que Mendilaharsu, Mendívil se dedicó a la abogacía y a la política. Se recibió de doctor en Derecho en la Universidad de la República (1898) y en 1948 contaba con tres décadas de trayectoria política dentro del Partido Colorado. Entre 1908 y 1925 ejerció cargos legislativos nacionales como diputado, en representación de Montevideo (1908-1914) y Paysandú (1924-1925), y senador (1917-1922). Más tarde, pasó a desempeñar otros cargos dentro del Estado, entre los que destacaron las presidencias del Banco Hipotecario del Uruguay (1933) y del Banco de Seguros del Estado (1937) y su actividad como ministro de varias carteras: Obras Públicas (1943), de Industria y Trabajo (1943-1944) y de Hacienda en dos oportunidades (1929-1931 y 1940-1943). Cuando estuvo al frente del ministerio de Hacienda se generaron las contracciones del gobierno sobre la estancia Guaviyú durante 1942. En ese contexto, cuestionó la compra de 30 mil hectáreas por parte del directorio del BHU en el departamento de Paysandú y se enfrentó con su presidente (Juncal; Azziz, 2024).

Mapa de Ferrocarril con Estación General Netto (Km 386), año 1897.



Mapa de la Red general de ferrocarriles de la República Oriental del Uruguay (Editorial MF, 1897). Fuente: Biblioteca Nacional de Uruguay. Disponible en: *https://bibliotecadigital.bibna.gub.uy/jspui/handle/123456789/32190*

Guerra de posiciones: Rubio-Mendívil

Al seguir las actas del INC se puede encontrar una primera actuación sobre la estancia "La Gloria" en setiembre de 1948. En ese momento, las hermanas Netto ofrecieron, por intermedio de su representante legal Javier Mendívil, vender de forma directa los campos al INC. El predio de 16 mil hectáreas estaba ubicado en la 6ª sección judicial del departamento de Paysandú. En ese momento, las herederas no residían ni explotaban el campo de forma directa. Según la información disponible, Teotonia se había casado con un francés y residía en Europa, mientras que María Antonia había enviudado bastante tiempo atrás y vivía plácidamente en su residencia del barrio Prado de Montevideo. Como también consta en las actas del INC, las tierras de "La Gloria" estaban en producción por un tercero bajo un contrato de arrendamiento.

La notificación del ofrecimiento realizado por Mendívil fue informada por el presidente Rubio a sus demás compañeros de directorio. Las conversaciones entre Mendívil y Rubio se prolongaron durante varias semanas, pero no alcanzaron a prosperar en un acuerdo. La documentación indica notorias discrepancias respecto al precio por hectárea. En la versión de Rubio, vertida en el directorio del INC, se sostiene que el precio solicitado era excesivo. En cambio, el interés por los campos pertenecientes a las hermanas Netto era de suma relevancia para los proyectos del INC. Por tal motivo, y siguiendo los preceptos de ley 11.029, el directorio del INC definió decretar la expropiación del inmueble. La fundamentación exigida para las expropiaciones, como mandata el artículo 46 de la ley 11.029, se realizó bajo dos tipos de argumentos, por un lado, la ausencia absoluta de "trabajo directo" y, por otro lado, la potencialidad para generar un proceso colonizador. En diciembre de 1948 el Poder Ejecutivo homologó la resolución del INC y mediante un decreto autorizó los procedimientos de expropiación y las notificaciones correspondientes a los propietarios.

Sin embargo, en el primer semestre de 1949 hubo cambios en el proceso expropiatorio. Tres situaciones se sucedieron casi de forma simultánea y enlentecieron notoriamente el proceso de expropiación. En primer término, falleció María Antonia Netto de Mendilaharsu en abril de 1949. Al respecto hubo una moción presentada por el director Llovet donde se solicitaba asesoramiento a la sala de abogados para dirimir cómo continuar con el procedimiento expropiatorio ante casos de fallecimiento de una de las propietarias. En segundo término, apareció un supuesto promitente comprador del campo, Alfredo Estradé, quien comenzó a realizar escritos y solicitudes de reconsideración de las resoluciones adoptadas por el directorio en 1948. Ante dichas peticiones, el INC respondió negativamente desestimando una y otra vez la revisión de cada una de las resoluciones. En tercer término, Mendívil se mostró notoriamente disconforme con la medida de expropiación, iniciando así un enfrentamiento en 1949. En mayo de ese año presentó un escrito donde solicitada que los propietarios pudieran acogerse al artículo 45 de la ley 11.029 para detener la expropiación y comenzar un proceso para "realizar por sí la colonización, ajustada a la reglamentación respectiva". De ese modo, solicitó un plazo de 60 días para presentar un plan de explotación de colonización bajo las orientaciones del directorio del INC. Al poco tiempo cambió de opinión y retiró la propuesta. En junio de 1949, convencido de que se trataba de una "injusticia", Mendívil denunció en la prensa montevideana lo que estaba sucediendo con sus representadas. Al mismo tiempo, con una nota dirigida al directorio del INC, insistió para dejar sin efecto la decisión de expropiación. Sus argumentos se amparaban en que la expropiación era una imposición que desconocía un acuerdo de compraventa previo, alcanzado entre su representada María Antonia Netto y Alfredo Estradé donde se establecía un valor por hectárea de 108 pesos. Meses antes, en marzo de 1949, la tasación del INC determinó un precio de expropiación de 95 pesos por hectárea.

En el segundo semestre de 1949 el presidente Rubio respondió a las presiones de Mendívil. El 12 de agosto de 1949, el presidente del INC calificó de inaceptable su procedimiento, así como los términos utilizados por el abogado. Ante el directorio, Rubio expresó lo siguiente:

> Son falsas, temerarias y malevolentes las afirmaciones de que se ha fraguado un informe y que se le ha antidatado; son insidiosas cuando suponen que el Directorio es capaz de ocultar al Poder Ejecutivo parte de los elementos de juicio que han servido para decretar la expropiación; y pasan de lo atrevido a lo insolente cuando amenazan con el Código Penal y pretende señalarle normas de moral administrativa al Directorio del Instituto. Por último, lo agravia funcionalmente en forma tan injusta como hipócrita cuando, a continuación de un 'ruego y suplico en los mejores términos', insinúa que el Directorio atropella y procede sin calma, sin ecuanimidad y con prepotencia.

Más adelante, mencionó que Mendívil evidenciaba un "ánimo malicioso de desfigurar los hechos" con el "propósito por obtener ventajas pecuniarias por su representado". Para contraponer los elementos de Mendívil, el presidente del INC rememoró cronológicamente lo sucedido en las reuniones. En uno de los encuentros, Mendívil habría afirmado que tenía dos ofertas, con valores de 110 y 115 pesos la hectárea respectivamente, aunque supeditadas a ciertas condiciones. En un caso estaba sujeto a la "previa vista" del campo y en el otro caso supeditado a la entrega del campo "libre de ocupantes". Por lo tanto, Rubio recalcó que en ese momento no existía ninguna oferta formal concreta. Después de consumarse la resolución de expropiación apareció una tercera oferta, la realizada por Estradé. Por último, Rubio calificó que era improcedente la acusación de "desaparición" de expedientes que argumentó Mendívil en más de una oportunidad. Al llegar a ese nivel de la controversia, Rubio puso en duda la honestidad del abogado y agregó algunos hechos del pasado. Por ejemplo, insinuó que "la voz de la calle" conocía sus conductas inmorales cuando estaba al frente del BHU.

Resolución y utilización del artículo 45

En setiembre de 1949 Mendívil presentó un nuevo memorándum. Esta vez fue más sosegado e intentó ampararse en el artículo 45 de la ley 11.029. Desde el INC se dio vista al documento bajo tres elementos. El primero diferenciaba la "colonización privada" respecto del artículo 45 de la ley 11.029. El segundo volvía a justificar el interés legítimo del INC por expropiar el campo y desarrollar un plan de desarrollo rural en la estancia "La Gloria", tratándose de una gran superficie con propietarios ausentes, con escasas familias residiendo y trabajando. El tercero que, en caso de expropiar y de no incluir a los arrendatarios en el plan de colonización, el INC estaba obligado por la ley 11.029 a indemnizar a los productores que estaban trabajando las tierras. Por último, las autoridades del INC recomendaban tanto al representante legal como a los propietarios a reflexionar sobre la conveniencia de acogerse al artículo 45 de la ley 11.029. En ese sentido, el documento menciona que:

> Antes de hacerlo, deberá calcular si le conviene, o no, ampararse a esa disposición; que como facultativa que es, lo deja en completa libertad de elegir la situación que más le convenga a sus intereses. De no ser así, se daría el medio de burlar los fines económico-sociales de la ley; ya que los propietarios podrían realizar, o simular, contratos de arrendamiento a largo plazo (hasta 15 años), obstaculizando así la obra de colonización por igual tiempo.

A finales de 1949 los propietarios de la estancia "La Gloria" optaron por detener el juicio expropiatorio y acogerse al artículo 45 de la ley 11.029. En noviembre de ese año los técnicos del INC realizaron las inspecciones correspondientes a la estancia y desarrollaron una propuesta de colonización. Sin embargo, en diciembre de 1949 hubo una contramarcha porque el directorio del INC rechazó el plan de explotación presentado por los propietarios. De esa forma objetó que no cumplía con ciertos lineamientos generales solicitados: a) la realización de un régimen de explotación agropecuario; b) la división del campo en 21 lotes; y c) la dedicación de una superficie

mínima, cercana al 5% en cada lote, para plantaciones forestales en un plazo máximo de diez años. En enero de 1950 las autoridades del INC solicitaron a Mendívil, que actuaba en calidad de apoderado de la sucesión Mendilaharsu, elevar un nuevo plan de colonización. Para ello dispondría de un nuevo plazo de 60 días.

En el devenir de 1950 el conflicto se fue atenuando. A finales de ese año Rubio abandonó el INC y resultó electo senador de la República. En 1953 fallecieron los dos principales protagonistas: Rubio y Mendívil. De ese modo, la sucesión Mendilaharsu tendrá como interlocutor a Carlos, nieto de Antonia. Amparado en las normas vigentes, en diciembre de 1953, Carlos Mendilaharsu solicitó al INC la exoneración de los impuestos de contribución inmobiliaria para la escrituración de las tierras en favor de los adjudicatarios. A partir de ese momento se puede inferir que el proceso de fraccionamiento estipulado por el artículo 45 de la ley 11.029 continuó su procedimiento.

Breves reflexiones finales

El caso analizado permite realizar algunas breves reflexiones. La primera es que el conflicto político entre Rubio y Mendívil representa dos formas diferentes de concebir la función social de la tierra y el latifundio. Por un lado, Rubio defiende los intereses de la *res pública* mientras que Mendívil simboliza los intereses privados basado en la acumulación de generaciones anteriores, es decir, la herencia. La segunda cuestión estriba sobre la expropiación para impulsar una reforma agraria en sociedades de libre mercado pese a tener compensaciones. Aquí hay dos observaciones para el caso uruguayo. Por un lado, se presenta como un instrumento demasiado lento en el afán de incorporar tierras. Por otro lado, y quizás en relación con lo anterior, para la clase terrateniente tiene una carga simbólica muy pesada. Por esa razón, la concepción de la expropiación genera un sentimiento tan negativo que resulta pasible de ser evitado por todos los mecanismos disponibles.

Retomando el caso de la estancia "La Gloria", y a pesar de que el INC no pudo tomar posesión del campo, hay indicios de que hubo una efectiva descomposición del latifundio. Algunas pistas pueden seguirse en el estudio realizado por Trías (1961), donde no aparece ningún apellido Mendilaharsu, Netto o Mendívil entre la nómina de propietarios mayores a 2500 hectáreas. Sin embargo, la división del latifundio de Sousa Neto sigue dejando una serie de interrogantes en el aire: ¿En cuántas parcelas fue fraccionada la estancia? ¿Quiénes lograron acceder a la tierra como nuevos propietarios o arrendatarios? ¿Los nuevos propietarios/arrendatarios cumplían con perfiles semejantes o diferentes a la población objetivo del INC? ¿Cómo se fiscalizaron los planes de explotación agropecuaria indicados por las autoridades del INC?

Fuentes

a) Documentos de gobierno y administración: Instituto Nacional de Colonización (INC), actas del directorio desde el 18/06/1948 al 27/06/1973.

Referencias

FRUGONI, E.; RUBIO, A.; GONZÁLEZ VIDART, A.; MARTÍNEZ TRUEBA, A. **Sobre la reforma agraria en el Uruguay**. Montevideo: Club Banco Hipotecario, 1944.

GONZÁLEZ PENELAS, W. **El Uruguay y su sombra**. Tierra y miseria. Montevideo: Ciudadela, 1968.

JUNCAL, A. Dos visiones sobre la huelga de la remolacha azucarera: Paysandú, Uruguay (1957-1958). **Historia y sociedad**, n. 49, p. 88-112, 2025. DOI: 10.15446/hys.n49.117929. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/117929. Acesso em: 11 ago. 2026.

JUNCAL, A. Historia de un latifundio improductivo: las tierras de Silva y Rosas en el norte uruguayo (1959-1973), **Historia Agraria de América Latina**, v. 4 pp. 48-65, 2023.

JUNCAL, A. **Las intermitencias del debate sobre la reforma agraria uruguaya (1943-1973)**. Tierras, instituciones y generaciones. Tese de História, UFF: Niterói, 2022.

JUNCAL, A. Memorias a la intemperie: la primera marcha por la tierra en Uruguay. **Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**. Año 2, Núm. 3, p. 92-109, 2015. Versión on-line. Disponível em: http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/clepsidra/index. Acesso em: 11 ago. 2026.

JUNCAL, A.; AZZIZ, J. El conflicto de la estancia Guaviyú: tierra y política en Uruguay. **Cuadernos del Claeh**, v. 43, n. 120, p. 113-126, 2024. DOI: 10.29192/claeh.43.2.7. Disponível em: https://ojs.claeh.edu.uy/publicaciones/index.php/cclaeh/article/view/668. Acesso em: 11 ago. 2026.

JUNCAL, A.; CARDEILLAC, J. La política estatal de tierras bajo la dictadura uruguaya (1973-1984): técnicos, civiles y militares en el Instituto Nacional de Colonización. **Estudios Rurales**, v. 15, n. 31, 2025. DOI: 10.48160/22504001er31.631. Disponível em: https://estudiosrurales.unq.edu.ar/index.php/ER/article/view/631. Acesso em: 11 ago. 2026.

REPÚBLICA Oriental del Uruguay. Cámara de Senadores. Instituto Nacional de Colonización, Ley nº 11.029 de 12 de enero de 1948. **Informe y proyecto de Ley de la Comisión Especial de Reforma Agraria del Senado y Discusión Parlamentaria en dicho Cuerpo**. Montevideo: Imprenta Nacional, 1848.

SAAVEDRA METHOL, JP. **Derecho Agrario y Colonización**. Montevideo: FCU, 2020.

TRÍAS, V. **Reforma agraria en el Uruguay**. Montevideo: Tribuna Universitaria, 1961.

Conflictos en torno a los derechos de propiedad en contextos de "guerra civil".
Buenos Aires, segunda mitad del siglo XIX

María Fernanda Barcos
fernandabarcos@gmail.com
Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de La Plata-Consejo Nacional de investigaciones Científicas y Técnicas (IdIHCS-UNLP-CONICET)

Palabras clave: derechos de propiedad, pronunciamientos rurales, historia argentina siglo XIX, guerra civil, historia agraria.

Introducción

El siglo XIX argentino tuvo un hito fundamental el 3 de febrero de 1852 cuando una heterogénea coalición integrada por las provincias de Entre Ríos y Corrientes, la República Oriental del Uruguay y el Imperio de Brasil puso fin al liderazgo del gobernador de Buenos Aires, y líder de la Confederación Argentina, Juan M. de Rosas. El líder de la campaña militar contra Rosas fue el gobernador de Entre Ríos, Justo J, de Urquiza. Dicho general formaba parte del partido federal y se había mantenido leal a lo largo de toda la década del 40', sin embargo, la recuperación de la economía de Entre Ríos, antaño fuertemente asolada por las guerras de la independencia y civi-

les, y la persistente negativa de Buenos Aires a ceder el monopolio que ejercía sobre el comercio; provocaron resquemores que desencadenaron el pronunciamiento del 1° de mayo de 1851. En tanto que las disputas con el Imperio de Brasil por la influencia ejercida sobre Uruguay, y la falta de comunicación con la provincia de Rio Grande do Sul, provocaron la incorporación extranjera al conflicto. Si bien la batalla de Caseros fue rápida, la transición no fue fácil pues pasaron "diez años de discordia" hasta que se pudieron sentar las bases mínimas para un acuerdo de organización nacional para la República Argentina (HALPERIN DONGUI ,1995: XI-CI). Durante esa década de conflicto existieron dos estados paralelos: el *Estado de Buenos Aires* y la *Confederación Argentina*, cada uno con su propia organización constitucional.

La historiografía especializada pasó de entender este periodo como una mera pausa en un proceso de unificación destinado a producirse, a darle entidad propia. Al ampliarse el nivel de conocimiento del periodo surgieron nuevos interrogantes, especialmente la problemática de los derechos de propiedad en este contexto de fragmentación territorial y guerra civil[1]. Esta cuestión es central porque fue precisamente durante la década de 1850 y en vigencia del nuevo *Estado de Buenos Aires*, cuando se retomaron los proyectos relacionados con el tema del ordenamiento y privatización de la tierra pública. Las medidas de reorganización en esta materia, y que incluyeron procesos de desamortización, clarificación de derechos y ventas privadas, no fueron una novedad local pues en gran parte de Iberoamérica se generaron medidas de esta índole. La mayoría estuvieron promovidas para activar la

[1] Se recurre al término "guerra civil" sabiendo que tiene una serie de problemas. En primer lugar, por la diversidad de conflictos de distinta naturaleza que engloba, y por el presupuesto de la existencia de una dupla "guerra interna/guerra externa", siendo las primeras las que se producen en territorio "nacional"; término difícil de aplicar para gran parte del siglo XIX. Con estos recaudos, sigue siendo útil para describir los fenómenos del siglo XIX junto con el concepto de "pueblo en armas". *Cf*.: Armitage, 2012; Calleja, 2012; Rabinovich, 2015; Capdevila, 2016; Islas; Reali, 2018.

economía y reorganizar tanto las instituciones administrativas, que permitirían un desarrollo más preciso de la ciudadanía y los derechos de propiedad en clave individual y posesorio, como las represivas, que buscaban instalar un nuevo orden cosas. Así, las transformaciones en los derechos de propiedad durante la segunda mitad del siglo XIX fueron parte de un movimiento general y profundo de expansión del capitalismo a escala mundial que necesitó de la modificación de las "reglas de juego" generales para perpetuarse (Congost, 2006; Lana Berasain, 2014; Congost; Gelman; Santos, 2017; Congost; Luna 2018; Serrão *et al*., 2014).

En Buenos Aires el proceso de clarificación de los derechos de propiedad debió sortear la herencia de las medidas tomadas por los gobiernos de Martín Rodríguez y Juan Manuel de Rosas, pero también los problemas que generó la guerra civil. Así, a la necesidad de ordenar en clave positiva la multiplicidad de derechos que se habían generado por varios sistemas de entrega de tierra (donaciones, enfiteusis, premios por campaña contra los indios, premios por fidelidad política y ventas), se sumaron los problemas en torno a las violaciones de esos mismos derechos durante los conflictos bélicos (embargos, ocupaciones, auxilios forzosos y otros). Sin embargo, esto último no ha sido estudiado sistemáticamente porque se interpretó la construcción de la propiedad privada en paralelo a la construcción de Estado y como un proceso lineal que fue de menor a mayor. Aquí consideramos que la variable 'guerra civil' generó "estado de excepción propietario" casi constante. Si bien no es una novedad que durante los conflictos bélicos se violaron derechos, se desconoce cómo funcionaron las instituciones y actores en medio de esta guerra y por eso es factible estudiar las prácticas y excepciones reglamentarias (o no) que se pusieron en marcha.

Este trabajo abordará entonces la problemática de los derechos de propiedad durante el fin del gobierno de Rosas y durante la construcción del *Estado de Buenos Aires*. Y se concentrará en la coyuntura general que se abrió con la rebelión rural y federal del 1° de diciembre de 1852. Para ello nos

planteamos la siguiente pregunta: en el marco de consolidación de las instituciones que hicieron posible la realización práctica de la propiedad: ¿Cómo se trataron a nivel político como jurídico, los reclamos en torno a la violación de los derechos de propiedad durante y después de la rebelión rural citada? Así, desde una perspectiva multidisciplinar centrada en la historia agraria y la historia del derecho, en la larga tradición del Derecho Indiano al derecho patrio se busca incluir el caso argentino en la discusión respecto de cuál fue el rol de las *fuerzas de la guerra* en los procesos de construcción de los Estados-Nación (Armitage, 2012; Garavaglia, Pro-Ruiz; Zimmermann, 2012; Capdevila, 2016).

La Rebelión Rural y Federal del 1° de diciembre de 1852, una síntesis

La heterogénea coalición que derrotó al gobierno de Juan M. de Rosas se quebró rápidamente y desembocó en la llamada «Revolución del 11 de septiembre de 1852» La principal causa de la discordia fue la negativa de Buenos Aires a asistir al Congreso Constituyente que se celebraría en Santa Fe pues allí se sancionaría la constitución que abriría paso a la "Organización Nacional". El rechazo de la Sala de Representantes de Buenos Aires al proyecto constitucional fracturó definitivamente la alianza gestada un año antes con el general federal Justo J. de Urquiza, líder de la iniciativa.

La asonada militar fue inicialmente exitosa pues acabó con la presencia urquicista en Buenos Aires y logró que Valentín Alsina fuera elegido gobernador. Sin embargo, este triunfo también duró poco pues en menos de dos meses se produjo un nuevo pronunciamento. La rebelión rural y federal citada se gestó en el seno de la oficialidad militar (mayormente de pasado rosista) pues ésta se venía debatiendo entre la lealtad federal hacia Urquiza —con el recelo de ocupar un papel secundario en su administración— y la adhesión al movimiento del 11 de septembre -liderado por antiguos enemigos-

. La disyuntiva se agudizó cuando el gobernador Alsina, planeó "nacionalizar" el movimiento porteño para acabar con la influencia de Urquiza en las provincias. Así, el 1° de diciembre de 1852 los comandantes de milicias del norte y oeste de Buenos Aires, general José M. Flores y coronel Hilario Lagos se pronunciaron desde el partido de la Guardia de Luján exigiendo paz para la campaña y la renuncia de Alsina.

El pronunciamiento logró la renuncia del gobernador, pero no se detuvo ahí, con el correr de los días se transformó en una rebelión rural de gran envergadura liderada por los jefes militares de las fuerzas regulares y de las milicias rebautizadas "guardias nacionales". Este poder militar logró controlar gran parte de la provincia pues se ocuparon los vecindarios y se montó un sitio a la ciudad de Buenos Aires que duraría alrededor de 6 meses.

La Proclama leída desde la plaza del pueblo de la Guardia de Luján sintetiza los motivos de la rebelión, era el pueblo en armas que se levantaba harto de guerra para pedir la paz y rechazar el nombramiento del unitario Gral. José María Paz como jefe del ejército. También exigía la renuncia del gobernador Alsina y, en proclamas posteriores, la integración de la provincia de Buenos Aires a la Confederación Argentina concurriendo sus representantes al Congreso Constituyente destinado a dar una organización nacional.

Si bien la rebelión tuvo apoyo popular sobre todo en el oeste y norte de la provincia, fue dirigida por los comandantes de frontera y la oficialidad del Ejército de Línea. Por otra parte, la experiencia de la guerra civil y del sitio a la ciudad fue traumática para los pobladores en varios sentidos pues los vecindarios sufrieron una auténtica ocupación y sus habitantes fueron movilizados en masa, cuestión que torció el rumbo de sus vidas por varios meses. El 14 de julio de 1853 las tropas federales lideradas por el Gral. Hilario Lagos fueron finalmente derrotadas por la facción porteña que apoyaba la construcción de un Estado de Buenos Aires separado de las 13 provincias restantes. La férrea defensa de la ciudad y al soborno a las fuerzas navales extranjeras que bloqueaban el puerto dieron su fruto, aunque también influyeron

las discusiones entre los jefes federales. La injerencia del líder de la Confederación Justo J. de Urquiza en el conflicto de Buenos Aires y aspectos que trataba la nueva constitución sancionada en Santa Fe, sobre todo la "cuestión capital" generaron polémicas. Así en julio comenzaron las deserciones de muchos jefes de prestigio y los cambios de bando. A esto se sumó la partida de las naves que sitiaban la ciudad al mando del mercenario estadounidense Coe y finalmente la incursión porteña a la campaña al mando del Gral. Flores, antiguo aliado de los rebeldes. La sumatoria de hechos alentó el pesimismo y provocó la derrota.

Concluido el conflicto sobrevino la desmovilización de las tropas y la anarquía que esto provocaba pues los poblados quedaron desprotegidos y las partidas armadas iban y venían por los campos provocando desmanes. Sumado a esto, las parcialidades indígenas aprovechaban la situación y maloneaban. Así, los estragos que dejó la guerra se sentían de múltiples maneras: destrucción de riqueza, pérdidas humanas, inseguridad de los caminos, irregular funcionamiento de las instituciones, rencillas personales, políticas y/o familiares etc. Finalmente existía un vacío institucional puesto que los pobladores no sabían a qué autoridades obedecer ya que los jueces de paz (máxima autoridad en el mundo rural) habían cambiado ya tres veces desde la caída del exgobernador Rosas.

En las páginas siguientes analizaremos entonces los estragos que causó la guerra civil en asuntos relacionados con los derechos de propiedad. Para ello nos concentraremos en las ocupaciones de tierras o edificaciones y en los embargos y analizaremos los argumentos que utilizaron los damnificados como repertorio para recuperar sus bienes; o para ser recompensados. También nos interesa indagar los elementos de derecho con los que se contaba para tratar estos asuntos.

Ocupaciones y Daños a la Propiedad Raíz

> "La ocupación de los bienes particulares, y la reprobable piratería son una misma cosa. Sobre este punto el derecho de gentes ha recibido, y recibe continuas variaciones" (Somellera, 1824, p. 124).

La ciudad sitiada

Durante el desarrollo del conflicto que enfrentó a la ciudad de Buenos Aires con su campaña tanto las propiedades urbanas (solares) fueron ocupadas por los ejércitos porteño y federal. En las calles se estableció una guerra de posiciones donde cada bando resistía detrás de sus trincheras. En los barrios las casas con balcones, o las mejor ubicadas, eran especialmente demandadas para fijar posiciones, guardar suministros y tener reuniones diplomáticas o de otra índole. Varias de estas casas fueron prestadas por sus dueños, pero otras fueron directamente ocupadas por la fuerza alegando "extrema necesidad". Mientras los nativos tenían pocas herramientas para defenderse, la situación era diferente entre los extranjeros pues éstos acudían a los consulados para denunciar la situación, contamos con varios registros de correspondencia que expresan el descontento de los enviados franceses, ingleses, brasileños y otros por la ocupación de propiedades o por la apropiación de bienes. Estas denuncias se hacían vía consulados o particulares damnificados en forma de correspondencia a los jefes de guardias nacionales quienes las elevaban al líder de la rebelión Hilario Lagos o al Consejo de Administración que funcionó durante el conflicto. Las respuestas de los sitiadores siempre incluían el argumento del exceso en el que podían incurrir algunos jefes. Por costumbre, o por una disposición de derecho específica, se postulaba que ante la neutralidad extranjera no se podía recurrir a ningún tipo de acción: "Todo el que atropelle la propiedad, o la persona de algún extranjero

que se conserve neutral será castigado con la pena de muerte".[2] Pero en los hechos los problemas fueron frecuentes, no sólo se invadieron propiedades, también las fuerzas se aprovisionaron de ganado y comestibles de los almacenes bajo el lema de que eran "auxilios forzosos". Contamos con un documento que relata un accidente sucedido en el edificio de la delegación del Imperio del Brasil, el representante de dicho país denunciaba la caída de un tercio de cañón encendido en las habitaciones inferiores del edificio por lo que reclamaba:

> Los principios del Derecho de Gentes con relación a los Representantes de los Gobiernos y potencias extranjeras la perfecta neutralidad de las autoridades y súbditos brasileños en la actual situación, las promesas que V. S espontáneamente hizo al Cónsul General del Brasil de que en caso de entrar la fuerza en armas dentro de la Ciudad haría respetar la vida y la propiedad de los súbditos...[3]

Aún en 1853 se expresaba claramente la vigencia del Derecho de Gentes en la resolución de este tipo de conflictos. Los sitiadores no pudieron hacer otra cosa que disculparse, pero el daño no fue reparado[4]. En otros casos si se tomaron medidas, sobre en los robos. El 13 de enero el Cónsul de la Reina de Portugal denunciaba ante el Cnel. Lagos el robo que había sufrido un súbdito de la corona portuguesa que trabajaba en el tráfico de carretas de la aduana de Buenos Aires. El hombre había sido arrebatado en el bajo de Quilmes y por ello había perdido 50 caballos. Ahora bien, el hecho no había sido un acto delictivo de un particular, sino que había sido ordenado por el Cap. Montes de Oca que, según el Cónsul, debía ignorar que la víctima era un neutral. La respuesta de los sitiadores tardó un poco pero finalmente reconocían el error. La respuesta planteaba que el malentendido se habría generado porque los caballos denunciados estaban mezclados con animales de otro particular, pero, si el portugués podía registrar su marca, los mismos le

[2] Orden General del 15 de diciembre de 1852. Archivo General de la Nación (AGN), Archivo Saldías, Correspondencia (CS), 17 de diciembre de 1852.
[3] AGN, CS, 22 de diciembre de 1852.
[4] AGN, CS, 22 de diciembre de 1852.

serían devueltos[5]. Este argumento muestra como en el contexto de guerra el robo no eran un delito, sino que el delito era que el hurto había sido efectuado a un neutral.

El ejemplo anterior muestra el desamparo al que estaban sometidos los nativos, estaban desprotegidos y presionados a prestar servicios para ambos bandos. El caso de Doña Mercedes Lorenzo y Doña Adelaida Troncoso es ilustrativo, las mujeres recibieron órdenes del Cnel. Lagos de desalojar su casa junto con sus familias con el objeto de establecer allí un depósito de municiones. Las mismas protestaron la decisión, pero no sabemos qué sucedió.[6]

Cuando sobrevino el fin del conflicto, comenzó el proceso de ordenamiento de la ciudad y campaña bajo los términos de los vencedores. En esta instancia los damnificados por las situaciones relatadas reclamaron al flamante gobierno del Estado de Buenos Aires los daños y pérdidas sufridas. Por ejemplo, Francisco Rincón se dirigió al ministerio de guerra solicitando una reparación por los daños ocasionados en su propiedad durante el asedio. El trámite habitual era el siguiente: el ministro de Guerra enviaba la solicitud al de Gobierno y éste ordenaba al jefe de Policía una averiguación del caso y tasar los daños para luego brindar una respuesta[7]. Las denuncias parecen haber sido numerosas y continuaron por más de un año y medio, recién en marzo de 1855 se impuso un ultimátum de 20 días para los reclamos ya que el Estado de Buenos Aires necesitaba conocer el monto total de la deuda. Vencido el plazo no se admitieron más denuncias y las deudas se tuvieron por abonadas y cedidas a favor del Estado.[8]

En el marco del ultimátum, el 27 de marzo de 1855 se presentó Francisco Suárez, exponiendo que, durante el sitio de Lagos, su vivienda en la Boca había sido destruida por completo. Como los informes que había podido producir eran insuficientes, suplicaba se levante una nueva información y

[5] AGN, CS, 20 de enero de 1852.
[6] AGN, CS, 23 de febrero de 1852.
[7] AGN, Estado de Buenos Aires (EBA), 1 de febrero de 1854, 6334.
[8] Registro Oficial del Estado de Buenos Aires (ROEBA) aviso del 7 de marzo de 1855. p. 37.

que el Gobierno le entregue 8.000 pesos como resarcimiento. Días después, el jefe de Policía informó que los vecinos habían abalado la declaración de Suárez relatando que el rancho había sido deshecho por fuerzas de la ciudad. La respuesta del Fiscal fue ordenar que se nombrase un tasador que evaluara la propiedad reclamada, sin embargo, el Asesor de Gobierno se negó a tasar la casa porque resultaba oneroso para el erario y fijó la indemnización en 2.000$, cifra mucho menor por lo que el denunciante no aceptó. Sin embargo, el Dictamen del Asesor de Gobierno confirmando el fallo terminó con el asunto[9].

La campaña ocupada

Parte de las guardias nacionales que no marcharon a la ciudad se establecieron en varios de los pueblos de la campaña, ya sea para reforzar el cerco o para realizar una parada táctica y luego marchar hacía otro destino. Para analizar como la ocupación violó los derechos de propiedad de los pobladores tomaremos un litigio iniciado en 1860 pero que remite al conflicto de 1852.[10] El expediente se inició a partir de la denuncia de Juana Pereira de García contra la Municipalidad de Mercedes (ex Guardia de Luján) sobre el mejor derecho a la propiedad de una quinta en el ejido del pueblo.[11] El documento se encuentra en el catálogo de Escribanía Mayor de Gobierno de la provincia de Buenos Aires, aunque fue tratado también por otras instancias de gobierno y judiciales. La denuncia fue dirigida originalmente al Juez de 1° Instancia por medio de un apoderado, allí la vecina acusaba a la corporación municipal por sentirse desamparada en sus derechos sobre un terreno

[9] AGN, Sala X-28-7-2, Expediente (Expte.) 9722. En: *Dictámenes en la asesoría de gobierno*...p. 47-48

[10] El litigio fue estudiado en profundidad en BARCOS, 2013.

[11] Archivo Histórico de la provincia de Buenos Aires (AHPBA), Escribanía Mayor de Gobierno (EMG), Legajo (Leg.) 216, Expte. 15024/1860. Todas las citas de este litigio pertenecen a este expediente.

de casi 10 has. Según los testimonios de la afectada, y de los testigos que declararon a su favor, en 1818/1822 el terreno había sido donado a su padre quien lo habría ocupado pacíficamente junto con sus herederos hasta que en 1852 fue desalojado por el Cnel. Benjamín Méndez al mando del regimiento N°3 de Guardias Nacionales. Según la denunciante, dicho coronel se habría establecido en el terreno en disputa construyendo un rancho que luego abandonaría al finalizar el conflicto. En el año 1858 Juana Pereira habría intentado volver, pero la municipalidad, desconociéndola como dueña por falta de títulos, le impidió retomar la posesión del terreno y lo declaró baldío. En junio de 1860 se le otorgó la acción a Eduardo O' Gorman, cura del pueblo, lo que motivó el inicio de la demanda[12].

Antes de proseguir, es importante detallar el modo de entrega de los terrenos ejidales. Entre 1810 y 1822 fueron donados por los comandantes de frontera en propiedad, a partir de 1823 y hasta 1858 la tierra fiscal se convirtió en garantía de la deuda pública por tanto los terrenos se otorgaron en enfiteusis, arrendamiento y mayoritariamente en "donación condicionada". Los encargados de adjudicar las parcelas fueron las comisiones de solares, los jueces de paz y desde 1857 las municipalidades. En los enfitéuticos y arrendados el Estado retenía el dominio directo y *cedía el dominio útil a cambio de un canon*. El caso de las donaciones fue más complejo: el estado retenía el dominio directo, pero *donaba el dominio útil* no percibiendo retribución alguna por la cesión. Mientras en los primeros dos casos la posesión no generaba derechos pues al pagar un canon se reconocía la propiedad en un tercero (en este caso el Estado), en las donaciones el poblador poseía *a título*

[12] En otro trabajo hicimos referencia a este litigio en relación con las lógicas políticas que se establecieron entre las novatas municipalidades y los pobladores de la campaña para acceder a la tierra. En cambio, en esta oportunidad me interesa tomar el caso como disparador de otra problemática, esto es la violación de los derechos de propiedad en contextos de guerra civil.

propio (a título de dominio)[13]. Por tanto, la permanencia continuada permitía con el tiempo reclamar la propiedad (derecho).[14] A partir de 1858 los terrenos ejidales fueron puestos en venta consolidándose la propiedad plena, aunque, en los pueblos fronterizos se siguieron efectuando donaciones.

Las reformas liberales iniciadas a mediados de siglo XIX intentaron un ordenamiento a partir de la creación de un cuerpo normativo uniforme sobre los derechos de propiedad. Los resultados quedaron plasmados en los códigos y en el conjunto de leyes del periodo. En el caso de los ejidos, la ley de 1858 inauguró el proceso de privatización poniendo en venta los terrenos para quintas y chacras. Pero esta normativa no contemplaba el concepto de *propiedad dividida* presente en las leyes anteriores, en la práctica esto implicó desconocer los derechos de propiedad de los antiguos pobladores. La solución llegó en la década de 1860 y mediante la figura del *reconocimiento a título de dominio.* A través de este mecanismo se subsumió la diferencia entre posesión/propiedad vigente durante años. Los pobladores a los que se les reconocía el dominio debían escriturar sus tierras como propietarios plenos y absolutos, reuniendo en sus manos tanto el derecho como el título que reconocía ese derecho.

Para reconocer el dominio se tenían que presentar los títulos de la donación y juntar testigos que dieran fe de la permanencia en el terreno "con población y cultivo ininterrumpido". Para los donatarios no resultó fácil contar con un documento que hiciera las veces de título para avalar la propiedad (Barcos, 2013). Si bien durante la segunda mitad del siglo XIX las municipalidades defendieron a los antiguos pobladores ejidales alegando que los

[13] [...] la posesión que da derecho a la propiedad o a ser reconocido como dueño." En otras palabras, era la posesión a nombre propio que se diferenciaba de la que detentaba el inquilino, enfiteuta o usufructuario que poseían, pero no poseían como dueños ya que al pagar un canon reconocían la propiedad en otro. *Diario de Sesiones Diputados,* sesión del 10 de junio de 1868, p. 139.

[14] Según Escriche la propiedad se obtiene por: ocupación y accesión, por prescripción, por sucesión, por disposición testamentaria y por entrega o trasmisión en virtud de las obligaciones o contratos. Escriche, 1831[1847]).

títulos se habían extraviado, o que eran imposibles de conseguir porque habían sido utilizados como títulos en las transferencias de derechos, cuando esos mismos poseedores demandaban a los miembros de las corporaciones, o a sus amigos, se les exigía el título. Este fue el caso de Juana Pereira quien no pudo probar ser legitima dueña del terreno por no contar con un documento respaldatorio y debió recurrir a testigos. Los mismos fueron sometidos a una serie de interrogatorios que nos permitieron obtener mucha información sobre el tema que nos ocupa.

Manuela López de 69 años, testigo y lindera del terreno, declaró que la parcela en disputa había sido ocupada en el año 1820 por el padre de la demandante y que le constaba que el Coronel Méndez llevo maderas al terreno como para poblar, "[...] pero ignora si pobló".[15] Juan Barzola declaró que: "[...]conoció poblado el terreno hasta el año mil ochocientos cincuenta y tres; pero que su familia le dijo que quien lo poseía era el Coronel Méndez ignorando con qué títulos[...]".[16] En el testimonio de María de los Reyes se enunciaba algo diferente "[...] la posesión sólo fue interrumpida en el año 1840 que el ejército del General Lavalle entró al pueblo y se destruyeron algunas quintas [...]".[17] Y Ana Fredes decía:

> [...] en el año veintidós le prestaron ese terreno con un ranchito viejo que a poco tiempo se le cayo y tuve que refaccionarlo [...]" "[...] después de la Batalla de Caseros recién sucedió que un coronel Méndez mando zanjear el terreno y viendo la declarante en dificultades a la dueña del terreno Doña Juana Pereira de García sobre la propiedad prefirió la declarante mudarse a otra parte y abandonar el rancho que había hecho.[18] Por último, Celedonio Jiménez, pulpero y con casa en la Guardia, esgrimía: "[...] los terrenos fueron baldíos hasta el año 18 en que principiaron a poseerlos José Pereira y su esposa Manuela Montiel. Lo conservaron hasta el año 52' o 53' en que vino el coronel Méndez y se apodero de él y luego abandono después empezó a ocupar O' Gorman".[19]

[15] Folios (fs.) 76v – 77.
[16] fs. 82v - 83.
[17] fs. 77-77v.
[18] fs. 85- 85v.
[19] fs. 76v. - 77.

En suma, todos los testigos declararon que José Antonio Pereira ocupó y pobló el terreno desde el año 1818, y que su posesión fue continuada hasta el asalto del Cnel. Méndez quien durante la rebelión permaneció allí. Con la derrota del sitio, Méndez huyó junto con el resto de los cabecillas, no obstante, mantuvo trabajadores en el terreno y asiduamente intercambiaba comunicaciones con el Juez de Paz respecto del funcionamiento de la quinta.

Estos testimonios que presentamos, muestran la fragilidad en la que se encontraban los pobladores ante la invasión de sus terrenos por parte de los ejércitos. Incluso uno de los testimonios confunde la ocupación de 1853 con la de 1840. Lo que nos ocupa aquí es el contexto de "guerra civil" pues este no parece haber sido motivo suficiente para que los vecinos fueran amparados y pudieran retener sus derechos de propiedad. En 1863 Joaquín Escriche escribió el "Manual del abogado americano", allí planteó un conjunto de preceptos que debían regir en torno a la propiedad, posesión y prescripción de los bienes muebles e inmuebles. Una de ellas era que las cosas "forzadas o robadas no pueden prescribir" (Escriche, J, 1863). Respecto de esto, la legislación más lejana en donde pudo hallar inspiración son las Partidas. Allí se dice

Cómo se dehe lihrar el pleyto de la fi1erza ante que los otros pleitos qtte nascen. sohre la cosa forzada.

> Nascen á las vegadas pleytos et contiendas entre los homes sobre las fuerzas que se facen unos á otros, de manera que aquellos á quien toman algunas cosas por fuerza piden que los entreguen de 1a posesión dellas: et los otros que las tomaron así dicen que gelas non darán, que suyas son ó que han derecho en ellas, 1 et que lo quieren probar; ó por aventura viene otro alguno que dice que suya es aquella cosa et que lo quiere probar. Et por ende decimos que quando quier que acaesca que tales demandas vengan de so uno sobre una cosa, que la demanda de aquel que dice que seyendo él tenedor que gela "tomaron por fuerza, debe seer oida primeramente et librada segunt derecho, et desi oyan et libren las demandas de los otros asi como derecho fuere (Escriche, J, 1863).

De acuerdo con esta ley, el despojado puede intentar recuperar su tierra:

> Despojo. Fuerza y que se llama en nuestras Leyes, es la violencia que se comete de cierto modo contra alguno, desposeyéndole, o quitándole su alhaja, bienes, o hacienda; de cuyo lado nace al poseedor primero, o despojado la acción correspondiente, con que puede intentar antes de contestar a la demanda en el juicio de la propiedad, la restitución de su alhaja o derecho (3), formando a este fin artículo. de reintegro, sobre el cual debe el Juez pronunciar, declarando haber lugar a él o negándolo (Escriche, J, 1863).

Cuando Escriche trató la posesión de las cosas raíces argumentó que se perdía:

> 1° si el poseedor es despojado por fuerza de ellas; 2º si en su ausencia entra alguno en ellas, y después no quiere recibirle; 3º cuando sabiendo que alguno entró en ellas, no quiere ir a recuperarlas, temiendo que no le admitirán, o que le echarán por fuerza; y 4º si las desampara con el ánimo de no tenerlas (Escriche, J, 1863).

El tiempo que transcurrió entre que el terreno fue ocupado por el ejército (1852) y el inicio de la demanda (1858) hace suponer que la damnificada quedó comprendida en el artículo 3° del párrafo anteriormente citado. Ahora bien, ¿había perdido la posesión y no el dominio directo que no prescribía? No encontramos en los alegatos de los representantes de Pereira ninguna alusión al Derecho de Gentes como recurso para defender los derechos de propiedad ante una invasión o desalojo a pesar, como vimos, que la situación podría haber estado contemplada.

Los argumentos del defensor municipal para desconocer el derecho de propiedad de la denunciante si contenían saberes de Derecho de Gentes y disposiciones patrias. Se amparaban en las leyes vigentes en materia ejidal: "[...] si el terreno fue donado debe ampararse la posesión, sino se pueden usar", pero "[...] a los abandonados se publica un edicto en los diarios y pasado el tiempo se dispone de ellos" y "[...] sobre los que no se cumplieron condiciones de población se puede disponer".[20] Como Juana Pereira no había presentado los títulos cuando éstos fueron requeridos y el terreno quedó

[20] fs. 16v. y 17.

abandonado luego de la huida del Coronel Méndez, la municipalidad lo consideró baldío y se lo otorgó al cura del pueblo Eduardo O' Gorman[21]. El criterio que posiblemente se utilizó fue el de la prescripción o *usucapión*: la municipalidad recobró el dominio de la quinta en disputa y la terminó vendiendo "[...] porque se presume que su dueño la ha abandonado, puesto que no la ha reclamado en tanto tiempo" (Escriche, 1863). Así el cura O' Gorman adquirió el dominio de la cosa ya que habiéndola comprado de quien creía era su dueño [la Municipalidad] aunque en realidad no lo era, la poseyó sin interrupción el tiempo fijado por la ley (Escriche, 1863). Aquí se recurre a una situación contemplada en el Derecho de Gente, si el que posee lo hace de "buena fe", sin saber que la cosa fue sustraída a un tercero, puede defender su posesión.

Según la denunciante el terreno no había sido abandonado, sino que sus moradores habían sido desalojados por un Cnel. del Ejército Federal que ocupaba el pueblo. Nuevamente el Derecho de Gentes "no se puede oponer prescripción al que alega justas razones de su silencio" (Vattel, 1820). ¿Podría haberse aplicado este principio? Es perfectamente posible que los poseedores que habían sido desalojados no contaran con los medios o con la suficiente autoridad para hacer frente a una ocupación de carácter militar. Misma situación observamos en el desalojo de la familia Troncoso cuando el ejército porteño ocupo un inmueble en la ciudad de Buenos Aires.

Volviendo al litigio, paralelamente a la intervención de la Municipalidad de Mercedes (ex Guardia de Luján), se sumó a la causa O 'Gorman puesto que en el terreno en disputa se estaba construyendo un edificio que le pertenecía. El cura solicitaba que se declarara nulo lo actuado por ser él antiguo

[21]Otra de las cuestiones que Laudivar planteaba para desechar la denuncia de Pereira consistía en lo siguiente: [...] en esta causa se trata de saber si los terrenos disputados son de propiedad pública o de propiedad de Doña Juana de Pereira de García [...]" "[...] es una causa contenciosa de Hacienda cuya decisión corresponde a la jurisdicción del Gobierno y no a la Justicia Ordinaria. La Municipalidad no es parte en el juicio sino como mero informante. La parte es el gobierno como dueño de los terrenos.

y legitimo poseedor del terreno y no la Municipalidad y "[...] cualquier resolución que se tomara en este asunto debía afectar mis derechos de poseedor y no podía dictarse sin mi previa audiencia"[22]. Las razones fueron tenidas en cuenta y se anuló todo lo actuado, luego de esto el expediente pasó al Ministerio de Gobierno donde se designó a Marcelino Ugarte fiscal. Para esa época Juana Pereira había muerto y la causa fue continuada por su hija Irene y un nuevo apoderado llamado Tomás Vega. En el transcurso también se había sancionado la ley que posibilitó que O' Gorman dejara de ser un donatario de la municipalidad y se convirtiera en propietario de la quinta y contara con escritura.

Es importante aclarar que la quinta en disputa estaba ubicada en un lugar estratégico del partido y por eso estaba siendo tan disputada. Una vez que el cura logró escriturar, vendió la parcela, aún con la causa abierta. Llegada esta instancia el representante de Irene Pereyra había incorporado nueva información a la causa con la intención de demostrar que "la ausencia en el ánimo de poseer de la demandada" no era tal.

> [...] la Municipalidad dice que en 1858 el terreno estaba bacante, pero esa es una aseveración gratuita. Cuando el coronel Mendes fugo abandonando el terreno en cuestion, un señor Basualdo pidió el embargo de todos los bienes pertenecientes al profugo, para indemnizarse de perjuicios que le habia inferido y denuncio entre otros el terreno de mi representada en la creencia de que fuese de Mendez, convencido posteriormente de su error abandono aquella pretensión volviendo el terreno a ser de su primitivo dueño. A f.17 puede ver que en 30 de junio de 1858 se presentó la señora madre y tia de mi representado pidiendo a la Municipalidad de Mercedes se les reconociese el derecho de propiedad al terreno por tanto tiempo poseído. Aquella corporación acordo suspender el despacho hasta que su superior Gobierno constestase a la consulta que se le habia hecho sobre el particular.

En abril de 1866 se resolvió finalmente el caso: en el dictamen del fiscal se declaraban caducos los derechos de Irene Pereira y se mantenía la enajenación a favor de O 'Gorman. El argumento era el siguiente: para la fecha en que había sido otorgado el terreno, el mismo estaba vacante, las pruebas

[22] Folio (f.) 19.

de Pereira no eran satisfactorias pues se referían a la posesión anterior y la misma en 1853 no estaba acreditada: "[Los testigos hablan de que Méndez entro al terreno] llevo maderas [...] pero no se deduce de ahí que la Sra. Pereira fuera arrojada de la posesión, sino que es más presumible que no poseía cuando Méndez entro allí, pues mal podría llamarse posesión a la existencia de un ranchito en ruina."[23]

El criterio con el que se juzgó la posesión fue arbitrario pues si bien había quintas muy ricas, la mayoría de las parcelas que estaban ocupadas en el ejido por esos años tenían sólo un pequeño rancho de adobe y paja con algunas sementeras. Dicho dictamen puso entonces de manifiesto no solo el condominio que existió entre la municipalidad y los principales vecinos del pueblo, también los argumentos legales que primaron (y sus artilugios) para defender "unos particulares derechos de propiedad". Los pobladores tenían perfectamente incorporados que, según la costumbre, el tiempo inmemorial y la legitimidad avalada por la comunidad de pertenencia fundaba derechos, el representante de Irene Pereira lo traducía en estos términos: "[...] aun cuando éstos hubiesen faltado (los títulos), como efectivamente faltan por haberse perdido, no debió ni pudo desconocer (la municipalidad) derechos adquiridos aun cuando más no fuese que por la inmemorial posesión que se invocaba y que era de pública notoriedad [...]"[24]. Pero el problema era el grado de subjetividad con que se ponderaba dicha ocupación ante la ausencia de títulos y la falta total de atenuantes que se tuvieron en cuenta para justificar el abandono de la posesión. Situación que en la práctica era casi imposible de sostener con una la guerra civil recurrente y una frontera en disputa con el mundo indígena. La guerra implicó que las familias más humildes no tuvieran la garantía de la posesión porque fueron continuamente alteradas con levas y ocupaciones.

[23] fs. 142-146.

[24] AHPBA, EMG, Leg. 216, Expte. 15024/1860, f. 105.

Los Embargos

Durante la rebelión del 1° de diciembre de 1852

El último punto que analizaremos son los embargos y auxilios compulsivos realizados por el Ejército Federal durante la rebelión. Específicamente los embargos a las estancias de los "unitarios" o "individuos adeptos a la causa de la ciudad".[25] Hilario Lagos dirigió una circular a todos los jueces de paz de la campaña que ordenaba: 1° separar del partido "...a todos aquellos individuos que hayan tenido parte en contrariar el Santo Pronunciamiento de las Masas Federales el dia primero de Diziembre de 1852. 2° "...[proceder] a embargar los establecimientos de los Salvajes Unitarios que a continuación se indican..." Para la primera directiva se sugería prestar atención a los individuos "...por sus nombres conocidos en [por] nuestros paisanos [,] o por la clase que cada uno de estos halla representado mandando fuerza armadas [,] o por comisiones que hayan tenido para perseguir a los vecinos". En cuanto a los embargos, no se especificaba ningún nombre porque se esperaba que cada funcionario determinara a quién echar del partido, a quien enviar preso al cuartel general y a quien embargar. Todo ello fundando sus razones en el "público conocimiento" de los hechos o de los nombres.[26]

La medida fue polémica desde el inicio y por eso se alertaba los jueces de paz no cometer excesos ya que los recuerdos de la invasión de Lavalle de 1839 estaban aún presentes:

> Al tomar aquellas medidas nunca pude ni tuve en mira volver a resucitar los odiosos embargos ni secuestros que a suma de odiosos son inhumanos y degradantes para un país civilizado como el nuestro. [...] Como el ejército necesita subsistencia y él se compone de ciudadanos pacíficos que voluntariamente han abandonado sus hogares y familias era muy justo que el mantenimiento de ese mismo ejército principiare por los que han causado el armamiento de la Campaña para resistir sus pretensiones

[25] Cuestión que también sucedió durante la Rebelión de los Libres del Sud. Sobre los embargos ver: Gelman, 2002, 113-144; Gelman; Schroeder, 2003, 487-520; Banzato, 2004.

[26] AGN, Correspondencia Lagos (CL), Leg. 267, 3 de marzo de 1853.

> exageradas. Pero de ninguna manera se piense que ese gravamen vuelve la mira de consumar la ruina de sus intereses: esto no puede ser porque estos consumos deben ser religiosamente pagados para cuyo efecto debe documentarlos.[27]

A pesar de la recomendación, el margen de autonomía de los jueces de paz fue amplio y se embargaron varios campos: los de Eugenio Bustos en Bragado, Nicolás Anchorena en Pergamino, Martín Alzaga y José J. Arana en Ensenada, Ángel Pacheco en Salto, Pedro Rosas y Belgrano en Azul, Bernabé y Casto Sáenz Valiente en Ajo y Martín Campos en el mismo partido.

Para asegurarse las existencias de ganado en los establecimientos embargados se prohibió la extracción de hacienda por parte de los particulares, salvo que fuera para el consumo del Ejército Federal[28]. La sinuosidad de la circular generó dudas entre los funcionarios, por ejemplo, se solicitaba "una determinación más explícita o calificación de las personas que comprenden la designación de enemigos". Esto significaba: si eran vecinos que estaban en la ciudad, pero tenían establecimientos en los partidos, o si eran solo los vecinos en armas que se encontraban en los partidos. Además, qué sucedía con los vecinos que se encontraban en los pagos y no eran "públicamente" federales[29].

El Cnel. Lagos aclaró finalmente la orden a los jueces: se debía considerar enemigos a los que estaban encerrados en la ciudad con las armas en la mano, pero había que obrar con cautela puesto que no todos los que se encontraban en la ciudad eran opositores. Había, pues, que identificarlos por "[...] sus hechos muy públicos o por sus producciones merezcan el anatema de los federales y sean conocidos como enemigos declarados del heroico pronunciamiento."[30] Aquí se puede detectar claramente como seguía vigente la idea según la cual era necesario visibilizar el consenso y el rol que cumplía la comunidad en juzgar los actos de los vecinos bajo el epíteto "es de público

[27] Archivo Judicial de Mercedes (AJM), Juzgado de Paz (JDP) Nota de Lagos al Juez de Paz de la Guardia de Luján, 24 de febrero de 1853.
[28] AGN, CL, Leg. 266, 5 y 16 de febrero de 1853.
[29] AGN, CL, Leg. 266, 5 y 16 de febrero de 1853.
[30] AGN, CL, Leg. 266, 18 de febrero de 1853.

conocimiento". Para ser aún más claro con los jueces, Lagos terminó señalando a quienes se debía embargar: Alzaga, Otamendi, Anchorena, Juan B. Peña., Letamendi, Juan M. Peña, Manuel Guerrico, Iraola, Agustín Acosta, Miguenz, Medrano, Soler, Ambrosio Molino Torres, los Exeiza y Ocampos[31]. Muchos de estos individuos ya habían sufrido embargos durante el rosismo, pero para otros la experiencia fue terriblemente novedosa. Este fue el caso de Ángel Pacheco a quien no solo se le embargó y saqueó su estancia, también sus hijos fueron apresados y enviados en calidad de rehenes al cuartel de San José de Flores.

El margen de acción que tuvieron los jefes militares fue grande, Lagos sólo reaccionaba ante los excesos y cuando recibía reclamos concretos como los que generaron Patricio Fleming, Ramon Lavallol o la familia Sáenz Valiente, entre otros. En esos casos, postulaba que la orden había sido mal entendida, o que el aprovisionamiento de ganado no era "embargo" sino "auxilio" y por eso se debía incluir un "boleto". En un intercambio con Roque Baudrix planteaba:

> es completamente contrario a nuestro sistema [los embargos] Importa mucho consolidar el derecho de propiedad y no quiero atacar ese derecho. Además nos tenemos que alejar de la conducta de nuestros enemigos y ellos iniciaron la política del despojo. Mi intención al sacar hacienda de los enemigos es con el correspondiente "boleto" para ser pagado oportunamente.[32]

En la última semana de marzo envío una nota al juez de paz de Azul para que estas actividades cesaran completamente "...no queriendo llevar el castigo de los extravíos más allá de lo que es justo" y mucho menos con los que volvían a la senda del patriotismo reconociendo sus errores (Pedro Rosas y Belgrano, por ejemplo). Esta opinión se formalizó finalmente en una circular modelo que fue enviada a todos los juzgados de paz. En ella se ordenaba

[31] AGN, CL, Leg. 266, 18 de febrero de 1853.
[32] AGN, CL, Leg. 268, 19 de marzo de 1853.

desembargar las propiedades y compensar los daños.[33] Sin embargo, la cuestión se complicó por la escasez de ganado y en algunas circunstancias los jefes militares le pidieron directamente a Lagos que hiciera excepciones a la prohibición de extracción de reses pues necesitaban "sostener su tropa" o incluso "sostener a sus familias".[34]

Finalmente, otro problema colateral de los embargos fueron las transacciones sobre el dinero obtenido por la venta de cueros (¿a quién se abonaba?). También por la venta de tierras o propiedades como la que realizó el inglés Guillermo Thompson. Este individuo compró las estancias "Bella Vista" y "Laguna del Saucho" pertenecientes a Martín Alzaga, pero luego se enteró que estaban embargadas. Si bien solicitó a Lagos que lo dejara sacar ganado, éste se negó responsabilizando al propietario original de la situación[35].

Finalizada la rebelión y consolidado el Estado de Buenos Aires (1854-1861) asumieron las nuevas autoridades, los daños ocasionados por los embargos fueron protestados generando un conjunto de documentación que aún no hemos podido relevar. Para esta primera etapa se observa nuevamente que el derecho de propiedad no aparecía como inviolable para los casos de traición y para los individuos acusados de participar en el bando "enemigo". No obstante, la contradicción se ponía de manifiesto cuando los damnificados realizaban la denuncia ante la justicia, allí se esgrimía que estos actos eran "auxilios forzosos" y no embargos y que se debía emitir correspondiente boleto para que, una vez terminado el conflicto, los propietarios fueran recompensados.

[33] AGN, CL, Leg. 268, 27 de marzo de 1853.
[34] AGN, CL, Leg. 268, 31 de mayo de 1853.
[35] AGN, CL, Leg. 266, 22 de febrero de 1853.

Durante el Estado de Buenos Aires

Sofocada la rebelión del 1° de diciembre de 1852, el gobierno del Estado de Buenos Aires se comunicó con los jefes y oficiales que participaron para informarles que el gobierno otorgaría una amnistía, sin embargo, el "olvido y perdón" decretado duró poco y casi inmediatamente se mandaron embargar los bienes de los jefes[36]. Tomaremos el caso de Antonino Reyes, antiguo Edecán de Juan M. de Rosas y secretario de Lagos durante la rebelión. Reyes fue denunciado y perseguido por los crímenes del rosismo, pero también por su participación en el sitio al punto tal que tres de los cinco cargos que le imputaron se relacionaban con su participación en la rebelión. Si bien formaba parte de los individuos a los que le corría la amnistía citada anteriormente, el 11 de agosto de 1853 fue apresado en el pueblo de la Guardia de Luján por ser uno de los «criminales famosos». Desde su captura, y durante tres meses seguidos, el gobierno ordenó leer en las puertas de las iglesias un edicto que convocaba a los vecinos a denunciarlo por los daños que habían sufrido durante el sitio.

El fallo se dictó en mayo de 1854, fue condenado a muerte en calidad de aleve por la responsabilidad de los crímenes del período rosista, aunque posteriormente la Cámara de Justicia revisó el proceso y encontró varias irregularidades que terminaron por declaralo nulo. En junio del mismo año logró fugarse de la cárcel en la que había permanecido preso y exiliarse en Montevideo. Su juicio continúo en rebeldía dictándole su sobreseimiento en junio de 1855.

El 11 de octubre de 1855, Antonino Reyes se presentó a la justicia con su apoderado relatando que su sentencia de muerte había sido revocada por lo que exigía se desembargaran sus bienes. En el dictamen del Asesor de Gobierno se postulaba que el sobrecimiento nada tenía que ver con la responsabilidad "civil" que tuvo en el sitio. Para el Estado de Buenos Aires los actos

[36] El decreto del 28 de diciembre de 1853 había prohibido la enajenación de los bienes embargados a los sublevados porque se usarían para costear los daños causados durante la rebelión.

cometidos eran robos no embargos ni auxilios por tanto los involucrados debían pagar con sus bienes los daños y perjuicios que hubiesen causado a los particulares.

El decreto de 27 de diciembre de 1852 declaró robo privado a los "auxilios" y declaró también que los perjudicados o robados conservaban las acciones para solicitar las reparaciones civiles, o el pago de lo robado, incluso para reivindicar sus cosas aun cuando hubieran pasado a terceros poseedores.[37] Si relacionando este argumento con el litigio de Pereira analizado en el apartado anterior, confirmamos que el dominio no se perdía por la ocupación de las tropas. Sin embargo, en el caso de Pereira no se tuvo en cuenta este argumento.

Volviendo al caso de Reyes, a pesar de que el Tribunal de Justicia informó que no había reclamaciones sobre sus bienes de Reyes, el Asesor de Gobierno mantuvo su postura:

> El Gobierno que las ha reconocido y declarado, no puede, ni privar de ellas a los particulares, ni limitar el tiempo de la duración prescripto por las leyes generales. Por lo tanto, los que hayan sido perjudicados o robados por los sublevados del 1 de diciembre, o por los sitiadores de este pueblo en el año 1852 tendrán expeditas sus acciones contra don Antonio Reyes por todo el tiempo que la ley concede a las acciones de daños o a las acciones de hurtos.[38]

El dictamen continuaba relatando que en otro decreto "se impuso a los bienes de éstos la interdicción de ser enajenados, medida de Derecho que entraba en las acciones que podían ejercer los particulares y que los jueces en caso de demanda hubiera sin duda ordenado, como las leyes lo prescriben aún en circunstancias menos graves que las del año".[39] Sin embargo, esta prohibición era temporal porque "el Gobierno no era el Juez de las acciones privadas que por ella se consultaban".[40]

---

[37] AGN, Sala X-28-8-1, Expte. 11000. En *Dictámenes en la asesoría de gobierno*... p. 97-98.
[38] AGN, Sala X-28-8-1, Expte. 11000. En *Dictámenes en la asesoría de gobierno*...p. 97-98
[39] AGN, Sala X-28-8-1, Expte. 11000. En *Dictámenes en la asesoría de gobierno*...p. 97-98
[40] AGN, Sala X-28-8-1, Expte. 11000. En *Dictámenes en la asesoría de gobierno*...p. 97-98

Pasados tres años del sitio, la sugerencia del Asesor fue entonces la siguiente:

> El tiempo [...] ha sido suficiente para poderse deducir, en juicio las acciones privadas y para que el Gobierno pueda solo librar a la autoridad Judicial los autos de interdicción. Creo pues que Vuestra Excelencia sin alter ar en nada los derechos particulares, puede mandar alzar a los bienes de don Antonino Reyes a la interdicción de ser enajenados impuesta por el decreto de 28 de diciembre de 1852, sino hubiere ya sido impuesta por los Jueces Ordinarios sin perjuicio de las acciones particulares que contra dichos bienes reconoció el decreto de 27 de diciembre del mismo año, Y sin perjuicio también de las interdicciones a que las leyes dan derecho a los demandantes cuando se teme que los bienes de, los demandados sean transpuestos o enajenados, las cuales podrán ordenar los tribunales en las formas y en los casos que el Derecho Civil lo permite. Como tantos otros se hallan en el caso de don Antonino Reyes, podría el Gobierno con las reservas expresadas dejar para todos sin efecto el decreto de 28 de diciembre de 1852, si Vuestra Excelencia ha de solo guiarse por consideraciones del Derecho Privado.[41]

En junio de 1856 se sancionaron dos decretos que ponían fin a los reclamos. El 27 de mayo se anuló la prohibición de enajenación de los bienes contra los cuales no había demanda en los juzgados ordinarios. Y el 30 de junio se ordenó que había pasado el tiempo suficiente para que las acciones (robos, daños, perjuicios) hayan podido deducirse en juicio. El decreto quedaba sin efecto en los casos contra los que hubiese acciones deducidas en juicio, pudiendo los denunciantes apelar ante los jueces.[42]

Como puede deducirse, el caso de los embargos nos brinda más datos respecto del litigio de Pereira. Como relatamos, si bien la demanda se entabló en 1858 ninguno de estos decretos fue utilizado por el Gobierno y los argumentos fueron en otra dirección "la posesión de Pereira no estaba probada" (era solo un rancho en ruinas) y por eso no se reconocían sus derechos.

[41] AGN, Sala X-28-8-1, Expte. 11000. En *Dictámenes en la asesoría de gobierno*...p. 97-98
[42] ROEBA, decretos del 27 y 30 de junio de 1856, pp. 49-50.

Reflexiones Finales

En los últimos años, la problemática de los derechos de propiedad fue revisitada desde diversas disciplinas y lecturas que, superando las rigideces institucionalistas y esencialistas, así como obstáculos y constructos historiográficos, los concibe como el resultado de procesos históricamente determinados y contextuales, que reflejan relaciones sociales de poder cambiantes y que pueden ser objeto de legitimidad disputada[43]. En esta dirección, nos interesó abordar los conflictos en torno a los derechos de propiedad en contextos de guerra desde una mirada amplia en la que confluyen el estudio de las normas y el de las prácticas. Como pudo deducirse de la lectura de este trabajo, son muchas las confusiones y las incógnitas que tenemos en relación con el tema. La multiplicidad de leyes y la doctrina que se utilizó fue variando y no fue lineal en el tiempo.

Detectamos también algo que seguramente no sorprende a nadie: la multiplicidad de casos de violación de propiedad/es y bienes en contextos de guerra, sin embargo, las nociones de injustica o abuso se reconocían cuando los damnificados eran extranjeros. Los nativos, en cambio, estuvieron sometidos a prestaciones forzosas de manera regular. Desde otro ángulo observamos que la violación a la propiedad estaba por momentos justificada (como una necesidad en situaciones de guerra) pero en momentos era considerada un delito (asimilándola a la figura de robo) La otra constatación es la vigencia del Derecho de Gentes a la hora de analizar los conflictos por la propiedad, tradición normativa que convivía con un emergente abanico de conceptos positivos sobre la propiedad y el Derecho Privado.

Finalmente, los casos estudiados muestran que los operadores jurídicos no aplicaron los conceptos ni la ley de manera "doctrinaria", más bien resolvían los conflictos con las concepciones de la época, pero de modo práctico y con parámetros casuistas. A veces prevalecía el Derecho Indiano, pero en otros tantos momentos las leyes patrias se imponían.

[43] Lanteri; Barcos; Serrano, 2020.

Bibliografía

ARMITAGE, David. "Historia intelectual y longue durée. "Guerra Civil" en perspectiva histórica". **Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas**, 1, 2012. p. 15-39, 2012.

BANZATO, Guillermo. Las confiscaciones y embargos de Rosas en Chascomús, 1840-1852. **Cuadernos del PIEA**, n. 15, p. 15-32, 2004.

BARCOS, María Fernanda. El influjo del Derecho Indiano en la legislación sobre ejidos de la Provincia de Buenos Aires, 1782-1870. **Revista de Indias**, n. 256, 2012. Disponível em: http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/908/981. Acesso em: 11 ago. 2026.

BARCOS, María Fernanda. Expresiones políticas y movilización popular en los pueblos de la campaña de Buenos Aires. La Guardia de Luján y el Sitio de Lagos (1852-1854). **Nuevos Mundos, Mundos Nuevos**, 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/62504. Acesso em: 11 ago. 2026.

BARCOS, María Fernanda. **Pueblos y ejidos de la campaña bonaerense**: una historia sociojurídica de los derechos de propiedad y la conformación de un partido: Mercedes, 1780-1870. Rosario, Prohistoria, 2013.

BARCOS, María Fernanda. **¡Virtuosos hijos de esta tierra al combate!** La rebelión rural y federal que puso sitio a Buenos Aires. Buenos Aires, Teseo, 2023.

BUSTAMANTE, José Luis**. Ensayo Histórico de la Defensa de Buenos Aires contra la rebelión del ex Coronel Hilario Lagos...**, Buenos Aires, Imprenta de la Defensa, 1854.

CALLEJA GONZÁLEZ, E. La problemática de la guerra civil según las ciencias sociales: Un estado de la cuestión. *In*: **Guerras civiles**: Una clave para entender la Europa de los siglos XIX y XX (en línea). Madrid: Casa de Velázquez, 2012.

CAPDEVILA, Luc; DESSENS, N. Guerres civiles. *In*: BERTRAND, M.; COPPOLANI, B.; VAGNOUX, I.; BLANQUER, J.-M. (dirs.). **Les Amériques**: Tome–I– De 1830 à nos jours (pp. 393-398). París: Robert-Laffont, Col. Bouquins, 2016.

CONGOST, Rosa. Leyes liberales, desarrollo económico y discursos históricos. El test de los propietarios prácticos. *In*: Andrea n Reguera (coord.). **Los rostros de la modernidad**. Vías de transición al capitalismo. Europa y América Latina. Siglos XIX-XX. Rosario, Prohistoria, p. 25-44, 2006.

CONGOST, Rosa; GELMAN, Jorfe; SANTOS, Rui (eds.). **Property Rights in Land.** Issues in social, economic and global history. London & New York: Routledge, 2017.

CONGOST, Rosa; LANA José Miguel (ed.). **Campos cerrados, debates abiertos**. Análisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos xvi-xix). Pamplona: Universidad Pública de Navarra, 2007.

CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo (ed.). **Agrarian change and imperfect property**. Enphiteusis in Europe (16th to 19th centuries). Belgium: Brepols, 2018.

ESCRICHE, Joaquín. **Manual del abogado americano**. Paris, Librería Garnier hermanos, [1863], 2018.

GARAVAGLIA, Juan Carlos, PRO RUIZ, Juan y ZIMMERMANN, Eduardo (eds.) (2012). **Las fuerzas de guerra en la construcción del Estado. América Latina, siglo XIX**. Rosario: Prohistoria.

GELMAN, Jorge. La rebelión de los estancieros. Algunas reflexiones en torno a los Libres del Sur de 1839. **Entrepasados**, n. 22, p. 113-144, 2002.

GELMAN, Jorge; SCHROEDER, María Inés. Juan Manuel de Rosas contra los estancieros: Los embargos a los «unitarios» de la campaña de Buenos Aires. **Hispanic American Historical Review**, v. 83, n. 3, p. 487-520, 2003.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880).** Buenos Aires: Emecé, 1995.

ISLAS, I.; REALI, M. L. Las guerras civiles en el palimpsesto de los conflictos políticos Iberoamericanos (1830-1935). *In*: **Guerras civiles**: un enfoque para entender la política en Iberoamérica (1830-1935). Madrid: AHILA, Iberoamericana, Vervuert, p. 9-26, 2015.

LANTERI, Sol; BARCOS, María Fernanda; SERRANO JIMÉNEZ, Luis. Pluralismo de derechos de propiedad y privatización en tierras del común en las épocas moderna y contemporánea América y España en perspectiva comparada. **Anuario IEHS**, v. 35, n. 1, p. 23-134, 2020. Disponível em: http://fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/638. Acesso em: 11 ago. 2026.

RABINOVICH, Alejandro. De la historia militar a la historia de la guerra. Aportes y propuestas para el estudio de la guerra en los márgenes, **Revista Corpus**, v. 5, n. 1, 2015. Disponible en bit.ly/3GwNQKe. Acesso em: 11 ago. 2026.

SCOBIE, J. R. **La lucha por la consolidación de la Nacionalidad Argentina**: 1852-62. Buenos Aires, Solar-Hachette, 1964.

SERRÃO, José Vicente *et al*. (ed.). Property rights, land and territory in the european overseas empires. Lisboa: CEHC-IUL, 2014.

SOMELLERA, Pedro. **Principios de Derecho Civil, dictados en la Universidad de Buenos Aires**. T.1. Buenos Aires, Imprenta de los Expósitos, 2024.

VATTEL, E. de. **El derecho de gentes o principios de la Ley Natural aplicados a la conducta y a los negocios de las naciones y de los soberanos**. Escrita en francés por Mr. Vattel; y traducida al español por Manuel Pascual Hernández. Madrid, Imprenta de I. Sancha, 1820.

VÉLEZ SARSFIELD, Dalmacio. **Dictámenes en la asesoría de Gobierno del Estado de Buenos Aires**. Buenos Aires, Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales "Colección de Textos y Documentos para la Historia del Derecho Argentino XII", 1982.

Mercado vs política.
La propiedad en el XIX (Argentina)

María Verónica Secreto
mariaveronica@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense - Escrit*h*as da História
FAPERJ/CNPq/CLACSO

Introducción

Las revoluciones atlánticas asumen la forma del triunfo del individuo y del individualismo posesivo. Esa dimensión propietarista de las revoluciones guardó en su amague un sentido "emancipador" en oposición a las formas de antiguo régimen de la propiedad tutelada o amortizada. Pero esa forma "emancipadora" en lo discursivo fue, de hecho, politizada en el sentido estricto del término. Su realización fue sucesivamente postergada. Con la expropiación se castigó a los "enemigos" y con la propiedad se premió a los "leales". Los títulos negociados en el incipiente mercado muchas veces fueron "premios" por las acciones en el campo de batalla (Infesta, Valencia 1987, p. 177-213; Barcos, Lanteri, 2013, p. 43-77). La hipótesis de la temprana financiarización de la tierra en el caso argentino (recordemos que el empréstito contraído durante el gobierno de Bernardino Rivadavia con la casa *Baring Brothers* en 1824 y la ley de enfiteusis están vinculados) se enreda con las necesidades políticas y con la elaboración y utilización que los hombres próximos al Estado hicieron del abundante cuerpo legislativo. Nos referimos a una proximidad política y personal.

Según Gelman el desafío para el Estado fue lograr establecer su autoridad, su capacidad de regular los conflictos sociales a través de la imposición de una Justicia positiva (Gelman, 2017). Podemos decir que esa Justicia positiva estuvo permeada por los intereses privados. Entre 1810 y 1852 (entre el inicio de la revolución y la batalla de Caseros) la provincia de Buenos Aires fue un campo experimental en que la propiedad de la tierra en el sentido positivo constituyó el pilar de una serie de negociaciones, que tuvo un punto de inflexión simbólico en el pleito Pirán-Anchorena de 1858 (dos apellidos propietarios por excelencia), a respecto del derecho sobre una finca urbana negociada en 1833. En 1858 los senadores Domingo Faustino Sarmiento; José Mármol; Vélez Sarsfield; Marcelo Gamboa; Juan José Alsina discutieron sobre la legitimidad de las leyes del período rosista, después de que ellos mismos habían derogado una buena parte de ellas y un año después de que la provincia de Buenos Aires sancionara la ley 139 de 29 de julio de 1857, que disponía la administración e incautación de los bienes de Juan Manuel de Rosas. El objetivo de esa última era confiscar y gestionar sus propiedades tras haber sido declarado "reo de lesa patria" (Gelman; Schroeder, 2003, p. 487-520). Buscamos en este artículo describir algunos de los mecanismos utilizados por los propietarios para ampliar y asegurar sus dominios entre los marcos temporales de 1810 y 1858, tomando el pleito Pirán-Anchorena como punto de llegada de los discursos liberales del período post Caseros. Para ello retomaremos los discursos propietarios en un haz de fuentes descriptivas como son los procesos administrativos y representaciones del período colonial tardío y de las primeras décadas del periodo independiente, a respecto de tres tipos de "mercancías" desiguales (y dos de ellas ficticias) los esclavos, las cosechas y la tierra (Polanyi, 2000, p. 89-97).

Construir el estado, liderar la individuación

Según Wilma Peres Costa, los procesos de formación estatal en América Latina fueron distintos a los europeos, aunque influenciados por estos. Si bien la afirmación puede parecer obvia, es importante enfatizarla porque a menudo se pasa por alto. La nueva generación de naciones que se independizó en las primeras décadas del siglo XIX surgió de la ruptura con las metrópolis ibéricas y se integró al mundo dentro de un sistema revolucionado por los acontecimientos trascendentales que marcaron el fin del Antiguo Régimen, del cual el sistema colonial era parte fundamental. Por otro lado, existía una diferencia significativa entre el "Orden Feudal" de cuya crisis surgió el Estado Absolutista Moderno en Europa, y el "Orden Colonial" (o el orden del mundo organizado en imperios, como lo expresa Armitage) (2012), de cuya desintegración surgieron los estados americanos. Entre los elementos de continuidad debemos mencionar la soberanía territorial (Secreto, 2024). En la Argentina la ruptura de vínculos con España no resultó en un estado unificado. Varias razones lo impidieron. Los primeros tipos de organizaciones que surgieron de la Revolución de Mayo las denominaremos simplemente formas de gobierno, ya que su naturaleza aún es objeto de debate. Constituían una serie de gobiernos reunidos en Buenos Aires como solución provisional, con la intención de perdurar hasta que la Asamblea Constituyente definiera y organizara el nuevo estado. El elemento unificador básico lo proporcionaban las estructuras heredadas de la colonia, aunque su alcance no puede exagerarse. El aparato institucional centralizador colonial no estaba profundamente arraigado. Pronto, la territorialidad del Río de la Plata se vería disminuida. Buenos Aires buscó, desde un principio, construir un estado unificado bajo su hegemonía, y si otros intentos separatistas, además de los de Paraguay y Banda Oriental, fracasaron, se debió a la supremacía —económica y militar— que ostentaba Buenos Aires. Las fuer-

zas centrífugas que surgieron con la emancipación imposibilitaron la creación de un estado unificado. En 1852, en la Batalla de Caseros, las fuerzas de la coalición liderada por el general Urquiza derrotaron a las de Rosas, iniciando una nueva etapa en la organización institucional argentina. La Constitución Nacional de 1853 fue jurada por trece provincias (Catamarca, Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Jujuy, La Rioja, Mendoza, Salta, San Juan, San Luis, Santa Fe, Santiago del Estero y Tucumán). En el Estado de Buenos Aires los exiliados retornados y los unitarios que habían permanecido llevaron adelante su proyecto. Uno en que la seguridad jurídica y la modernización de las leyes fue enarbolada como "novedad". En 1853 se extingue la propiedad sobre las personas en las 13 provincias que juraron la constitución, que abolieron la esclavitud, mientras en Buenos Aires la esclavitud fue hasta 1860, cuando ese territorio se incorporó como provincia a la Confederación y jure la Constitución de 1853.

La propiedad desde el punto de vista de la promesa ilustrada

Los esclavos

Comencemos por periodizar algunos discursos propietarios vinculados a tres "mercancías" que, teniendo como base el mismo conjunto de principios, no se manifiestan ni se desarrollaron de forma sincrónica. Escogimos discursos y prácticas relacionados a esclavos, cosechas y tierras.

Al acompañar una propiedad tan peculiar como la propiedad esclava notamos que desde la segunda mitad del siglo XVIII se producen discursos sobre los derechos propietarios tendientes a la individuación y al absolutismo de ella (Secreto, 2020). Veamos un caso emblemático que tuvo curso en tribunales y llegó hasta la instancia de apelación en la audiencia de Buenos Aires. En 1788 Mónica Arce se negó a vender su esclava María al esposo de esta

por el valor que él le ofrecía. Apoyó la negativa en sus derechos de propiedad. Así lo expresó su representante:

> no podérsele obligar en modo alguno a que recibiese por la libertad de su esclava la cantidad de dinero en que fuese tasada porque este era un procedimiento en contra del dominio que ella tiene y que lo repugnan las leyes Rls y civiles, que estaba dispuesta a vender la esclava por un precio justo.[1]

A pesar de que la propietaria estaba muy segura de no existir ley que la obligara a vender a su esclava contra su voluntad, y que tampoco existiría quien la obligara a hacerlo por un valor no establecido por ella, el rey Carlos IV emitió una Real Cédula diciendo:

> Habiendo visto en mi consejo de las Indias, con lo expuesto por mi fiscal y consultándome sobre ello he resuelto que sin embargo de la citada declaración de esa mi Real Audiencia de 3 de marzo de mil setecientos ochenta y seis por Doña Mónica de Arce se otorgue inmediatamente carta de libertad a favor de su esclava María mujer del negro Juan Betveze entregándosele los trecientos pesos en que se ha estimado por jurídicos avalúos y que pague cada uno las costas que hubiesen causado. Lo que os participo para que con estrecho encargo os lo mando, tenga el puntual debido complimiento la referida mi soberana resolución dándome cuenta de haberla ejecutado. Fechada en San Ildefonso a 9 de agosto de 1788. Yo El Rey.

Decíamos que el caso es emblemático porque si bien existía el derecho a la compra de sí, este podía ser negado por el amo (*amus* forma arcaica de *dominus*). En las practicas casuísticas, la Real Cédula de 9 de agosto de 1788 se convirtió en la principal referencia para el Río de la Plata. Recordemos que las Reales Cedulas eran disposiciones legales con fuerza de ley, por lo tanto, eran fuente primaria del derecho en sí mismas. Esta limitación del derecho de propiedad sobre la esclavizada María Arce será citada unas cuantas veces en procesos semejantes. Los "amos" siempre colocaban en duda la "le-

[1] Juan Betbeze negro esclavo del comandante de artillería D. Francisco Betbeze sobre que se obligue a Mónica Arce a que le admita el justo precio por la libertad de su mujer esclava de dicha señora, 1795, AHPBA. (Secreto, 2023, 156-169).

galidad" (no solo la legitimidad) de la intervención en sus derechos de propiedad. Realizaban analogías con otros valiosos bienes móviles citadas en las Siete Partidas y demás leyes castellanas aplicadas en Indias.

Algo parecido, a respecto de los argumentos propietarios, encontramos en el proceso que envolvió al coronel Zelaya y la esclavizada Marta. Él se opuso a la venta de su esclava y, ante la exigencia de nombrar un tasador para establecer el precio de la esclava dijo:

> obligarme a recibir su 'justo precio' equivaldría a privarme de la propiedad. El sirviente es de mi propiedad, comprado con el dinero que mi trabajo personal me proporcionó en cierta cantidad, según las reglas comunes y formalidades legales no prohibidas; nadie puede disponer de esta propiedad sin violar uno de los derechos más recomendables de la naturaleza.[2]

Añadía a seguir que el derecho a la libertad y a la propiedad eran ambos derechos naturales, pero que el derecho a la propiedad era superior al de la libertad porque mientras se puede vivir con o sin libertad, no se puede vivir sin propiedad. Aquí entendiendo la propiedad como lo que permitía la subsistencia.

La esclava Marta, a través de su representante, decía que si bien había leyes que sancionaban la inviolabilidad del dominio, "hoy Sr. Exmo paralizan sus preceptos como opuestas diametralmente al sistema de igualdad que se ha proclamado."[3] Con la expresión "sistema de igualdad" hacía referencia al paradigma inaugurado con la revolución de mayo. El contexto de este caso que transitó en tribunales entre 1813 y 1817, era otro muy distinto al del virreinato.

El antiguo régimen condicionaba la propiedad sobre los esclavizados, incluyendo entre los derechos el de rechazar "servidumbre repugnante", el derecho a "papel de venta", etc. Había un conjunto de prácticas que, desde el punto de vista jurídico, reconocía la "personalidad" de los esclavos. Es para-

[2] El coronel Don Cornelio Zelaya con su esclava Marta sobre la libertad de esta (1816-1817) AGN, Sala IX, 23-8-6, División Colonia. Tribunales. Legajo 32, Expediente 1097.

[3] Ibidem.

dojal el desencuentro entre un mayor uso de las nociones de propiedad "absoluta" (entre los amos) y de derecho a la individuación y a la libertad entre los esclavos. Paradojal porque unas anulaban las otras. La singularidad de estos casos radica en que en el momento en que la propiedad sobre las personas (la esclavitud) es cuestionada, se utilizaron los instrumentos más contundentes de la ilustración para justificarla, y no los morales de la esclavitud de los siglos XVI e XVII. "Transitava-se velozmente de uma ética que justificava o cativeiro a partir de enraizados cânones morais para outra, fundada no simples primado da propriedade e do mercado." (Florentino, 2002, p. 9-40). Del mismo conjunto de conceptos modernizadores los esclavos extraían los de igualdad y libertad y con ellos apelaban a las instituciones responsables por defender y guardar los derechos.

Las cosechas

Antes de analizar los discursos en torno de la propiedad de la tierra, veremos algunos sobre lo que se produce sobre ella: las cosechas.

No será la primera vez que alguien afirma que uno de los mitos más persistentes del liberalismo es la sacralidad de la propiedad privada, seguida de la naturalidad de los mercados (Renoux-Zagamé, 1984). Ambas afirmaciones carecen de historicidad. Temporalmente, ambos conceptos —la propiedad de la tierra como derecho exclusivo y la "liberación" de los cultivos agrícolas— son concomitantes, no me atrevería a decir simultáneos. La tierra, el trabajo y los cultivos se transforman en mercancías en un movimiento combinado. A medida que la propiedad de la tierra se individualizó, eliminando antiguas costumbres y prácticas agrícolas, también se relajaron las restricciones morales que limitaban la "especulación" con los cereales cosechados. Este es un movimiento clásico en el viejo Occidente en el cual la ciencia agronómica impuso su racionalidad económica de forma a modificar el paisaje, los usos y los derechos. En América tuvo algunas peculiaridades rítmicas, en que la economía estuvo subordinada, como allá, por momentos a la gobernabilidad y por momentos a las lógicas del comercio, mientras que amplias áreas, bajo el dominio indígena, continuaban con usos que respondían a

otras formas de organización de la producción y de utilización de los territorios.

Un autor de gran influencia en el siglo XVIII, que escribió *Diálogos sobre el comercio del trigo,* decía:

> Caballero: – Sí Señor, el trigo puede considerarse como una producción del suelo, y baxo de este respecto pertenece al comercio y a la legislación económica: puede también, y debe considerarse como la materia de primera necesidad, y el primer cuidado en el orden civil de las sociedades, y baxo este pertenece a la política, y a la razón de estado (Galiani, 1775).

En 1793, los agricultores de Buenos Aires enviaron una representación al rey solicitando la implementación de la Real Pragmática de Granos española de 1765 en el Río de la Plata. ¿Qué establecía esta Real Pragmática y por qué les interesaba a los agricultores de Buenos Aires? Hasta entonces había predominado la "economía moral" como analizada por Thompson. Los granos eran una mercancía regulada para su comercialización, de forma a asegurar que en torno de ella no se produjera especulación o se generará escasez.

Los autodenominados "labradores" de Buenos Aires argumentaban que, en tiempos de escasez de trigo, la población pobre y trabajadora de la ciudad tenía acceso al maíz, que siempre era abundante. La población rural también tenía acceso a él, aunque su dieta se basaba en la carne.

> La feliz situación en que se halla esta provincia nos asegura el que nunca falte generalmente la cosecha por causa de heladas, sequias y en efecto puede recorrerse a la memoria aun a tiempos más remotos y se verá que no se halla ejemplo de esto, y aunque algunos años, como ha sucedido en el presente, hayan causado algún daño las heladas, la seca y últimamente las muchas aguas al tiempo de la cosecha, esto no es general y aun en aquellos parajes en que falta el trigo, ha habido abundancia de maíz que suple muy bien para las necesidades de la gente pobre y de servicio de la ciudad sin contar con la de la campaña, porque esta se mantiene por lo común con solo carne.[4]

[4] Testimonio de la Representación que hicieron al Rey por mano del Exmo. Sr. Virrey Don Nicolás de Arredondo y Real Cedula para que se informe sobre la petición de que se observe la Real Pragmática de Granos, 1796. Real Audiencia de Buenos Aires. Archivo de la Provincia de Buenos Aires Ricardo Levene.

Alineaban su discurso con las teorías en boga, afirman que, en los casos de países industriales o manufactureros, sería bueno que, siguiendo las leyes del buen gobierno, se prohibiera la extracción de trigo para hacer prosperar las manufacturas, "pero siendo todo lo contrario, se debe considerar la naturaleza, carácter y diferentes relaciones de este país, que por su abundancia y buenos puertos está invitando a que le saqueen sus granos".[5] Esta Representación, su texto, constituyó un expediente y embarcó rumbo a Madrid. Allí llegó y fue analizado por el consejo del rey y este lo remitió nuevamente a Buenos Aires. Decían el rey y su consejo que este era un tema que debía ser evaluado localmente. El cabildo se manifestó en el mismo sentido que ya lo había hecho. Los granos no debían exportarse porque si no, se produciría escasez y carestía.

Otra representación posterior, mucho más conocida, escrita por Mariano Moreno lleva el título de "Representación de los Hacendados" (1809), texto que circuló en el imperio del Brasil traducido por Silva Lisboa con el título de *"Razões dos lavradores do vice-reino de Buenos Aires para a franqueza do comercio com os ingleses"* (1810) volvió sobre los mismos argumentos: la libre circulación o libre comercio para los productos agrarios. Es interesante observar que ninguna de estas dos representaciones que recogen las voces de los "productores agrarios" hablan de la tierra, de la propiedad o de la "seguridad jurídica", solo se refieren a la circulación, solo demanda la libertad para comerciar. El acceso a la tierra estaba asegurando para ese pequeño grupo que hace oír sus reclamos.

La tierra: la propiedad y sus leyes

La Constitución de 1826 dispuso que todos los habitantes del Estado debían ser protegidos en el goce de la vida, reputación, libertad, seguridad y propiedad. Entre los artículos 175 y 178 garantizaba lo que definía como derecho sagrado e inviolable. Las especificidades de estos artículos tornan

[5] *Ibidem*.

evidente las marcas/heridas de los largos años de guerra: "Cuando el interés del Estado exija que la propiedad de algún individuo particular sea destinada a usos públicos bajo las formalidades de la ley, el propietario recibirá por ella una justa compensación." Quedaba prohibida la pena de confiscación de bienes; nadie sería obligado a prestar auxilios de cualquier clase para los ejércitos ni a franquear su casa para alojamiento de un cuerpo o individuo militar sino de orden del Magistrado civil, según la ley.

Fue el mismo congreso que sancionó la ley de enfiteusis. Por esa ley los terrenos de propiedad pública quedaron excluidos de la enajenación "se darán en enfiteusis, cuando menos, durante el término de 20 años, que empezarán a contarse desde el 1° de enero de 1827." Esta forma de pasaje del dominio útil de la tierra estaba vinculada con el empréstito contraído en 1824 con la casa inglesa Baring Brothers, para el cual la tierra pública quedó como garantía. Puesto en contexto el préstamo Baring Brothers entró en el boom o burbuja especulativa de la década de 1820.

> El impacto de la especulación en valores latinoamericanos sobre el boom financiero de 1824-25 no debe subestimarse. El número de compañías lanzadas al mercado para explotar los recursos naturales de las tierras recientemente independizadas no pasaba de cuarenta y seis, una fracción del total de 624 sociedades anónimas establecidas durante el auge, pero el valor de su capital equivalía a casi el 50 por 100 de todas las demás.[6]

No deja de ser llamativo que antes de convertirse en "propiedad perfecta" las tierras de la provincia de Buenos Aires fueran - forzando un poco los conceptos y la temporalidad- "financiarizadas". Estados Unidos utilizaría mecanismo semejante para la construcción de Ferrocarriles a partir de la década de 1850. Ante la falta de capitales líquidos inmediatos y el alto riesgo de las inversiones en infraestructuras, los gobiernos transfirieron millones de hectáreas de dominio público a empresas ferroviarias para que estas las utilizaran como colateral para obtener préstamos, emitir bonos y, eventualmente, venderlas para financiarse.

En la década de 1830, durante el gobierno de Juan Manuel de Rosas en la provincia de Buenos Aires, surgió la política de premios y donaciones, así

como la venta de tierras públicas, incluidas las otorgadas en enfiteusis. Estas ventas, legisladas en 1836, resultaron en la transferencia de una gran parte de las tierras otorgadas en enfiteusis a propietarios privados (Lanteri, 2015, p. 102-112). No analizaremos aquí las interpretaciones que la historiografía fue construyendo sobre cada uno de estos períodos, nos sirve para llegar al caso en el cual queremos centrarnos y que sirve de cierre.

En 1854, el Estado de Buenos Aires proclamó constitucionalmente el libre ejercicio de su soberanía interior y exterior, mientras se constituía el proyecto nacional de la Confederación Argentina con las trece provincias restantes. Los años que se siguieron fueron de revisión de la legislación rosista en un sentido "reparador". Se buscaron respuestas en la doctrina liberal, aquella que de alguna forma los vencedores decían retomar después de la interrupción/anomalía de la tiranía. El camino debía ser el del régimen jurídico que asegurara el afianzamiento de la propiedad privada contractual.

En cuanto estado independiente, Buenos Aires tuvo su propia constitución sancionada el 11 de abril de 1854, que protegió la propiedad en la Sección VIII, Declaraciones Generales: "Artículo 145.- Todos los habitantes del Estado tienen un derecho a ser protegidos en el goce de su vida, reputación, libertad, seguridad y propiedad. Nadie puede ser privado de ellas sino con arreglo a las leyes."

Una vez más se prohibió la expropiación de privados y la confiscación por motivos políticos. Mas el "nuevo orden" surge con una confiscación política. Resultado de la batalla de Caseros y cuando aún no se habían enfriado los cadáveres, el 16 de febrero de 1852, se sancionó la expropiación de Juan Manuel de Rosas. Todas sus propiedades fueron declaradas públicas, aunque las rurales pasaron a ser administradas por privados "vecinos de probidad e inteligencia". En 1857, se autorizó la venta en subasta de esas propiedades.

En medio a ese clima revisionista y reparador Don Antonio Piran llevó hasta la legislatura una solicitud sobre el derecho de retracto de una propiedad comprada por Don Nicolás Anchorena en 1833. Evidentemente juzgó

que el clima político era favorable a su reivindicación. Comencemos por aclarar el termino retracto. Este el derecho de prioridad que tiene una persona sobre la adquisición de un bien, pudiendo activar este derecho una vez que el propietario hubiese vendido el bien a un tercero, este derecho lo asiste por un plazo corto, de días.

Antonio Pirán marido de Ana Riglos y Lezica (quien sería la acreedora del derecho pleiteado) dice que Ana Riglos y su hermano José María Riglos entraron con una acción de retracto por causa de la venta realizada por una tercera hermana, Doña Concepción Riglos y Lezica de O'Gorman, de una casa de abolengo, a la señora Doña Estanislada Arana de Anchorena.[6] En la década de 1830 el caso tuvo una enorme repercusión. En primera instancia la justicia falló a favor de Anchorena, pero la Cámara de Justicia (que funcionaba como apelación, cúspide da estructura judicial letrada en la província, reestructurada após as reformas iniciadas nos anos 1820) fue favorable a Riglos (1834) confirmando su decisión en 1836 ante un recurso de súplica interpuesto por Anchorena. En 1838 se creó el tribunal de Recursos Extraordinarios y en esta instancia, Anchorena, muy próximo a Juan Manuel de Rosas, obtiene fallo favorable. Para 1840 José María Riglos es considerado enemigo del gobierno e intentó exiliarse en Montevideo. En la fuga él y sus compañeros en la travesía fueron interceptados por el grupo de represión comandado por Ciriaco Cuitiño y degollados. Ese episodio que estremeció la ciudad y la campaña fue retratado en la novela nacional de José Mármol, Amália (Di Meglio, 2009).

Era de esperarse que muchos opositores de Rosas tuvieran la expectativa que, después de la caída y confiscación de los bienes de quien fuera gobernador, viniera la reparación a través de esta causa que tenía un peso simbólico considerable. Domingo Faustino Sarmiento dice en la sesión del senado que por más que intentaran disimular, era un pleito entre partes, esto es lo

[6] Discursos pronunciados en la Cámara de Senadores, en las sesiones del 14, 17 y 19 de agosto, con motivo de una solicitud de Don Antonio Piran, sobre el derecho de retractar una propiedad comprada legalmente por el finado señor Don Nicolas Anchorena el año 1833. Imprenta Argentina del Nacional, Buenos Aires, 1858.

que había llamado la atención del público, "esa inmensa concurrencia del pueblo que está aquí presente es para oír el juicio de Anchorena y Pirán."

La cámara de senadores en 1858 recibió de la de diputados un proyecto de ley motivada por la demanda de Pirán:

> Art. 1. Se declara que el art. 1 de la ley de 5 de diciembre de 1838 que estableció el tribunal de recursos extraordinarios por nulidad e injusticia notoria, no ha podido tener fuerza retroactiva, haciéndose extensivo a aquellas causas que a la época de su creación no tenían por las leyes recurso alguno establecido.

Los diputados interpretaron que la causa no podría haber llegado a un tribunal que no existía cuando comenzó. Mas con ello colocarían en cuestión el accionar de un tribunal y de las cosas juzgadas. Alsina, quien dice que tuvo que emigrar por haber votado a favor de Riglos en 1836, recuerda que en la sesión de 27 de octubre de 1852 extinguieron el "tribunal de injusticia notoria" pero declararon, en la ley de 18 de noviembre de 1852, que debían respetarse y cumplirse sus sentencias.

La cámara de senadores recomendó al señor Pirán presentar su demanda ante los tribunales de justicia. Para llegar a esta decisión discutieron por 3 días y, aunque se trató de una finca urbana, los argumentos fueron amplios, giraron en torno de los límites del "revisionismo" y de los derechos de propiedad.

Consideramos que el pleito Pirán-Anchorena cierra un ciclo, no solo el que se inició durante la justicia rosista, sino el que se abrió con la revisión de 1852. Aunque los oradores que se suceden en el uso de la palabra los días 14, 17 y 19 de abril de 1858 se identifican con el lugar de exiliado, de la víctima del rosismo y de sus arbitrariedades, llegaron a un punto a partir del cual no conseguían avanzar. No podían rever todas las decisiones de los tribunales del período de Rosas, ni rever todos los títulos de propiedad. En una sociedad bastante endógena, ya había propiedad sustentada sobre los cimientos de alianzas matrimoniales de los troncos unitarios y federales.

A modo de conclusión

Los discursos propietarios de final del siglo XVIII e inicio del XIX fueron avanzando sobre un terreno incierto. Los poseedores de bienes buscaron paulatinamente ampliar los derechos sobre lo poseído, fueran esclavos, cosechas o tierras. Las nuevas realidades sociales y las teorías sobre las que se respaldaron los cambios operados en ese período trastocaron las nociones de "dominio útil" y "dominio directo". Podemos decir que la tendencia, en el mundo del trabajo, fue la del pasaje del "dominio directo" al dominio útil. Ya no se tendría propiedad sobre la persona del trabajador, sino la apropiación de una parte de su existencia, sobre sus servicios. Si bien la propiedad sobre los esclavos estuvo condicionada por las leyes castellanas e indianas desde el siglo XVI, los amos la entendían, de forma creciente, como una propiedad plena. Al ser contrariados en tribunales sobre los límites del dominio, cuestionaron y arguyeron en base a las nociones de sacralidad de la propiedad. La Asamblea del año XIII colocó un límite a esa propiedad quebrando el principio de *Partus Sequitur Ventrem* (el parto sigue la condición del vientre o el hijo sigue la condición de la madre) que consagraba la legislación basada en Las Siete Partidas y perpetuada en la época colonial. En ese caso la revolución limitó los derechos de propiedad porque esa forma de dominio chocaba con las bases ideológicas de la revolución que se sustentaba en el individuo, en la libertad y en la igualdad jurídica. Pero las bases ideológicas no fueron lo suficientemente fuertes para contrariar los intereses propietarios al punto de abolir la esclavitud.

Las cosechas y los ganados corrieron la suerte de los enfrentamientos de la primera mitad del siglo XIX. A finales del siglo XVIII los hacendados luchaban por "destrabar" y "desmoralizar" la circulación de las cosechas, en inicio del siglo XIX querían que el puerto fuese abierto para quebrar el monopolio español. Como dijimos, ni la "Representación de los labradores" de 1793 ni la de los "Hacendados" de Mariano Moreno de 1809, traían la cuestión de la tierra como un problema o una demanda. No es casual que la

"prédica" de Hipólito Vieytes sobre la importancia de garantizar la propiedad de la tierra para incentivar la utilización agrícola, fuera esencialmente eso, una "prédica" o una actividad pedagógica que él ejercía principalmente a través del Seminario de Agricultura, Industria y Comercio.

Durante la primera mitad del siglo XIX, en una economía donde el dinero metálico era crónicamente escaso, la riqueza pecuaria se convirtió en la moneda de cambio y el sustento logístico fundamental. Las confiscaciones se convirtieron en instrumento de gobernabilidad, de forma diferente a la descrita por Galiani sobre la "gobernanza" del trigo (Galiani, 1775).

Las garantías de la propiedad privada estuvieron presentes en las dos primeras constituciones, la de 1819 y la de 1826. Pero esas garantías fueron colocadas entre paréntesis coyunturalmente. Como ejemplo, ya mencionamos los embargos del período rosista. Percibimos que los discursos se absolutizan, aunque la realidad no acompaña tal "modernidad". Los elementos "morales", de gobernabilidad, permanecen, ingresan en el siglo XIX erosionando los principios filosóficos de la individuación. El revisionismo inaugurado con la caída de Rosas se comportó más como un conjunto de políticas *ad hoc* que como política sistemática de liberalización y mercantilización (impersonal por excelencia) de los factores económicos.

El pleito Pirán-Anchorena - cómo llegó nominado a la legislatura de 1858, antes Riglos-Anchorena- es una muestra de los límites que se impusieron los ganadores de Caseros. Alsina dijo en el senado que el mismo tuvo que emigrar por causa de su voto favorable a Riglos en 1836; pero, "queremos poner término a los pleitos, queremos presentarnos al Estado de Buenos Aires como legisladores, no como jueces."[7] La oportunidad vislumbrada por Pirán, en medio a la política "reparadora" que tuvo en la "Declaración de reo de lesa patria y confiscación de los bienes de don Juan Manuel de

[7] Discursos pronunciados en la Cámara de Senadores, en las sesiones del 14, 17 y 19 de agosto, con motivo de una solicitud de Don Antonio Piran, sobre el derecho de retractar una propiedad comprada legalmente por el finado señor Don Nicolas Anchorena el año 1833. Imprenta Argentina del Nacional, Buenos Aires, 1858.

Rosas" su momento de plenitud, no se concretiza. Del balance de los discursos vertidos en aquellas sesiones de la cámara extraemos que, la clase propietaria, ya consolidada, había llegado a la conclusión representada por el dictado brasileño: "entre mortos e feridos, salvaram-se todos." Eso, desde un punto de vista de clase. Desde el punto de vista político, la derrota de Rosas significaba que: "muerto el perro, muerta la rabia."

La propiedad, en el sentido positivo que se afianzará en la segunda mitad del siglo XIX, tuvo sus principios filosóficos sujetos a las necesidades políticas y económicas desatadas con la revolución de la independencia y con los conflictos que se siguieron por décadas. La "perfección" buscada en su absolutización lidiar con los condicionantes que arrastraba del pasado, con condicionantes "morales" en el caso de las cosechas y de los esclavos y con condicionantes "políticos", en el caso de la tierra (Thompson, 1998). Los actores que gritaban "mi propiedad" lo hacían a sabiendas de que esa era relativa. Eran testigos o protagonistas de contestaciones. A veces los historiadores olvidamos esa dimensión de "experiencia" que tuvo la individuación. Experiencias que no pasaron desapercibidas para otros testigos (Marx, 2017).

Referencias

ARMITAGE, David. La primera crisis atlántica: la revolución americana. **20/10: El mundo atlántico y la modernidad Iberoamericana (1750-1850)**, G.M. Editores, 2012.

BARCOS, María Fernanda; LANTERI, Sol. Tierras públicas y construcción del estado en Buenos Aires durante el siglo XIX: Las donaciones ejidales y condicionadas en una visión comparada. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, n. 38, p. 43-77, 2013.

REPÚBLICA ARGENTINA. Discursos pronunciados en la Cámara de Senadores, en las sesiones del 14, 17 y 19 de agosto, con motivo de una solicitud de Don Antonio Piran, sobre el derecho de retractar una propiedad comprada legalmente por el finado señor Don Nicolas Anchorena el año 1833. Imprenta Argentina del Nacional, Buenos Aires, 1858.

DI MEGLIO, Gabriel. La mazorca en el orden rosista. **Prohistoria**, v. 12, 2009.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi**, set. 2002, p. 9-40, 2002.

GALIANI, Ferdinando. **Diálogos sobre el comercio del trigo**, Madrid: Ibarra, 1775.

GELMAN, Jorge. La construcción del Estado en Buenos Aires y los derechos de propiedad. Una aproximación cuantitativa desde los juicios de desalojo, 1810-1863. **Desarrollo Económico**, v. 57, n. 221, mayo-agosto 2017.

GELMAN, Jorge; Schroeder, María Inés. Juan Manuel de Rosas contra los estancieros: Los embargos a los "unitarios" de la campaña de Buenos Aires, **Hispanic American Historical Review**, v. 83, n. 3, p. 487-520, 2003.

INFESTA, Maria Elena; VALENCIA, Marta. Tierras, premios y donaciones. Buenos Aires, 1830-1860. **Anuario IEHS**, Instituto de Estudios Históricos Sociales, X, p. 177-213, 1987.

LANTERI, María Sol. **La distribución de la tierra en la frontera de Buenos Aires durante el gobierno de Rosas**. Banco Provincia. Centro de Estudios e Investigaciones Arturo Jauretche; Forjando; 102-112, 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, p. 89-97, 2000.

RENOUX-ZAGAMÉ, Marie-France. **Origines théologiques du concept moderne de proprieté**. Genève, Librairie Droz, 1984.

SECRETO, María Verónica. Ganhando o mercado: os grãos na Europa e na América. Do local ao global (séculos XVIII-XIX), **Revista de história comparada**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 45-72, 2020.

SECRETO, María Verónica. La habilidad de hacer pasteles y otros obstáculos para la libertad. El caso de la esclavizada María Arce y la Real Cédula que obligó a su ama a libertarla. **Tempo**, v. 29, n. 3, sep-dec, 2023.

SECRETO, María Verónica. Terra e território no contexto da independência: do Oiapoque ao Chuí, ou quase. *In*: RODRIGUES, José Damião; ROCHA, Cristiana Costa da. **Independências dos Brasis**. Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 11-24, 2024.

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Latifundio y desarrollo agrícola en la Argentina preperonista:
una relación compleja (1920-1940)

Pablo Volkind
pvolkind@gmail.com
Universidad de Buenos Aires (UBA) – Facultad de Ciencias Económicas (FCE) Facultad de Filosofía y Letras (FFyL) – Programa de Investigaciones sobre Historia Agraria (PRIHA)

Resumen
El capítulo analiza la persistencia y las transformaciones de la estructura de la propiedad de la tierra en la región pampeana argentina entre 1920 y 1940, con especial atención al peso del latifundio y a las condiciones de acceso a la tierra de los pequeños y medianos agricultores. A partir del estudio de dos núcleos agrícolas de la provincia de Buenos Aires —uno maicero y otro triguero—, el trabajo examina el impacto de las políticas reformistas del gobierno de Hipólito Yrigoyen, la crisis económica mundial de 1929 y la restauración conservadora de la década de 1930. Si bien durante los años veinte se registró un proceso limitado de desconcentración de la propiedad, impulsado por el crédito hipotecario y la legislación sobre arrendamientos rurales, estos cambios no alteraron de manera sustancial la elevada concentración de la tierra. La crisis revirtió parcialmente los avances, provocó desalojos, endeudamiento masivo y una dinámica de reconcentración. El estudio demuestra que el latifundio no fue un residuo del pasado, sino un rasgo estructural que condicionó el desarrollo agrícola y las relaciones sociales rurales, sentando las bases para la intervención estatal más profunda del período peronista.
Palabras clave: latifundio; propiedad de la tierra; agricultores; región pampeana; Argentina preperonista.

> Art. 8.° — Los contratos que venzan durante la vigencia de esta ley se considerarán prorrogados, a opción del locatario, por el plazo de la misma, no pudiendo exceder dicha prórroga de tres años, debiendo la opción ser notificada por acto judicial o telegrama colacionado tres meses antes del vencimiento del contrato. Suspéndense los juicios de desalojo por vencimiento de contratos en trámite a la fecha de la promulgación de la presente ley, pudiendo el locatario optar por la prórroga del contrato por el plazo y en las condiciones establecidas por la misma.

La sanción de la Ley de reajuste de los arrendamientos rurales (12.771), en septiembre de 1942, evidenció la persistencia de una problemática cuyos orígenes se remontaban a comienzos del siglo XX: la elevada concentración de la propiedad de la tierra y las dificultades que enfrentaban los pequeños y medianos agricultores para acceder a la compra de una parcela. Esta problemática pareció atenuarse durante la década de 1920 mediante un lento y sinuoso proceso de subdivisión, estimulado, entre otros factores, por las medidas reformistas impulsadas por el gobierno radical encabezado por Hipólito Yrigoyen. Sin embargo, el impacto de la crisis económica mundial sobre la producción agropecuaria de exportación, las dificultades para afrontar las deudas hipotecarias en el ámbito rural y la sucesión de remates de campos derivaron en una dinámica de reconcentración de la tierra durante los años treinta. El malestar social, las protestas y la necesidad de contener la situación en el marco de la Segunda Guerra Mundial y de sus efectos sobre la producción granaria explican que ambas cámaras legislativas aceptaran adoptar una medida que afectaba a los grandes propietarios, en tanto implicaba la prórroga de los contratos de arrendamiento y la suspensión de los desalojos de las chacras.

En este capítulo se aportan elementos que contribuyen a identificar las escasas modificaciones producidas por los distintos gobiernos en la estructura de tenencia y propiedad de la tierra y el persistente peso del latifundio en la región pampeana hasta mediados del siglo XX. Fue precisamente esta

situación la que permite calibrar el impacto de las políticas agrarias impulsadas por Perón durante el gobierno militar (1943-1946) y su primer mandato presidencial. Dichas políticas no solo implicaron un reconocimiento de la heterogeneidad de la estructura social agraria mediante el impulso de medidas diferenciadas —que no se sustentaron en el concepto "vacío y aglutinante" de "campo", de uso extendido en la Argentina—, sino que, además, afectaron el patrón de distribución y acceso a la tierra, uno de los pilares de las históricas clases dominantes locales.

El patrón de distribución de la tierra en la Argentina constituye una problemática que, con diversas modulaciones e intensidades, se proyecta hasta el presente. Esta particularidad se deriva, entre otros aspectos, del carácter limitado y no reproducible de dicho recurso (Marx, 1995). En consecuencia, su apropiación por determinados individuos adquiere un carácter excluyente: algunos pueden poseerla y otros no. En un país cuya economía giraba en torno a la producción agropecuaria de exportación, quienes detentaban la propiedad territorial disponían de un monopolio que les otorgaba un peso específico en la estructura económico-social y generaba tensiones con quienes aspiraban a adquirir una parcela, en particular con aquellos dedicados al cultivo de la tierra.

Si bien a lo largo de la primera mitad del siglo XX se registraron diversos ciclos de conflictividad en torno al acceso a la tierra, la producción historiográfica predominante desde el retorno de la democracia en 1983 tendió a relegar esta problemática. En algunos casos se argumentó que los procesos de subdivisión por herencia y los mecanismos de mercado habían fragmentado las grandes propiedades; en otros, se justificó su existencia al considerarlas la opción más "racional" para maximizar los factores de producción. La abundancia de tierras frente a la escasez relativa de capital y trabajo habría conducido a un esquema productivo basado en el latifundio, entendido como el más eficiente.

Frente a esta imagen de "modernización" y "progreso", este trabajo se propone aportar elementos que permitan avanzar en el conocimiento de la

relevancia de la gran propiedad durante la primera mitad del siglo XX, de la incidencia de los terratenientes en el desenvolvimiento del proceso productivo y de la suerte que corrieron miles de familias de agricultores que no lograron acceder a la compra de la parcela que trabajaban.

La necesidad de acotar el espacio de indagación para reconstruir la estructura de propiedad de la tierra condujo a focalizar el análisis en dos núcleos agrícolas de la provincia de Buenos Aires, representativos de distintas zonas de la región pampeana: el núcleo maicero, con epicentro en el norte bonaerense, y la región triguera ubicada en el sur de la provincia.

El trabajo se organiza en dos momentos que permiten advertir persistencias y transformaciones en el acceso de los agricultores a este factor fundamental de producción. El primero refiere a la década de 1920, período de recuperación económica en el que el gobierno de Yrigoyen impulsó una serie de medidas destinadas a mejorar las condiciones de los pequeños y medianos productores, en un contexto que parecía habilitar cierto grado de modificación de las condiciones de producción, producto del incremento de la demanda mundial, la reforma del estatuto del Banco Hipotecario Nacional y el mayor acceso al crédito rural. El segundo analiza la situación durante la década de 1930, cuando, tras el impacto de la crisis económica mundial y el golpe de Estado, se aceleró el proceso de reconcentración de la tierra y los gobiernos conservadores procuraron preservar el poder de los grandes terratenientes.

Una de las principales dificultades para abordar esta problemática radica en la escasa disponibilidad de fuentes cuantitativas que permitan reconstruir la estructura de la propiedad rural. Los censos agropecuarios registran únicamente el número de explotaciones, por lo que resulta necesario integrar otras fuentes que posibiliten identificar a los propietarios de la tierra. Con el fin de avanzar en este desafío —esto es, "ponerle números" al fenómeno— se analizó y sistematizó información proveniente de la Guía Edelberg y de los catastros elaborados por dicha firma en 1922, el Censo Nacional Agropecuario de 1937, los catastros Edelberg de 1939 y duplicados de

mensuras confeccionados por el Departamento de Catastro y Geodesia de la Provincia de Buenos Aires. Asimismo, se incorporó información de organismos oficiales y de publicaciones periódicas como *La Nación*, *La Prensa* y *La Tierra* para años específicos.

La política reformista del gobierno de Yrigoyen y el lento proceso de desconcentración de la propiedad en la década de 1920

El notable crecimiento agropecuario que experimentó la Argentina desde comienzos del siglo XX se desarrolló, en lo fundamental, sin una transformación sustantiva de la estructura de tenencia de la tierra. La mayor parte del suelo había sido apropiada con anterioridad a su puesta en producción y el grueso de los agricultores que expandieron la superficie cultivada y contribuyeron a transformar al país en el denominado "granero del mundo" no logró acceder a la compra de la parcela que trabajaba. Así lo evidencian los registros del Tercer Censo Nacional de 1914, según los cuales, entre 1895 y ese año, los arrendatarios representaban alrededor del 75 % de las explotaciones agrícolas en el núcleo productivo bonaerense. Esta condición los exponía a múltiples arbitrariedades por parte de los grandes propietarios, los subarrendadores, los almaceneros de ramos generales y otros actores agrarios, lo que incidía negativamente en sus posibilidades de capitalización y acumulación (Volkind, 2024).

El inicio de la Primera Guerra Mundial tuvo una fuerte incidencia en la economía local: se cerraron mercados, descendieron las cotizaciones de los productos exportables argentinos, se dificultó el ingreso de capitales y se redujeron tanto las importaciones como las exportaciones de granos, que fueron de las más afectadas. En contraste, las exportaciones de carne congelada y enlatada lograron sostenerse. Este escenario no hizo más que profundizar

las dificultades de un segmento significativo de pequeños y medianos agricultores arrendatarios, muchos de los cuales no pudieron afrontar sus deudas y fueron desplazados de los campos, ya sea por morosidad en los pagos o por la decisión de los propietarios de reorientar la explotación hacia la actividad ganadera.

En este contexto, y cuando la contienda bélica aún no había concluido, se impuso en las primeras elecciones presidenciales sin fraude el candidato de la Unión Cívica Radical, Hipólito Yrigoyen. Frente a las dificultades generadas por el conflicto, el nuevo gobierno impulsó un conjunto acotado de iniciativas orientadas a aliviar la situación de los agricultores, aunque estas no prosperaron en el Parlamento debido a que los conservadores mantenían la mayoría en ambas cámaras legislativas. Tal fue el caso del proyecto de colonización agrícola-ganadera presentado en diciembre de 1916, del proyecto de creación de un Banco Agrícola y de una Marina Mercante, así como del proyecto presentado en 1917 por el diputado radical Víctor Molina para la creación de un Banco de Colonización y Agrícola.

Con la finalización de la guerra y el inicio de la recuperación de la economía mundial y local, los trabajadores rurales y los pequeños y medianos agricultores, junto con el proletariado urbano, protagonizaron un ciclo de protestas sociales orientado a mejorar sus condiciones de vida y de trabajo. Dicho ciclo, que se extendió entre 1918 y 1921, recorrió distintas regiones del país y tuvo un fuerte impacto político. En ese marco, caracterizado por la combinación de mediación estatal e intervención represiva cuando la conflictividad desbordaba los canales institucionales, el gobierno de Yrigoyen impulsó una medida destinada a atender los reclamos agrarios: la modificación de la carta orgánica del Banco Hipotecario Nacional (Girbal de Blacha, 1988; Accose, 1935). Esta reforma estableció que el 50 % de los créditos destinados a la compra de tierras debía orientarse a la adquisición de parcelas de menos de 200 hectáreas. Posteriormente, la Ley 10.676 de 1919 habilitó a la entidad a financiar hasta el 80 % del valor de la unidad productiva. De este modo, se puso a disposición de los productores agropecuarios —y de los

arrendatarios en particular— un nuevo tipo de crédito que facilitó la propietarización de un número creciente de chacareros.[1] No obstante, los pequeños y medianos agricultores no fueron los únicos beneficiarios de estas líneas crediticias. Grandes y medianos propietarios también accedieron a dichos préstamos, lo que contribuyó a acelerar el proceso de valorización de la tierra. Incluso, como denunciaban algunos agricultores a través del periódico de la Federación Agraria Argentina, ciertos terratenientes aprovecharon la coyuntura para desprenderse de tierras agotadas, difíciles de arrendar, a valores que no se correspondían con su calidad productiva.

Una vez superado el pico de conflictividad social registrado en la región pampeana y tras una movilización chacarera inédita hacia la ciudad de Buenos Aires, el parlamento sancionó -en un contexto donde el radicalismo había alcanzado la mayoría en la Cámara de Diputados-, la primera Ley de Arrendamientos Rurales en septiembre de 1921. Esta legislación establecía, entre otros aspectos, la inembargabilidad de los útiles e implementos de labranza indispensables para el sustento familiar, la obligación de indemnizar al locatario por las mejoras realizadas, un plazo mínimo de arrendamiento de cuatro años, la libertad para elegir proveedores de insumos y servicios y compradores de la producción. De este modo, la ley reconocía formalmente una problemática socioeconómica que desde hacía décadas gravaba a los productores directos carentes de propiedad territorial. Sin embargo, pese a su relevancia, la Ley 11.170 tuvo una aplicación limitada: buena parte de sus disposiciones no se tradujo en prácticas efectivas o fue eludida mediante diversas estrategias contractuales.[2]

Estas medidas, combinadas con la mejora de las cotizaciones de los granos en el mercado mundial, generaron las condiciones para una tendencia

[1] *La Tierra*, 12 de abril de 1928, p. 1; *La Tierra*, 24 de mayo de 1928, p. 1; *La Tierra*, 29 de noviembre de 1928, p 1.

[2] Acerca de la Ley consultar *Anales de Legislación Argentina*, Buenos Aires, Editorial La Ley, complemento años 1920-1940, 1953, pp. 80-81. Sobre los cambios en el Congreso Nacional en *Composición de la Cámara de Diputados de la Nación por partidos políticos y distritos electorales 1912-1943*. Imprenta del Congreso Nacional, Buenos Aires, 1956.

acotada hacia la desconcentración de la propiedad durante la década de 1920. Para dimensionar estos cambios resulta particularmente útil el análisis de los datos provistos por la Guía Edelberg de 1922.[3] Con los recaudos que impone el uso de esta fuente, la información —que detalla la nómina de propietarios, la superficie de sus campos, el nombre de los establecimientos y la estación ferroviaria más cercana— permite introducir una referencia empírica sobre el régimen de tenencia vigente a comienzos de la década. Los datos revelan la persistencia de un elevado grado de concentración de la propiedad en el sudoeste bonaerense: los propietarios de hasta 500 hectáreas representaban el 41 % del total, pero reunían sólo el 7,5 % de la superficie, mientras que quienes poseían 5.000 hectáreas o más constituían el 13 % de los titulares y concentraban el 58 % de la tierra, una proporción prácticamente idéntica a la registrada en 1914. Una situación similar se observa en el norte provincial, donde los propietarios de más de 1.000 hectáreas representaban el 30 % y concentraban el 77,7 % de la superficie. Si bien se había incrementado el número de titulares respecto de 1914, se trataba de un grupo relativamente reducido que controlaba la mayor parte de la tierra.[4]

A partir de 1923, una vez superada la crisis de las carnes, se registró un aumento sostenido del área sembrada, mejoras en los rendimientos del trigo en algunas zonas y un incremento de la producción, pese a que las cotizaciones se mantuvieron relativamente bajas durante gran parte de la década. Estas transformaciones se produjeron en un contexto en el que la expansión horizontal de la frontera agropecuaria en la provincia se había agotado, por lo que el crecimiento necesariamente alcanzaría por el desplazamiento de la ganadería o una mayor inversión de capital.

[3] Si bien no se relevaron las propiedades menores a 200 hectáreas y de ese modo no se computó alrededor del 20% de la superficie de la unidad norte, la sistematización de los datos provistos por esta fuente para ambas unidades de análisis permite aproximarnos a la distribución de la propiedad territorial a inicial de la década de 1920, momento en el cual se estaban en vigencia una serie de leyes que tenían por objeto mejorar las condiciones de producción para los chacareros arrendatarios y facilitar el acceso a la compra de una parcela.

[4] **Anuario Edelberg**. Guía de Propietarios de Campos de la Provincia de Buenos Aires, 1922.

En este escenario, la disponibilidad de los nuevos créditos hipotecarios, la reducción de la superficie promedio por operación y el aumento del valor medio de la hectárea incidieron en la estructura agraria.[5] Aunque no es posible desagregar la información para los distritos analizados, el Anuario de la Sociedad Rural Argentina informaba que en la provincia de Buenos Aires el porcentaje de titulares propietarios de explotaciones dedicadas al cultivo de cereales y lino (excluido el maíz), pasó del 30 % al 39 % entre 1913/14 y 1925/26. Este dato permite dimensionar la incidencia de los créditos del Banco Hipotecario, en particular en el núcleo triguero del sudeste bonaerense. Los registros de la sucursal Bahía Blanca indican que en 1924 se realizaron 82 escrituras de chacras de hasta 200 hectáreas, cifra que descendió a 25 en 1925 y a 10 en 1926 (Banco Hipotecario Nacional, 1925, 1926 y 1927).[6] Si bien estos créditos posibilitaron el acceso a la propiedad para una fracción de agricultores, su alcance fue limitado en relación con el número de arrendatarios existentes. Además, este proceso contribuyó a una marcada valorización de la tierra: según testimonios de la época, el precio de la hectárea en los mejores campos de Tres Arroyos pasó de 300 pesos moneda nacional en 1919 a 500 pesos en 1929 (Gorraiz, 1935, p. 218).

De este modo, aunque se registraron ciertas transformaciones en la estructura de tenencia del sudoeste bonaerense, persistieron problemas estructurales que afectaban a los arrendatarios de menores dimensiones. Las protestas rurales, como la multitudinaria concentración realizada en Tres Arroyos en febrero de 1926, pusieron de manifiesto estas tensiones. En este espacio coexistieron procesos simultáneos y contrastantes: por un lado, un

[5] Los datos provistos por los *Boletines de la Dirección General de Estadística de la Provincia de Buenos Aires* indican un aumento del número de hipotecas rurales a lo largo de la década de 1920 pero el valor medio por hectárea presenta leves variaciones a lo largo de los años bajo estudio.

[6] La filial del Banco Hipotecario Nacional de Pergamino cubría la zona del partido homónimo, Bartolomé Mitre, Rojas, Salto, San Pedro, San Antonio de Areco, San Nicolás y Colón. La filial de Bahía Blanca abarcaba la zona de Adolfo Alsina, la propia Bahía Blanca, Coronel Dorrego, Coronel Pringles, Coronel Suárez, Carmen de Patagones, Guaminí, Puán, Saavedra, Tornquist, Tres Arroyos y Villarino.

sector de productores logró maquinizar y operar mayores extensiones, aún sin acceder a la propiedad de la tierra; por otro, numerosos agricultores quedaron sujetos a contratos de arrendamiento que no solo implicaban el pago de la renta, sino también la apropiación de una porción de su ganancia (Azcuy Ameghino, 2004, p. 191-214).

Hacia fines de la década de 1920, antes de que se manifestaran plenamente los efectos de la crisis económica mundial, volvió a ponerse en evidencia la vulnerabilidad de la estructura productiva local. La expansión del crédito hipotecario y el aumento de la demanda de tierras habían elevado de manera significativa los precios del suelo, generando un proceso de endeudamiento que se tornó insostenible con la caída de las cotizaciones agrícolas. Al respecto el diario *La Nación* afirmaba: "las operaciones en campos han alcanzado una magnitud insospechada, elevándose los precios...".[7] Denunciaba que los montos que se debían abonar por hectárea se habían duplicado y que incluso los colonos compraban terrenos no cultivados y de baja calidad con "poco capital inicial, pagando el resto con facilidades, lo que significa un 8% anual comprendido el capital e interés, cantidad menor que la pagada como arrendamiento".[8] En un sentido similar, el dirigente agrario y agudo observador de la realidad José Boglich, describía con elocuencia este proceso: "la fiebre especulativa trajo su secuela de enormes deudas y de hipotecamiento desmesurado de la propiedad territorial" que se aceleró entre los años 1924-1929 y llegó a su fin con "los efectos de la crisis que fueron catastróficos para toda su economía y, en primer lugar, para la agropecuaria" (Boglich, 1937, p. 209-210). Así, ante la caída de las cotizaciones de los granos (entre 1928 y 1930 el precio del quintal de trigo y maíz en $ m/n se redujo a la mitad), la elevación de las tasas de interés y el cierre progresivo de los mercados, la mayoría de los productores hipotecados no pudo afrontar el pago del crédito y se inició un lento pero sostenido proceso de liquidación de dichas propiedades ejecutadas por las entidades bancarias.

[7] *La Nación*, 18 de abril de 1928, Buenos Aires.
[8] *La Nación*, 19 de febrero de 1928, Buenos Aires.

Una situación similar se evidenció entre los arrendatarios que tuvieron que afrontar alquileres en alza con ingresos a la baja.[9] A esto se sumaban la obligación de saldar las deudas contraídas por la compra de insumos, maquinarias o adelantos en efectivo que habían recibido de los almaceneros de ramos generales para garantizar la cosecha de los granos.[10] De este modo, desmejoraron las condiciones de producción y se profundizó la inestabilidad de un porcentaje representativo de los colonos.[11] Esta situación derivó en un creciente clima de malestar que aceleró la organización de una fracción de agricultores. Uno de los epicentros fue el partido bonaerense de Coronel Dorrego donde en enero de 1929 se reunieron los miembros de la Cooperativa Agrícola para solicitar una moratoria de las deudas, pedir que les habilitaran la posibilidad de desarrollar una explotación mixta y exigir rebaja de los arrendamientos y un cambio en la modalidad de pago en un contexto donde se desplomaba el precio del trigo.[12]

En un contexto caracterizado por el empeoramiento de la situación económica, las tensiones entre grandes propietarios, almaceneros, productores agrícolas, obreros rurales y los gobiernos local y nacional, se agudizaron. Por un lado, el gobernador radical de la provincia de Buenos Aires -Valentín Vergara-, inició un proceso de revaluación de las propiedades en el distrito para incrementar la recaudación fiscal. Esta medida generó una fuerte oposición de los grandes propietarios organizados en la Sociedad Rural Argentina y otras entidades.[13] A su vez, los pequeños y medianos agricultores, agrupados en la Federación Agraria Argentina, no sólo exigieron disminución de los alquileres (mecanismo a través del cual los propietarios buscaron descargar el nuevo incremento de los impuestos) sino también de las tarifas

[9] **Comité Nacional de Geografía**. Buenos Aires, 1941.

[10] *La Tierra*, 30 de octubre de 1928, Rosario; (Bonaudo; Godoy, 1985, 194).

[11] *La Tierra*, 11 mayo de 1929, Rosario.

[12] La Tierra, 5 de enero de 1929, p. 4; La Tierra, 12 de enero de 1929, p. 1; La Tierra, 29 de enero de 1929, p. 2.

[13] *La Prensa*, 31 de marzo de 1928, Buenos Aires.

de los ferrocarriles, del costo de la trilla y se opusieron al pliego de reivindicaciones de los obreros rurales.[14] Se evidenciaban de este modo, la existencia de una heterogénea estructura social agraria caracterizada por múltiples y complejas relaciones que se enhebraban alrededor del cultivo de la tierra y crujían al calor de las crisis y las transformaciones productivas en curso.

La tendencia a la caída de las cotizaciones se profundizó en el ciclo agrícola 1929/30, tanto en el caso del trigo como del maíz. Para un porcentaje significativo de los pequeños y medianos agricultores se hizo muy difícil sostener la estructura de costos frente a la disminución de sus ingresos y el impacto de las plagas y las inclemencias climáticas, situación que incluso reconocía el propio Departamento de Agricultura, Ganadería e Industria de la provincia de Buenos Aires.[15] En ese contexto, *La Prensa* informaba que las empresas ferroviarias habían reducido el costo de los fletes y que los dueños de las máquinas trilladoras habían hecho lo propio con las tarifas que cobraban por ese servicio. Sin embargo, según ese matutino -insospechado de operar como vocero de los pequeños agricultores-, no se registraba el mismo movimiento con relación a los arrendamientos. Por ese motivo, se extendieron por diversas localidades las protestas chacareras que exigían una rebaja del 20 al 25% de los alquileres y la extensión de los plazos para abonarlos.[16]

Las denuncias de los productores dejaban en evidencia que, transcurridos siete años desde su sanción, la mayor parte del articulado de la Ley de Arrendamientos rurales no había traspasado el papel y tuvo una escasa aplicación efectiva, situación que aprovechó la prensa opositora para profundizar sus críticas a Yrigoyen.[17] Los gobiernos radicales encabezados por Hipólito Yrigoyen (1916-1922 y 1928-1930) y Marcelo T. de Alvear 81922-1928)

[14] Estas tensiones derivaron en resonantes conflictos protagonizados por obreros rurales en Santa Fe que finalizaron con una brutal represión y el reconocimiento de algunas de sus exigencias por parte de los agricultores. *La Tierra*, 10 de abril de 1928, Rosario; *La Prensa*, 7 de septiembre de 1928, Buenos Aires; *La Prensa*, 15 de enero de 1929, Buenos Aires; *La Tierra*, 23 de junio de 1930, Rosario; Bonaudo; Godoy, 1985, p. 97-130; Ascolani, 2009.

[15] Boletín de Agricultura, Ganadería e Industria de la provincia de Buenos Aires, 1929, p. 5.

[16] *La Nación*, 4 de marzo de 1929, Buenos Aires.

[17] *La Nación*, 7 de marzo de 1929, Buenos Aires.

no desplegaron las instituciones necesarias para garantizar su cumplimiento y los agricultores tendieron a toparse con diversas dificultades para hacer valer sus derechos frente a los litigios por desalojo las instancias judiciales de cada jurisdicción (Justicia de Paz).[18] La opción que restaba al productor era remitir la sentencia a la Primera Instancia que estaba ubicada -para el caso de los partidos bajo estudio- en Bahía Blanca (Palacio, 2004: 195), camino que resultaba costoso, lejano y difícil de sostener. Así, una creciente proporción de agricultores no sólo fue expulsada de la tierra que trabajaba, sino que sufrió el embargo de chapas, máquinas, gallinas, chanchos y demás animales, a pesar de que dicha Ley prohibía ese tipo de embargos.[19] La constatación de esta situación por parte de los legisladores se materializó en las propuestas de reformas a la Ley 11.170 que se aprobaron en la Cámara de Diputados en septiembre de 1929 junto al proyecto de creación de un Banco Agrario.[20]

El 25 de enero de 1930 se realizó un Congreso Regional de la FAA donde se reunieron en la ciudad de Bahía Blanca 116 delegados del sur de la provincia de Buenos Aires y del territorio de La Pampa. Allí acordaron y elaboraron un pliego de reivindicaciones que incorporaba el reclamo de expropiación de los latifundios de mayores extensiones en función de la ubicación geográfica de los mismos junto a la reducción de los montos de arrendamiento.[21] También se exigía la rebaja de los fletes ferroviarios, la obtención de semillas, animales de trabajo, forraje, la gestión de créditos en los bancos

[18] *La Tierra*, 25 de abril de 1930, Rosario; *La Nación*, 19 de marzo de 1930, Buenos Aires; *La Nación*, 14 de agosto de 1930, Buenos Aires. En otras oportunidades, la Justicia local fallaba a favor de los arrendatarios o subarrendatarios tal como refiere Palacio para el partido de Coronel Dorrego. Palacio, 2004, 225.

[19] *La Tierra*, 23 de julio de 1930, Rosario. Al respecto, un artículo de *La Nación* de 1929 informaba sobre la distancia que existía entre el articulado de la Ley de Arrendamientos y su aplicación práctica en las zonas rurales. *La Nación*, 7 de marzo de 1929, Buenos Aires.

[20] *Revista de Ciencias Económicas*, serie II, Nº 117, Buenos Aires, abril 1931, p. 296-297; *La Tierra*, 1 de octubre de 1929, Rosario.

[21] La Tierra, 26 de enero de 1930, pp. 1-2. El congreso se realizó en Bahía Blanca aprovechando la buena receptibilidad de las autoridades locales alineadas con el Partido Conservador, férreo opositor al gobierno de Yrigoyen.

oficiales para cubrir las necesidades de la cosecha y la ratificación, por parte de la Cámara de Senadores, de las modificaciones que habían efectuados los diputados a la ley de arrendamientos rurales.[22]

En un clima de creciente malestar, los agricultores de algunas localidades cerealeras iniciaron huelgas y movimientos de protesta en el mes de marzo, momento de negociación de los contratos. Era un contexto complejo porque se mantenía la tendencia hacia la baja de las cotizaciones y se profundizaba la crisis. Así, resultaba muy difícil "pasar el invierno", situación agravada por los desalojos en diversos campos del sur bonaerense.[23] También se acumulaban las deudas hipotecarias y con los almaceneros de la zona y colocaba a los chacareros ante la inminencia del remate de los campos si no podían afrontar los créditos contraídos.

A inicios de agosto, el gobierno nacional parecía hacerse eco de los reclamos de los agricultores y comprometía su intervención. Así era vivido por la conducción de la FAA.[24] Finalmente el 12 de ese mes se efectivizó la reunión en el Ministerio de Agricultura de la Nación con delegados de los colonos y de los propietarios de la tierra.[25] Esos contactos personales y epistolares con el ejecutivo nacional, que habían generado cierta expectativa de un sector de los agricultores, pronto se desvanecieron. El derrocamiento de Yrigoyen dejó trunco ese proceso. En medio de una crisis que se profundizaba, de la renovación del director del Banco Hipotecario Nacional que endurecía su posición y del avance de los desalojos y remates, un significativo porcentaje de los colonos vio esfumarse el sueño de la "tierra propia" que por un tiempo supuso que había conseguido.

[22] *La Nación*, 12 de diciembre de 1930, Buenos Aires.

[23] *La Prensa*, 17 de febrero de 1929, Buenos Aires; *La Prensa*, 5 de marzo de 1930, Buenos Aires; *La Tierra*, 23 de julio de 1930, Rosario.

[24] *La Tierra*, 3 de agosto de 1930, Rosario.

[25] *La Tierra*, 12 de agosto, de 1930, Rosario.

Crisis económica mundial, restauración conservadora y reconcentración de la propiedad en la década de 1930

El proceso de propietarización que había comenzado a desplegarse durante la década de 1920 se interrumpió abruptamente como consecuencia de los impactos de la crisis económica mundial. La caída de las cotizaciones de los granos, el endurecimiento de las exigencias impuestas por los propietarios de la tierra y el incremento del precio del suelo confluyeron en una dinámica que se tradujo en el desalojo de cientos de familias arrendatarias incapaces de hacer frente a dichas condiciones.[26] Al mismo tiempo, para quienes habían logrado acceder a la compra de una parcela mediante créditos hipotecarios, se volvió cada vez más difícil cumplir con los compromisos asumidos.

Si bien la crisis afectó al conjunto de los productores —incluidos los grandes propietarios-, su impacto fue diferencial según la posición ocupada en la estructura agraria. Mientras una fracción de los terratenientes logró capitalizar oportunidades de compra en un contexto adverso, amplios sectores de pequeños y medianos agricultores vieron deteriorarse rápidamente sus condiciones de reproducción. Un ejemplo de esta dinámica lo constituye la adquisición, en 1931, por parte de la sociedad conformada por los hermanos Vassolo de Tres Arroyos, de un campo de 1.526 hectáreas destinado a la agricultura, propiedad del señor Valerio Rodríguez.[27]

El clima de descontento social no se atenuó con el golpe de Estado de septiembre de 1930 ni durante la dictadura encabezada por el general José Félix Uriburu, que gobernó hasta febrero de 1932. Las políticas de ajuste implementadas en un contexto de crisis no generaron mejoras para los pe-

[26] *La Nación*, 4 de noviembre de 1930, p. 6.
[27] **Cincuentenario de Tres Arroyos**. Tres Arroyos, 1934

queños y medianos agricultores. Tras las elecciones fraudulentas de noviembre de 1931, asumió la presidencia el terrateniente conservador Agustín P. Justo, cuyo gobierno impulsó la sanción de una serie de leyes —la 11.637 en 1932 y las 11.720 y 11.741 en 1933— con el objetivo de contener las demandas sociales y recomponer cierto consenso político. Esta legislación buscaba intervenir sobre la rebaja de los intereses, establecer moratorias en los plazos de los créditos hipotecarios y fijar la inembargabilidad del 10 % de la producción. Sin embargo, la ley de 1932 tuvo un derrotero similar al de su antecesora, la Ley 11.170 de 1921, ya que sus efectos prácticos sobre las condiciones de producción de los arrendatarios fueron muy limitados. Persistieron los contratos verbales por plazos inferiores a los estipulados legalmente y la normativa no regulaba el monto de los arrendamientos ni otros aspectos centrales del control del proceso productivo.

El malestar social se expresó nuevamente en un ciclo de protestas rurales. En este marco, colonos de distintas localidades protagonizaron concentraciones en diversos distritos de la región pampeana para reclamar la rebaja de los arrendamientos y aparcerías, la moratoria de deudas comerciales, bancarias o por alquiler, la reducción de los intereses adeudados a las entidades financieras y la retasación de las tierras colonizadas a través del Banco Hipotecario Nacional, previa reducción de intereses e intereses vencidos.[28]

Sobre esta situación, la propia institución financiera reconocía que "la mala situación económica y comercial que soporta el país ha afectado en particular modo al Banco Hipotecario Nacional". El atraso en el pago de los intereses se incrementó de manera sostenida desde septiembre de 1930, pese a las medidas adoptadas por los distintos directorios. La institución atribuía esta situación a una política crediticia "por demás tolerante" durante la década de 1920, caracterizada por tasaciones complacientes, préstamos insuficientemente garantizados y un escaso control sobre su devolución. En el nuevo contexto, el Banco se declaraba imposibilitado de condonar deudas,

[28] *La Prensa*, 14 de enero de 1933, p. 14; *La Tierra*, 24 de enero de 1933, p. 5; *La Tierra*, 26 de enero de 1933, p. 8.

aunque dispuso la suspensión de ejecuciones en regiones particularmente afectadas, como Mendoza, La Pampa y el sur de la provincia de Buenos Aires.[29] No obstante, a partir de 1933, el Banco logró ser excluido de las disposiciones de la Ley 11.741 de moratoria hipotecaria y recuperó la facultad de ejecutar las propiedades en mora. Entre 1933 y 1936 realizó 19.771 remates de propiedades rurales, equivalentes al 22 % del total de las explotaciones hipotecadas en 1936 (Barsky; Gelman, 2005, p. 320).

La gravedad de la situación económica que atravesaba una fracción significativa de los agricultores fue ampliamente reconocida por la prensa nacional y derivó, en algunos casos, en decisiones extremas, como el suicidio de un productor pampeano tras la ejecución de una prenda agraria. Sin llegar a ese desenlace, una elevada proporción de productores perdió los campos que trabajaba y se vio obligada a buscar otras alternativas de subsistencia. Este proceso se reflejó en el descenso del número de explotaciones operadas por propietarios y en el incremento de las unidades arrendadas, particularmente bajo la modalidad de pago en especie (Boglich,1937, p. 257). Asimismo, se verificó un retroceso de la superficie cultivada: en el partido de Tres Arroyos, por ejemplo, las hectáreas sembradas con trigo pasaron de 207.000 en 1928 a menos de 159.000 en 1933 (Gorraiz, 1935, p. 219).

Durante los primeros años de la década de 1930 se produjo una caída en el precio de la tierra, aunque esta tendencia comenzó a revertirse hacia 1934. Sin embargo, las fuentes disponibles no permiten identificar un proceso significativo de adquisición de chacras por parte de pequeños y medianos agricultores, quienes continuaban afectados por el endeudamiento y la baja de las cotizaciones agrícolas.[30] En un contexto internacional marcado por la acumulación de excedentes de trigo, se celebró en 1933 la IV Conferencia Mundial del Trigo, que buscó —sin éxito— regular el comercio mundial

[29] Banco Hipotecario Nacional (1932: 8-9).

[30] Anuario Rural de la provincia de Buenos Aires, Dirección de Agricultura, Ganadería y Pesca, 1935, p. 79.

del cereal. Desde el Anuario Rural de la provincia de Buenos Aires, los funcionarios expresaban su preocupación por el derrumbe de las exportaciones y señalaban que el problema central residía en el desequilibrio entre producción y consumo, manifestado en una crisis de alcance global.[31]

Con la asunción de Federico Pinedo al frente del Ministerio de Hacienda en 1933, el gobierno nacional profundizó su intervención en el mercado mediante la creación de la Junta Reguladora de Granos. Tras una devaluación del 20 %, se implementó un sistema diferencial de cambios entre exportación e importación que permitió generar un "margen" destinado a financiar los precios mínimos ofrecidos por la Junta para sostener la producción. Esta política implicó un subsidio indirecto a ciertos estratos de productores más acomodados, orientado a influir sobre los precios internacionales mediante la acumulación de stocks de cereales (Schonfeld, 1959).

En paralelo, la creciente conflictividad rural profundizó las tensiones internas en el seno de la Federación Agraria Argentina (FAA). Emergieron divergencias en torno a las estrategias de acción y los programas a seguir, en particular respecto de la demanda de acceso a la propiedad de la tierra. Mientras un sector cuestionaba la actitud conciliadora de la conducción encabezada por Esteban Piacenza, esta descalificaba a sus opositores calificándolos como "exaltados" o "revolucionarios".[32] Las dificultades económicas que atravesaban los pequeños y medianos agricultores, junto con la persistencia del reclamo por la tierra, también incidieron en las iniciativas impulsadas por algunos gobiernos provinciales.

En la provincia de Buenos Aires, gobernada por Manuel Fresco entre 1936 y 1940 —cuyo liderazgo expresaba una corriente oligárquica de orientación pro-fascista—, la creación del Instituto Autárquico de Colonización en 1936 respondió a la necesidad de contener los reclamos de los pequeños y medianos agricultores y de subordinarlos a las políticas oficiales, en un

[31] Anuario Rural de la provincia de Buenos Aires, Dirección de Agricultura, Ganadería y Pesca, 1935, p. 173.

[32] *La Tierra*, 1 de enero de 1933, p. 7.

contexto de creciente conflictividad social tanto urbana como rural. Entre 1937 y 1938, dicho organismo adquirió diversos campos que posibilitaron la creación de cinco colonias, conformadas por 239 lotes de un promedio de 242 hectáreas cada uno, que totalizaban unas 63.062 hectáreas (Blanco, 2014, 2-24). Asimismo, abrió un registro de propietarios interesados en vender sus tierras al Instituto, que hacia fines de 1938 incluía a 77 personas y una superficie de 537.816 hectáreas.

A diferencia de lo ocurrido en provincias como Entre Ríos o Santa Fe, en el territorio gobernado por Fresco esta política de colonización tuvo como único objetivo "consolidar una base de pequeños y medianos propietarios que se constituyeran en una barrera contra cualquier avance de 'las izquierdas'", en un contexto internacional signado por el impacto de la Guerra Civil Española, el avance de la Revolución Rusa y los ecos de la Revolución Mexicana y de las políticas impulsadas por Lázaro Cárdenas.[33] En ese marco, Fresco retomaba una imagen que se volvería recurrente en el discurso de diversos autores nacionales contemporáneos: ubicaba el problema económico y social en la figura del "agitador profesional y simulador, engendro monstruoso de las reformas sociales", al que oponía los "señores trabajadores de la tierra", hoy frecuentemente caracterizados como "la gente de bien" (Balsa; Lázzaro, 2012, p. 70-73). Este tipo de iniciativas constituía una clara expresión de las tensiones que atravesaban a los estratos más oprimidos del campesinado y que los gobiernos de turno procuraban desactivar.

Hacia fines de la década de 1930, los efectos acumulados de la crisis, el endeudamiento y los desalojos se reflejaban con nitidez en los datos del Censo Agropecuario Nacional de 1937. Incluso los responsables de coordinar el relevamiento afirmaban en su presentación que los resultados "revelan en forma inconfundible la existencia de un incumplimiento virtual de la

[33] El clima de época y los conflictos protagonizados por los agricultores tuvieron un mayor impacto en los sectores dominantes al punto que el diario *La Nación*, también reclamó la necesidad de estudiar la factibilidad de aprobar una ley de colonización a escala nacional. *La Nación*, 21/6/1936, p. 6.

ley Nº 11.627 de arrendamientos rurales...".[34] En los partidos analizados, los propietarios representaban apenas entre el 23 % y el 24 % del total, una proporción incluso inferior a la registrada en 1914, mientras que los arrendatarios alcanzaban entre el 73 % y el 74 %. Más del 40 % de estos últimos carecía de contratos escritos, lo que incrementaba significativamente su vulnerabilidad frente a las modificaciones en las condiciones de producción.

A pesar de algunas modificaciones legislativas y de las políticas provinciales de colonización, los desalojos se intensificaron a partir de 1938.[35] La finalización de la moratoria hipotecaria vigente desde 1933 agravó la situación de los pequeños y medianos agricultores, en un contexto de caída de precios y crecientes dificultades financieras. El nuevo gobierno nacional encabezado por la fórmula Roberto Ortiz–Ramón Castillo, también surgido del fraude electoral, impulsó un número muy limitado de iniciativas destinadas a contener los reclamos del sector, que tuvieron escasa incidencia en el plano concreto. En octubre de ese año venció la prórroga de la ley de moratoria hipotecaria sancionada en 1933, que regía para quienes mantenían deudas y habían cumplido con el pago de intereses a una tasa reducida del 6 %. En un escenario de deterioro de los precios agrícolas y de crecientes dificultades para afrontar esos compromisos, la situación de los pequeños y medianos productores se volvió aún más crítica.[36] Los chacareros lograron que, en octubre, el Congreso aprobara una nueva ley para la liquidación gradual de la moratoria hipotecaria, que incorporaba algunos de los reclamos formulados por la Federación Agraria Argentina a través de un informe específico.[37]

El inicio de la Segunda Guerra Mundial, en 1939, profundizó estas tensiones al afectar negativamente las exportaciones y las cotizaciones de los

[34] *Censo Nacional Agropecuario Año 1937*. Ministerio de Agricultura de la República Argentina. Buenos Aires, Guillermo Kraft, 1940, p. 7-8.

[35] La Tierra, 4 de febrero de 1938, p. 1; La Tierra, 22 de marzo de 1938, p. 1.

[36] La Tierra, 3 de mayo de 1938, p. 1.

[37] La Tierra, 4 de octubre de 1938, p. 1.

principales granos. La restricción de bodegas y la disminución de la demanda por parte de los tradicionales mercados compradores generaron un marcado retroceso, particularmente significativo en el caso del maíz.

Para este período —fines de la década de 1930— resulta complejo reconstruir la estructura de tenencia de la tierra en los partidos seleccionados, debido a la escasez de fuentes. Fundamentalmente se dispone de catastros de algunos distritos elaborados a partir de duplicados de mensuras y de una nueva edición de los planos producidos por la firma Edelberg en 1939, que, a diferencia de lo ocurrido en 1922, no incluyó la nómina de propietarios por distrito en un volumen separado. Si bien esta información debe analizarse con cautela y contrastarse con otras fuentes, permite identificar ciertos procesos y delinear algunas tendencias.

En primer lugar, se observa un proceso de desconcentración de la propiedad en partidos como Tres Arroyos y Bahía Blanca y, en menor medida, en Coronel Dorrego, mientras que en Tornquist y Coronel Pringles prácticamente no se registran modificaciones a lo largo de los diecisiete años considerados. En el caso de Tres Arroyos, si en 1922 los propietarios con 5.000 hectáreas o más concentraban el 45,8 % de la superficie del partido, ese porcentaje se había reducido al 19,4 % hacia 1939. Entre los principales propietarios figuraban Elena Santamarina de Saguier, con 12.572 hectáreas; Dolores Santamaría de Echagüe, con 11.548; Josefina Pacheco de Riglos, con 6.100; Virginia Álzaga de Blaquier, con 6.300; Carlos Unzué, con 9.726; y María de Imaz, con 5.366 hectáreas. Al mismo tiempo, si se reduce la línea de corte y se consideran los propietarios con más de 1.000 hectáreas, se observa que 98 personas físicas y/o jurídicas concentraban la mitad de la superficie del partido hacia fines de la década de 1930. De este modo, puede advertirse que el grado de concentración de la propiedad territorial era tan elevado a comienzos del siglo XX que, pese a los procesos de subdivisión, los grandes propietarios continuaban teniendo una incidencia significativa, y el acceso a la tierra seguía constituyendo una barrera difícil de franquear para

una proporción considerable de los 607 productores agrícolas que trabajaban en Tres Arroyos.

Hacia 1940, la situación se agravó aún más. El gobierno nacional presidido por Castillo —tras la licencia y posterior fallecimiento de Ortiz en 1942— fijó precios mínimos con el objetivo de sostener la producción frente a la caída de las cotizaciones internacionales; sin embargo, estas medidas resultaron insuficientes para la mayoría de los pequeños y medianos agricultores, que acumulaban deudas. Con el fin de contener este escenario, el Poder Ejecutivo se comprometió a enviar un proyecto destinado a regular los contratos de arrendamiento y a establecer comisiones paritarias encargadas de gestionar rebajas. Como forma de presión para acelerar su sanción y negociar contratos a la baja, desde *La Tierra* se promovía garantizar la cosecha y luego retener el pago del arrendamiento hasta obtener una reducción, incluso proponiendo el inicio de una huelga agraria. [38]

En ese mismo período, el Ejecutivo nacional impulsó la conformación del Consejo Agrario Nacional. La expectativa generada por su creación fue proporcional a la decepción de la conducción de la FAA al constatar que ni los agricultores ni los representantes de la propia Federación integrarían su dirección. [39] En cualquier caso, el Consejo no comenzó a funcionar sino hasta después del golpe de Estado de 1943, por lo que durante casi tres años no trascendió el plano formal, a pesar del progresivo deterioro de las condiciones de vida y de trabajo de los productores de menor escala.

Otro indicio de la persistencia de la problemática agraria fue la sanción de la Ley 12.771 en 1942, tras casi un año de debate parlamentario, que suspendió los juicios de desalojo por vencimiento de contratos y habilitó su prórroga. De este modo, en los años previos al golpe de Estado de 1943, la estructura agraria pampeana continuaba caracterizándose por una elevada concentración de la propiedad y por la precariedad de las condiciones de

[38] La Tierra, 22 de noviembre de 1940, p. 1.
[39] La Tierra, 1 de julio de 1941, p. 1.

acceso a la tierra para amplios sectores de productores. Este escenario contribuye a comprender la recepción favorable que tendrían, pocos años más tarde, las políticas agrarias impulsadas desde el Estado durante el período peronista.

Consideraciones finales

El recorrido realizado a lo largo de este capítulo permite advertir que, pese a las transformaciones económicas y políticas que atravesó la Argentina entre las décadas de 1920 y 1930, la estructura de tenencia y propiedad de la tierra en la región pampeana experimentó modificaciones limitadas. El peso del latifundio, lejos de ser un residuo del pasado, constituyó un rasgo persistente que condicionó tanto las posibilidades de acceso a la propiedad por parte de los pequeños y medianos agricultores como el alcance efectivo de las políticas agrarias impulsadas en distintos momentos del período analizado. Si bien los procesos de subdivisión por herencia y fraccionamiento en función de la dinámica del mercado tendieron a disminuir la extensión de las explotaciones, el punto de partida era tan elevado -en términos de concentración latifundista- que todavía para inicios de la década de 1940 encontramos indicios que parecerían indicar la persistencia y predominio de una cúpula terrateniente. Al respecto, un destacado conocedor y agudo observador como Felix Weil afirmaba, que "en 1942 un número más pequeño de *latifundistas* poseía, en el agregado, más tierras que en 1921. Mientras 317 *latifundistas* poseían el 18,49 por ciento del área de la provincia de Buenos Aires en 1921, 19,41 por ciento era propiedad de solamente 300 de ellos en 1942" [itálicas en el original] (Weil, 2010, p. 144-145).

Durante la década de 1920, las iniciativas reformistas promovidas por el gobierno de Hipólito Yrigoyen contribuyeron a atenuar parcialmente algunas de las tensiones derivadas del régimen de tenencia vigente, aunque su impacto fue acotado y no logró alterar de manera sustantiva la concentración de la tierra. La crisis económica mundial y la restauración conservadora

profundizaron estas limitaciones, revirtiendo parcialmente los procesos de propietarización y reforzando la tendencia a la reconcentración. De este modo, el análisis del período pone de relieve el carácter estructural del problema del acceso a la tierra en la Argentina preperonista y permite comprender las condiciones que hicieron posible la intervención estatal más decidida a partir de la década de 1940.

Bibliografía

ACCOSE, Domingo. **El crédito agrario en la República Argentina**. 1935. Tesis (Doctorado en Ciencias Económicas) – Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1935.

ANUARIO EDELBERG. **Guía de propietarios de campos de la Provincia de Buenos Aires**, 1922.

ASCOLANI, Adrián. **El sindicalismo rural en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Quilmes, 2009.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. Renta y arriendo: problemas de economía e historia. **Trincheras en la Historia**. Buenos Aires: Imago Mundi, p. 191-214, 2004.

BALSA, Javier. Formaciones discursivas y disputas por la hegemonía en torno a los modelos de desarrollo agrario. *In*: BALSA, Javier; LÁZZARO, Silvia (coord.). **El modelo agrario en cuestión (1930-1943)**. Buenos Aires: CICCUS, p, 70-73, 2012.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino**. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires: Mondadori, 2005.

BLANCO, Mónica. Colonización y política agraria en la provincia de Buenos Aires. Demandas sectoriales y respuestas oficiales durante la primera mitad del siglo XX. **Mundo Agrario**, v. 15, n. 30, p. 2-24, 2014.

BOGLICH, José. **La cuestión agraria**. Buenos Aires: Claridad, 1937.

BONAUDO, Marta; GODOY, Cristina. Una corporación y su inserción en el proyecto agroexportador: la Federación Agraria (1912-1933). **Anuario**, n. 11, p. 97-130, 1985.

COMITÉ Nacional de Geografía. Buenos Aires, 1941.

GIRBAL DE BLACHA, Noemí. **Estado, chacareros y terratenientes (1916-1930)**. Buenos Aires: CEAL, 1988.

GORRAIZ, Ramón. **Historia de Tres Arroyos**. Tres Arroyos: Imprenta Minerva, 1935.

MARX, Karl. **El capital**. Tomo III. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PALACIO, Juan Manuel. **La paz del trigo**. Cultura legal y sociedad local en el desarrollo agropecuario pampeano (1890-1945). Buenos Aires: Edhasa, 2004.

PROVINCIA de Buenos Aires. **Boletín de Agricultura, Ganadería e Industria de la provincia de Buenos Aires**, 1929.

PROVINCIA de Buenos Aires. **Anuario Rural de la Provincia de Buenos Aires.** Dirección de Agricultura, Ganadería y Pesca, 1935.

REPÚBLICA Argentina. **Censo Nacional Agropecuario**. Año 1937. Ministerio de Agricultura de la República Argentina. Buenos Aires, Guillermo Kraft, 1940.

REPÚBLICA Argentina. **Anales de Legislación Argentina**, Buenos Aires, Editorial La Ley, complemento años 1920-1940, 1953.

REPÚBLICA Argentina. **Composición de la Cámara de Diputados de la Nación por partidos políticos y distritos electorales 1912-1943**. Imprenta del Congreso Nacional, Buenos Aires, 1956.

SCHONFELD, Luis. **El trigo y algunos aspectos de su comercialización**. Tesis (Doctorado en Ciencias Económicas) – Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1959. Inédita. Disponível em: http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/tesis/1501-0725_SchonfeldL.pdf. Acesso em: 11 ago. 2026.

VOLKIND, Pablo. Claroscuros del crecimiento agropecuario en la región pampeana durante la etapa agroexportadora (1880-1914). **Revista Travesía**, v. 26, n. 1, p. 1-2, 2024.

WEIL, Felix. **El enigma argentino**. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2010.

YASNIG, Alfonso F., SÁENZ LÓPEZ, Raúl H.; DEL RÍO, José Antonio. **Cincuentenario de Tres Arroyos**. Tres Arroyos, 1934.

Periódicos

La Nación, Buenos Aires: 19/02/1928; 18/04/1928; 04/03/1929; 07/03/1929; 07/03/1929; 19/03/1930; 14/08/1930; 04/11/1930; 12/12/1930; 21/06/1936

La Prensa, Buenos Aires: 31/03/1928; 07/09/1928; 15/01/1929; 17/02/1929; 05/03/1930

La Tierra, Rosario: 04/10/1928; 12/04/1928; 24/05/1928; 30/10/1928; 29/11/1928; 05/01/1929; 12/01/1929; 29/01/1929; 11/05/1929; 01/10/1929; 26/01/1930; 25/04/1930; 23/06/1930; 23/07/1930; 03/08/1930; 12/08/1930; 01/01/1933; 24/01/1933; 26/01/1933; 03/03/1933; 04/02/1938; 22/03/1938; 03/05/1938; 04/10/1938; 22/11/1940; 01/07/1941.

Revista de Ciencias Económicas. (1931). Serie II, Nº 117, Buenos Aires, abril.

Terratenientes y renta agraria en Uruguay:
una síntesis

Gabriel Oyhantçabal Benelli
gaboyha@fagro.edu.uy
Departamento de Ciencias Sociales, Facultad de Agronomía,
Universidad de la República, Udelar, Uruguay

Resumen
La renta de la tierra es una forma de la plusvalía que remunera y da forma a una clase social particular: los terratenientes. Esta forma del ingreso es particularmente relevante en sociedades cuyo rol en la división internacional del trabajo se caracteriza por la exportación de mercancías agrarias. No obstante, esta centralidad, el estudio de los terratenientes ha tendido a quedar relegado en los análisis clásicos de las clases sociales agrarias. Este texto busca (re)colocar el problema de la renta de la tierra y de los terratenientes en el centro de los debates sobre la cuestión agraria contemporánea. Para esto, se presentan de forma sintética los principales resultados de una agenda de investigación desarrollada en los últimos años centrada en la cuantificación de la renta agraria en el largo plazo y en el estudio contemporáneo de la clase terrateniente en Uruguay.
Palabras clave: cuestión agraria, renta de la tierra, propiedad del suelo, Uruguay.

Introducción

El estudio de la renta de la tierra y los terratenientes tiene una larga tradición en las ciencias sociales. Desde la economía política clásica de fines del siglo XVIII y comienzos del siglo XIX, en las obras de autores canónicos

como Smith, Ricardo y Marx en Inglaterra, hasta la sociología rural y la historia agraria en Latinoamérica en el siglo XX, ambas temáticas han tenido un despliegue prolífico en el estudio de las sociedades capitalistas actuales y del pasado.

Siguiendo a Marx (1981), los terratenientes son la clase social que personifica la propiedad de la tierra, la que surge como un movimiento necesario para transformar en renta de la tierra la plus ganancia que capturan aquellas ramas de la economía que utilizan medios de producción naturales, no reproducibles, monopolizables y heterogéneos. En términos más simples, la propiedad privada de la tierra y los terratenientes existen como resultado de la competencia capitalista que exige transformar el exceso de ganancia en renta de tierra para mantener niveladas las tasas de ganancia de los capitales.

Si bien, desde este enfoque, renta de la tierra y terratenientes son categorías hermanadas, su abordaje concreto en América Latina tomó carriles relativamente independientes en torno a dos discusiones centrales. Por un lado, los debates sobre las particularidades del capitalismo en la región y, por otro lado, los debates sobre la *cuestión agraria* y las clases sociales rurales.

En torno al primer campo de problemas, las discusiones han girado sobre las causas detrás del rezago relativo de los países exportadores de bienes primarios y al rol de Latinoamérica en la división internacional del trabajo. En esta discusión, la teoría de la renta de la tierra se movilizó para proponer una lectura donde la particularidad de Sudamérica reside en la producción para el mercado mundial de mercancías primarias que portan renta de la tierra (carne, granos, hidrocarburos, minerales), cuyos ciclos de expansión y retracción están detrás de los ciclos económicos y políticos en la región (Caligaris, 2017A; Iñigo Carrera, 2008, 2017; Methol Ferré, 2007; Spilimbergo, 1964). En la lectura de Iñigo Carrera (2017), la exportación de mercancías primarias producidas utilizando condiciones naturales extraordinarias que elevan la productividad del trabajo (tierras fértiles, yacimientos de hidrocarburos y minerales) implica una transferencia de plusvalor bajo la forma de renta de la tierra desde los países importadores hacia los países exportadores

que, mediante diversos mecanismos, utilizan total o parcialmente la renta para potenciar la acumulación de capital sin recurrir ni a la innovación tecnológica permanente ni a la baratura extrema de la fuerza de trabajo.

En torno al segundo campo de problemas, la cuestión de los terratenientes agrarios ha sido central en una región donde la tierra ha sido históricamente uno de los ejes estructurantes de la riqueza y el poder. Desde el siglo XIX la propiedad y control de la tierra dio lugar a una estructura de clases con especial protagonismo de los poseedores de tierras en la cima de la pirámide social (Heredia, 2022). Asimismo, los estudios recientes sobre la riqueza evidencian que la tierra sigue siendo un activo central y altamente concentrado en América Latina (Bauluz; Govind; Novokmet, 2020), lo que contrasta con los países industrializados donde la tierra agraria perdió gravitación como fuente de riqueza en los últimos siglos (Piketty; Zucman, 2014).

Con base en estos antecedentes, este capítulo presenta de forma sintética las investigaciones que el autor ha desarrollado en los últimos años, de forma individual y colectiva, abocado al estudio de la renta de la tierra agraria y los terratenientes en Uruguay. Este país es particularmente interesante para el abordaje de esta temática por dos motivos principales. En primer lugar, Uruguay es una economía que desde el siglo XIX ha basado su rol en la división internacional del trabajo como productora y exportadora de bienes agrarios (Finch, 1981; Moraes, 2008). En segundo lugar, la tierra agropecuaria se privatizó casi totalmente en la segunda mitad del siglo XIX (Duffau, 2022) y desde entonces ha estado fuertemente concentrada (Álvarez Scanniello, 2015), proceso que solo se acentuó en las primeras décadas del siglo XXI de la mano de la fuerte expansión de las exportaciones agropecuarias durante el último *boom* de *commodities* (Oyhantçabal Benelli; Ceroni; Carámbula, 2022).

Renta agraria en Uruguay: 1874-2019

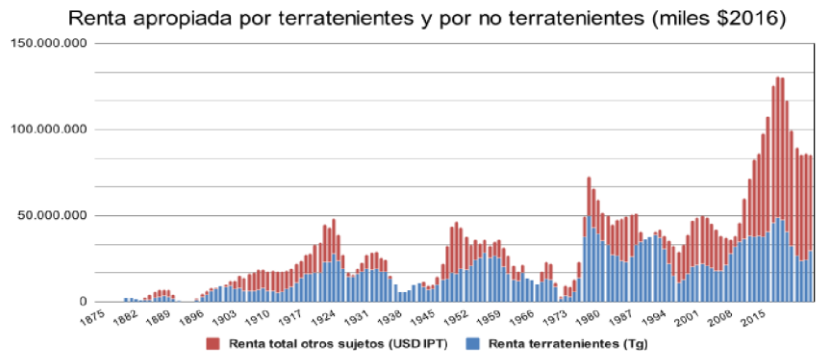
La particularidad del Uruguay como una economía determinada por la apropiación de renta de la tierra tiene antecedentes relevantes en la literatura nacional. En la década de 1960 dos textos clásicos como *El Uruguay como problema* (Methol Ferré, 2007) y *El proceso económico del Uruguay* (Iecon, 1969) destacaron la centralidad de la renta agraria en la configuración de la sociedad uruguaya. Sin embargo, a pesar de esfuerzos para períodos acotados y con foco en la fracción apropiada por terratenientes, no existían, hasta hace poco, estimaciones de largo plazo de renta agraria para el Uruguay discriminando entre sus formas de apropiación. Aquí es donde las investigaciones de quien escribe e Ignacio Narbondo comenzaron a cubrir esta faltante (Narbondo, 2022; Oyhantçabal Benelli, 2023a, 2023b; Oyhantçabal Benelli; Narbondo, 2025).

La última estimación permitió avanzar en el cómputo de la renta agraria para el período 1874-2019 utilizando la metodología propuesta por Iñigo Carrera (2017). Esta metodología permite estimar, por un lado, la renta apropiada por los terratenientes (el destino típico) y, por otro lado, la fracción apropiada por otros sujetos sociales no terratenientes, en lo que constituye el desarrollo más original de su enfoque. Para el caso uruguayo, se estimó la renta agraria apropiada por no terratenientes por el efecto de impuestos a las exportaciones agrarias y por la sobrevaluación de la moneda nacional. Estos instrumentos permiten capturar renta de la tierra de forma indirecta, en tanto los impuestos y el tipo de cambio sobrevaluado reducen la rentabilidad de los capitalistas que producen bienes primarios (agrarios, mineros) los que, para no quebrar, compensan esta pérdida apropiando renta de la tierra que deja de llegar a los terratenientes. En otros términos, la renta hace posible que el Estado avance sobre parte del plusvalor que apropian los capitalistas de estas ramas sin afectar su tasa de ganancia normal.

La renta apropiada por terratenientes se calculó a partir del diferencial entre la tasa de ganancia agraria (sector rentista) y la tasa de ganancia no agraria (sector no rentista) multiplicado por el capital total invertido en el agro, en tanto el sector rentista, al capturar una ganancia extraordinaria permanente (la renta de la tierra), tiende a tener una rentabilidad superior al sector no rentista. Esta estimación fue validada con series de largo plazo de precio de arrendamiento de la tierra reconstruida a partir de diversas fuentes de información. Por su parte, la renta agraria apropiada por otros sujetos sociales no terratenientes se estimó considerando los impuestos de las exportaciones agrarias y la sobrevaluación del peso uruguayo. Cabe aclarar que se trata de un cómputo incompleto, pues falta incorporar otros mecanismos de apropiación de renta por otros sujetos, tal como se detalla en Iñigo Carrera (2017).

La estimación de renta agraria total en el largo plazo se presenta en valores constantes (Gráfica 1) y como fracción del PBI (Gráfica 2) discriminando entre ambas formas de apropiación.

Gráfica 1. Renta de la tierra apropiada por terratenientes y por no terratenientes en miles $2016 (promedio trienal), 1874-2019



Fuente: Oyhantçabal Benelli y Narbondo (2025).

La Gráfica 1 evidencia el carácter cíclico de la renta agraria, con períodos de expansión seguidos de períodos de retracción. Estos ciclos están directamente asociados a períodos de expansión de las exportaciones agrarias, que

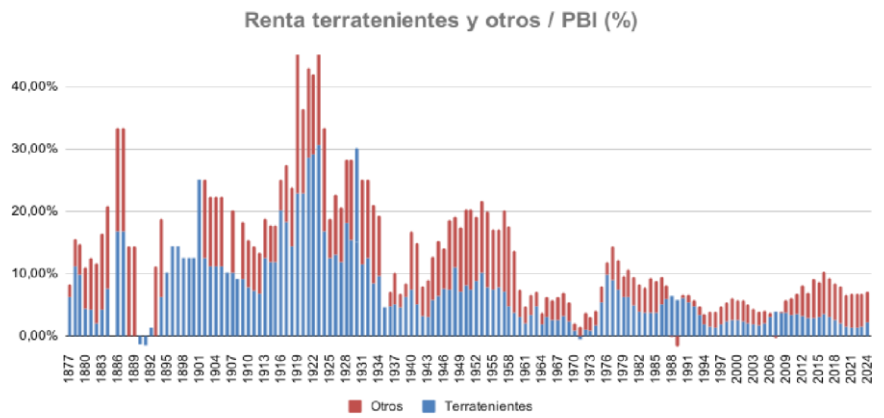
resultan de la suba de los precios internacionales y/o la expansión de la producción agraria (comienzos siglo XX, mediados siglo XX, fines de la década 1970 y comienzos del siglo XXI). Asimismo, se observa una tendencia incremental de la renta agraria total en el largo plazo, con un salto cualitativo en las primeras décadas del presente siglo de la mano del último *boom* de *commodities*.

El análisis por formas de apropiación evidencia su reparto entre los terratenientes y otros sujetos sociales, en un reparto en mitades iguales en el conjunto del período. Sin embargo, es durante los ciclos de expansión cuando más crece la renta apropiada por otros sujetos, la que es transferida desde los terratenientes hacia el resto de la economía principalmente a través del tipo de cambio sobrevaluado, es decir a través de la compra de dólares abaratados (la excepción es el período 1960-1973 cuando los impuestos a las exportaciones cobran mayor protagonismo). Por el contrario, en los ciclos de retracción la renta apropiada por otros sujetos se desploma mientras que la apropiada por terratenientes es más estable. Como se analiza en otro trabajo con foco en el período 1955-2019, los ciclos y las formas de apropiación de la renta agraria está relacionada directamente con los ciclos de impulso y freno en la acumulación de capital en el conjunto de la economía (Oyhantçabal Benelli, 2023a).

La Gráfica 2 presenta la evolución de la renta agraria total como fracción del PBI. Su evolución muestra un claro contraste con su comportamiento en valores absolutos (Gráfica 1), pues la renta agraria como porcentaje del PBI tiene una tendencia decreciente en los últimos 150 años, más allá de los ciclos puntuales de recuperación asociados a los *boom* de *commodities*. Esta tendencia da cuenta de una reducción gradual de la gravitación de la renta de la tierra en la economía uruguaya. Las implicaciones de esta tendencia trascienden el objeto de este artículo, pero se puede decir que esta caída resulta del mayor grado de diversificación de la economía uruguaya en dicho período, cuando se asiste a la expansión de un sector industrial mercadoin-

ternista, y de servicios públicos y privados, solo por mencionar las principales transformaciones. En otros términos, la economía uruguaya se fue desagrarizando, no obstante lo cual la renta de la tierra sigue teniendo un peso relevante, en particular a comienzos del siglo XXI cuando llegó a cerca de 10% del PBI.

Gráfica 2. Renta de la tierra apropiada por terratenientes y por no terratenientes en relación al



PBI (%), 1874-2019
Fuente: Oyhantçabal Benelli y Narbondo (2025).

Los terratenientes agrarios en Uruguay

Al igual que el estudio sobre la renta de la tierra, el estudio sobre sus principales apropiadores, los terratenientes, también tiene antecedentes relevantes en la literatura nacional y regional. Hacia mediados del siglo XX la sociología rural rioplatense procuró entender a los terratenientes como una clase social particular dentro de las sociedades rurales (Murmis, 1979; Solari, 1958), en el marco de la agenda teórica y programática influenciada por la CEPAL (Comisión Económica para América Latina) en torno al binomio latifundio-minifundio. En Uruguay esta agenda incluyó los primeros estudios académicos sobre clases sociales (Errandonea (H), 1970; Rama, 1960;

Solari, 1958); los diagnósticos estructurales impulsados desde el Poder Ejecutivo para comprender las causas del estancamiento agropecuario (Cide, 1967; Cinam; Claeh, 1963), las investigaciones historiográficas que buscaron comprender el surgimiento de la apropiación privada de la tierra (Barrán; Nahum, 1967; Jacob, 1969) y los estudios sobre el poder económico nacional (Trías, 1990).

Este interés se diluyó hacia mediados de la década de 1970, en el contexto de las dictaduras del Cono Sur y las reformas neoliberales, cuando la cuestión de la tierra y sus propietarios fue progresivamente relegada como un tema central del debate político y académico (Moraes, 2020). El eje de las investigaciones se corrió desde la tierra hacia el capital, en particular a comienzos del siglo XXI donde la expansión de los agronegocios (Gras; Hernández, 2013) ha llevado a proponer el ocaso de los terratenientes tradicionales (Hora, 2019).

Sin embargo, como la sección anterior evidencia, la expansión del flujo de renta agraria apropiada por los dueños de la tierra en el marco del último *boom* de *commodities* da cuenta de la vigencia de los terratenientes como una clase social central en la disputa de la plusvalía agropecuaria.

Lo primero para esto es delimitar conceptualmente al sujeto terrateniente. Como se mencionó, se trata de una clase social que personifica la propiedad privada de la tierra. En este sentido, es indiferente si estos explotan directamente la tierra o la ceden a terceros. Los primeros son los *terratenientes operadores*, que incluyen tanto al *terrateniente-capitalista* de Murmis (1979) como al pequeño capital agrario que utiliza fuerza de trabajo familiar (Caligaris, 2017b), mientras que los segundos son los *terratenientes arrendadores,* que no participan de la producción agraria, pero que capturan ingresos bajo la forma del canon de arrendamiento. Para tener una referencia de la gravitación de cada tipo, datos para el período 2000-2021 evidencian que, de la renta total apropiada por los terratenientes, 37,4% fue apropiado por arrendadores, 46,4% por terratenientes-capitalistas, 7,8% por

pequeños capitales con trabajo familiar y 8% por el Estado (Oyhantçabal Benelli, 2025). Se detallan a continuación algunos de sus rasgos salientes.

Los terratenientes operadores

Esta es, desde que existen registros, la figura dominante en cantidad de explotaciones agropecuarias y superficie ocupada. Los diversos censos agropecuarios realizados desde 1908 muestran que la propiedad ha sido la principal forma de tenencia de la tierra entre las empresas agropecuarias, con un rango que oscila entre el 54% de la superficie productiva en 1951 y un 70% en 1980 (Oyhantçabal Benelli, 2022). Este tipo abarca al estereotipo rioplatense de terrateniente: un hombre blanco de ascendencia europea, dueño de grandes extensiones de tierra dedicadas principalmente a la ganadería, con negocios en otros sectores de la economía, y fuertemente conectado con el poder político.

El predominio de explotaciones agropecuarias dueñas de la tierra no es exclusivo del Uruguay, por el contrario, es una característica típica de las estructuras agrarias en países capitalistas, como muestran de forma recurrente los censos agropecuarios en países como Estados Unidos, Argentina y Brasil, por citar a algunos de los principales productores de bienes agropecuarios del mundo (Oyhantçabal Benelli, 2023c). Este predominio de explotaciones agropecuarias terratenientes, cuya explicación tiene que ver con las particularidades de la acumulación de capital en la rama agraria, ha llevado, entre otras cosas, a qué los análisis clásicos de distribución de la tierra utilicen como fuente privilegiada los censos agropecuarios.

Los datos más recientes para Uruguay, que surgen del censo agropecuario de 2011, muestran que el 70% de las explotaciones agropecuarias (32.857) tenían 50% o más de la superficie en propiedad, y en conjunto manejaban el 67% de la superficie productiva. Por el contrario, las explotaciones agropecuarias arrendatarias, que producen en tierras que alquilan a terratenientes arrendadores, controlaban el 33% de la superficie productiva y

abarcaban al 30% (11.757) de las unidades productivas (Oyhantçabal Benelli, 2023c). La distribución de la tierra entre terratenientes operadores registraba un índice de Gini de 0,79, un nivel de concentración que se ha mantenido prácticamente sin modificaciones a lo largo de todo el siglo XX (Álvarez Scanniello, 2015).

Esta desigualdad resulta de la fuerte heterogeneidad entre terratenientes operadores. Realizando un ejercicio clásico de tipificación según la composición de la fuerza de trabajo, es posible discriminar entre explotaciones que utilizan fuerza de trabajo asalariada (las típicamente capitalistas) y explotaciones que utilizan fuerza de trabajo familiar (el pequeño capital con trabajo familiar, o *productor familiar*). En 2011, mientras los primeros controlaban el 57% del área productiva, los segundos controlaban apenas el 10% del área productiva. Esta distribución muestra una concentración de la tierra en las explotaciones típicamente capitalistas, cuya área promedio por unidad es de 759 hectáreas, casi diez veces más que las unidades de tipo familiar que manejan 87 hectáreas por unidad.

Asimismo, el análisis por fractil entre terratenientes operadores muestra que el top 10% (3.286 explotaciones) concentra el 66% de la tierra, mientras que el top 1% (329 explotaciones) concentra el 20% de la tierra. Este grupo incluye una cúpula de 65 grandes propietarios que controlaba 13,5% de la superficie productiva nacional en 2020, con un promedio de 33.000 hectáreas por empresa (Geymonat *et al*., 2025). Entre las más importantes se encuentran las forestales Montes del Plata, UPM, Global Forest Partners y Weyerhauser, que realizan inversiones de largo plazo dado el ciclo de producción de Eucalyptus. Si bien la gran mayoría de las empresas de la cúpula son transnacionales, que incluyen a empresas que tienen como accionistas a Estados extranjeros (son los casos de Montes del Plata, UPM), también existen grandes capitales nacionales que expandieron sus activos en las dos últimas décadas, así como fideicomisos financieros que canalizaron ahorro de los fondos de pensión nacionales, las AFAPs, con especial protagonismo de la estatal *República AFAP,* con inversiones que abarcan cerca de 100.000

hectáreas en negocios forestales y agrícola-ganadero (Ceroni; Oyhantçabal Benelli, 2023).

De todas formas, se trata de una cúpula que abarca a menos de 100 empresas. Si se excluye a este grupo, queda evidencia la presencia extendida entre los terratenientes-capitalistas de explotaciones de escala reducida (el promedio baja a 500 hectáreas por explotación). Este predominio de pequeños establecimientos está detrás de los bajos niveles de rentabilidad promedio de los capitales agrarios en Uruguay (Oyhantçabal Benelli, 2021). Los datos para el período 1955-2019, muestran que los capitales agrarios tienen una rentabilidad más baja e inestable que sus pares no agropecuarios. Esto significa que, a priori, la rama agraria es menos atractiva para la inversión de capital que otros sectores de la economía, y puede estar explicando la mayor sobrevivencia en el sector del pequeño capital agrario. A su vez, con una tasa de ganancia del empresario terrateniente una vez deducidos intereses e impuestos en torno al 5%, una cifra apenas inferior pero más estable que la del empresario arrendatario (7,6%), se explica el predominio en el agro uruguayo de pequeños capitales terratenientes, en tanto la propiedad de la tierra arroja estabilidad al negocio agropecuario.

Los terratenientes arrendadores

Este es el sujeto más invisible de la estructura agraria, al punto que prácticamente no han sido considerados en investigaciones académicas y políticas públicas. Esta situación resulta de su ausencia en la producción agraria, no obstante, lo cual reciben una porción para nada despreciable de la tierra y la plusvalía agraria.

Controlan el 30% de la superficie agropecuaria, e incluyen propietarios de diversos tamaños que van desde grandes terratenientes institucionales ligados a fondos de pensión e inversión hasta pequeños terratenientes particulares. Esta diversidad resulta de trayectorias y lógicas de negocios heterogéneas, que incluyen a: (i) antiguos terratenientes operadores que cerraron

el negocio agropecuario, pero preservan la tierra (por ejemplo ante situaciones de fallecimiento o retiro de los titulares); (ii) inversores nacionales y extranjeros que ven en la tierra un activo seguro que reporta una renta y tiende a valorizarse en el tiempo; y (iii) empresas agropecuarias que ceden una fracción de su campo que por aptitud del suelo no se ajusta al rubro de la empresa (una empresa forestal que arrienda a ganaderos por ejemplo) (Oyhantçabal Benelli *et al*., 2024).

La misma investigación reportó que el 1% de los hogares en Uruguay (unos 10.000 hogares) reciben rentas por alquilar tierras agropecuarias, lo que abarca a los propietarios residentes. Entre los arrendadores la distribución de la tierra medida por el tamaño de los contratos de arrendamiento arroja un Gini promedio de 0,6 para el período 1990-2020. Se trata de un nivel elevado, aunque menor que el registrado entre terratenientes-operadores (0,79). Si bien este valor muestra a un sujeto menos heterogéneo, es posible identificar entre estos desde propietarios nacionales que controlan en promedio entre 300 y 400 hectáreas, y concentran 66% de la tierra que se pone en arrendamiento, hasta grandes inversores extranjeros, o fondos de pensión nacionales, que en promedio hacen contratos de 1600 hectáreas.

Finalmente, cabe destacar un caso particular de terrateniente arrendador: el Estado a través del Instituto Nacional de Colonización. Este ente público, creado en 1948, que arrienda tierras a precios subsidiados a pequeños capitales de explotación familiar (los *colonos*), controla 2,5% de la superficie agropecuaria (400.000 hectáreas), lo que lo convierte en el mayor propietario de tierras del Uruguay (Juncal Pérez, 2021).

Reflexiones finales

Este capítulo presentó una síntesis de las investigaciones recientes sobre renta agraria y terratenientes en Uruguay. Esta agenda de investigación apunta a, por un lado, jerarquizar la centralidad de la renta de la tierra para

comprender la acumulación de capital en países exportadores de bienes primarios, y, por otro lado, dar cuenta de las características y la fisonomía de los terratenientes en la estructura social agraria contemporánea.

Las series sobre renta agraria presentadas evidencian la magnitud, los ciclos y las formas de apropiación de este flujo de plusvalía en los últimos 150 años. Se trata de un flujo con tendencia creciente en términos absolutos, aunque con ciclos recurrentes de expansión y retracción que repercuten directamente en la acumulación de capital. Sin embargo, como fracción del PBI, la renta de la tierra ha tendido a caer en la última centuria lo que da cuenta de su menor gravitación en la economía uruguaya. Se evidenció que la renta agraria es apropiada primariamente por los terratenientes, dada su condición de propietarios privados de la tierra, y por otros sujetos sociales mediante diversas políticas públicas entre las que destaca la sobrevaluación de la moneda nacional.

Que los terratenientes capturen, en promedio, el 50% de la renta de la tierra da cuenta de sus dificultades para retener la renta, en particular en los períodos de expansión de la renta agraria total, cuando la fracción apropiada por otros sujetos potencia la valorización de los capitales no agrarios dinamizando el crecimiento económico. El reverso de esta situación es que la renta apropiada por terratenientes es la fracción más estable, lo que parece indicar la existencia de una suerte de cuota mínima sobre la cual el conjunto del capital no avanza, lo que podría conceptualizarse como el "costo social" de la propiedad privada del suelo agrario.

La segunda parte del capítulo avanzó en el estudio concreto del sujeto terrateniente, entendido como el propietario de tierras de uso agropecuario, con independencia del tamaño, la forma jurídica y de su superposición o no con otras figuras económicas (capitalistas, productores familiares). Se trata de una clase social heterogénea, que incluye dos grandes grupos: los *terratenientes operadores*, que combinan propiedad de la tierra y del capital, y los *terratenientes arrendadores*, que solo son propietarios de la tierra. Entre los primeros, a su vez, se distinguió al *terrateniente-capitalista*, que controla la

mayor porción de la superficie productiva del país, y por ende apropia una mayor porción del flujo anual de renta de la tierra, y al pequeño capital terrateniente con trabajo familiar, que abarca a la fracción propietaria de lo que comúnmente se denomina *productor familiar*. Finalmente, entre los terratenientes arrendadores se identificó la presencia de una alta diversidad de propietarios, que van desde personas físicas nacionales hasta propietarios institucionales que canalizan capitales financieros del exterior y el propio Estado.

A modo de cierre, se espera que este texto contribuya a una agenda de investigación que articule los campos de estudio de la economía política, la historia económica y la sociología rural, y que permita a partir del estudio de otros casos echar luz sobre las diversas configuraciones del capitalismo agrario en nuestra región.

Referencias

ÁLVAREZ SCANNIELLO, J. **Instituciones, cambio tecnológico y productividad en los sistemas agrarios de Nueva Zelanda y Uruguay**. Patrones y trayectorias de largo plazo [Tesis de doctorado, Universidad de la República]. Repositorio Institucional UdelaR, 2015.

BARRÁN, J. P.; NAHUM, B. **Historia rural del Uruguay moderno 1851-1885** (Vol. 1). Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BAULUZ, L., Govind, Y.; NOVOKMET, F. **Global land inequality** (PSE Working Paper). HAL Open Science, 2020. Disponível em:.https://ideas.repec.org/p/hal/psewpa/halshs-03022360.html. Acesso em: 11 ago. 2026.

CALIGARIS, G. Los países productores de materias primas en la unidad mundial de la acumulación de capital: un enfoque alternativo. **Cuadernos de Economía Crítica**, v. 3, n. 6, p. 15-43, 2017a.

CALIGARIS, G. **Estructura social y acumulación de capital en la producción agraria pampeana (1996-2013)** [Tesis de doctorado, Universidad de Buenos Aires], 2017b.

CERONI, M.; OYHANTÇABAL BENELLI, G. Inversiones financieras y mercado de tierras: los capitales de gran escala en el agro uruguayo. **Mundo Agrario**, v. 23, n. 54, Artículo e199, 2023. https://doi.org/10.24215/15155994e199. Acesso em: 11 ago. 2026.

COMISIÓN de Inversiones y Desarrollo Económico. **Estudio económico y social de la agricultura en el Uruguay**. CIDE, 1967.

COMISIÓN Interamericana de Desarrollo Agrícola, & Centro Latinoamericano de Economía Humana. **Situación económica y social del Uruguay rural**. Comisión Honoraria del Plan de Desarrollo Agropecuario; MGA; Mosca Hermanos, 1963.

DUFFAU, N. **Breve historia sobre la propiedad privada de la tierra en el Uruguay (1754-1912)**. Ediciones de la Banda Oriental, 2022.

ERRANDONEA (H), A. Apuntes sobre la conformación de las clases sociales en el medio rural uruguayo. **Cuadernos de Ciencias Sociales**, 1, 1970.

FINCH, M. H. J. **A political economy of Uruguay since 1870**. St. Martin's Press, 1981.

GEYMONAT, J.; CERONI, M.; CARÁMBULA, M.; OYHANTÇABAL, G. Cambios y continuidades en la cúpula terrateniente uruguaya (1950-2020). **Historia Agraria de América Latina**, v. 6, n. 2, 2025.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. **El agro como negocio**. Editorial Biblos, 2013.

HEREDIA, M. **¿El 99% contra el 1**%?: por qué la obsesión por los ricos no sirve para combatir la desigualdad. Siglo XXI Editores, 2022.

HORA, R. Terrateniente (Región Pampeana, Argentina, 1850-2019). En J. Muzlera & A. Salomón (org.). **Diccionario del agro iberoamericano**.

Teseo, 2019. Disponível em: https://www.teseopress.com/diccionario-agro/. Acesso em: 11 ago. 2026.

INSTITUTO de Economía. **El proceso económico del Uruguay**: contribución al estudio de su evolución y perspectivas. Departamento de Publicaciones, Universidad de la República, 1969.

IÑIGO CARRERA, J. (11-14 de noviembre). **La unidad mundial de la acumulación de capital en su forma nacional históricamente dominante en América Latina**. Crítica de las teorías del desarrollo, de la dependencia y del imperialismo [Presentación de documento]. IV Coloquio Internacional de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA), Buenos Aires, Argentina, 2008.

IÑIGO CARRERA, J. **La renta de la tierra**: formas, fuentes y apropiación. Imago Mundi, 2017.

JACOB, R. **Consecuencias sociales del alambramiento (1872-1880)**. Ediciones de la Banda Oriental, 1969.

JUNCAL PÉREZ, A. Políticas públicas de colonización agraria en Uruguay (1923-2020). **Revista Praia Vermelha**, v. 31, n. 1, p. 180-205, 2021.

MACDONALD, J. M.; HOPPE, R. A.; NEWTON, D. **Three decades of consolidation in U.S. agriculture** (Economic Information Bulletin No. 189). USDA Economic Research Service, 2018.

MARX, K. **El capital**: Crítica de la economía política. Tomo 3: El proceso global de la producción capitalista (12. ed.). Siglo XXI Editores, 1981.

METHOL FERRÉ, A. El Uruguay como problema**. Electroneurobiología**, v. 15, n. 5, p. 3-104, 2007.

MORAES, M. I. Agrarian history in Uruguay: From the "agrarian question" to the present. **Historia Agraria: Revista de Agricultura e Historia Rural**, v. 81, p. 239-266, 2020.

MORAES, M. I. **La pradera perdida**: historia y economía del agro uruguayo: una visión de largo plazo, 1760-1970. Linardi y Risso, 2008.

MURMIS, M. Sobre una forma de apropiación del espacio rural: El terrateniente pampeano y un intento por transformarlo. En M. Murmis, J. Bengoa, & O. Barsky (ed.). **Terratenientes y desarrollo capitalista en el agro** (p. 11-58). Centro de Planificación y Estudios Sociales (Ceplaes), 1979.

NARBONDO, I. **A la sombra de la renta**. Tasa de ganancia y excedente agropecuario en Uruguay. 1870-1930. [Tesis de maestría, Universidad de la República], 2022.

OYHANTÇABAL BENELLI, G. Los dueños de la tierra (y de la renta) en Uruguay (Versión actualizada). En J. Geymonat (ed.). **Los de arriba**: Estudios sobre la riqueza en Uruguay. (2. ed.). FUCVAM, 2025.

OYHANTÇABAL BENELLI, G. Los terratenientes agrarios en el Uruguay contemporáneo. *In*: CERONI, M; OYHANTÇABAL BENELLI, G.; CARÁMBULA, M. (Eds.), **El cambio agrario en el Uruguay contemporáneo**. Del Berretín, 2022.

OYHANTÇABAL BENELLI, G. Tasa de ganancia y acumulación de capital en el agro uruguayo, 1955-2019. **Historia Agraria de América Latina**, v. 2, n. 2, p. 76-102, 2021.

OYHANTÇABAL BENELLI, G. Exchange rate overvaluation and agrarian ground rent transfers in Uruguay: 1955-2019. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 1, p. 165-188, 2023a.

OYHANTÇABAL BENELLI, G. Renta de la tierra agraria y acumulación de capital en Uruguay: 1955-2019. *In*: J. Rojas Cifuentes *et al*. (ed.). **La cuantificación del desarrollo histórico de la valorización de capital en América del Sur**: Estudios de largo plazo sobre la tasa de ganancia y la renta de la tierra: Metodología y resultados. Ariadna Ediciones, 2023b.

OYHANTÇABAL BENELLI, G. Agrarian capitalism and land ownership: The case of Uruguay. En H.-J. Burchardt & I. Lungo Rodríguez (org.). **Wealth, development, and social inequalities in Latin America.** Routledge, 2023c.

OYHANTÇABAL BENELLI, G., CERONI, M.; CARÁMBULA, M. El espacio agrario uruguayo a comienzos del siglo XXI. En M. Ceroni, G.

Oyhantçabal Benelli, & M. Carámbula (ed.). **El cambio agrario en el Uruguay contemporáneo**. Del Berretín, 2022.

OYHANTÇABAL BENELLI, G.; NARBONDO, I. **Renta de la tierra agraria en Uruguay 1873-2019** [Presentación de documento]. Primeras Jornadas Internacionales de Estudios Marxistas del Agro en América Latina y el Caribe, Montevideo, Uruguay, 2025.

OYHANTÇABAL BENELLI, G.; NARBONDO, I.; CERONI, M. Who rents out the land? Agrarian capital accumulation and lessor landowners in South America: the case of Uruguay. **Journal of Agrarian Change**, v. 24, n. 1, e12560, 2024.

PIKETTY, T.; ZUCMAN, G. Capital is back: Wealth-income ratios in rich countries 1700–2010. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 129, n. 3, p. 1255-1310, 2014.

RAMA, C. M. **Las clases sociales en el Uruguay**. Nuestro Tiempo, 1960.

SOLARI, A. **Sociología rural nacional**. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad de Montevideo, 1958.

SPILIMBERGO, J. E. **Clase obrera y poder** (Tesis políticas del Partido Socialista de la Izquierda Nacional). PSIN, 1964.

TRÍAS, V. **La crisis agraria y el socialismo en el Uruguay**. Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

El agua como factor fundamental del modelo vitivinícola mendocino:
desarrollo, modernización y cambio estructural (1870–2000)

Juan Manuel Cerdá
jmcerda@unq.edu.ar
Investigador del Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas y del Centro de Estudios de la Argentina Rural, Universidad Nacional de Quilmes

Emmanuel Cicirello
emmanuelcicirello@gmail.com
Becario Doctoral del Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas y del Centro de Estudios de la Argentina Rural, Universidad Nacional de Quilmes

Resumen
La vitivinicultura argentina se inscribe en una larga tradición en relación al uso del agua. En el actual territorio argentino, la vid comenzó a expandirse hacia mediados del siglo XVI, cuando órdenes religiosas y pequeños productores abastecían las necesidades locales. Sin embargo, el crecimiento decisivo llegó recién a fines del siglo XIX, favorecido por la consolidación del Estado nacional, la inmigración europea y la transferencia de conocimientos en un contexto de reconfiguración de los espacios agrícolas. El crecimiento de esta actividad estuvo condicionado por la gestión y distribución del agua ya que era un recurso escaso en una región semidesértica. Mendoza fue el primer estado subnacional en regular el uso del agua, priorizando su uso para la agricultura en contraposición al consumo humano. Este capítulo intenta reconstruir los cambios y las continuidades de esta relación en una mirada que abarca más de un siglo.
Palabras claves: Vitivinicultura, Água, Territorio, Mendoza.

Introducción

La historia del vino no puede entenderse sin atender al proceso global de expansión de la vitivinicultura, que hunde sus raíces en prácticas milenarias desarrolladas en Eurasia y África del Norte, y que llegaron al continente americano con la colonización europea. Como sostiene Tim Unwin (1991), la geografía histórica del vino ha estado determinada no solo por las condiciones naturales (clima, suelo, agua), sino por factores culturales, religiosos, políticos y económicos. En este sentido, el vino ha sido tanto una mercancía como un símbolo, una forma de sociabilidad y un componente de la identidad. En el caso de América, el vino — y la vid — está asociada a la ocupación ibérica (tanto española como portuguesa) y la "dieta" mediterránea. La invasión y ocupación del espacio también estuvo asociado a un proceso de transformación sociocultural de las comunidades originarias (Simpson, 2011). Hernán Cortés fue el primer en plantar *viti viníferas* en América en 1525, primero en el Virreinato de España (hoy México) y luego se extendió a Vireinato del Perú. Las primeras referencias de vides en el actual territorio de la Argentina se remontan a 1556 (en la actual provincia de Santiago del Estero) y 5 años más tarde en la actual provincia de Mendoza (Pinney, 2007).

Estos cultivos fueron introducidos por las órdenes religiosas para la celebración de la eucaristía, pero también se desarrolló un sector de pequeños productores que abastecerían al mercado local. Como señala Pablo Lacoste (2020), esta etapa de vitivinicultura artesanal estuvo marcada por un doble carácter: la necesidad de abastecimiento local y el rol central del vino en la liturgia católica. La producción estaba dominada por cepas criollas, como el Listán Prieto y el Moscatel, y tenía un bajo rendimiento económico, aunque permitía la autosuficiencia de los conventos y poblaciones cercanas. Según Lacoste (2020, p. 59) "la vid y el vino fueron una herramienta fundamental del proceso colonizador, un elemento de cohesión cultural y un símbolo de poder". En este sentido, el vino operó no sólo como producto agrícola, sino

como vector de occidentalización y orden social, insertándose tempranamente en los imaginarios de civilización frente a las culturas indígenas y mestizas. Sin embargo, la producción de vino fue escasa y de muy mala calidad. Algunos explican esto por las prohibiciones establecidas por la Corona Española en la producción de vinos en los territorios americanos, pero también se podría decir que las características del clima y de los suelos eran muy diferentes a lo que estaban acostumbrados los europeos.

Recién con la consolidación del Estado nacional (1880) -y la inserción de la Argentina como productora de materias primas para el mercado mundial- la región de cuyo convertirá esa producción artesanal a un proceso industrial de la vitivinicultura. Como veremos a continuación, esto también coincidió con el desarrollo de la filoxera en Europa, la llegada de inmigrantes — especialmente españoles, italianos y franceses —, y una política activa de fomento a la actividad por parte del Estado -tanto nacional como provincial-. Como indicó James Simpson (2011) el desarrollo vitivinícola en los países del Nuevo Mundo — al que no escapa la Argentina — fue impulsado por una combinación de factores: la disponibilidad de tierras, la inmigración europea, la transferencia de conocimientos técnicos y la creciente demanda interna de sectores obreros urbanos que tenían al vino en su dieta cotidiana. En este marco, el caso mendocino se volvió paradigmático por la articulación entre inversión estatal en infraestructura, modernización tecnológica y reorganización del espacio agrario.

La provincia de Mendoza se ubica en el extremo oeste de la Argentina y constituye el principal polo vitivinícola del país desde finales del siglo XIX al presente, concentrando cerca del 70 % de los viñedos y de la producción de vino de la Argentina. Su clima semidesértico -con precipitaciones anuales que oscilan entre 150 y 300 mm/a-, plantea un desafío importante para la producción agrícola en general y la vitícola en particular. La provincia depende casi exclusivamente del agua proveniente de los deshielos de los Andes y es por ello que la historia de la vitivinicultura mendocina está asociada a la historial del manejo del agua por parte del ser humano.

Este artículo busca reconstruir cómo se configuró un modelo de desarrollo vitivinícola que necesitó de la regulación y el uso intensivo del agua entre finales del siglo XIX hasta el presente. Para ello, se dividirá en análisis en dos etapas: la primera etapa de consolidación de la vitivinicultura en el marco de la inmigración y las políticas estatales (1870–1980); y una segunda etapa que denominaremos de reconversión productiva en un contexto de apertura y globalización (1980–2000). En síntesis, aquí nos proponemos demostrar que el agua además de ser un recurso productivo indispensable también operó como factor de diferenciación social y como símbolo en la construcción identitaria de Mendoza.

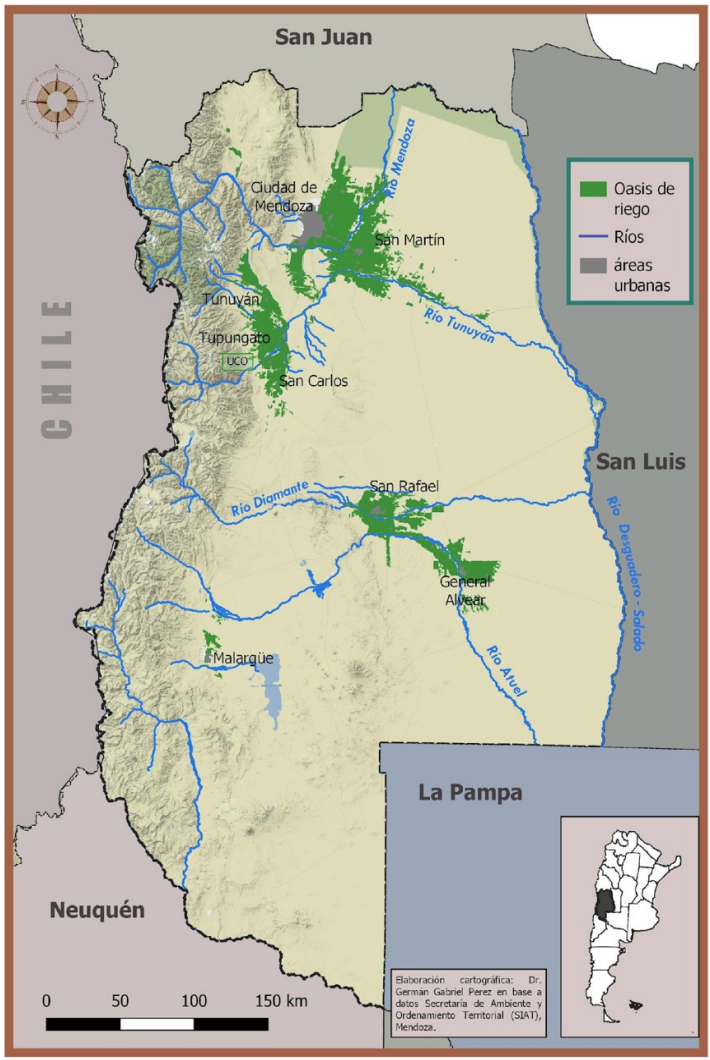
El siglo XIX y la "invención" del oasis vitivinícola

El paisaje mendocino se integra por una serie de relieves que descriptos de oeste a este están dominados por: las montañas y serranías occidentales y las planicies, llanuras y depresiones del área central y oriental. Esta morfología, unido a los agentes erosivos naturales (viento, lluvia, hielo y nieve de altas cumbres) hacen del espacio mendocino un área semidesértica con cursos de agua que crecen con fuerza con los deshielos a finales de la primavera y comienzos del verano. La provincia de Mendoza tiene una superficie total de 148.827 Km^2 con un suelo caracterizado como árido debido a la acentuada continentalidad, donde sólo el 4 % del territorio podría denominarse como naturalmente fértil o con condiciones de uso agrícola intensivo. Alexander Caldcleugh —un viajero que estuvo en la provincia de Mendoza en la década de 1820 —, describiría el paisaje de la siguiente manera:

> Montamos en las mulas antes de amanecer y empezamos a bajar hacia Mendoza. El viento era tan fuerte que los animales podían apenas tenerse en pie. Varios de los peones perdieron sus sombreros; pero como hacíamos el descenso con mucha rapidez, el viento amainó y dejó de molestarnos. Alcanzamos por fin un llano y salimos de entre las montañas. Al principio hicimos el camino sobre cantos rodados pero la última parte de la jornada fue por un terreno de arcilla amarillenta del que se levantaba un polvo muy molesto. Las matas de jarilla y una planta semejante al espliego,

aparecieron otra vez. [...] La primera parte del camino consistía de un terreno árido, pedregoso y cubierto de arbustos. Cruzamos una cantidad de ríos secos, que en ciertas épocas se deben transformar en ríos torrenciales, al bajar las crecientes de la montaña durante el deshielo luego de recorrer unas diez leguas de semejante camino, entramos en una quebrada ascendiente, observando rastros de nieves caídas en las recientes nevadas.

Figura 1 - Oasis de la provincia de Mendoza



FUENTE: Elaboración cartográfica de Germán Gabriel Pérez en base a datos de la Secretaría de Ambiente y Ordenamiento Territorial de la provincia de Mendoza.

Pero, una vez conformado el Estado Nacional argentino, Mendoza experimentó un proceso de transformación radical. Según Richard-Jorba (2003), esta etapa estuvo marcada por la incorporación de capitales locales y extranjeros, la ampliación de la superficie irrigada y la creación de un entramado institucional destinado a promover el desarrollo vitivinícola. También fue un período de redefinición del paisaje agrario: se pasó de una economía de producción de cereales y pastoril de trashumancia —que transportaba ganado a Chile —, a una economía donde la vitivinicultura se convertirá en el cultivo más importante. Como destaca Mateu (2009) este crecimiento vitivinícola no fue espontáneo, sino que respondió a políticas deliberadas de los estados provinciales y nacionales, que buscaron poblar y modernizar el oeste árido del país en general y a la provincia de Mendoza en particular. En apenas tres décadas los viñedos se consolidaron como unidad productiva, se multiplicaron las bodegas, y se expandió el sistema de acequias y canales que caracterizan hasta hoy al oasis.

Estas políticas incluyeron leyes de colonización agrícola, subsidios a la inmigración, inversión en ferrocarriles y promoción del cultivo de la vid como estrategia de integración económica. El "oasis" se convirtió en una construcción artificial y planificada, donde el capital privado, el Estado y el conocimiento técnico convergieron para transformar un "desierto" en un "espacio productivo". Esta transformación no sólo respondió a imperativos económicos sino también a una visión civilizatoria que concebía al vino como parte de la identidad nacional moderna en contraposición a otras bebidas "bárbaras" o asociadas a sectores populares, como la chica, el agua ardiente o la ginebra. En este sentido, la vitivinicultura operó en cierta medida como un dispositivo cultural y político, capaz de reconfigurar las jerarquías sociales y las relaciones entre región y nación.

La articulación entre el oasis como territorio irrigado y la vitivinicultura como actividad económica de base tuvo consecuencias estructurales relevantes. Por un lado, se forjó una identidad regional en torno al vino, que articulaba trabajo inmigrante, saberes locales y redes de comercialización

que llegaban hasta Buenos Aires; pero por otro lado, se consolidó una estructura productiva altamente desigual, donde grandes propietarios concentraban las mejores tierras y el acceso al agua. Por último, los oasis vitivinícolas mendocinos terminaron consolidándose como un verdadero enclave agroindustrial.

Un hito central en este proceso fue la promulgación de la Ley provincial de Aguas de 1884, que reguló el acceso al recurso y lo transformó en una mercancía. Desde entonces, la administración del agua quedó bajo una burocracia especializada, el uso productivo fue priorizado por sobre el humano (Richard-Jorba, 1998) y permitió tener acceso a uno de los recursos escasos en la región. Esto llevó al desarrollo de una red de acequias que recorre los campos cultivados y cruzan, aún hoy, la ciudad de Mendoza. Este sistema que era utilizado por los pueblos originarios fue extendido a lo largo y ancho de toda la provincia (Ponte, 2005).

Otro factor clave en este proceso fue la llegada del ferrocarril en 1885. Éste conectó a la provincia de Mendoza con las ciudades más grandes de la Argentina — especialmente, el crecimiento de las ciudades de Buenos Aires, Rosario y Córdoba — y donde estaban los centros de consumo más populosos.

Por últimos, la llegada de inmigrantes europeos en las últimas décadas del siglo XIX — especialmente de italianos, españoles y franceses — aportaron conocimientos técnicos en viticultura y enología, favoreciendo la expansión de viñedos y bodegas (Barsky & Gelman, 2009) al mismo tiempo que eran portadores de la cultura del consumo diario del vino.

Tabla 1 - Evolución de la población de Mendoza 1864-1914

	Población total en valores absolutos				Porcentaje de la población seguno origen				Porcentaje de los migrantes srguno oringen de procedencia			
Nacionalidad	1864	1869	1895	1914	1864	1869	1895	1914	1864	1869	1895	1914
Argentino	53.617	59.269	100.240	189.181	93,3%	90,6%	86,3%	68,2%				
Chilenos	3.456	5.774	5.210	5.539	6,0%	8,8%	4,5%	2,0%	90%	94%	33%	6%
Italiano	72	75	4.148	28.646	0,1%	0,1%	3,6%	10,3%	2%	1%	26%	32%
Españoles	91	75	2.751	41.534	0,2%	0,1%	2,4%	15,0%	2%	1%	17%	47%
Franceses	180	78	2.467	2.741	0,3%	0,1%	2,1%	1,0%	5%	1%	16%	3%
Otros	60	142	1.320	9.894	0,1%	0,2%	1,1%	3,6%	2%	2%	8%	11%
total	57.476	65.413	116.136	277.535	100%	100%	100%	100%				

FUENTES: los datos de 1864 fueron extraídos de Calderón Masi (1967), mientras que los datos 1869, 1895 y 1914 correspondientes a los Censos Nacionales de Población.

Estas migraciones desplazaron rápidamente a otras como los chilenos y proveyeron de especialistas que lograron transferir sus conocimientos. Impusieron técnicas en el cuidado de las vides y en la producción de vinos, procesos que les permitió diferenciarse del resto de los migrantes y participar activamente de la elite local como "precursores de la vitivinicultura moderna" (Mateu; Stein, 2006; Mateu, 1993; Lacoste, 2003).

Así, rápidamente el crecimiento de la vitivinicultura impactó sobre el paisaje, transformando su fisonomía en pocos años. El oasis norte de la provincia comenzó a cubrirse con vides, a la vez que las pequeñas propiedades se multiplicaron rápidamente dejando atrás la experiencia agrícola-ganadera del periodo poscolonial.

En 1888 las hectáreas cultivadas con viñas eran 6.625, y representaban alrededor del 10,2 % de la superficie total cultivada de la provincia; en 1910 llegaron a ser 44 722 ha. siendo el 34,6 % de la superficie total. Este proceso de crecimiento continuó sin interrupciones hasta 1932, cuando las vides llegaron a ocupar 91.623 ha. cultivadas en la provincia. Este proceso de ocupación del espacio fue acompañado de la construcción de una identidad que asoció la producción vitivinícola con el desarrollo de una sociedad más igualitaria y "civilizada" (Salvatore, 1986).

Tabla 2 - Evolución de la superficie de viñedos cultivados de Mendoza

Años	1883©	1888*	1904	1908*	1911©	1914**	1932
Total de has. Cultivadas con Vid	2.788	6.625	22.205	31.792	53.551	60.150	91.623
Aumento en términos porcentuales de las hectáreas con relación al período anterior		58%	70%	30%	41%	11%	34%

FUENTES: *Anuario estadístico 1952-1954*. Dirección de Estadísticas de la Provincia de Mendoza. Los datos correspondientes a 1904 son estimaciones realizadas por Juan Bialet Massé, *Informe sobre el estado de la clase obrera.* Hispanoamérica. Buenos Aires, 1985.

© Datos extraídos de Richard-Jorba (1998).

*datos obtenidos de la Provincia de Mendoza (1909).

** Datos obtenidos del Tercer Censo Nacional de Población 1914.

En parte, esta idea se sustentaba en que las vides eran cuidadas por unidades familiares que tenían entre 1 a 10 hectáreas — denominados viñedos — y con un reparto aparente más equitativo de la tierra si se la compara con las grandes extensiones de la Pampa Húmeda. Sin embargo, en muchos casos, estos productores no eran dueños de la tierra sino que tenían un contrato a tiempo determinado similar al que aparecería (Richard-Jorba, 2003, Cerdá, 2011). Estas familias se ocupaban del cuidado de la vid a lo largo del año, con fuertes exigencias puntuales de trabajo durante la vendimia —labor que requería todos los brazos familiares, incluidos los niños—, a los que se sumaban trabajadores asalariados temporarios (Richard-Jorba, 2006; Cerdá; Noradi, 2021).

A diferencia de otras regiones y producciones del país donde los capitales locales fueron importantes, aquí las grandes bodegas pertenecieron, en gran medida, a inmigrantes europeos llegados en la segunda mitad del siglo XIX.

El desarrollo alcanzado por estos industriales dejó su marca en las imágenes de la época. Algunas bodegas tenían acceso directo a vías del ferrocarril, lo que le permitía despachar el vino directamente desde su establecimiento, sumando el crecimiento económico a la idea de modernización capitalista.

Así, el territorio comenzará a transformarse de una manera muy rápida. Como se observa en la imagen, los cultivos de vid comienzan a tomar la centralidad del paisaje a los pies de los andes, brindando cierto "orden y progreso".

Figura 2 - Paisaje mendocino de comienzos del siglo XX



FUENTE: Fotografía extraída del Archivo Histórico Nacional. Colección Abel Alexander. Disponible en el blog Mendozantigua: https://mendozantigua.blogspot.com/search/label/antes%20de%201900

Durante estos años el Oasis Norte y, en menor medida, el Sur fueron los que más se desarrollaron gracias al acceso al agua superficial. Estos espacios solo requerían de la retención del agua y su direccionamiento hacia los espacios productivos. Así, los campos sembrados con vides eran inundados según los permisos de "usos de agua". El oasis Oeste — o más conocido como Valle de Uco —, quedó excluido durante estos años debido a que los ríos son mucho menos voluminosos y mucho más correntosos. Como veremos

esta región depende más del agua subterránea y para ello requerirá una modificación de la ley de aguas y de otra tecnología.

Como han mostrado estudios recientes, la expansión de la vitivinicultura no implicó necesariamente una democratización del acceso a la tierra ni a los recursos hídricos. Más bien, se produjo una diferenciación creciente entre pequeños y grandes productores, entre propietarios con acceso al agua, a la tecnología y grandes sumas de capital por un lado y contratistas de viñas o jornaleros estacionales que vivían en condiciones precarias por el otro (Richard-Jorba, 2000; Cerdá; Noradi, 2021).

Las representaciones de la modernidad asociada al crecimiento de la vitivinicultura se repiten en fotos y en etiqueta de vino donde el mensaje es transmitido ya no sólo a los pobladores locales sino a los consumidores distantes del lugar donde el vino se producía. Así, a lo largo de los años, se han construido discursos significantes que hacen de la provincia de Mendoza un "espacio único" para la producción de vino, situado al pie de la montaña, "virgen" y casi inexplorado en décadas pretéritas.

Esta construcción invisibiliza los procesos productivos anteriores, dándose una asociación casi automática entre la provincia de Mendoza y la producción de vino. Por otro lado, esta especialización productiva de Mendoza también terminó con la producción de vinos en otras regiones del país como la Pampa Húmeda o las sierras centrales de la Argentina. Es así como se ha construido la idea de que Mendoza es la única provincia donde se produce vino (y el mejor) en Argentina.

Sin embargo, este modelo de expansión horizontal pervivió hasta finales de la década de 1970 cuando la caída del consumo comenzó a generar excedentes de vino que no podían ser volcados al mercado. En este contexto, los vinos argentinos no tenían una buena imagen a nivel internacional lo que hacía imposible su venta en otros mercados. La crisis del sector en la década de 1980, las modificaciones en la legislación de agua y la reconversión de parte del sector fueron la base del despegue del vino argentino a nivel mundial.

Reconversión vitivinícola y (re)configuración del espacio

La globalización y la crisis que afectó al sector durante más de una década (1979-1992) fueron los principales impulsores de la reconversión de la producción primaria en la provincia de Mendoza. En este contexto, se llevó a cabo la erradicación de viñedos, acompañada de un proceso complejo de creciente concentración de las unidades productivas, aumento en el tamaño promedio de los viñedos, renovación varietal enfocada en cepas consideradas de calidad y expansión de la frontera vitícola. Aunque estos cambios se hicieron más evidentes a partir de la década de 1990, cuando la inversión regresó al sector de manera sostenida después de la crisis (Azpiazu; Basualdo 2002; Stein, 2008), algunos comenzaron a evidenciarse una década antes (Cerdá; Hernández, 2013).

Una particularidad de la transformación reciente es la ampliación de la frontera agrícola y el cambio del "centro modernizador" desde el Oasis Norte al Valle de Uco. Como se afirmó en el apartado previo, durante más de un siglo (cc. 1870 a cc. 1990) el motor del desarrollo vitícola de Mendoza había sido el Oasis Norte en general y la región del Centro y Este en particular. Este modelo se caracterizaba por grandes volúmenes pero escasa calidad de sus vinos (Mateu; Stein, 2006).

A partir de la crisis de la década de 1980 y la transformación del sector, el Valle de Uco se convirtió en el nuevo "modelo" de modernización. Ésta era un área marginal de la vitivinicultura debido a sus condiciones climáticas y edáficas. Su aridez, su altitud —que oscila entre los 900 y 1200 metros sobre el nivel del mar—, y especialmente su escaso régimen de lluvias y de ríos con escaso caudal a lo largo del año eran un escollo para la producción de vid hasta entonces.

Sin embargo, a mediados de la década de 1960 la provincia de Mendoza aprobó una ley que permitía el uso del agua subterránea para uso productivo. Esto unido a nuevas tecnologías que permitían el uso más eficiente del

agua —riego por goteo— dio lugar al desarrollo de la vitivinicultura en esta región. Sin embargo, esto requería de inversiones significativas, especialmente para llevar agua a las zonas de mayor altitud al píe de la Cordillera de los Andes.

Por otro lado, esta "nueva" zona, aislada de las anteriores, sirvió también para contraponer el viejo modelo "productivista" con el nuevo modelo basado en la "calidad". De esta forma, el Valle de Uco comenzó a ser expuesto como la "nueva vitivinicultura", la región que mejor representa la reconversión productiva y con las características de un productor de vino preocupado por satisfacer el gusto de los consumidores (Altschuler, 2012).

El proceso de cambio tecnológico no fue sencillo en el caso de la viticultura. Este no dependía solo de la adopción de tal o cual variedad de uva, sino que requirió de una adaptación permanente al cambio en las percepciones y gustos de los consumidores. Por otro lado, el nuevo modelo vitivinícola no busca un solo tipo de vino sino la producción de diferentes vinos que aporten algún rasgo particular ya sea en el gusto, el olfato, la pertenencia a un territorio, la forma de hacerlo o el color. Por tanto, requirió una transformación de la producción primaria.

Un papel central en este cambio lo hicieron los estudios realizados en diferentes instituciones científicas (especialmente, el INTA y la Universidad Nacional de Cuyo en colaboración con el sector privado) que comenzaron a analizar las características de los suelos del Valle de Uco y a ponderar sus cualidades para la producción de vid de alta calidad (Pizzarulli, 2018). Teniendo en cuenta las características del suelo y solucionado el acceso al recurso agua —a partir de la posibilidad de controlar el riego por goteo lo que permitió un uso más eficiente del escaso recurso hídrico—, fue necesario seleccionar las cepas más adecuadas para la región.

Así, el ideario de grandes bodegas y grandes toneles de vino que habían sido la imagen de la vitivinicultura argentina por más de un siglo dejó paso a bodegas de escala más pequeñas, a las barricas y a viñedos con pocos racimos y una baja productividad por planta. Esto redundó en una drástica

transformación de la producción de la vid. El 80 % de los viñedos que existen hoy en Mendoza fueron plantados en las últimas tres décadas. Y con mayor intensidad en la década de 2000 (29 %) y 2010 (21 %) (INV 2023).

Durante estos años se observa un profundo proceso de reconfiguración espacial de la vitivinicultura mendocina. En este sentido, podemos observar que hay una reducción del área implantada con vid —ya sea por baja productividad, por el avance de la urbanización o sólo por abandono de fincas en todas las regiones— a excepción del Valle de Uco. El crecimiento de este último se dio por la (re)implantación de "uvas finas" desplazando rápidamente al resto de las regiones de la provincia. Desde comienzos de la década de 1990 el crecimiento de la superficie cultivada con vid en el Valle de Uco fue constante, duplicándose entre 1990 y 2022.

Durante este período, el Oasis Norte y el Sur disminuyeron en términos absolutos la superficie media de sus viñedos. La erradicación de viñas en estos departamentos se debió a un proceso de urbanización y a la transformación de las zonas periurbanas de la ciudad de Mendoza. Como se viene señalando, ello contrasta con lo sucedido en el Valle de Uco. Aquí la cantidad de viñedos durante la última década creció un 50%, mientras que la superficie lo hizo en un 85%. Dentro de esta región, Tunuyán fue el departamento más dinámico, seguido por San Carlos y, por último, por Tupungato.

En cuanto a la ocupación de la superficie por parte de los viñedos, se observa un comportamiento similar a la cantidad de viñedos, es decir, una reducción de la ocupación de los viñedos más pequeños (< a 10 hectáreas) y un aumento de la ocupación de la superficie por los más grandes (> a 25 hectáreas) hasta el 2012, mostrando una retracción en todas las categorías en la última década.

Por otro lado, los viñedos de hasta 10 hectáreas representaban el 38,5 % de la superficie hasta 1991 y a partir de allí comenzaron a disminuir su participación alcanzando en el año 2022 el 29,5 % del total. En contraste, los viñedos mayores a las 25 ha pasaron de representar el 35 % de la superficie implantada en 1991, a representar el 44 % de total en 2022 (Cerdá, 2023). Si

bien los datos brindados por el INV no especifican la propiedad de los viñedos, el aumento de los estratos más altos (> de 25 hectáreas y entre 50 y 100 hectáreas, en particular), puede asociarse a emprendimientos vitivinícolas de tipo empresarial y a procesos de integración vertical hacia atrás por parte de las bodegas (Van Den Bosch; Alturria, 2023); mientras que los más pequeños podrían asociarse a productores familiares.

Tabla 3 - Evolución de los viñedos por región en la provincia de Mendoza, 1985-2022.

Región	1985	1990	2000	2010	2022
Centro	5.290	3.308	2.300	2.282	1.911
Este	9.403	8.017	6.939	7.142	6.440
Norte	2.303	1.731	1.352	1.460	1.412
Sur	9.013	6.254	4.452	4.018	3.391
Valle de Uco	1.381	808	971	1.459	1.930
Total	27.390	20.118	16.014	16.361	15.084

FUENTE: Estimación propia en base a datos del INV.

Finalmente, resulta interesante observar lo sucedido en el Valle de Uco en comparación al resto de la provincia, ya que se evidencian procesos diferentes. Mientras todas las regiones pierden viñedos el Valle de Uco no sólo se recuperó luego de la crisis, sino que creció 240% entre el año 2000 y 2022. Esta, es una de las variables que hace del Valle de Uco un emblema de la transformación vitivinícola de Mendoza y donde los nuevos viticultores han proliferado.

La reconversión supuso también concentración económica y endeudamiento de pequeños productores. Asimismo, la expansión hacia zonas de altura generó presiones sobre acuíferos y transformaciones paisajísticas que refuerzan los desafíos socioambientales (Van der Boch, 2014). Este proceso también está asociado al desarrollo de proyectos de turismo rural y al desarrollo de emprendimientos gastronómicos, proyectos artísticos que se dan

dentro de las bodegas. Así, el paisaje se convierte así en una forma de vivenciar la experiencia del vino en estos espacios culturales. Sin lugar a duda, el Valle de Uco tiene un atractivo particular que asocia el vino con la belleza de la cordillera de los Andes.

Figura 3 - Valle de Uco



FUENTE: foto de Juan Manuel Cerdá (2021). Vista de viñedos en Tupungato (Valle de Uco).

La combinación de tecnologías, fauna y flora exótica en el paisaje ofrece una rica información sobre el ambiente idealizado, sobre su dominio e imposición cultural. La organización espacial configura una imagen de "orden y control" de los recursos naturales y de los valores sociales asociados al territorio con propósitos mercantiles. Por medio de la ocupación productiva, el espacio va ganando líneas que "geometrizan" su amplitud y la ordenación espacial fundamentó las bases de la noción de paisaje en el Occidente, la cual está estructurada en la concepción racionalista del mundo. Una manera de dominio de las fronteras e imposición del poder, que tiene sus raíces en la Europa moderna.

Conclusiones

El análisis de ambas etapas permite destacar la centralidad del agua en la construcción territorial y simbólica de Mendoza. En la primera etapa, la intervención estatal y el sistema de riego por inundación hicieron posible la expansión productiva, aunque al mismo tiempo consolidaron jerarquías sociales y privilegiaron el uso agrícola por encima del consumo humano.

La segunda etapa, marcada por la incorporación de aguas subterráneas y nuevas tecnologías, permitió ampliar la frontera agrícola hacia "nuevas tierras" y dio forma a un "nuevo modelo vitivinícola". Sin embargo, este proceso profundizó las desigualdades en el acceso al agua y generó nuevas tensiones territoriales.

Más allá de su dimensión productiva, el agua adquirió en Mendoza un fuerte significado simbólico. A fines del siglo XIX fue presentada como instrumento para "conquistar el desierto" y consolidar la identidad de la provincia como tierra de vino. Este imaginario, analizado por Lacoste (2003), reforzó la idea de progreso y modernidad, aunque al mismo tiempo encubrió desigualdades sociales y disputas por el acceso al recurso.

En definitiva, la historia de la vitivinicultura mendocina muestra cómo el agua se constituyó en un recurso estratégico para la conformación de un territorio agrícola en un ambiente árido. El proceso implicó la mercantilización y regulación estatal del agua, la construcción de infraestructuras de riego, la llegada de inmigrantes y nuevas tecnologías, y, posteriormente, la apertura a los mercados globales y la incorporación de capitales extranjeros.

Comprender esta trayectoria histórica resulta fundamental para reflexionar sobre los desafíos actuales de la vitivinicultura frente al cambio climático y la creciente presión sobre los recursos hídricos. En este contexto, la sostenibilidad del agua y la equidad en su distribución emergen como cuestiones centrales para el futuro del sector.

Referencias

ALTSCHULER, Bárbara. Fronteras sociales y asimetrías en la vitivinicultura mendocina actual. **Cuadernos de desarrollo rural**, v. 9, n. 68, p. 151-175, 2012.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino**. Sudamericana, 2009.

CALDCLEUGH, Alexander. **Viajes por América del Sur Río de la Plata**, 1821. Disponível em: http://www.historiademendoza.com.ar/noticias_historicas.php?id=13. Acesso em: 11 ago. 2026.

CERDÁ, Juan Manuel. **Condiciones de vida y vitivinicultura**: Mendoza, 1870-1950. Universidad Nacional de Quilmes, 2011.

CERDÁ, Juan Manuel. La otra cara de la transformación vitivinícola: los pequeños productores mendocinos. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, v. 22, n. 1, Artículo e160, 2022.

CERDÁ, Juan Manuel; CICIRELLO, Emmanuel. (24-26 de septiembre). El camino hacia la reconversión: la búsqueda de la calidad del sector vitivinícola dentro de un proceso heterogéneo. Mendoza, 1960-1990 [Presentación de ponencia]. **XXIX Jornadas de Historia Económica**, Argentina, 2025.

CERDÁ, Juan Manuel; NODARI, Eunice Sueli. El Contratista de Viñas y Frutales en Mendoza, Argentina: la lucha por el reconocimiento de la identidad trabajadora. **História Debates e Tendências**, v. 21, n. 2, p. 145-166, 2021.

INSTITUTO Nacional de Vitivinicultura. **Anuario estadístico de la vitivinicultura argentina**. INV. 2023.

LACOSTE, Pablo. **El vino del inmigrante**: historia socioeconómica de la vitivinicultura argentina (1870-1930). Caviar Bleu, 2003.

MATEU, Ana. Emilio Civit y el Progreso de Mendoza. **Revista de la junta de Estudios Históricos de Mendoza**, v. 15, 1983.

MATEU, Ana. (2009). **Los oasis de regadío en Mendoza**: transformaciones territoriales y sociales. EDIUNC.

MATEU, Ana; STEIN, Steve. Diálogos entre sordos: Los pragmáticos y los técnicos en la época inicial de la industria vitivinícola argentina. **Historia Agraria**, v. 39, p. 267-292, 2006.

PINNEY, Thomas. **A history of wine in America**: from the beginnings to prohibition. University of California Press, 2007.

PIZZARULLI, Florencia. (19-21 de septiembre). Los laboratorios públicos de I+D en el sector agro biotecnológico. La apropiación del conocimiento en la interacción con el ámbito productivo [Presentación de ponencia]. **XXVI Jornadas de Historia Económica**, La Pampa, Argentina, 2018.

PONTE, Jorge Ricardo. (2005). **De los caciques del agua a la Mendoza de las acequias**: cinco siglos de historia de acequias, zanjones y molinos. Autor.

PROVINCIA de Mendoza. **Álbum en homenaje a Emilio Civit, 1909**.

RICHARD-JORBA, Rodolfo. **Poder, economía y espacio en Mendoza (1850-1918)**. UNCuyo, 1998.

RICHARD-JORBA, Rodolfo. Estado y vitivinicultura en Mendoza: política y territorio. **Revista de Historia Americana y Argentina**, v. 35, n. 2, p. 67-98, 2000.

RICHARD-JORBA, Rodolfo. El mercado de trabajo vitivinícola en la provincia de Mendoza y los nuevos actores: el contratista de viña, aproximación a un complejo sistema de empresarios y trabajadores, 1880-1910. **Revista interdisciplinaria de estudios agrarios**, v. 18, p. 5-38, 2003.

RICHARD-JORBA, Rodolfo. Sumando esfuerzos y conocimientos. La inmigración europea en el desarrollo de la viticultura capitalista en la provincia de Mendoza. Incorporación y difusión de técnicas agrícolas modernas, 1870-1910. **Anuario del Centro de Estudios Históricos Profesor Carlos SA Segreti**, v. 6, n. 16, p. 163-192, 2006.

SALVATORE, Ricardo. Control del trabajo y discriminación: el sistema de contratistas en Mendoza, Argentina, 1880-1920. **Desarrollo Económico**, v. 26, n. 102, p. 229-253, 1986.

SIMPSON, James. **Creating wine**: the emergence of a world industry, 1840-1914. Princeton University Press, 2011.

UNWIN, Tim. **Wine and the vine**: an historical geography of viticulture and the wine trade. Routledge, 1991.

VAN DEN BOSCH, María Eugenia; ALTURRIA, Laura. Transformaciones de los sistemas vitícolas en la provincia de Mendoza. Dinámica y diversidad durante las tres últimas décadas. **Anuario Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo**, v. 20, p. 25-74, 2023.

WORSTER, Donald. **Transformaciones de la tierra**: historia ambiental en perspectiva. Fondo de Cultura Económica, 1990.

O recalque da questão agrária e a Fazenda Sarandi

Débora F. Lerrer
deboralerrer@ufrrj.br
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

Resumo
Este trabalho, a partir do regulamento do título provisório de um lote da Fazenda Sarandi, por Leonel Brizola, explora o termo psicanalítico "recalque" para sustentar a hipótese de que a marginalização política da questão agrária brasileira é resultado do enquadramento de memória que se estabilizou a partir do Golpe de 1964, associada aos efeitos concretos da "modernização conservadora" da agricultura por parte da ditadura empresarial-militar. Esse recalque está associado ao trabalho intelectual de grupos políticos que tornou negativa a experiência do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e sua atuação entre 1945 a 1964, obscurecendo a atuação dessa corrente política no enfrentamento da questão agrária brasileira, que teve reflexos na reorganização da luta pela reforma agrária no país, ainda durante a ditadura militar, quando uma gleba da mesma fazenda foi ocupada por sem-terra em 7 de setembro de 1979.
Palavras-chave: questão agrária; recalque; Golpe de 64; conflitos no campo.

Introdução

Na Conferência de Encerramento do encontro de pesquisadores da "Rede de Estudos Rurais, em agosto de 2023, Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) do terceiro mandato do presidente Lula (2023-2026), expressou a justificativa que moveu o "agrorreformismo residual" das gestões petistas entre 2003 e 2016, conceito formulado por Marcos Paulo Campos (2021) para classificar o sentido das políticas agrárias dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que se resumiram ao fortalecimento de programas governamentais para quem já estava na terra, como o Pronera (Programa de Educação na Reforma Agrária) e os financiamentos do Pronaf (habitação, custeio etc.), a baixa criação de assentamentos e de reconhecimento de posses rurais de diversos tipos, como a de comunidades quilombolas ou tradicionais, bem como a homologação de terras indígenas. O ministro afirmou, para uma plateia formada majoritariamente por especialistas do mundo rural brasileiro, que todos os governos que decidiram falar sobre reforma agrária foram derrubados, a começar pelo de Getúlio Vargas, que se suicidou em agosto de 1954.

Segundo Linhares e Teixeira da Silva, é a legislação varguista que marca o surgimento de uma "Questão Agrária" no Brasil (2022, p. 179). Mas seu objetivo, na época, era destinar terras públicas a pequenos agricultores sem terra, tentando propagar pelo país a experiência de colonização em pequenos lotes, bem-sucedida no Rio Grande do Sul, onde o fim das terras devolutas, no entanto, havia criado, entre os anos 1930 e 1940, uma crise de reprodução social entre os descendentes de imigrantes, sobretudo de origem alemã e italiana, que passaram a buscar terras no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Mas é de fato só a derrubada de João Goulart que pode ser enquadrada como diretamente ligada a uma tentativa de reforma agrária, já que o Golpe Empresarial-Militar entrou em marcha quinze dias depois de esse presidente decretar a desapropriação de faixas de terra em torno de ro-

dovias, ferrovias e obras federais. Porém, o grande problema da fala de Teixeira foi ter incluído a reforma agrária como estopim da derrubada do PT (Partido dos Trabalhadores) do poder, pois sua política agrária ao longo dos treze anos de gestão contradiz essa afirmação. Dados do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão subordinado a esse ministro, demonstram com clareza o abandono não só da política considerada efetivamente reforma agrária, que é a desapropriação de imóveis improdutivos e a criação de projetos de assentamentos. O governo que mais desapropriou terras depois da redemocratização, ou seja, já nos marcos da Constituição de 1988, foi o governo Fernando Henrique Cardoso, que realizou 2.917 em oito anos. A seguir, vieram os dois primeiros governos de Lula da Silva, que desapropriou 1598 áreas (Pinto, 2023), mas destinou mais hectares de terra para a reforma agrária do que FHC mediante a compra de propriedades ou a regularização de assentamentos ambientalmente diferenciados (Almeida, 2021). O governo Dilma Rousseff, por outro lado, foi o que menos desapropriou, só 131 áreas, alcançando os níveis do período da ditadura militar. Além de não desapropriar terras, os governos petistas também foram tímidos na implementação das demais políticas agrárias que atingiriam os povos e as comunidades tradicionais existentes em todo o sertão brasileiro, cujas demandas territoriais passaram a ser contempladas, a partir da Constituição de 1988, por de um viés identitário. Do meu ponto de vista, essas legitimações de posses de trabalhadores e povos do campo e da floresta são também uma reforma agrária, porque retiram essas terras do mercado e reconhecem direitos de povos diretamente ameaçados pela expansão da fronteira agropecuária e suas consequentes devastações naturais e culturais. Além disso, os governos do PT fomentaram, com seus Planos Safras, um vertiginoso robustecimento do pacto do agronegócio, ou seja, viabilizaram financeiramente a expansão dos negócios em torno da venda de commodities agrícolas, fortalecendo cadeias agroindustriais e grandes proprietários de

terras, apostando na "renda da terra como principal diretriz para a acumulação de capital para toda a economia", como define o economista Guilherme Delgado (2012).

O sentido dessa política, como já havia descrito Barringon Moore Jr., é fortalecer a burguesia agrária, agora cada vez mais uma burguesia coligada por incorporar também interesses industriais e financeiros. Segundo esse autor, os grandes proprietários rurais são o setor mais antidemocrático das sociedades capitalistas, visto que, ao controlarem grandes parcelas de território, tornam-se uma espécie de "nobreza da terra" que passa a ter imenso controle político dentro dessas regiões, impedindo avanços democráticos e propagando um discurso fisiocrata para o conjunto da sociedade, sintetizado no slogam difundido diariamente pela Rede Globo de televisão: "O agro é pop, é tech, é tudo".

Este artigo visa situar melhor o que venho considerando como "recalque da reforma agrária", expresso de maneira mal articulada pelo chefe do MDA da terceira gestão de Lula na presidência da República, não só pelo que ele efetivamente disse, mas justamente pelo que deixou de mencionar. Ao colocar os governos de Getúlio Vargas (1950-1954) e João Goulart (1963-1964) no mesmo plano que os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) como sendo desestabilizados por falarem de reforma agrária, o ministro fez uma generalização que escondeu o fato de que o único presidente efetivamente derrubado por fazer campanha pública a favor da reforma agrária e efetivamente decretar uma lei que modificaria o sentido da ocupação territorial do Brasil foi João Goulart, respondendo à pressão que vinha sendo feita por diversos movimentos sociais de camponeses. Já o governo Dilma, derrubado pelo Congresso Nacional em 2016, foi elogiado em editorial do Jornal *Estado de S. Paulo* de março de 2014, por criar menos assentamentos que seus antecessores e, portanto, agir "corretamente" com relação à reforma agrária, medida sempre combatida ferozmente por esse veículo de comunicação (Pitta, 2025, p. 230).

Importante rememorar que foi só a partir do primeiro ano efetivo de presidência de João Goulart, 1963, que os trabalhadores rurais obtiveram direitos trabalhistas e a legitimação de sua ação política através de sindicatos. Desde meados dos anos 1940, apesar de iniciativas do Ministério do Trabalho, a pressão das entidades patronais, como a Sociedade Nacional da Agricultura, impedia a possibilidade de organização sindical dos trabalhadores rurais reconhecida e apoiada pelo Estado, como era permitido para os trabalhadores urbanos (Medeiros, 1995). Para corroborar a hipótese do recalque político da reforma agrária nos governos do PT, este artigo traz à tona o caso da Fazenda Sarandi, desapropriada quando Leonel Brizola foi governador do Rio Grande do Sul, em 1962, e a análise de um "Título Provisório de Posse dos Núcleos Coloniais do Estado" recebido por um agricultor assentado nessa fazenda, datado de 26 de junho de 1964. O caso da Sarandi é importante porque foi por conta da conquista de duas de suas glebas, não distribuídas para a reforma agrária nos anos 1960, que se formou o Acampamento Encruzilhada Natalino, experiência que se tornou um símbolo da luta contra a ditadura militar e incentivou a fundação de um movimento nacional de luta pela reforma agrária: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em 1984.

A Fazenda

A Fazenda Sarandi, localizada no município de mesmo nome, na região conhecida como "Alto Uruguai", no Rio Grande do Sul, foi desapropriada pelo governo estadual, chefiado por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1962. Sua história, no entanto, também se associou à retomada da luta pela reforma agrária no fim dos anos 1970, quando parte de suas terras foi reivindicada pelos chamados "colonos de Nonoai" (Gehlen,1985), cerca de 300 famílias que haviam sido despejadas em maio de 1978 da Reserva Indígena Kaigangue, desse município. Essas famílias ocuparam a Granja Macali (1.630 ha) em 7 de setembro de 1979 e, quinze dias

depois, a Granja Brilhante (1.433 ha). As terras tinham sido desapropriadas pelo governo estadual, mas estavam sendo exploradas com anuência irregular pela Madeireira Carazinhense LTDA. e pelos irmãos Dalmolim, um dos quais, Ari, era o presidente da Fecotrigo (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja) (Gehlen, 1985, p. 161). Em 1980, as famílias remanescentes da expulsão da reserva indígena, que sobraram da divisão das terras das Granjas Macali e Brilhante, deram início a um acampamento em um entroncamento conhecido como Encruzilhada Natalino, que ficava ao lado das áreas parceladas. Em sete meses de existência, esse acampamento reuniu mais de três mil pessoas e deu visibilidade nacional para os "colonos sem terra". Foram três anos de luta, muita desistência e intimidação da ditadura militar, que oferecia terras, sobretudo no Mato Grosso, e chegou a enviar o coronel Curió para desmobilizar os agricultores. A ação dos acampados da Encruzilhada Natalino acabou sendo considerada uma arena da luta contra a ditadura, tecendo um verdadeiro cordão de solidariedade em torno de si, que envolvia políticos da oposição, a Igreja e a sociedade em geral, conseguindo furar o bloqueio que a ditadura, já no seu ocaso, tentava lhe impor. Multiplicavam-se por todo o país exemplos como o de Chico Buarque, que havia se apresentado em Porto Alegre, no show coletivo "Canta Brasil", e doou seu cachê para os colonos que estavam começando a ser nomeados "sem-terra".

Símbolo da luta pela terra e contra a ditadura empresarial-militar, enquanto existiu, o acampamento de Encruzilhada recebeu diversos apoios e visitas, muitas delas organizadas por padres, freiras, pastores e pastoras já de algum modo envolvidos nos conflitos fundiários existentes nos estados do Sul do país. Além da solidariedade que vinham prestar, muitos desses jovens agricultores que visitavam o acampamento, articulados por sacerdotes e agentes pastorais, entravam em contato com uma forma de organização da luta pela terra. Chamava atenção, primeiramente, a quantidade de famílias reunidas em um grande acampamento bem organizado internamente. Em 1981, eram seiscentas famílias, o que possibilitou uma resistência de trinta

dias ao cerco militar montado pelo Exército, pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal. Alguns dos jovens da região, envolvidos com a Pastoral da Juventude e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), acompanharam esses eventos e acabaram se envolvendo na fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 1984, como é o caso de uma de suas lideranças mais conhecidas, João Pedro Stédile, que na época era servidor da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul e atuava na CPT.

O que esse episódio — que uniu os colonos sem-terra expulsos de Nonoai com as áreas remanescentes da Fazenda Sarandi irregularmente ocupadas por empresários — demonstra é que, apesar de toda a repressão que se abateu na região durante a ditadura militar, não foi apagada da memória coletiva a informação de que havia terra da Fazenda Sarandi em posse do governo estadual desapropriada no pré-64 justamente para acomodar agricultores que reivindicavam terra para trabalhar, como era o caso das famílias oriundas de Nonoai. Essa memória foi articulada coletivamente por mediadores que passaram a apoiar e ajudar a organizar essas famílias, formatando o embrião do que mais tarde Lygia Sigaud chamou de "forma acampamento". No entanto, em trabalho posterior (Sigaud; Ernandez; Rosa, 2010), a mesma pesquisadora constatou que essa forma de lutar havia se originado na luta que se desenvolveu em 1962, durante o governo Brizola, e que resultou na desapropriação da Fazenda Sarandi.

Artigo de Bernard Alves, "Versões da Sarandi", detalha esse momento crucial da luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul, quando agricultores sem-terra liderados pelo prefeito de Nonoai, Jair Calixto, primo de Brizola, organizam uma ocupação da Fazenda Sarandi, propriedade de uma família uruguaia, no dia 11 de janeiro de 1962, desapropriada pelo governo estadual dois dias depois. O acampamento formado em estrada dentro da fazenda era fundamental para as intenções de fazer reforma agrária por parte do governo Brizola, que, assim, fazia valer o artigo 174 da Constituição Es-

tadual do Rio Grande do Sul, aprovada em 1947. Ao contrário do que aconteceu na Constituição Federal, de 1946, por articulação da bancada de deputados trabalhistas liderados pelo candidato a governador derrotado, Alberto Pasqualini, a Constituição Estadual impôs um limite ao direito de propriedade e previa inclusive desapropriações de terras, sem estabelecer que elas tinham que ser pagas unicamente com dinheiro, como estava na Constituição de 1946 (Silva, 2012). O capítulo deste artigo — Ordem Econômica — foi relatado pelo economista e futuro deputado federal Fernando Ferrari — que tinha como companheiros da bancada do PTB os jovens João Goulart e Leonel Brizola, e o ideólogo do trabalhismo, Alberto Pasqualini, como eminência parda (Lerrer, 2025). Se no inciso I do artigo estabelecia-se que o Estado poderia "combater a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante desapropriação", seu inciso II deixava ainda mais claras as intenções:

> Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e em meios de produção *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul* (Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Página Eletrônica).

Já no inciso III fica expresso que essa atribuição dependeria da existência de agricultores demandantes:

> Fica-se determinado que o estado realizaria planos especiais de colonização, visando às finalidades do parágrafo anterior, se esta fosse uma medida demandada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de uma determinada região. *(Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul* (Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Página Eletrônica).

Bernard Alves (2010) defende que a ocupação da Fazenda Sarandi foi fundamental para "o andamento dos projetos de colonização e reforma agrária" desenvolvidos a seguir pelo governo Brizola, já que o sucesso dessa desapropriação estimulou mais agricultores a lutarem por terra, engros-

sando o caldo do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), formado em 1960, que chegou a ter 150 associações espalhadas por vários municípios desse estado até sua desarticulação pelo Golpe de 64. O trabalho de Alves descreve, a partir de seis espectadores, envolvidos na luta pela Fazenda Sarandi, os elementos utilizados na mobilização que foram "indispensáveis" para legitimar o movimento e obter resposta favorável do governo Brizola, o que estimulou manifestações do mesmo tipo em pelo menos doze municípios do estado entre os meses de janeiro e fevereiro de 1962 (Gasparotto; Teló, 2021). Mas a atuação do governo estadual de estimular uma reforma agrária no estado já havia sido sinalizada logo que Brizola assumiu o governo, ao criar a Comissão de Terras e Habitação, em 1960, mapear todas as propriedades com mais de 2.500 hectares no estado e fundar o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), em 1961 (Alves, 2010). Ou seja, para poder de fato usar os dispositivos existentes na Constituição Estadual, aprovados em 1947, quando os trabalhistas constituíam a maior bancada, foi necessário esperar a chegada do PTB ao governo estadual, em 1959, que então direcionou o governo para atuar na questão agrária, da qual também participavam prefeitos eleitos pela legenda no município de Encruzilhada do Sul e em Nonoai. No entanto, na eleição realizada no final de 1962, a oposição, liderada por Ildo Meneghetti, do PSD, se elegeu, derrotando o trabalhismo, que havia se cindido em torno da candidatura de Egídio Michaelsen, candidato de Brizola, e a do deputado federal Fernando Ferrari, que liderava uma cisão do PTB com o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Logo após o Golpe de 64, os agricultores que conquistaram as terras da Fazenda Sarandi receberam títulos provisórios expedidos pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, nos quais estava expressa a proibição de manterem qualquer atividade política. Escrito à máquina de escrever, o título provisório de Geraldo Antonio Breda é datado de 26 de junho de 1964. Na capa do documento, está escrito Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Instituto Gaúcho da Reforma Agrária, acima do título do documento: "Título

Provisório de Posse". Em sua primeira página, preenchida com outra máquina de escrever, em linhas pontilhadas, o documento confere a esse agricultor o lote rural nº 174, de 21,8 hectares, do Núcleo Colonial nº 3, a título precário. Essa informação também está na capa do documento, preenchida também com tinta mais forte do que o restante do texto. No início do documento, logo abaixo do parágrafo em que foi preenchido o nome do beneficiário, o número do lote, o núcleo colonial a que pertence e seu tamanho em hectares, vem uma frase com a informação de que permanência de agricultor na terra outorgada era sujeita "às normas e obrigações" estabelecidas pelo "regulamento provisório" que ocupa quatro páginas datilografadas.

Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul

INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA

TÍTULO PROVISÓRIO DE POSSE
DE LOTES NOS NÚCLEOS COLONIAIS DO ESTADO

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, representado pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), confere ao Sr.. .Geraldo. Antonia .Breda.....,....o lote...rural..... nº...174....., do Núcleo Colonial.numero.3....., no município de .Ronda Alta....., com a área de.. ~~~~~~~~21,8 hectares, que se lhe entrega para o cultivo agrícola, à título precário, enquanto não se resolve sôbre a titularização jurídica definitiva da posse e exploração das terras a serem entregues aos agricultores nas colônias de implantação do Estado.

O contemplado por êste título, estará sujeito às normas e obrigações estabelecidas pelo seguinte -

REGULAMENTO TRANSITÓRIO:

Art. 1º - Os núcleos coloniais criados pelo Estado obedecerão, em seu aspecto econômico, sempre que possível, ao sistema cooperarivo, que deverá ser o centro coordenador e propulsor das atividades produtoras da colônia.

Art. 2º - Sempre que a Cooperativa puder ser implantada ela deverá ser organizada de modo a centralizar tôdas as relações econômicas da comunidade e responder perante o Estado, pelos compromissos com êle assumidos, quer diretamente, quer em nome de seus associados.

Art. 3º - Sempre que houver no núcleo colonial - uma Sociedade Cooperativa de produção, funcionando nos moldes previstos no artigo anterior, será condição de permanência na posse do lote a participação nela do respectivo ocupante, que deverá operar por meio dela a comercialização de suas safras.

Art. 4º - Em qualquer caso, mesmo na ausência de - organização cooperativista, o contemplado com lote rural de - terras do Estado, deverá utilizá-lo exclusivamente em exploração agro-pecuária, planejada e coordenada pel- Administraçao

nas mecânicas, de ferraria, carpintaria e correlatos. Nos núcleos onde houver Cooperativa organizada tais serviços poderão ficar a cargo da mesma que resolverá sôbre a forma de estabelecê-los, mediante a decisão de dois têrços de seus associados.

Parágrafo Único - Enquanto o núcleo não atingir a plenitude de sua autonomia, as decisões da Cooperativa a êste respeito dependerão de homologação da Administração do - IGRA.

Art. 17 - Afim de salvaguardar a coesão comunitária e a necessária harmonia e companheirismo que deverão informar as relações dos agricultores, dentro do núcleo colonial é expressamente proibído:

a) - reuniões e comícios públicos de caráter político-partidário;

b) - movimentos ou reuniões públicos de caráter reivindicatório, principalmente com a participação de - elementos estranhos ao Núcleo.

Art. 18 - As solicitações ou reclamações dos ocupantes dos Núcleos Coloniais, ou de seus órgãos comunitários, devem ser sempre encaminhadas ao respectivo Administrador, e, na falta de atendimento ou encaminhamento por parte dêste, às autoridades superiores do IGRA.

Art. 19 - A falta de cumprimento do presente Regulamento por parte dos agricultores do núcleos, que dêle tomarão conhecimento ao subscreverem o presente título, poderá - implicar em sua exclusão dos mesmos, com as conseqüências nêle previstas, mediante decisão do Presidente do IGRA, após - exata constatação da falta.

Parágrafo 1º - Poderá ser, igualmente, excluído - aquêle agricultor que, por embriaguês, infrações penais, incapacidade profissional ou grave incontinência de conduta social, se mostrar incompatível com a vida comunitária do núcleo colonial.

Parágrafo 2º - Em qualquer caso, em procedimento sumário, deverá ser ouvido o interessado, que terá a oportunidade de aduzir sua defesa.

Pôrto Alegre, 26 de junho de 1964

Diretor Geral do IGRA

Dr. FERNANDO GONÇALVES

Entre outras obrigações estipuladas, como o incentivo à formação de cooperativas, a obrigação de desenvolver atividade agropecuária com sua família, a proibição de arrendar o lote a terceiros e obedecer às ordens do "administrador do núcleo", o artigo 17 explicita a proibição de qualquer atividade política entre os assentados:

> Artigo 17º – A fim de salvaguardar a coesão comunitária e a necessária harmonia e companheirismo que deverão informar a relação entre os agricultores, dentro do núcleo colonial, é expressamente proibido:
> a) reuniões e comícios públicos de caráter partidário;
> b) movimentos ou reuniões públicas de caráter reivindicatório, principalmente com a participação de estranhos ao núcleo;

Quase vinte e um anos depois da entrega desse título provisório, em outubro de 1985, primeiro ano do governo de José Sarney, houve outra ocupação de terra que abalou a região, agora com uma nova geração de agricultores, que reuniu 2500 famílias na Fazenda Anonni. Embora alguns dos agricultores fossem até filhos de assentados dos anos 1960, os jovens militantes do recém-fundado MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não fizeram nenhum vínculo de sua luta com a que tomou a região nos anos 1960. A memória era difusa. Os acampamentos de lona dos semterra reapareceram publicamente à sociedade brasileira como uma novidade. E os próprios jovens militantes nem cogitavam algum vínculo com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), então representado pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) liderado por Leonel Brizola, identificando-se politicamente com o também recém-nascido Partido dos Trabalhadores, liderado pelo então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva.

Depois de levantar a hipótese de que a questão agrária foi recalcada durante os governos do PT que se sucederam após a primeira eleição de Lula da Silva para a presidência da República, em 2002 (Lerrer, 2025), e assistir ao ministro do Desenvolvimento Agrário dar uma justificativa historicamente equivocada para justificar o agrorreformismo fraco de seu partido, este artigo tem por objetivo reforçar a hipótese do papel do Golpe de 1964 nesse processo. Embora o governo de Ildo Meneghetti, que sucedeu o de

Leonel Brizola, tenha continuado a distribuir lotes de reforma agrária de áreas desapropriadas pelo governo anterior, como a Fazenda Sarandi, o "Título Provisório de Posse dos Núcleos Coloniais do Estado", expedido pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, traz uma série de regulamentos que deveriam ser obedecidos pelo beneficiário para manter seu direito de posse da área até o recebimento de um título definitivo. Entre essas obrigações estava a proibição de qualquer reunião ou manifestação de "caráter político", reforçando a repressão política promovida pela ditadura militar aos movimentos e às lutas camponesas que se intensificaram no país no início dos anos 1960. Ao longo dos anos, para não correr o risco de perder seu lote de reforma agrária, a memória dos agricultores beneficiados por um governo e apoiados por políticos e militantes vinculados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi reprimida. A reiteração dessa repressão provocou o recalque e a interiorização dessa censura, a ponto de a própria celebração da conquista da terra, que foi originada por uma ocupação massiva de agricultores, método depois difundido pelo MST por todo o país, ser silenciada. A meu ver, essa proibição expressa, que deve ter sido direcionada a todos os agricultores que obtiveram lotes da reforma agrária estadual, contribuiu para o silenciamento da experiência de luta e distribuição de terras no Rio Grande do Sul, lideradas por políticos trabalhistas, como o prefeito de Nonoai Jair Calixto. Suas memórias foram sendo apagadas ao longo dos vinte anos da ditadura militar, a ponto de não serem sequer evocadas pelo movimento social que surgiu nos anos 1980, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, quando seus jovens líderes começaram a promover ocupações nessa mesma região.

Ou seja, pouco mais de vinte anos depois do Golpe de 64, uma nova geração de pequenos agricultores, os até então conhecidos "colonos sem terra", ocupou um grande latifúndio nessa região, mas sem fazer qualquer ligação à experiência anterior, embora tivesse sido motivada pela conquista e pelas lutas desenvolvidas no fim dos anos 1970 pelos camponeses intrusos

de uma área indígena ainda em plena ditadura militar. Ou seja, a área irregularmente explorada pelos Irmãos Dalmolin, talvez politicamente influentes durante o regime militar, era conhecida como parte da Fazenda Sarandi na região. A conquista das glebas Macali e Brilhante abriu caminho para o retorno da discussão sobre a reforma agrária no país, que culminou com o acampamento de Encruzilhada Natalino, que virou um símbolo de luta contra a ditadura militar. Mas as forças políticas que se reagruparam em torno dessa luta e a nova geração de militantes que se formou no contexto da redemocratização do país, iniciada também em 1979, com a volta dos anistiados, entre eles o próprio Leonel Brizola, não se referenciaram à experiência política trabalhista, que não só logrou colocar instrumentos para a realização de uma reforma agrária no Rio Grande do Sul em sua Constituição Estadual, de 1947, como, ao chegar ao governo desse estado, em 1959, construiu instituições que visavam implementar essa política, como o Igra. Essa experiência não pôde, durante vinte anos, ser comemorada, no sentido lato desse termo, ou seja, rememorada coletivamente. Esse episódio, a meu ver, é um dos elementos que contribuiu para o enquadramento da memória do pós-64 que vitimou o PTB, como observou bem o historiador Roberto Bitencourt Silva em sua tese de doutorado sobre Alberto Pasqualini. Esse autor considera que tanto a esquerda como a direita desconsideraram as propriedades progressistas e democráticas dessa corrente política e de seus militantes, todos diluídos na generalização que os classificava como "populistas". Como qualquer produção teórica, a classificação de "populista" para essa corrente política é obviamente cheia de lacunas e limites, como bem define Silva:

> Sem receio de incorrer em erro, seu principal problema foi a diluição das especificidades dos atores políticos – individuais e coletivos – que atuaram no referido período. Uma anulação das diferenças entre os projetos políticos então em disputa pelo poder. Nesta versão do passado republicano, todos convergiriam para as mesmas práticas nocivas ao interesse público, mormente aos anseios das classes trabalhadoras. Ideias e aspirações do ordenamento da vida política, social e econômica do país, diferentes e antagônicos, tenderam a serem postos de lado na memória que se foi

> consolidando acerca do recente passado político brasileiro, sob o signo de "populismo". A generalização e a homogeneidade absorveram as singularidades, contribuindo para a gestação de incompreensões e preconceitos. Obscureceram as ações de indivíduos, de grupos sociais e de organismos coletivos, dedicados ao encaminhamento de reformas democráticas em um tecido social caracterizado por um conservantismo secular (Silva, 2012, p. 5-6).

A grande ironia é que Leonel Brizola retornou de seu exílio exatamente no dia 7 de setembro de 1979, mesmo dia em que o grupo de colonos organizados pela CPT ocupou a Fazenda Macali, gestando o surgimento do MST. No dia 8 de setembro, o jornal *Zero Hora*, de difusão regional, trazia extensa matéria de sete páginas sobre a enorme recepção popular recebida por Leonel Brizola e sua mulher, Neusa, no túmulo de Getúlio Vargas e de João Goulart, em São Borja, cuja manchete trazia a frase do ex-governador entre aspas: "Trabalhismo é o caminho brasileiro para o socialismo" (*Zero Hora*, 1979, p. 12). Em entrevista coletiva dada no momento, Brizola já externava uma opinião sobre a forma como o PTB estava sendo lembrado na sociedade brasileira da época:

> Há um fundo elitista na definição que os intelectuais fazem ao PTB. O mesmo elitismo e uma desinformação justificável pelos 15 anos do atual regime, explicam as restrições dos mais jovens (Zero Hora, 1979, p. 13).

Conclusão

Ao retornar ao Brasil e se eleger governador do Rio de Janeiro, nos anos 1980, Leonel Brizola era a principal liderança trabalhista, já que João Goulart faleceu em 1976; e o ex-deputado federal Fernando Ferrari, em 1963. Durante seu governo, Brizola apoiou a criação do assentamento Campo Alegre, na Baixada Fluminense, nos anos 1980, e fundou o Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). A própria "gênese" do MST, nas ocupações das granjas Macali e Brilhante, em 1979 e 1980, na Fazenda Sarandi, desapropriada por Brizola em seu governo no Rio Grande do Sul, em 1962, confirmam esse elo de continuidade. No entanto, quando

chegou ao poder, o PT não desenvolveu nenhuma política coordenada para a questão agrária brasileira, como os trabalhistas tentaram implementar no início dos anos 1960 e Brizola seguiu tentando implementar no Rio de Janeiro.

Ao optarem por não falar de reforma agrária e, ao mesmo tempo, fortalecerem economicamente o capitalismo agrário, os quadros políticos petistas demonstram a profundidade dos efeitos desse recalque, produto de uma repressão ativa por parte do regime militar que, por exemplo, provavelmente fez o líder da revolta camponesa de Trombas e Formoso, José Porfírio, "desaparecer" quando foi solto da prisão em 1973, sendo que, antes do Golpe de 1964, ele era deputado estadual de Goiás, eleito pelo PTB, apesar de suas ligações com o PCB.

O "Título Provisório de Posse dos Núcleos Coloniais do Estado", do agricultor Marco Antonio Breda, foi reproduzido com seus artigos proibindo manifestações e reuniões políticas a todas as famílias que se beneficiaram com a política de reforma agrária deslanchada pelo PTB nos anos 1960. A meu ver, essa proibição expressa contribuiu para o silenciamento da experiência de luta e distribuição de terras no Rio Grande do Sul por parte de políticos trabalhistas, cujas memórias foram sendo apagadas ao longo dos vinte anos da ditadura militar, a ponto de não serem sequer evocadas pelo movimento social que surgiu nos anos 1980, o MST, quando ocupou a Fazenda Anonni, em 1985, localizada nessa mesma região. Em sua chegada ao Brasil por São Borja, Leonel Brizola já conhecia esse clima, sugerindo que havia elitismo e desinformação entre os jovens sobre o PTB, mas afirmava: "Junto ao povo não existem restrições ao trabalhismo".

É bem provável que a ocupação da Macali tenha sido realizada nesse mesmo dia, para coincidir com a chegada do ex-governador por São Borja, já anunciada por toda a mídia. Ao fazer seu primeiro discurso público junto aos túmulos de Getúlio Vargas e de seu cunhado, João Goulart, Brizola quis retomar esse elo político, reunindo de 3 a 4 mil pessoas, parte das quais rompeu o cordão de isolamento no campo de aviação da cidade e carregou o ex-

governador nos braços. Reproduzindo a carga emotiva do momento, um repórter do jornal *Zero Hora* descreveu: "Durante o discurso no cemitério, um popular encostado não parava de chorar um só momento. Ele não quis dizer nada, nem seu nome".

Referências

ALMEIDA, Felipe H. **A disputa pelo reconhecimento dos assentamentos ambientalmente diferenciados e as políticas públicas de não-realização da reforma agrária**: o assentamento Irmã Dorothy, Quatis, RJ. Rio de Janeiro, 2021. 101 Fls. Mestrado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/ICHS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

ALVES, Berbard José Pereira. Versões da Sarandi: relações entre governo e ocupação. **RURIS**, v. 4, n. 2, p. 75-103, 2010

DOI: 10.53000/rr.v4i2.777. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16839. Acesso em: 12 ago. 2026.

CAMPOS, Marcos Paulo. Conciliação, disputa e residualidade: a reforma agrária no Brasil durante os governos do PT. **História Agrária**, n. 84, p. 239-268, agosto de 2021.

DELGADO, Guilherme da C. **Do capital financeiro à economia do agronegócio**: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício (org.). **Histórias da luta pela terra no Brasil (1960-1980)**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2021.

GEHLEN, Ivaldo. A luta pela terra a partir do caso dos colonos de Nonoai. *In*: SANTOS, José V. T. dos. **Revoluções Camponesas na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

LERRER, Débora F. Fernando Ferrari, o Partido Trabalhista Brasileiro e a reforma agrária nas sesmarias do Rio Grande do Sul (1947-1948). **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v.17, p. 86-109, 2025.

LINHARES, Maria Y., TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Campinas, 1995.

PINTO, Paula. **Contrarreforma agrária**: genealogia de uma categoria. CABI Digital Library, 2023.

PITTA, Paulo H. D. **A caixa de Pandora da terra**: enquadramentos midiáticos e pânico moral na cobertura da questão agrária pelo jornal O Estado de S. Paulo (1984-2014). 377 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp. Campinas, 2025.

SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. **Ocupações e acampamentos**: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SIGAUD, Lygia Maria; L'ESTOILE, Benoît. Occupations de terres et transformations sociales. **Cahiers du Bresil Contemporain**., n. 43-44 Paris: CRBC/EHESS, 2001.

SILVA, Roberto Bitencourt. **Alberto Pasqualini**: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado em história apresentada perante o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

ZERO HORA, 08/09/1979.

Nem tudo foram espinhos:
sistema cooperativo durante o processo de reforma agrária peruano (1960-2020)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro
vvazelesk@gmail.com
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO/CNPq

Resumo
Neste trabalho analisaremos, a breves traços, a atuação das cooperativas antes, durante e depois do processo de reforma agrária ocorrido no Peru entre as décadas de 1960 e 1990. Avaliaremos tanto as cooperativas de serviço (aquelas cujos membros são proprietários das terras) quanto as de produção, desenvolvidas em diversas formas pelo regime militar reformista entre 1968 e 1980. Começaremos refletindo sobre a caminhada cooperativa desde as lutas por reforma agrária no início dos anos 1960 até a ascensão do regime militar. Posteriormente discutiremos o trabalho das cooperativas durante esse período. Passaremos para seu desenvolvimento durante a década de 1980, marcada pela grave crise econômica e pela guerra civil entre o Estado e os movimentos armados (Sendero Luminoso e Túpac Amaru). Finalmente observaremos a crise e o renascimento das cooperativas a partir da ascensão de Alberto Fujimori em 1990, mostrando tanto a desagregação das cooperativas açucareiras como o reflorescimento das cafeeiras.
Palavras-chave: cooperativas; reforma agrária; regime militar; reformista neoliberalismo.

Introdução

> "A Reforma Agrária não fracassa nem os campesinos. O que fracassa são as cooperativas"
> De um camponês de Junin a Angel Fernández de la Gala (De La Gala, 1985, p. 272) Adaptação livre do autor.

O ano era 1968. Na China, Mao-Tse-Tung intensificava sua chamada Revolução Cultural, retomando o controle do Partido Comunista. No Vietnã, os guerrilheiros do norte desencadeavam a ofensiva do Tet contra a presença estadunidense. Na Tchecoslováquia, os tanques soviéticos derrubavam o governo reformista, pisando as flores da dita Primavera de Praga. Em Paris, estudantes marchavam nas ruas como em Berlim e Roma. Em Angola e Moçambique, crescia a luta contra o colonialismo português. Na América Latina, guerrilhas desenvolviam-se no Uruguai, na Colômbia, na Venezuela, na Guatemala e na Nicarágua, enquanto no Brasil a imagem de Che Guevara pontificava nas manifestações de estudantes. No Peru, mais um governo era derrubado por um golpe militar.

Às 2 da manhã de 3 de outubro, tanques cercaram o palácio governamental, arrancaram dele o presidente Fernando Belaúnde Terry e o enviaram a Buenos Aires. Entre as justificativas do golpe estava a perda da página 11, última página de um documento que regularia os contratos com a "International petrolium Company" (IPC). Para os apristas, era mais uma tentativa de impedir a vitória de seu líder histórico, Victor Raúl Haya de la Torre, nas eleições previstas para 1969[1]. Não seria a primeira vez.

Afinal, a APRA (Alianza Popular Revolucionária Americana) vinha de confrontos com o setor militar desde a década de 1930. Em 1931, Víctor Raúl Haya de la Torre (1895-1979), ao lançar um programa que incluía a

[1] Seria essa a versão publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia seguinte ao golpe. *Cf*.: GOLPE militar no Peru. **O Estado de São Paulo**, 4 de outubro de 1968, p. 2.

reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras, disputara e perdera, pelo menos oficialmente, a eleição para o militar Luis Miguel Sánchez Cerro (1889-1933). Em 1932, o líder aprista tentara uma insurreição contando com o apoio de baixas patentes militares. A partir de então, Haya de la Torre passou a ser rotulado como comunista pela oligarquia peruana e pelas Forças Armadas. Em 1948, em uma tentativa de acelerar as reformas que o presidente José Luis Bustamante y Rivero (1894-1989) promovia entre 1945 e 1948, membros da APRA tentaram depô-lo. No entanto, os militares não só os derrotaram como também derrubaram Bustamante e ilegalizaram o partido, instalando Manuel Odría no poder (Manrique, 2009, p. 95-98). Entretanto, nos anos 1950, tanto apristas quanto parte dos militares mudaram. Os primeiros passaram, após várias tentativas insurrecionais, a considerar a necessidade de aproximar-se da oligarquia. Do discurso autonomista que dialogava com o socialismo passara-se à convivência a partir de 1956, diante da saída do poder de Odría. Parte dos militares articulados no centro de Altos Estudios Militares passou a entender que reformas eram necessárias. No que tocava ao meio rural, tratava-se de promover a reforma agrária a fim de fazer com que o campesino, através da terra, se identificasse com a pátria. Era combater tanto o inimigo externo como o emergente Brasil dos anos 1970[2], quanto o interno, fossem comunistas ou apristas. Desse modo, quando em 1962 houve a possibilidade de Haya de la Torre, em aliança com Odría, chegar ao poder, um golpe militar fora desencadeado para impedi-lo (Manrique, 2009, p. 244-256).

Entretanto, o golpe de 1968 iria muito além de um movimento para evitar a vitória de um candidato. Representaria uma tentativa de transformação inédita na história peruana e rara em todo o continente. Uma ditadura militar que, ao contrário de tantas no continente, tentava promover uma

[2] Analisando atas do governo militar peruano, encontramos um depoimento do ministro dos Transportes, que afirmava haver um risco de o Brasil, após a construção da Rodovia Transamazônica, poder incorporar regiões como Loreto. *Cf*.: Acta del Consejo de Ministros 25 de Febrero de 1971. *In*: **Actas del Govierno Militar**. Essas atas não foram ainda publicadas, estando depositadas na Pontificia Universidad Católica del Peru.

transformação profunda na vida do país. Isso ficou demonstrado quando, seis dias depois do golpe, os tanques de guerra cercaram em Talara (na região de Piura, no litoral norte do país) as instalações da IPC. Era a nacionalização de uma empresa petroleira por meio de uma intervenção militar. Andrés Luna Vargas, que mais tarde seria secretário-geral da *Confederación Campesina del Perú* (CCP), conta em seu depoimento ao autor: "Eu era alcaide de minha comunidade de Vichayal. Quando o general Velasco interveio na Companhia, enviei-lhe um telegrama cumprimentando-o e disse que faltava a reforma agrária"[3]. Nove meses depois, a reforma agrária seria decretada em 24 de junho, simbolicamente Dia do "Índio". A frase atribuída a Túpac Amaru, "Campesino: o patrão não comerá mais de sua pobreza", seria repetida pelo general Juan Velasco Alvarado (1909-1977). Aquela não era a primeira lei de reforma agrária peruana. Vigorava a lei editada no governo recém-deposto, mas teria enorme importância na vida do país. Precisamos, então, retroceder um pouco para pensarmos como se originou o processo de reforma agrária feito pela espada, para depois avaliarmos a organização do trabalho durante o período reformista.

Democratização, primeiras cooperativas e reforma agrária (1956-1969)

> "O que ainda é pouco divulgado foi a participação dos comerciantes de café em apoio aos "*arrendires*"[4] nas lutas de La Convención".
> Lorenzo Castillo, entrevista inédita ao autor, realizada em 23 de novembro de 2025.

[3] Entrevista inédita de Andrés Luna Vargas ao autor em 16 de abril de 2016.

[4] Na história agrária do Peru, um *arrendire* (termo reconhecido pela RAE) era um camponês que alugava uma pequena parcela de terra (topo) dentro de uma grande fazenda. Como pagamento pelo uso da terra, o colono devia entregar parte de sua produção ou prestar serviços pessoais (dias de trabalho gratuito) ao *hacendado*.

A luta pela terra no Peru desenvolveu-se pelo menos desde a segunda metade do século XIX, quando, a partir de 1852, o código civil, como a lei de terras brasileira, tornou a compra o único meio, em princípio, legítimo para comprovar a propriedade de terras (Jordán, 2001, p. 119). As lutas das comunidades, em especial na serra, tiveram momentos importantes, como após a derrota na guerra do Pacífico (1879-1883), mas foi a partir da década de 1920 que se intensificaram mais vigorosamente. Na costa, houve greves nas empresas açucareiras, desde a histórica no Engenho Casagrande, em 1912 e 1921, e lutas na serra em Huancané, Puno, em 1920 (Ribeiro, 2014, p. 267)[5]. Após um declínio entre a década de 1930 e o fim da Segunda Guerra Mundial, o movimento camponês foi reativado com as lutas na costa, principalmente em torno do recurso água e, depois, na Serra, onde as comunidades tentavam impedir as fazendas de tomar-lhes as terras muitas vezes sem êxito (Mar; Mejía, 1980, p. 71; Ribeiro, 2017, p. 168).

Após a ditadura de Odría (1948-1956), desenvolveram-se novamente os padrões de movimentos camponeses: na costa, greves nas empresas açucareiras apoiadas pelos sindicatos apristas; na serra, movimentos de luta pela terra amparados por comunistas de diversas tendências. Nesse contexto, o presidente Manuel Prado constituiu a "Comisión para la Reforma agraria y la Vivenda". Após quatro anos, veio à luz o trabalho da comissão. Propunha-se uma reforma agrária que limitasse o tamanho de propriedades, preservando os complexos agroindustriais mais bem estruturados (pensava-se especialmente nas empresas açucareiras da costa), e buscava-se impedir a formação de sociedades anônimas, esclarecendo que só pessoas físicas deveriam

[5] O Peru está dividido entre três regiões geográficas: a costa, onde está a capital e hoje a maioria da população. A serra, sede do histórico império incaico (Cusco) e a selva, correspondendo à Amazônia. Há também a Seja de Selva (ou selva alta), que significa uma região mais baixa que os altíssimos picos andinos. Essas regiões geográficas acabam abarcando diversas zonas de um mesmo departamento do país; assim podemos falar em costa e serra em Lima ou em Serra e selva de Huánaco. Vale lembrar também que o país está dividido em regiões (até pouco tempo chamadas de departamentos), essas em províncias, em distritos e na serra ou na selva, muitas vezes em comunidades.

ser proprietárias de terras (Eguren, 2018, p. 94). Nesse momento intensificaram-se as lutas no campo, mas a província de La Convención, departamento de Cusco, atrairia atenção nacional e internacional para o país. Mudanças se gestaram dentro e fora da província.

De Hugo Blanco a Belaúnde Terry: cooperativas e movimentos pela reforma agrária

> "Eu não sei falar, muito menos escrever essa sua língua. Mas garanto que quebro a cabeça de quem entrar em minha casa".
> De uma camponesa para um policial durante uma tentativa de despejo em La Convención (Blanco, 2014, p. 3, adaptação nossa).

La Convención é uma província de "sobrancelha de selva" Cusquenha que passa a ter maior dinamismo econômico a partir de fins do século XIX, diante da produção de coca e chá. A partir da década de 1940, o café ganha maior relevância. Os fazendeiros, vindos muitas vezes da serra, declaravam ao Estado que determinadas terras eram baldias e as "compravam" por um preço ínfimo. Contudo, não eram os indígenas matsiguenga ali residentes que trabalhariam a terra em duríssimas condições. Ali estariam outros camponeses vindos da serra de Cusco e Arequipa para trabalhar. Os *arrendires* fariam um trabalho sob rígidas condições: dias de serviço gratuito, as esposas e os filhos atuando domesticamente, e a venda do que produzissem em terras cedidas pelo patrão a preço fixado pelo fazendeiro (Flores, 2009, p. 14). Entretanto, comerciantes chegados à La Convención começam a oferecer preços melhores, principalmente pelo café produzido pelos *arrendires*. Assim, em 1947 forma-se o primeiro sindicato da região em Maranura. Fechado no contexto do golpe de Odría, é reaberto em 1957. Nesse momento, as reivindicações iam no sentido de redução das taxas de arrendamento, construção de escolas e possibilidade de livre comércio. O endurecimento

dos patrões e principalmente os despejos na hora da colheita levaram à radicalização. Em 1958, forma-se a federação de campesinos. Em 1960, estrutura-se a primeira cooperativa de Maranura. Nesse momento, a ideia era a de que os *arrendires* pudessem vender sua produção através dela sem passar pelos patrões[6]. O crescimento da mobilização campesina levou à greve entre março e dezembro de 1962. Hugo Blanco recorda que os líderes do Partido Comunista em Cusco consideraram a greve uma "aventura". Teriam razão se falassem da cidade, porém o arrendatário não cultivava a terra do patrão, mas continuava cuidando da sua parcela (Ribeiro, 2017, p. 173). Paula Flores observa que havia duas tendências no movimento: uma revolucionária, que Blanco liderava, que imaginava fazer de La Convención ponto de partida para a revolução peruana, e outra reformista, que buscava simplesmente garantir a terra aos camponeses (Flores, 2009, p. 18).

Após meses de embates, em que Hugo Blanco acabaria preso e líderes camponeses seriam assassinados pelo Estado, o governo militar, instalado em junho de 1962, decretou a reforma agrária para La Convención. Além disso, instituiu as bases para uma lei de reforma agrária a ser aprovada a partir da eleição do novo governo. Em 1963, Fernando Belaúnde Terry (1912-2002), que já se candidatara no ano anterior, venceu as eleições presidenciais. No dia de sua posse, ocorreram ocupações de terras nos departamentos de Pasco e Junín. Embora a repressão fosse vigorosa, imediatamente se enviou um projeto a um resistente parlamento cuja oposição coligada entre o Apra e a Unión Nacional Odriista, vinculada ao antigo ditador, procurou reduzir o impacto da ação presidencial. Em maio de 1964, foi aprovada a Lei nº 15037. Por ela, as propriedades consideradas produtivas ficavam isentas de desapropriação e, no caso das empresas açucareiras, consideradas modernizadas, não haveria limite para seu tamanho, já que ele se expressava conforme as necessidades da produção. Washington Zúñiga, que busca fazer a

[6] Vale salientar que, devido à grande extensão dos terrenos cedidos pelos proprietários, os *arrendires* contratavam alegados, que por sua vez contratavam outros, e estes a peões. O movimento de La Convención foi feito fundamentalmente pelos *arrendires*, ou seja, os primeiros abaixo dos proprietários (Ribeiro, 2017, p. 175).

defesa da atuação aprista, sustenta que mesmo os sindicalistas vinculados ao partido defendiam a manutenção da propriedade com os patrões, posto que, como seus homólogos cubanos, não teriam mentalidade campesina de querer o acesso à terra, mas sim uma mentalidade obreira de batalhar por melhores salários e condições de trabalho (Zúñiga, 1981, p. 42).

Um ponto importante para os objetivos deste trabalho é pensar que a legislação belaundista, seja a lei de reforma agrária, seja a lei de cooperativas, não pensava a organização do trabalho de forma coletiva. A ideia era que existissem, sim, as cooperativas, mas que elas fossem de serviços: oferecendo crédito, apoio à comercialização, educação, saúde etc. A propriedade seria individual dos *parceleiros*. Esse tema ganharia importância nas memórias futuras construídas no pós-reforma agrária.

Na fazenda expropriada Yanamarca, localizada no distrito de Yacola, província de Jauja, região de Junín, por exemplo, um trabalho feito por um estudioso do Instituto de Estudios Peruanos, em 1970, já demonstrava as tensões: os apatronados, ou seja, aqueles que tinham melhores relações com os patrões, resistiam à realização de uma reforma contra os parceleiros, que chegavam a receber terras. A cooperativa seria de usuários, prestando serviço, e em 1968 o Ministério da Agricultura cedera títulos provisórios de terras aos camponeses que as recebiam. Problemas que mais tarde veríamos na experiência velasquista mostravam-se aqui, como a dificuldade de pagar os empréstimos recebidos (Sánchez, 1970, p. 23). Enquanto isso, as áreas produtoras de café iam se estruturando em cooperativas. Na província de Sandia (Puno), organizou-se a Cooperativa San Juán del Oro, ainda que durasse pouco tempo. Era o momento de se intensificar a colonização da selva. Ao lado da reforma agrária, Belaúnde falava da conquista do Peru pelos peruanos. Ao lado de projetos como a "Carretera marginal", que procurava conectar vários pontos do país, desenvolvia-se uma colonização espontânea na qual os campesinos desciam da serra para a selva em busca de terras. Em entrevista inédita ao autor, Lorenzo Castillo, atual dirigente da Junta Nacional del Café, conta que houve mesmo combates entre populações recém-

chegadas e grupos indígenas. Hoje, segundo ele, a vice-presidente da Junta é Raquel Condori, a líder Asháninka[7].

Na região de La Convención, os beneficiários da reforma agrária formariam várias cooperativas além da pioneira Maranura Ltda. Nesse momento, ainda não se tratava de comercializar o café ou obter créditos. Era no mais amplo sentido de a palavra abrir caminho para o café. Em geral, os cooperativados construíam estradas para poder escoar o produto, além de organizar escolas. O trabalho da comercialização viria no velasquismo. Em 1967, nasce a Cocla (Central de Cooperativas cafetaleras de La Convención y Lares), que existe até nossos dias. De acordo com María Isabel Remi, a cocla hoje trabalha não só com o café, mas com cacau, mel e outros produtos agrícolas (Remi, 2007, p. 74-79).

Enquanto as cooperativas cafeeiras iam se estruturando, o tema da reforma agrária não saía da agenda política do país. Em 1965, Luiz de la Puente, dissidente do Apra, que formou o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), tentou fazer de La Convención sua Sierra Maestra. De acordo com Paula Flores, houve dirigentes de lutas pela terra, que teriam participado da guerrilha mirista. Entretanto, a versão mais conhecida sustenta que a maior parte dos camponeses beneficiados pela reforma agrária não se interessou em participar da luta, percebendo que a guerrilha trazia com ela a repressão militar. Nesse sentido, a noção de que a reforma agrária significava uma vacina contra a revolução ganhou corações e mentes militares. O movimento camponês estava desmobilizado em 1968, mas nada garantia que assim fosse permanecer. Dessa maneira, a reforma conferiria legitimidade ao regime recém-instalado. Vale salientar que as reformas não se restringiam ao tema agrário ou à nacionalização da petrolífera; também foram realizadas nacionalizações do setor de minério, parte do bancário, e nas indústrias buscou-se criar a comunidade industrial, com a participação dos trabalhadores na gestão além da valorização do idioma quéchua em um novo sistema educacional. A reforma agrária, entretanto, seria o carro-chefe,

[7] Entrevista inédita ao autor concedida por Lorenzo Castillo em 23 de novembro de 2025.

ela demonstraria que o novo regime seria capaz de tocar na "sagrada" estrutura de poder, que há tanto tempo marcava a nação. A mais importante tentativa de transformação social da história do Peru ia começar.

Cooperativas durante a reforma agrária militar (1969-1980)

> "Papai era do Apra. Quando viu o programa de Velasco, exclamou: "Mas este é o programa do Apra!".
> (Marcelino Bustamante em entrevista inédita ao autor em 20 de julho de 2011, na sede da Confederación Nacional Agraria em Lima *apud* Ribeiro, 2014, p. 267)

Em 24 de junho de 1969, o Decreto-Lei nº 17716 implantava a nova lei de reforma agrária. Eram estabelecidos limites a partir dos quais a terra podia ser expropriada: 50 hectares na costa, 150 hectares na serra. A selva seria pensada para colonização, vista já ao tempo de Belaúnde como um complemento à reforma agrária, uma vez que se entendia não haver possibilidade de as terras serranas darem conta da população que delas necessitava (Mar; Mejía, 1980, p. 120). Mas como seria organizado o trabalho? Enrique Mayer, em seu *Cuentos feos de la reforma agraria peruana* (Mayer, 2022,) e Giovani Bonfiglio, em *Las empresas de la reforma agraria peruana 40 años después* (Bonfiglio, 2019) são extremamente críticos do modelo de trabalho coletivo da terra ensaiado durante o período militar. Bonfiglio, em diversos depoimentos colhidos a partir de 1978 e retomados em 2018, mostra a resistência campesina ao trabalho coletivo. O autor naturaliza essa ideia como se não houvesse a possibilidade de trabalho coletivo salvo em condições muito precárias de desenvolvimento. Para ele, o trabalho coletivo intentado foi uma experiência calcada na junção da idealização das comunidades incaicas com a ideologia socialista (Bonfiglio, 2019, p. 49.) Entretanto, um trabalho de história precisa considerar como se pensava ao tempo em que se projetou

a reforma. É verdade que se poderia fazer como as cooperativas cafeeiras, mas também é verdade que seria muito difícil parcelar as grandes fazendas açucareiras montadas como engenhos para produzir a cana e seus derivados, assim como na serra haveria sérios obstáculos para parcelar as terras de fazendas pecuárias, que muitas vezes estavam em disputas de terras com comunidades lindeiras. Além do mais, pensava-se, e o processo de parcelação dos anos 1980-1990 comprovaria isso, que seria muito difícil o pequeno *parceleiro* sobreviver a um mercado que não controlava. O objetivo da reforma era combater o latifúndio, mas também o minifúndio. O camponês pagaria a dívida através das cooperativas.

Houve quatro formas principais de organização do trabalho coletivo: Cooperativas Agrárias de Produção (CAPS) (costa e vários pontos da serra), Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS) (Especialmente na Serra), grupos campesinos e Empresas Rurais de Propriedade Social (ERPS) (Mar; Mejía, 1980, p. 133-141).

As CAPS seriam organizadas ou a partir de complexos agroindustriais já estabelecidos, visando não desmontar a estrutura produtiva (Cuba adotou rapidamente essa medida em 1963)[8], ou a partir da reunião de fazendas vizinhas, como no caso da região da serra.

A ideia era a de que os antigos trabalhadores fossem agora sócios das cooperativas. Um panfleto divulgado provavelmente em 1971 pela Dirección General de la Reforma Agraria era claro: "Trabajador. Ahora eres propietario. Asume tu Responsabilidad!". Desse modo, as cooperativas deveriam seguir produzindo e mesmo se aperfeiçoando, e o trabalhador também teria benefícios. Afinal, a cooperativa deveria proporcionar educação, saúde, previdência e capacitação. Isso valeria tanto nas CAP da costa como nas serranas. Essas eram muitas vezes agregações de fazendas médias e pequenas.

[8] Cuba dividiu a terra na primeira lei de reforma agrária de 1959. Entretanto, em 1963 a segunda lei de reforma significou reagrupamento nas cooperativas, especialmente do açúcar (Paz, 2010, p. 34).

Quanto às SAIS, tratava-se de reunir fazendas e comunidades vizinhas. Na impossibilidade de fracionar-se a terra das fazendas, normalmente de pecuária para as comunidades, seriam criadas cooperativas de serviço para os antigos trabalhadores das fazendas, e as comunidades vizinhas receberiam lucros remanescentes das sociedades daí resultantes. Vale lembrar que a maioria das comunidades circundantes não seria incorporada às SAIS e, como veremos, mesmo as incorporadas teriam suas razões de queixas.

Grupos campesinos foram a reunião de pequenas parcelas que seriam agregadas futuramente para formarem cooperativas. Já as Empresas rurais de Propriedade Social seriam constituídas em um momento posterior, quando em 1974 se tentou avançar com um processo de coletivização mais amplo, construindo as empresas de propriedade social em outros setores econômicos. A ideia seria contrapor-se ao individualismo, presente nas estruturas das CAPS e SAIS. Nas ERPS, os salários seriam iguais entre dirigentes e trabalhadores e, em tese, os dirigentes não se afastariam do trabalho de campo (Mar; Mejía, 1980, p. 139).

As memórias identificadas por autores como Ángel Fernández de La Gala, Diovani Bonfiglio, Enrique Mayer ou na entrevista de Zózimo Torres a Charlot Burenius (Burenius, 2001, p. 97-116), além de diversos autores, mostraram-se profundamente opostas ao período da cooperativa. Teria sido o tempo do não trabalho, da corrupção, da não produção, da desídia, expressa na teoria da janela quebrada de que fala Bonfiglio, ou seja, a partir de pequenos deslizes não corrigidos, a indisciplina cresce, levando à desintegração social. Entretanto, é preciso recordar alguns aspectos: a produção de açúcar, por exemplo, desenvolveu-se em um contexto em que o Peru substitui Cuba no mercado estadunidense, e os preços no mercado internacional aumentaram; além disso, com os preços congelados no mercado interno, o açúcar ficou barato, criando-se fábricas de caramelos ou bebidas derivadas da cana (Mayer, 2022, p. 371). Era o tempo dos ministros visitando engenhos e da produção sendo exportada. Um recente estudo sobre o Engenho

Casa Grande mostrava seus lucros no período de 1969-1975 (Guzmán; Villagaray, 2024, p. 11).

Quanto à serra, houve críticas ao gigantismo das SAIS. De fato, tal gigantismo tornava difícil a administração das SAIS, ainda mais se pensarmos que havia uma tentativa de unir fazendas e comunidades, como em Cuzco, onde na Túpac Amaru (uma das tantas do país com este nome aquela época) dezenas de fazendas e comunidades estavam agregadas sob a mesma administração. Entretanto, a SAIS Túpac Amaru localizada nas províncias de Junín e Huancavelica, com mais de duzentos mil hectares, conseguiu diversificar sua produção. Do gado ovino ampliou a produção para a criação de bovinos e alpacas. Chegou-se mesmo a criar uma colônia em Hucayali (Sais Pampa). (Hurtado, 2020, p. 315). Hector Martínes, em um livro escrito originalmente em 1976 sobre a colonização na selva, observa que, de todas as iniciativas de colonização desenvolvidas naquele momento em projetos, na maioria estatais, a única que mostrava uma boa perspectiva de desenvolvimento era a SAIS Pampa. Conseguira criar o gado e principalmente vender o arroz através da empresa estatal comercializadora para outros pontos do país (Martínez, 1990, p. 98.) Recordemos que, mesmo nos projetos da colonização da selva desenvolvidos pelo Estado, o modelo das CAP foi pensado como ideal, posto que os campesinos engajados nos projetos de colonização não teriam possibilidades de atuar isoladamente. É certo que cooperativas de produção, como as localizadas em Jenaro Herrera (região de Loreto, fronteira com o Brasil), não chegaram a se desenvolver a contento, mas, ainda em meados da década de 1970, percebia-se a possibilidade do trabalho coletivo como uma alternativa a ser buscada, como a de San Martín de Pucate (San Martín), que tentava passar de cooperativa de serviços à de produção. Para o autor, as dificuldades dessas cooperativas selváticas vincularam-se também ao tema da origem dos sócios. A não ser os que vieram de Piura coordenados por um sacerdote católico, havia, por exemplo, vítimas de um terremoto em Ancache, ou gente vinda de bairros pobres de Lima, que não

teriam uma homogeneidade, que para Martínez seria necessária para desenvolver a colonização (Martínez, 1990, p. 126).

Mesmo a Cahuide, segunda maior cooperativa do país, conseguia aumentar sua produção na década de 1970, apesar das disputas permanentes com comunidades lindeiras como Huasicancha. Outro aspecto importante foi a prioridade que as cooperativas tinham para exportar seus produtos. Fossem os engenhos de açúcar, fossem os produtores independentes de café, gozavam da prioridade para exportar através da empresa estatal. De acordo com Lorenzo Castillo, as cooperativas chegaram a exportar oitenta por cento do café do país, sendo então possível elaborar o projeto de um banco cafeeiro, inspirado no modelo colombiano. Os dólares, resultantes da exportação, eram em parte cedidos pelos cafeicultores, sendo depositados no Banco Agrário, e deveriam ter formado o capital do Banco Cafeeiro.

Entretanto, não se pode negar que alguns germes da crise estavam presentes mesmo nessa primeira fase da reforma agrária. O país continuava na órbita capitalista. Embora os EUA não os expulsassem do *Sugar Act* e continuassem comprando seu café no acordo internacional, as pressões econômicas diante das estatizações de empresas estadunidenses se mantiveram até 1974, quando se fez um acordo para indenizações (Mayer, 2022, p. 375). As cooperativas pagavam altos impostos sobre exportação dos gêneros, em especial no caso do açúcar e do algodão. Isso dificultava que se fizesse um investimento para que se exportasse, por exemplo, subprodutos do açúcar, como bens da indústria sucroquímica, e reduzia os lucros (Orosa, 1990, p. 215-219). Além disso, sofriam uma espécie de bitributação, posto que, ao mesmo tempo que pagavam previdência, educação e saúde ao Estado, elas mesmas tinham de fornecer esses itens aos seus associados.

Se as cooperativas costeiras apresentavam problemas, na serra encontramos as disputas entre SAIS e comunidades lindeiras. Para os camponeses dessas comunidades nada mudou, porque continuavam tendo que pagar em produtos ou em dinheiro para que o gado Huacchilero[9] pudesse pastar

[9] Refere-se ao gado do camponês da comunidade lindeira à fazenda.

na área das SAIS, que, de forma geral, correspondia à das antigas fazendas reunidas. Como a terra era agora dos comuneiros? Devido a esse fato, entre 1976 e 1979 desenvolveu-se a luta em Cusco, apoiada pelos dirigentes da Confederación Campesina del Perú (CCP) no sentido de recuperar, como se dizia, as terras, coisa afinal conseguida em 1979, com a desagregação da supersais Túpac Amaru. Também nas cooperativas costeiras os sinais de crise davam-se diante da baixa dos preços do açúcar no mercado internacional. Na estrutura cooperativa, havia três órgãos deliberativos: a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho de vigilância. A gerência teoricamente seria independente (na SAIS Rural Alianza em Puno isso funcionou, e ela mantém-se até nossos dias. Contudo, nas cooperativas da costa os gerentes, para permanecerem, dependiam do voto da assembleia geral. Assim, ao mesmo tempo que houve lucros altos, priorizou-se a redistribuição deles em lugar de investimentos. No momento da baixa de preços internacionais, somada ao congelamento de preços no mercado interno e à alta carga tributária, bem como a restrição de crédito do banco agrário diante da crise econômica da segunda metade dos anos 1970, estavam dadas as condições para uma crise (Zúniga, 1981, p. 82).

Doente, Velasco Alvarado foi deposto por seu ministro da Economia, outro general, Morales Bermúdez, em 1975. O novo governo declarou concluída a reforma agrária em 1976, no sentido de expropriações. Tentaria, inclusive, cobrar a dívida agrária das cooperativas, já que os camponeses teriam de pagar pela terra. Mas como cobrar a dívida em tempos de crise? A resposta foram greves em engenhos açucareiros e a participação camponesa nas greves gerais de 1977 e 1978. As Forças Armadas buscaram retirar-se ordenadamente: uma constituinte convocada em 1978, uma nova constituição no ano seguinte, que incorporaram a reforma agrária a seu texto e eleições presidenciais em 1980. Das eleições, o Apra estava órfão de seu líder histórico: o octogenário Haya de la Torre morrera em 1979. A esquerda, embora tivesse obtido um terço das cadeiras da Assembleia Constituinte,

fragmentou-se em diversas candidaturas desde o general velasquista Leônidas Rodríguez até o experiente líder trotskista Hugo Blanco (Ribeiro, 2016, p. 42). O caminho estava aberto para o retorno de Fernando Belaúnde Terry, que, repetindo a Alianza Acción Popular-Partido Popular Cristiano, retornava ao Palácio de Pizarro. Mas o reformista dos anos 1960 voltaria com outra característica: agora, ainda que com muita resistência, chegava a hora do neoliberalismo.

Rumo aos tempos neoliberais: de Belaúnde a Fujimori

A volta de Belaúnde dá-se em um contexto de reação conservadora no Ocidente. As ideias de Milton Friedman e Frederick Rayek ganhavam corpo diante do fim dos chamados trinta anos gloriosos. Seria hora de o Estado retirar-se da economia o mais rápido possível, de os trabalhadores terem menos direitos, de a mão invisível do mercado atuar com liberdade. Não foi uma democracia ocidental que ensaiou esses passos, mas o vizinho Chile, de Augusto Pinochet, não só revertendo a reforma agrária e as estatizações dos governos de Eduardo Frei e Salvador Allende, como também privatizando serviços como educação, saúde e previdência. No norte global, Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra projetaram, ao nível planetário, a necessidade de liberalizar a economia. No caso peruano, não era possível promover as ações à moda Pinochet, afinal a mobilização social da segunda metade dos anos 1970 tinha sido expressiva e se materializou na construção da *Izquierda Unida* em 1980. De todo modo, o novo governo tinha duas armas poderosas nas mãos: a crise econômica com a inflação em ascensão justificava cortes de gastos públicos; a emergência do Sendero Luminoso, que buscava controlar o campo e complementar com suas ações urbanas, justificaria a repressão. O modelo neoliberal seria implantado no meio agrário em ritmo bem mais lento do que gostaria o primeiro-ministro Manuel Hulloa, mas seria.

Neorreforma agrária ou contrarreforma agrária: crise do sistema cooperativo peruano (1980-1990)

> "Um erro que cometemos na CCP foi não enfatizar tanto o tema da Produção"
> Andrés Luna Vargas em entrevista inédita ao autor *apud* Ribeiro, 2017, p. 180).

Ao reassumir o poder em 1980, Belaúnde voltou disposto a implementar medidas liberalizantes na economia. No meio rural, abriu imediatamente o país a produtos importados, enquanto facilitava ao setor privado atuar na exportação em detrimento dos órgãos estatais de comércio externo. Isso significava que as cooperativas de café não teriam mais prioridade para a exportação, assim como as açucareiras. Também haveria a tentativa de cobrar dívidas com previdência, saúde e o fundo de habitação, serviços que as cooperativas deviam pagar, mesmo que os prestassem a seus associados. Além disso, com o objetivo de reduzir a já elevada inflação, a abertura para importar gêneros agrícolas atingia mesmo aqueles que o país produzisse, como batata e algodão. O Decreto Legislativo nº 2 de 1980 representou a atualização dessa política liberal na agricultura. De um lado, a permissão para se parcelar as terras em cooperativas. Esse processo já se desenvolvia principalmente na costa, mas o sinal verde governamental significou sua aceleração. Além do mais, possibilitou também a abertura a grandes investimentos na selva. O governo continuaria cedendo terras expropriadas, porém agora não para cooperativas, e sim para médios proprietários, que conseguissem bater às portas do Ministério da Agricultura (Mejía, 1990, p. 74). Nesse momento, desenvolveu-se o que Manuel Mejía chamou de mito da parcela. O autor explica que membros do Ministério da Agricultura ganharam milhões de soles prestando consultoria para legitimar as parcelações. Por outro lado, havia dirigentes de cooperativas que parcelavam para ocultar os maus manejos, um eufemismo peruano para a corrupção. Entretanto, é preciso lembrar al-

guns pontos: recordando em entrevista a Juan Rocha Águila, alguns camponeses, desgostosos com o parcelamento da Cooperativa Agraria de Producción Huando, afirmavam que os favoráveis a ela pensavam que ficariam milionários. A cooperativa, que resultou da luta duríssima no início dos anos 1970, resumia a memória do não trabalho ao tempo da cooperativa. Contudo, é preciso lembrar que parcelar as terras significava garantir a sobrevivência em plena crise econômica agravada pelo conflito armado interno entre o Estado e Sendero Luminoso e Túpac Amaru, que, não custa lembrar, também combatiam entre si. A Cooperativa Huando, aliás, só foi parcelada em 1992, após o banco agrário ser extinto, ou seja, depois de as possibilidades de crédito estarem efetivamente minguadas (Ribeiro, 2017, p. 183). Nesse sentido, a parcelação acelerada nos anos 1980 pode ser entendida não apenas como um resultado da difusão da ideologia do proprietário estimulada pela *Organización Nacional Agraria* (ONA)[10], mas como um esforço de sobrevivência. Tanto é assim que, como nos lembra Giovani Bonfiglio, Huerta Margarete, vizinha a Huando, localizada na província de Huaral, departamento de Lima, parcelou-se em 1986, mantendo uma cooperativa de serviços, pois os sócios pensaram que ganhariam uma pensão ínfima ao se aposentarem.

Nas eleições de 1985, a vitória foi do aprista Alán García, e o segundo colocado foi da Izquierda Unida, Alfonso Barrantes. Ambos tinham prometido rever o processo das parcelações, como reivindicavam a CCP e a Confederación Nacional Agraria (CNA). Entretanto, criou-se rapidamente a Asociación Nacional de Parceleiros (Anapa), estimulada pela ONA, e a proposta foi arquivada. A "parcelação" promovia a pequena agricultura na costa e, em um primeiro momento, não ocorreu a grande concentração de terras que se esperava. Em um contexto de hiperinflação, os médios propri-

[10] A ONA foi uma entidade criada por médios proprietários ao final da ditadura militar reformista. Ao lado dos comitês de produtores, foi muito bem acolhida no governo Belaúnde e ajudou a criar a Associação de *parceleiros* (Ribeiro, 2014, p. 274).

etários resguardam-se de investir naquele momento. Torre Villafane, estudando a região de Lambayeque dez anos mais tarde, observava que a terra ainda não se concentrara em níveis tão elevados, salvo na região dos rios Motupe e Olmos. Essa situação só mudaria no século XXI (Villafane, 1995, p. 82-85).

Enquanto a maioria das cooperativas costeiras e mesmo as serranas já se parcelava, ainda havia as açucareiras. Conforme lembra Jorge Orosa, a maioria delas estava tecnicamente falida. A dívida agrária havia sido perdoada pela constituinte, mas isso não significava muito, pois o Estado queria as dívidas do fundo de habitação e da previdência, sem falar nos impostos. Aqui o tema da corrupção era sempre lembrado, e os trabalhadores acusados de roubo quando usavam bens das cooperativas em benefício próprio. Mas até quando falamos de roubo, ou de batalha para sobrevivência, se considerarmos que os salários atrasavam e não havia lucros? É certo que, como em muitas outras cooperativas, se inflou o número de sócios quando, por exemplo, houve a inclusão de filhos de associados na cooperativa para trabalho burocrático (Orosa, 1990, p. 224). De fato, era uma situação crítica: tanto o plano apresentado por Belaúnde como o de Alan García, ainda que este propusesse um empréstimo de emergência, representaram redução de pessoal, já que, segundo se calculara a partir de uma consultoria contratada por Belaúnde, haveria um excesso de treze mil trabalhadores nas doze cooperativas. Assim, a privatização se legitimava publicamente. Daí a fala de um ex-trabalhador para Enrique Mayer: "Há uma carta do FMI para o governo dizendo para deixar os engenhos morrerem sem recursos" (Mayer, 2022, p. 396, adaptação nossa).

Se na costa boa parte das CAPS estava parcelada, as SAIS serranas se desagregaram por outras razões. Como em 1963, no dia da posse de Belaúnde, em Pasco e Puno, comunidades lindeiras ocupavam terras de SAIS, reivindicando sua redistribuição (Mejía, 1990, p. 199). As lutas em regiões como La Libertad, Junín e Puno seriam vigorosas. Puno não teve um movimento de luta pela terra nos anos 1960, mas nos anos 1980, com o apoio da ala

progressista da Igreja Católica e de dirigentes da CCP, entre eles o histórico Hugo Blanco, desenvolveram-se ocupações de terra a partir de 1985. A proposta não seria necessariamente destruir as SAIS, mas redimensioná-las, garantir a terra para as comunidades e possibilitar que os camponeses finalmente tivessem acesso à terra para com ela cuidar de seu gado. Em 1986, Alán García dialogou com os presidentes de comunidades, decretou a região como zona de reforma agrária e, formalmente, promoveu redistribuição de terras. Entretanto, em várias zonas de Puno novas ocupações ocorreram, dada a insatisfação das comunidades com a redistribuição (Mejía, 1990, p. 226). Mas existia um grupo interessado em destruir literalmente as SAIS. Para os membros do Sendero Luminoso, as SAIS, assim como as comunidades, eram órgãos do velho Estado. Portanto, deveriam ser destruídas. Assim, quebravam-se máquinas, assassinavam-se dirigentes e distribuíam-se gado e terra entre membros da comunidade, com o objetivo de ganhar seu apoio. A SAIS Cahuide de Junín foi assim desagregada; quando alguns *comuneros* tentaram reorganizá-a, em 1989, foram assassinados (Mejía, 1990, p. 233). Vale lembrar que os senderistas, atuando na selva, onde buscavam controlar o tráfico de cocaína, também destruíram instalações de cooperativas de café, como a Cooperativa de Cafeicultores Florida, situada na província de Chanchamayo, departamento de Junín. Isabel Remi observa que os comerciantes privados se alegravam muito com as atividades senderistas, posto que, sem a cooperativa, o pequeno cultivador não teria outro remédio senão vender para eles (Remi, 2007, p. 57).

Desse modo, a década de 1980 terminava em uma profunda crise política e econômica para o meio agrário. O crédito do Banco Agrário, ele mesmo já com poucos recursos, reduzia-se dramaticamente. A concorrência dos produtos importados diminuía, por exemplo, a capacidade dos produtores de arroz e batata. Os pequenos cafeicultores organizados nas cooperativas pareciam levar o tiro de misericórdia, ou de falta dela, quando os EUA deixaram o acordo Internacional do Café (1989), na prática liquidando-o. É ver-

dade que na serra as comunidades conquistaram a terra, mas isso não significava uma possibilidade de uma vida mais confortável, pelo menos naquele momento. A Izquierda Unida se dividirá, e o Apra estava desgastado. Abria-se passagem para a ascensão neoliberal.

Neoliberalismo: a questão agrária desde Fujimori até nossos dias

> "Hoje até a banca alternativa está cara. Cobram 14 por cento de juros em dólares!"
> Lorenzo Carrasco, entrevista inédita ao autor concedida em 23 de novembro de 2025.

O ano era 1990. Sob o impacto da derrubada do Muro de Berlim, a ideia de democracia política era conectada umbilicalmente à de liberdade econômica. Carlos Menem na Argentina e Fernando Collor no Brasil venceram as eleições, e embora não tenham levantado essa bandeira nas campanhas, tomaram medidas de privatização e cortes de gastos nos primeiros dias de seus governos. No Peru, em tempos de eleições, Mário Vargas Llosa anunciou explicitamente que tomaria essas medidas. Fujimori se contrapôs na disputa do segundo turno e, um mês após a posse, desencadeou o chamado Fujichoque: demissões em massa no serviço público, restrições ao crédito e liberação de importações. No meio agrário, era o desaparecimento do que restava de instituições de apoio ao pequeno produtor. Que cada um se arranjasse com sua parcelinha. Em 1992, ano do golpe empresarial-militar, que instituiu sua ditadura[11], fechou-se definitivamente o Banco Agrário. A partir daí, as coisas se complicaram muito para as cooperativas açucareiras. O ministro da

[11] Julio Cotler e Romeo Grompone desenvolvem extensa discussão sobre o caráter ditatorial ou não do fujimorismo. Entendemos que um presidente que fecha a Suprema Corte e o Congresso — aliás à época recebendo elogios por isso do deputado federal de primeiro man-

Agricultura Absalón Vásquez Villanueva intensificou a campanha para que as cooperativas fossem transformadas em sociedades anônimas. Isso, aliás, aconteceu com algumas das cooperativas estudadas por Bonfiglio, embora houvesse uma que se tornou sociedade civil de responsabilidade limitada, a cooperativa Camay, localizada em Huaura Sayán (departamento de Lima) (Bonfiglio, 2019, p. 168). Essa forma de associativismo significava que nenhuma pessoa externa aos trabalhadores ingressaria na sociedade, conservando-se, assim, a propriedade comum. As cooperativas açucareiras sofreram vigorosa pressão para aceitar a conversão em sociedade anônima. Feita essa alteração, os trabalhadores receberiam o que tivessem aportado para previdência em ações e estariam aptos a vendê-las. Eles as venderiam normalmente a compradores de ações, que as adquiririam a preços de fim de feira, revendendo-as a grandes grupos estrangeiros. Houve cooperativas cujos trabalhadores muito se esforçaram para preservar. Cartavio, localizada na região de Lambayeque, estava entre as mais resistentes. Cultivaram mesmo sob pressão governamental, cortando-se água e luz. Na primeira assembleia para decidir a conversão de modelo, ela perdeu por três votos. Na segunda, intensificando-se a pressão governamental, a privatização passou por um voto (Mayer, 2022, p. 399). Como costuma acontecer nesses processos de privatizações, houve pouquíssima transparência. Em 2015, trabalhadores que ainda tinham ações da cooperativa Andahuasi, localizada em Huaura Sayán, resistiam de armas na mão em meio aos embates dos grupos Erasmo Wong e Bustamante (Eguren, 2018, p. 108). O grupo Leite Glória controla engenhos como Casa Grande e Cartavio, abarcando cerca de cem mil hectares (Eguren, 2018, p. 102). Segundo o autor, na costa peruana a terra se concentra aceleradamente graças à parceria entre o Estado e grandes projetos de irrigação e grandes grupos nacionais e estrangeiros. Nesse sentido,

dato Jair Bolsonaro —, impõe uma Constituição, ainda que votada em plebiscito, e intensifica a repressão política pode ser tranquilamente qualificado de ditador (Cotler, 2001, p 53-67).

Bonfiglio lembra que se repete a estrutura dual de imensas propriedades rurais convivendo ao lado de pequenas parcelas. Bonfiglio naturaliza essa estrutura ao sustentar que não depende da vontade de ninguém a alterar, pois, afinal, após o experimento reformista novamente a terra se concentra.

Quando parecia que seria muito difícil voltarmos a falar em cooperativas no Peru, encontramos outro caminho traçado pelos pequenos agricultores. O caminho não era novo: os cafeicultores nunca desenvolveram cooperativas de produção. Só que, em 1992, a experiência das cooperativas de serviço cafeeira parecia condenada à morte. Nesse mesmo ano, os cooperativistas foram taxados pelo regime fujimorista de corruptos ou terroristas. As cooperativas exportavam apenas 4% do café peruano. Entretanto, a partir de 1993 sobreviventes da antiga Federación Nacional de Cooperativas de Café organizaram a Junta Nacional del Café. Tratava-se de reconstruir as estruturas em novas bases. A Florida, por exemplo, que contava com a presença de apoiadores suíços desde a década de 1970, mas que os perdera ante as ameaças senderistas, retomou o contato com os antigos apoiadores. Por outro lado, buscou-se inserir o país na chamada rede de comércio justo. De acordo com Maria Isabel Remi, o dito comércio justo começou a estruturar-se a partir da década de 1970 na Holanda. A ideia era a de que os países desenvolvidos pagassem mais pelo café, desde que esses recursos fossem para os agricultores, pequenos cultivadores. Da primeira experiência na Guatemala, a ideia foi transmitida a outros países. Ao final da década de 1990, ao comércio justo agregou-se a noção de que se deveria pagar mais pelos produtos orgânicos, ou seja, produzidos com adubos e inseticidas não químicos. Além do mais, temos o tema do trabalho feito respeitando também os trabalhadores da propriedade. Desse modo, as cooperativas peruanas entraram no mercado de cafés orgânicos e gourmet, ainda que tivessem de disputar com grandes grupos econômicos (Remi, 2007, p. 78). Paula Flores observa que a central de cooperativas recolhe o café na cooperativa filiada para processá-lo; a filiada é que recolhe o café do pequeno cultivador, que precisa estar sempre atento às visitas de gente da cooperativa ou mesmo da central.

Na entrevista a mim concedida, Lorenzo Carrasco explica que hoje há centenas de cooperativas de serviço no país. Exporta-se café, cacau e banana. Entretanto, a banca alternativa agora cobra bem mais caro. A União Europeia faz muitas exigências ambientais, mas isso pode ser visto como uma oportunidade, entre outras coisas, para agregar ao café a agrofloresta. Desse modo, o caminho pode ser difícil, porém existe estrada. Consegue-se arrebatar do programa Agroperu empréstimos com juros de 3%, mas a luta continua. Se o trabalho coletivo é percebido hoje apenas em empresas comunais, como Loclapampa, em Junín, as cooperativas de pequenos cultivadores parecem ter ainda um papel a desempenhar na economia peruana.

Conclusão

Na década de 1960, o tema da reforma agrária mobilizou corações e mentes em toda a América Latina. A reforma peruana já fora iniciada ao se aceitar o que os *arrendires* de La Convención fizeram em 1962. A lei de 1964, apesar de suas limitações, não tocava em complexos agroindustriais, e eram muitos trâmites para aplicá-la, mas representava um caminho a seguir. As cooperativas previstas seriam de serviços, agregando pequenos proprietários, proposta que também esteve presente nos projetos de colonização da época. Com o golpe militar reformista de 1968 e a realização da reforma agrária profunda no ano seguinte, era difícil imaginar uma enorme gama de pequenos proprietários recebendo crédito, insumos e apoio técnico. Daí a ideia de CAP na costa, agregando os trabalhadores, e SAIS na serra, unindo *haciendas* e comunidades. Os problemas foram muitos. A noção de que se era proprietário foi enraizada e havia, sim, trabalhadores que preferiam que eventuais fizessem o trabalho. Mas nem tudo foram espinhos: as cooperativas cafeicultoras acumularam trinta milhões de dólares de 1980 para o Banco Cafeeiro. Infelizmente, como o banco não saía do papel, García, em um dos muitos planos econômicos do Peru, converteu os dólares dos bancos em ints, nova moeda. Houve uma perda gigantesca. A parcelização das

terras das cooperativas pode ser menos algo ideológico vinculado ao desejo pela terra, como um Édipo por sua Pachamama, e mais simplesmente esforço de sobrevivência. É necessário concordar com Bonfiglio quando fala da individualização das terras nas comunidades serranas, pois as comunidades geralmente não tinham função produtiva. Após a crise dos anos 1990, enquanto as cooperativas açucareiras passavam a grandes grupos econômicos e muitos vendiam sua parcela, os cafeicultores da serra e da selva, assim como cacaueiros, conseguiam pôr sua produção no mercado internacional. Bonfiglio sustenta que o orgulho de muitos camponeses não é ter tido a terra, mas que seus filhos tenham se tornado profissionais. É possível especular quantos desses filhos poderiam ter se tornado profissionais sem a reforma agrária. Também podemos pensar se haveria hoje pequenos cultivadores de café exportando seu gênero sem aquelas lutas de La Convención dos anos 1960 e a política de Velasco Alvarado de priorizar as cooperativas para exportação. Claro que não teremos uma resposta definitiva, mas podemos refletir sobre o tema.

Referências

BLANCO, Hugo. Despojos en la convención. *In*: BLANCO, Hugo. **La Verdadera Historia de la Reforma Agraria**. Lima, Ediciones Lucha Indígena, 2014.

BONFIGLIO, Giovani. Lambayeque: la resistencia a la colectivización y las dificultades de la nueva asociatividad. BONFIGLIO, Giovanni. **Las empresas de la reforma agraria peruana 40 años después**. Lima: Fundación J Manuel Bustamante de la Fuente, 2019.

BURENIUS, Charlot. **Después de la reforma agraria**. Burenius, Charlot. Huando. Testemuñeo de um Fracaso. Habla el Sindicalista Zózimo Torres. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

COTLER, Julio. Entre el autoritarismo y la democracia. COTLER, Julio – GROMPONE, **Romeo**: El Fugimorismo. Ascenso y Caida de un Régimen Autoritário. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

EGUREN, Fernando. La concentración de la propiedad de las tierras en el Perú. *In*: EGUREN, Lorenzo. **¿Liberalismo ó Mercantilismo?**. Concentración de la Tierra y Poder Político en el Peru. Lima: Sepes, 2018.

FLORES, Paula Barriga Rocio. **Cooperativas Agrarias Cafetaleras de la Convención. FLORES, Paola Barriga Rocio. Funcionamiento de Cooperativas Cafetaleras y su impacto en la vida familiar de sus asociados**: casos de familias de dos sectores de la provincia de La Convención vinculadas a la Cooperativa Maranura y a la central de cooperativas COCLA. Lima: Pontificia Universidad Católica, 2009.

FLORES, Paola Rocio Barriga. Descripción la Provincia de la Convención y de los Sectoresdel Estudio. FLORES, Paula Rocio Barriga. **Funcionamiento de Cooperativas Cafetaleras y su impacto en la vida familiar de sus asociados**: casos de familias de dos sectores de la provincia de La Convención vinculadas a la Cooperativa Maranura y a la central de cooperativas COCLA. Lima: Pontificia Universidad Católica, 2009.

GALA, Angel Fernández. La Reforma agraria no Fracasa, tampoco los campesinos, lo único que fracasa, és la cooperativa. BONFIGLIO, Giovanni. **Las parcelaciones de las cooperativas agrarias en el Perú**. Chiclayo: Solidaridad, 1985.

GUZMÁN, Fernando; VILLAGARAY, Carmen Thays. La reforma agraria y su impacto en la economía de la azucarera de la Hacienda Casa Grande (1969-1975). Bogotá: **Tiempo & economía**, 2024, p. 1-13. Disponível em: https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/TyE/article/view/reforma-agraria-impacto-economia-azucarera-hacienda-casa-grande-1969-1975/2112. Acesso em: 4 jan. 2026.

HURTADO, Alejandro Diez. Reforma agraria y procesos comunales: las comunidades de las SAIS Cahuide y Túpac Amaru en la sierra central del Perú. **Revista del Instituto Riva-Agüero**, Lima, v. 5, n. 2, 2020, p. 299-337.

JORDÁN, Pilar García. Política Oriental del Estado Guanero. *In*: JORDÁN, Pilar García. **Cruz y Arado, fusiles y discursos**. La construcción de los Orientes en el Perú y Bolivia. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2001.

MANRIQUE, Nelson. De la Caída de Leguía a la Insurrección de Trujillo. MANRIQUE, Nelson. **"Y usted Fué Aprista!"**. Bases para uma Historia Crítica del apra. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009.

MAR, José Matos; MEJÍA, José Manuel. **La Reforma Agraria en el Perú**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980.

MARTÍNEZ, Hector. **Las colonizaciones selváticas en el Perú**: antecedentes, actualidades y perspectivas. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1990.

MAYER, Enrique. Las azucareras. MAYER, Enrique. **Cuentos feos de la reforma agraria peruana**. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 3. edición, 2022.

MEJÍA, José Manuel. **La neorreforma agraria**: cambios en la propiedad de la tierra (1980-1990). Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1990.

OROSA, Jorge. Los problemas de gestión de las cooperativas azucareras y sus planteamientos. FERNÁNDEZ, Angel; GONZÁLEZ, Alberto. **La reforma agraria- 20 años después**. Chiclayo: Solidaridad, 1990.

PAZ, Juán Valdés. Organización agraria desde mediados de 1963 hasta finales de 1970. PAZ, Juán Valdés. **Los procesos de organización agraria en Cuba**. Havana: Fundación Antonio Nuñes Gimézez de la Naturaleza, 2010.

REMI, María Isabel. Cocla: de las luchas por la tierra a la consolidación empresarial. REMI, María Isabel. **Cafetaleros empresarios**. Instituto de Estudios Peruanos, 2007.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Das cooperativas sob intervenção militar à parcelação de corte neoliberal: contradições do processo de reforma agrária peruano (1969-1993). Marechal Rondó: **Revista Tempos Históricos**, v.

18, n. 2, 2014, p. 259-278. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11614. Acesso em: 4 jan. 2026.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). **Polis**, v. 16, n. 47, 2017, p .165-185.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Terra humandade: Hugo Blano – da luta por reforma agraria à defesa da espécie humana. **Convergência Crítica**, 2016, p. 30-50. Disponível em: https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/36524/21126. Acesso em: 4 jan. 2026.

SÁNCHEZ, Rodrigo. La Reforma Agraria de 1964 y la Cooperativa. SÁNCHEZ, Rodrigo. **Reforma agraria y cooperativa em Yanamarca**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1970.

VILLAFANE, Germán Torre. De las Cooperativas a la Pequeña Agricultura. *In*: VILLAFANE, Germán Torre. **Decomposición de las cooperativas hacia la pequeña agricultura (caso Lambayeque)**. Buenos Aires: Biblioteca Digital CLACSO, p. 38-100, 1995. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/8462. Acesso em: 4 jan. 2026.

ZÚÑIGA, Washington. **Las empresas azucareras y la reforma agraria**. Lima: Offset Tipografía, 1981.

Ganadería y transformación del monte chaqueño:
dinámicas ambientales, económicas y territoriales (1990–2024)

Adrián Gustavo Zarrilli
azarrilli@unq.edu.ar
Universidad Nacional de Quilmes – CONICET

Resumen
En las últimas décadas el Gran Chaco argentino se ha consolidado como una de las principales fronteras de expansión agropecuaria de América del Sur. Aunque el avance de la agricultura industrial —especialmente el cultivo de soja— ha sido ampliamente estudiado, el papel de la ganadería en la transformación reciente del territorio chaqueño ha recibido menor atención. Este capítulo analiza, desde una perspectiva de historia ambiental, el rol de la ganadería bovina como motor de cambio territorial, económico y ecológico entre 1990 y 2024. A partir de fuentes estadísticas, informes técnicos y literatura científica reciente, se examinan los principales vectores de expansión ganadera sobre los montes nativos, incluyendo factores económicos (valorización de la tierra y expansión de los mercados cárnicos), políticos (regulaciones forestales, incentivos y débil control territorial) y tecnológicos (desmontes mecanizados, implantación de pasturas y sistemas silvopastoriles). El análisis muestra que la ganadería no fue únicamente una actividad desplazada por la agricultura, sino un componente estructural de la reorganización productiva del Chaco argentino. En muchos casos, la ganadería actuó como mecanismo de consolidación territorial de la frontera agropecuaria, contribuyendo a la transformación del bosque nativo en paisajes productivos híbridos caracterizados por desmontes parciales, reducción de la cobertura arbórea y creciente concentración de la tierra. El capítulo argumenta que la expansión ganadera constituye uno de los principales motores de la transformación ambiental contemporánea del Gran Chaco y plantea la necesidad de repensar las relaciones entre producción agropecuaria, conservación de bosques y justicia socioambiental.
Palabras clave: Gran Chaco, ganadería, deforestación, frontera agropecuaria, historia ambiental.

Introducción

El Gran Chaco constituye la segunda región boscosa más extensa de América del Sur después de la Amazonia y una de las ecorregiones más biodiversas del continente. Se trata de un vasto territorio que abarca áreas de Argentina, Paraguay, Bolivia y Brasil, caracterizado por una gran diversidad de ambientes forestales, sabanas y humedales que históricamente sustentaron múltiples formas de vida humana y animal (Brown; Ramadori, 2021).

A pesar de su importancia ecológica, durante las últimas décadas esta región ha experimentado uno de los procesos de transformación territorial más acelerados de América Latina. El avance de la frontera agropecuaria —impulsado por cambios tecnológicos, expansión de mercados globales de alimentos y valorización de tierras— ha provocado una rápida conversión de bosques nativos en paisajes productivos (Viglizzo; Jobbágy, 2010).

La mayor parte de la literatura académica sobre este proceso se ha concentrado en la expansión del cultivo de soja y en la agricultura industrial. Sin embargo, la ganadería bovina ha desempeñado un papel igualmente relevante en la reorganización del territorio chaqueño. En muchos casos, la expansión agrícola desplazó la ganadería hacia áreas boscosas del norte argentino, generando un proceso de "ganaderización del monte" que implicó desmontes parciales, implantación de pasturas y transformación de ecosistemas forestales en sistemas silvopastoriles.

Desde hace aproximadamente tres décadas, cerca del 75 % de los desmontes registrados en Argentina se concentran en cuatro provincias del norte —Santiago del Estero, Salta, Chaco y Formosa—, todas ellas pertenecientes a la ecorregión chaqueña. En estas provincias la expansión ganadera ha sido identificada como uno de los principales factores de conversión del bosque nativo en tierras productivas.

El objetivo de este capítulo es analizar el papel de la ganadería bovina en la transformación ambiental y territorial del Gran Chaco argentino entre

1990 y 2024. Desde una perspectiva de historia ambiental, se propone comprender cómo la expansión ganadera se articuló con procesos económicos, tecnológicos y políticos más amplios, contribuyendo a la reconfiguración de los paisajes chaqueños.



El Gran Chaco como frontera agropecuaria

Durante gran parte del siglo XX el Gran Chaco fue considerado una región periférica dentro del sistema productivo argentino. Sus condiciones ambientales —marcadas por precipitaciones altamente variables, temperaturas elevadas, prolongados períodos de sequía y una notable heterogeneidad edáfica— limitaron históricamente el desarrollo de una agricultura intensiva comparable a la de la región pampeana. En términos productivos, el

territorio chaqueño fue durante décadas interpretado como un espacio marginal o de baja aptitud agrícola, donde predominaban economías extractivas forestales, sistemas ganaderos extensivos de baja intensidad tecnológica y actividades rurales con escasa integración a los circuitos agroindustriales nacionales (Zarrilli, 2020)

Desde una perspectiva ecológica, el Gran Chaco constituye la segunda masa forestal, continua, más extensa de América del Sur después de la Amazonia y una de las principales regiones de bosques secos tropicales del planeta. Estos ecosistemas cumplen funciones fundamentales para la estabilidad ambiental regional y global, entre ellas la regulación del ciclo hidrológico, la conservación de suelos, la captura de carbono y el mantenimiento de una elevada biodiversidad. Sin embargo, estos ambientes han experimentado una presión creciente vinculada a la expansión de la frontera agropecuaria y a la transformación de los sistemas productivos rurales durante las últimas décadas (Zarrilli, 2016).

A partir de la década de 1980 comenzaron a registrarse cambios estructurales en la dinámica territorial de la región. La combinación de factores económicos, tecnológicos y políticos favoreció la expansión de la producción agropecuaria hacia áreas extra-pampeanas. Entre estos factores se destacan el incremento de la demanda global de alimentos y materias primas agrícolas, la valorización internacional de los commodities, la disponibilidad de extensas superficies de tierra relativamente baratas y la incorporación de innovaciones tecnológicas que permitieron superar parcialmente las restricciones ambientales que históricamente habían limitado la agricultura en estas áreas. En este contexto, el norte argentino —y particularmente el Chaco seco— comenzó a integrarse progresivamente a los circuitos globales de producción agroindustrial.

Este proceso se aceleró de manera notable durante las décadas de 1990 y 2000, en el marco de la consolidación del nuevo modelo agroexportador argentino. La difusión del paquete tecnológico asociado a la agricultura in-

dustrial — particularmente la introducción de semillas transgénicas, la siembra directa, la mecanización intensiva y el uso generalizado de herbicidas — permitió la expansión del cultivo de soja hacia ambientes anteriormente considerados marginales. Como resultado, amplias áreas del norte argentino fueron incorporadas al circuito productivo global, generando un proceso de transformación territorial de gran magnitud que implicó desmontes extensivos, cambios en los sistemas de uso del suelo y profundas reconfiguraciones en la estructura agraria regional.

Los datos disponibles permiten dimensionar la magnitud de esta transformación. Entre 1990 y 2022, las provincias del Gran Chaco argentino — principalmente Chaco, Formosa, Salta y Santiago del Estero — incrementaron notablemente su superficie agrícola. Mientras que a comienzos de la década de 1990 la superficie sembrada en estas provincias era cercana a 1,5 millones de hectáreas, hacia el año 2000 había alcanzado aproximadamente 2,8 millones de hectáreas. Este proceso continuó durante la década siguiente, llegando a superar los 5,2 millones de hectáreas hacia 2010 y aproximadamente 5,6 millones de hectáreas en 2022, lo que representa cerca del 13 % de la superficie agrícola nacional (Moreno *et al*., 2024).

Sin embargo, el avance agrícola no ocurrió de manera homogénea dentro del espacio chaqueño. Las limitaciones edáficas e hídricas del Chaco semiárido —especialmente al oeste de la isohieta de 700 mm— restringieron la expansión de la agricultura intensiva en amplias áreas del territorio. En estos ambientes, caracterizados por suelos frágiles, elevada variabilidad climática y mayor riesgo productivo, la ganadería bovina emergió como una alternativa productiva más viable desde el punto de vista económico y tecnológico. En consecuencia, el desplazamiento de la ganadería desde regiones pampeanas hacia territorios chaqueños se convirtió en un componente central del proceso de expansión de la frontera agropecuaria.

Desde una perspectiva ambiental, estos cambios en el uso del suelo han generado profundas transformaciones en los ecosistemas del Chaco seco. La conversión del bosque nativo en pasturas o sistemas silvopastoriles modifica

la estructura y el funcionamiento de los ecosistemas, afectando procesos ecológicos clave como la productividad primaria, los ciclos de nutrientes y el almacenamiento de carbono. Además, la expansión agropecuaria constituye el principal factor de pérdida de bosques en la región. Diversos estudios muestran que el avance de la agricultura y la ganadería ha sido responsable de una parte sustancial de la deforestación registrada en el Gran Chaco durante las últimas décadas (Moreno *et al*., 2024; Gómez Lende, 2018).

En síntesis, el Gran Chaco ha pasado en pocas décadas de ser considerado una periferia productiva dentro del sistema agrario argentino a convertirse en una de las principales fronteras de expansión agropecuaria del país. Este proceso no sólo transformó profundamente los paisajes del bosque chaqueño, sino que también reconfiguró las relaciones entre economía, sociedad y naturaleza en la región. En este contexto, la expansión ganadera desempeñó un papel fundamental como mecanismo de ocupación territorial, valorización de tierras y reorganización de los sistemas productivos, contribuyendo a consolidar la integración del Chaco argentino a los circuitos globales de producción agroalimentaria.

La ganadería como motor de transformación territorial

El desplazamiento de la ganadería hacia regiones chaqueñas se relaciona con un fenómeno ampliamente documentado en América Latina: el corrimiento de la frontera ganadera como consecuencia de la expansión agrícola. En distintos países del continente —particularmente Brasil, Paraguay, Bolivia y Argentina— la expansión de la agricultura industrial ha provocado una reorganización territorial de las actividades agropecuarias, desplazando la producción ganadera hacia regiones de frontera donde el valor de la tierra es menor y la disponibilidad de grandes extensiones permite sistemas extensivos de producción (Gómez Lende, 2018).

En el caso argentino, este proceso se vincula estrechamente con la transformación del modelo agrario desde finales del siglo XX. La expansión del

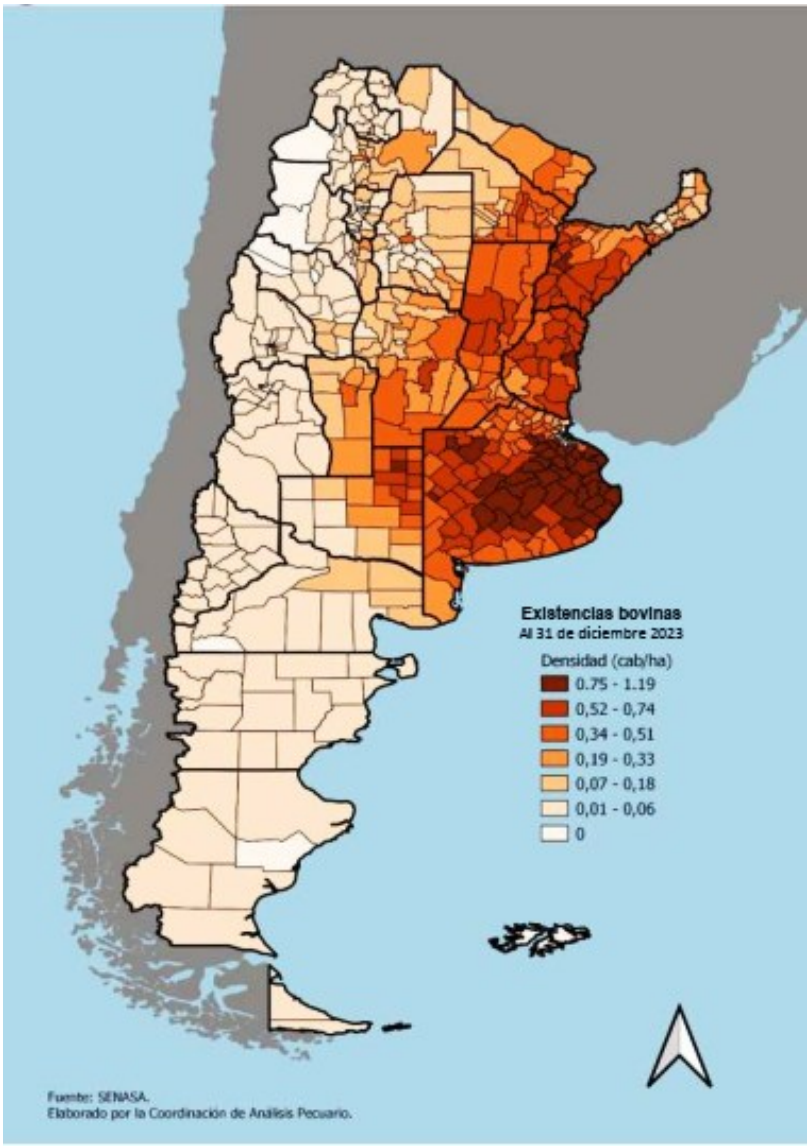
cultivo de soja, especialmente a partir de la difusión del paquete tecnológico asociado a la siembra directa y a las semillas transgénicas durante la década de 1990, generó una fuerte valorización de las tierras agrícolas de la región pampeana. Como consecuencia, numerosos establecimientos ganaderos fueron desplazados hacia regiones periféricas del sistema agropecuario nacional, particularmente hacia el norte argentino y el Chaco seco, donde los costos de la tierra eran significativamente menores y existía una amplia disponibilidad de tierras aún cubiertas por bosque nativo (Moreno *et al*., 2024).

Este fenómeno implicó un proceso de reorganización espacial del sistema ganadero nacional. Mientras la agricultura intensiva ocupaba las tierras de mayor aptitud agrícola en la región pampeana, la ganadería bovina comenzó a expandirse hacia territorios marginales desde el punto de vista agrícola pero relativamente aptos para sistemas ganaderos extensivos. En este contexto, el Gran Chaco se convirtió en uno de los principales destinos de esta migración productiva. La disponibilidad de grandes superficies de bosque nativo, los bajos precios relativos de la tierra y la introducción de tecnologías que permitían transformar rápidamente los ambientes forestales en sistemas pastoriles favorecieron la expansión de la actividad ganadera en la región.

La magnitud de este proceso puede observarse en la evolución reciente del stock ganadero regional. Actualmente el Gran Chaco argentino concentra cerca de 10 millones de cabezas de ganado de distintos tipos, de las cuales aproximadamente 6 millones corresponden a bovinos, consolidando a la ganadería bovina como la principal actividad pecuaria regional (Moreno *et al*., 2024).

A escala provincial, la ganadería adquiere particular relevancia en provincias como Chaco, Formosa, Santiago del Estero y Salta. En el caso de la provincia del Chaco, el stock ganadero total alcanzaba en 2022 aproximadamente 3,6 millones de animales, de los cuales 2,4 millones correspondían a bovinos, lo que representaba cerca del 4,6 % del stock ganadero nacional.

Entre 2008 y 2022 el stock ganadero provincial registró un crecimiento cercano al 11,6 %, reflejando la consolidación de la actividad ganadera en la estructura productiva regional (Moreno *et al*., 2024).



El avance de la ganadería sobre el territorio chaqueño se articuló con la transformación de los ecosistemas forestales. En el Gran Chaco, la disponibilidad de extensas superficies de bosque nativo permitió la expansión de la actividad ganadera mediante diversos mecanismos de transformación del paisaje. Entre los principales procesos utilizados para convertir el bosque en campos ganaderos se destacan: desmontes mecanizados completos; desmontes selectivos; implantación de pasturas exóticas y desarrollo de sistemas silvopastoriles

Los desmontes mecanizados completos constituyen uno de los mecanismos más drásticos de transformación del territorio. Este proceso implica la eliminación total de la cobertura forestal mediante el uso de maquinaria pesada, lo que permite convertir rápidamente el bosque en superficies aptas para la implantación de pasturas o cultivos agrícolas. En muchos casos, estos desmontes han sido responsables de una parte significativa de la pérdida de bosques nativos registrada en el Gran Chaco durante las últimas décadas (Moreno *et al*., 2024; Gómez Lende, 2018).

Los desmontes selectivos, en cambio, implican la remoción parcial del estrato arbóreo mediante técnicas como el rolado o el desarbustado mecánico. Este procedimiento permite mantener una cobertura arbórea residual mientras se introducen pasturas destinadas a la alimentación del ganado. Esta estrategia productiva ha sido ampliamente difundida en el Chaco semiárido, donde los sistemas silvopastoriles se han convertido en una de las principales formas de aprovechamiento productivo del bosque chaqueño (Kunst *et al*., 2014).

La implantación de pasturas exóticas ha desempeñado un papel fundamental en este proceso. Especies megatérmicas como Gatton Panic (*Megathyrsus maximus*) presentan una elevada adaptación a las condiciones climáticas y edáficas del Chaco semiárido, lo que permitió aumentar significativamente la productividad forrajera de los sistemas ganaderos regionales. Estas pasturas, caracterizadas por su alta producción de biomasa y su resistencia a las condiciones de estrés hídrico, se han convertido en uno de los

principales recursos alimenticios para el ganado bovino en la región (Chiossone *et al*., 2014).

En muchos casos, la expansión ganadera actuó como una fase inicial de ocupación territorial dentro de la dinámica de la frontera agropecuaria. La conversión del bosque en pasturas permitía incorporar rápidamente grandes extensiones al circuito productivo, generando procesos de valorización de la tierra que posteriormente facilitaban la introducción de cultivos agrícolas más intensivos. Este patrón ha sido observado en diversas áreas del Chaco argentino, donde la ganadería funcionó como una etapa previa a la agriculturización del territorio.

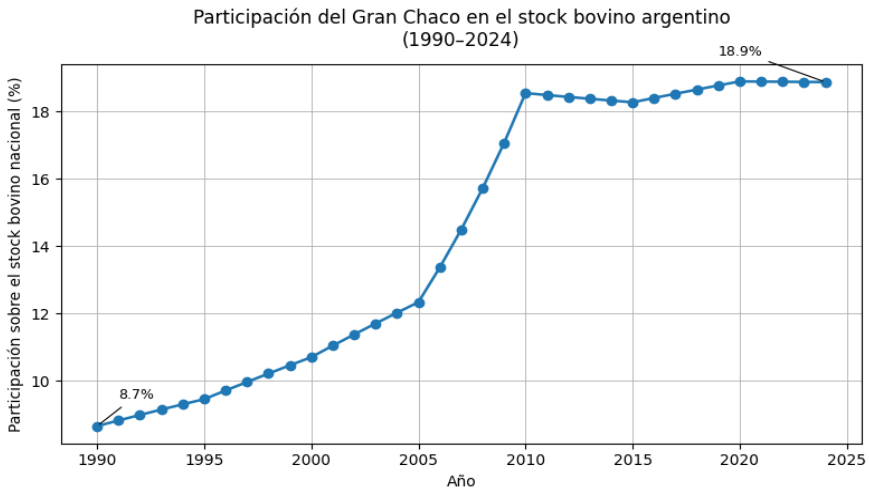
Sin embargo, en otros sectores del Chaco seco la ganadería se consolidó como una estrategia productiva permanente adaptada a las condiciones ecológicas regionales. Las limitaciones climáticas, la irregularidad de las precipitaciones y la fragilidad de los suelos hacen que en muchas áreas la agricultura intensiva presente altos niveles de riesgo productivo. En estos contextos, los sistemas ganaderos extensivos o silvopastoriles constituyen una alternativa económicamente viable y ecológicamente más compatible con las características ambientales del territorio.

Desde una perspectiva ambiental, este proceso implicó cambios profundos en el paisaje regional. Los bosques chaqueños, caracterizados originalmente por una estructura compleja y una elevada diversidad de especies arbóreas, arbustivas y herbáceas, fueron progresivamente reemplazados por paisajes abiertos con menor cobertura arbórea y predominio de pasturas implantadas. Esta transformación alteró significativamente el funcionamiento de los ecosistemas regionales, afectando procesos ecológicos clave como el ciclo del carbono, la dinámica del agua, la biodiversidad y la productividad primaria de los sistemas naturales.

En términos de historia ambiental, la expansión ganadera en el Gran Chaco puede interpretarse como un proceso de reconfiguración socioecológica del territorio, en el que la interacción entre mercados globales, tecnologías productivas y políticas agrarias redefinió las formas de uso de la tierra

y los paisajes rurales. De este modo, la ganadería no sólo actuó como una actividad económica relevante en la región, sino también como uno de los principales motores de transformación territorial del bosque chaqueño durante las últimas décadas.

La figura muestra el aumento sostenido del peso relativo de las provincias del Gran Chaco argentino (Chaco, Formosa, Salta y Santiago del Estero)



Fuente: elaboración propia sobre la base de SENASA–SIGSA y MAGyP (existencias bovinas). Gran Chaco: agregación de Chaco, Formosa, Salta y Santiago del Estero.

dentro del rodeo bovino nacional. La participación regional pasó de alrededor de 8,7 % en 1990 a casi 19 % en 2024, evidenciando el desplazamiento territorial de la ganadería hacia el norte del país.

Tecnologías de transformación del bosque

Uno de los factores centrales que permitió la rápida expansión de la ganadería en el Gran Chaco durante las últimas décadas fue la difusión de nuevas tecnologías de desmonte y manejo del monte. Estas innovaciones técnicas posibilitaron transformar grandes extensiones de bosque nativo en superficies aptas para la producción agropecuaria en lapsos relativamente breves, modificando profundamente la estructura ecológica y funcional de los ecosistemas chaqueños.

Hasta mediados del siglo XX, la transformación del bosque chaqueño se realizaba principalmente mediante métodos manuales o semimecanizados, asociados a la explotación forestal o a la apertura de pequeños espacios para la ganadería tradicional. Sin embargo, desde finales del siglo XX la incorporación de maquinaria pesada y tecnologías de manejo del suelo permitió acelerar significativamente el proceso de conversión del bosque en sistemas productivos. Entre las principales innovaciones tecnológicas que impulsaron este proceso se destacan:

- topadoras de gran potencia utilizadas para desmontes extensivos
- cadenas de arrastre entre tractores para desmontes masivos
- implantación de pasturas megatérmicas adaptadas al ambiente semiárido
- desarrollo de sistemas silvopastoriles mecanizados

Estas tecnologías permitieron intervenir grandes superficies de bosque en períodos muy cortos de tiempo. El uso de topadoras de gran potencia, por ejemplo, posibilita remover completamente la vegetación arbórea y arbustiva, facilitando la conversión inmediata del bosque en áreas aptas para la implantación de pasturas o cultivos agrícolas. En otros casos, el uso de cadenas pesadas arrastradas entre tractores —una técnica ampliamente utilizada en la expansión agropecuaria del Chaco— permite derribar grandes extensiones de vegetación leñosa mediante operaciones mecanizadas de gran escala.

La implantación de pasturas megatérmicas constituyó otro componente fundamental de esta transformación productiva. Especies forrajeras como Gatton Panic (*Megathyrsus maximus*), ampliamente difundidas en el Chaco semiárido, presentan una elevada adaptación a los suelos y condiciones climáticas de la región. Su alta productividad, facilidad de implantación y resistencia a períodos de sequía explican su rápida difusión en los sistemas ganaderos regionales (Chiossone *et al*., 2014).

Estas pasturas permitieron aumentar significativamente la capacidad de carga ganadera de los sistemas productivos. En muchos casos, la conversión de bosque nativo en pasturas implantadas multiplicó varias veces la producción forrajera por hectárea, facilitando la expansión de sistemas ganaderos comerciales en territorios que anteriormente estaban ocupados por bosques densos o por formas extensivas de ganadería a monte.

En este contexto, los sistemas silvopastoriles se presentaron como una alternativa productiva que buscaba combinar producción ganadera con mantenimiento parcial de la cobertura forestal. Este modelo productivo se basa en la coexistencia de tres componentes principales: árboles, pasturas y ganado. En teoría, la presencia del estrato arbóreo permitiría conservar parte de las funciones ecológicas del bosque mientras se desarrollaba la producción pecuaria.

En el Chaco semiárido, estos sistemas se implementan generalmente mediante el rolado selectivo de baja intensidad, una técnica que consiste en remover parte de la vegetación leñosa utilizando maquinaria pesada, dejando en pie los árboles de mayor tamaño y sembrando simultáneamente pasturas forrajeras. Este procedimiento genera un paisaje de árboles dispersos sobre un estrato herbáceo dominado por pasturas implantadas (Kunst *et al*., 2014).

La difusión de estos sistemas estuvo asociada a discursos de sostenibilidad productiva y manejo racional del bosque. Diversos programas de desarrollo rural y proyectos técnicos promovieron los sistemas silvopastoriles como una estrategia capaz de compatibilizar producción ganadera con conservación ambiental. Sin embargo, investigaciones recientes han señalado que los resultados ecológicos de estos sistemas pueden ser muy variables y dependen en gran medida de la intensidad del desmonte y del manejo posterior del sistema.

Diversos estudios muestran que, en muchos casos, la implementación de sistemas silvopastoriles implicó una reducción significativa de la cobertura

arbórea original del bosque chaqueño. El rolado y otras formas de desmonte parcial reducen la densidad de árboles, simplifican la estructura vertical del bosque y alteran la composición florística de los ecosistemas. Como resultado, el paisaje resultante difiere sustancialmente del bosque original en términos de biodiversidad, estructura ecológica y funcionamiento ecosistémico (Gasparri *et al*., 2013; Volante *et al*., 2016).

Además, la transformación del bosque en sistemas silvopastoriles puede generar pérdidas importantes de biomasa leñosa. La remoción parcial o total de la vegetación arbórea reduce la cantidad de carbono almacenado en la biomasa vegetal y modifica los flujos de energía y materia dentro del ecosistema. En consecuencia, estos cambios afectan procesos ecológicos clave como la productividad primaria neta, la dinámica de nutrientes y la capacidad de los ecosistemas para almacenar carbono.

Desde una perspectiva ecológica, la conversión del bosque chaqueño en sistemas agropecuarios —ya sea mediante desmontes completos o mediante sistemas silvopastoriles— altera significativamente el funcionamiento de los ecosistemas. La sustitución de comunidades vegetales complejas por matrices productivas simplificadas puede afectar la regulación del ciclo hidrológico, aumentar la vulnerabilidad a procesos de erosión del suelo y reducir la provisión de servicios ecosistémicos fundamentales para las poblaciones humanas y la biodiversidad regional.

En este sentido, la expansión de estas tecnologías productivas debe interpretarse como parte de un proceso más amplio de reconfiguración socioecológica del territorio chaqueño. La interacción entre innovaciones tecnológicas, incentivos económicos y dinámicas de mercado global transformó profundamente las formas de uso del suelo y los paisajes rurales de la región. De este modo, las tecnologías de desmonte y manejo del monte no sólo constituyen herramientas productivas, sino también mecanismos clave de transformación ambiental y territorial en el Gran Chaco contemporáneo.

Ganadería y deforestación

La expansión ganadera ha sido identificada por numerosos estudios como uno de los principales motores de deforestación en el Gran Chaco argentino. Este proceso forma parte de una dinámica más amplia de transformación territorial vinculada al avance de la frontera agropecuaria en América del Sur, donde la expansión de la agricultura y la ganadería ha provocado una rápida conversión de ecosistemas forestales en paisajes productivos orientados a los mercados nacionales e internacionales (Gómez Lende, 2018).

En el caso argentino, la pérdida de bosques nativos ha alcanzado magnitudes particularmente significativas en las últimas décadas. Diversas estimaciones señalan que entre 1998 y 2016 se perdieron cerca de siete millones de hectáreas de bosques nativos en el país, lo que posiciona a Argentina entre los países con mayores tasas de deforestación de América Latina durante ese período (Gómez Lende, 2018).

Gran parte de esta pérdida de cobertura forestal se concentró en el Gran Chaco argentino, una región que constituye uno de los principales frentes de expansión agropecuaria del continente. El avance de la agricultura y la ganadería sobre los bosques chaqueños se explica en gran medida por la creciente demanda global de alimentos y materias primas agrícolas, así como por la disponibilidad de extensas superficies de tierra con bajo valor relativo en comparación con las regiones agrícolas tradicionales del país (Moreno *et al*., 2024).

El proceso de deforestación en la región se intensificó particularmente durante las décadas de 1990 y 2000, coincidiendo con la expansión del cultivo de soja y con el desplazamiento de la ganadería hacia territorios periféricos del sistema agropecuario nacional. Sin embargo, incluso después de la sanción de la Ley Nacional de Bosques Nativos (Ley 26.331) en 2007, que estableció mecanismos de ordenamiento territorial y restricciones al des-

monte, el proceso de deforestación continuó a un ritmo significativo. Diversos estudios señalan que la aplicación desigual de la normativa, la debilidad de los mecanismos de control y la persistencia de fuertes incentivos económicos para la expansión agropecuaria limitaron la eficacia de esta legislación para detener el avance de los desmontes (Moreno *et al*., 2024).

Los datos recientes muestran que la deforestación ha continuado afectando amplias áreas del Gran Chaco argentino. Entre 2007 y 2024 se desmontaron más de:

- 1.000.000 de hectáreas en Santiago del Estero
- 710.000 hectáreas en Salta
- 535.000 hectáreas en Chaco
- 478.000 hectáreas en Formosa

Estas cifras reflejan la persistencia de una dinámica de transformación territorial que continúa alterando de manera profunda los ecosistemas forestales de la región. En términos comparativos, el Gran Chaco se ha convertido en una de las regiones con mayores tasas relativas de deforestación del mundo, superando incluso en algunos períodos a otras regiones tropicales de América del Sur (Moreno *et al*., 2024).

Una proporción importante de estos desmontes se realizó con el objetivo de habilitar tierras para la producción agropecuaria, particularmente para sistemas ganaderos y agrícolas intensivos. En el caso de la ganadería, la conversión del bosque en pasturas implantadas o sistemas silvopastoriles ha sido uno de los mecanismos principales de expansión territorial. La implantación de pasturas megatérmicas y la introducción de nuevas tecnologías de manejo del monte permitieron transformar rápidamente grandes superficies forestales en áreas aptas para la producción ganadera.

En muchos casos, los desmontes se llevaron a cabo bajo la figura de manejo silvopastoril, una categoría que permite mantener una parte de la cobertura arbórea y que, desde el punto de vista legal, puede ser considerada una forma de uso productivo del bosque más que un desmonte total. Este

tipo de intervención implica generalmente la remoción parcial de la vegetación leñosa mediante técnicas de rolado o desarbustado mecánico, dejando en pie algunos árboles dispersos mientras se implantan pasturas destinadas a la alimentación del ganado (Kunst *et al*., 2014).

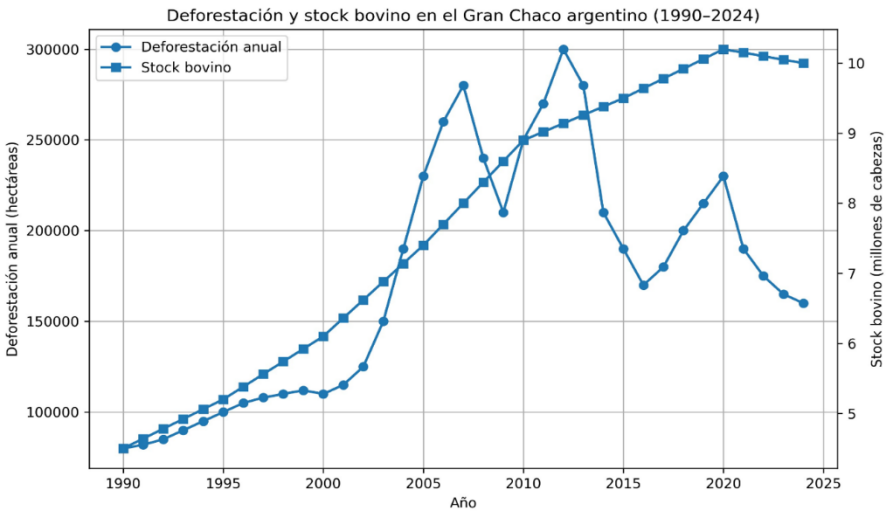
Sin embargo, diversos estudios técnicos han señalado que estos sistemas pueden generar transformaciones profundas en la estructura y funcionalidad de los ecosistemas forestales. Aunque los sistemas silvopastoriles mantienen una cierta cobertura arbórea residual, la reducción de la densidad de árboles y la simplificación de la estructura del bosque alteran significativamente la dinámica ecológica del ecosistema original. En particular, estas intervenciones pueden modificar la composición florística, reducir la biodiversidad y afectar procesos ecológicos fundamentales como la productividad primaria y el almacenamiento de carbono.

Las investigaciones realizadas en el Chaco semiárido indican que la conversión del bosque en sistemas silvopastoriles puede provocar pérdidas significativas de biomasa leñosa. En algunos casos analizados, los lotes intervenidos perdieron hasta el 50 % de su fracción leñosa, lo que implica una transformación profunda del ecosistema forestal y una reducción sustancial del carbono almacenado en la vegetación (Gasparri *et al*., 2013; Volante *et al*., 2016).

Además, la expansión de estos sistemas productivos puede generar efectos indirectos sobre los ecosistemas regionales. La reducción de la cobertura forestal altera la regulación del ciclo hidrológico, incrementa la exposición de los suelos a procesos de erosión y modifica las condiciones microclimáticas del paisaje. Asimismo, la pérdida de bosques puede aumentar la vulnerabilidad del territorio a incendios forestales, particularmente cuando el uso del fuego se emplea como herramienta de manejo de pasturas dentro de los sistemas ganaderos (Moreno *et al*., 2024).

Desde una perspectiva de historia ambiental, la relación entre ganadería y deforestación en el Gran Chaco refleja la interacción entre dinámicas económicas globales, transformaciones tecnológicas y políticas públicas que

han reconfigurado profundamente los paisajes rurales de la región. La expansión ganadera no sólo ha contribuido a la conversión de grandes superficies de bosque nativo, sino que también ha redefinido las formas de uso del territorio y las relaciones entre sociedad y naturaleza en uno de los ecosistemas forestales más extensos y biodiversos de América del Sur.



Fuente: elaboración propia sobre la base de MAyDS (monitoreo de bosques nativos) y SENASA–SIGSA (existencias bovinas por provincia: Chaco, Formosa, Salta y Santiago del Estero). La serie bovina se presenta como agregación regional con interpolación anual para fines ilustrativos.

Impactos ecológicos

Las transformaciones territoriales asociadas a la expansión ganadera generan múltiples impactos ecológicos en los ecosistemas del Gran Chaco. La conversión del bosque nativo en sistemas ganaderos —ya sea mediante desmontes completos, pasturas implantadas o sistemas silvopastoriles— implica cambios profundos en la estructura y funcionamiento de los ecosistemas regionales. Estos cambios afectan tanto la biodiversidad como los procesos ecológicos fundamentales que sostienen la estabilidad de los paisajes forestales y la provisión de servicios ecosistémicos.

Uno de los impactos más evidentes es la pérdida de biodiversidad. Los bosques chaqueños constituyen uno de los ecosistemas más ricos en diversidad biológica de Sudamérica, albergando numerosas especies de plantas,

mamíferos, aves, reptiles e insectos adaptadas a las condiciones ambientales de los bosques secos subtropicales. La conversión de estos ambientes en paisajes agropecuarios simplificados reduce la disponibilidad de hábitats y provoca la fragmentación de los ecosistemas forestales. Como resultado, muchas especies pierden las condiciones ecológicas necesarias para su supervivencia, lo que genera disminuciones en la riqueza y abundancia de la fauna y flora regional (Gómez Lende, 2018).

Otro impacto relevante es la degradación de los suelos. Los bosques chaqueños cumplen un papel fundamental en la protección de los suelos frente a procesos erosivos. La cobertura vegetal arbórea y arbustiva reduce la acción directa de las precipitaciones sobre el suelo, regula la infiltración del agua y contribuye a la acumulación de materia orgánica. Cuando esta cobertura forestal es eliminada o reducida significativamente, los suelos quedan más expuestos a la acción del viento y del agua, aumentando su vulnerabilidad a procesos de erosión, compactación y pérdida de nutrientes. En ambientes semiáridos como el Chaco seco, estas alteraciones pueden tener efectos particularmente significativos debido a la fragilidad de los suelos y a la irregularidad del régimen de precipitaciones (Kunst *et al*., 2003; Ledesma, 1992).

Las transformaciones del uso del suelo también generan cambios en los ciclos biogeoquímicos que regulan el funcionamiento de los ecosistemas. La sustitución del bosque nativo por pasturas o cultivos altera los flujos de carbono, nitrógeno y fósforo dentro del sistema ecológico. En particular, la eliminación de la biomasa arbórea reduce significativamente la cantidad de carbono almacenado en la vegetación y en el suelo, contribuyendo al aumento de las emisiones de dióxido de carbono asociadas al cambio de uso del suelo. Además, la modificación de la vegetación afecta los procesos de fijación y reciclaje de nutrientes, alterando la dinámica de los ciclos biogeoquímicos que sustentan la productividad de los ecosistemas (Gasparri *et al*., 2013).

Otro aspecto fundamental es la reducción de los servicios ecosistémicos que proveen los bosques chaqueños. Estos ecosistemas cumplen funciones clave para la estabilidad ambiental regional, entre ellas la regulación del clima local, la protección de los suelos frente a procesos de erosión, la regulación del ciclo hidrológico y el almacenamiento de carbono en la biomasa vegetal. La pérdida o degradación de los bosques reduce la capacidad de los ecosistemas para proporcionar estos servicios, afectando tanto a la biodiversidad como a las poblaciones humanas que dependen de ellos para su subsistencia y bienestar (Gómez Lende, 2018).

Desde el punto de vista de la productividad primaria, los cambios en el uso del suelo generan alteraciones importantes en la dinámica ecológica de los ecosistemas chaqueños. La productividad primaria neta —es decir, la cantidad de biomasa producida por la vegetación a través de la fotosíntesis— varía significativamente según el tipo de cobertura vegetal y el sistema de uso del suelo. Los bosques nativos presentan una estructura compleja en la que la biomasa se distribuye entre múltiples estratos vegetales (árboles, arbustos, herbáceas) y entre componentes aéreos y subterráneos.

En contraste, los sistemas ganaderos basados en pasturas implantadas presentan una estructura mucho más simplificada, caracterizada por el predominio del estrato herbáceo. Aunque en algunos casos las pasturas pueden presentar altas tasas de producción de biomasa aérea, la simplificación estructural del ecosistema reduce la diversidad funcional y altera la distribución de la biomasa dentro del sistema ecológico.

Estudios realizados en el Chaco semiárido muestran que los distintos usos del suelo — bosque nativo, pasturas implantadas y sistemas agrícolas — presentan diferencias significativas tanto en su productividad primaria neta como en la distribución de biomasa entre componentes aéreos y subterráneos. Estas diferencias reflejan cambios en el funcionamiento ecológico de los ecosistemas y evidencian que la transformación del bosque en siste-

mas productivos implica una reorganización profunda de los flujos de energía y materia dentro del paisaje regional (Gasparri *et al*., 2013; Volante *et al*., 2016).

En conjunto, estos procesos evidencian que la expansión ganadera no sólo implica una transformación económica y territorial del Gran Chaco, sino también una profunda reconfiguración ecológica de sus ecosistemas. Desde una perspectiva de historia ambiental, estos cambios reflejan la interacción entre dinámicas productivas, innovaciones tecnológicas y presiones del mercado global que han redefinido las relaciones entre sociedad y naturaleza en uno de los paisajes forestales más extensos y biodiversos de América del Sur.

Transformaciones sociales y territoriales

La expansión ganadera en el Gran Chaco no sólo ha implicado profundas transformaciones ambientales, sino también cambios significativos en las estructuras sociales y territoriales de la región. El avance de la frontera agropecuaria durante las últimas décadas ha reconfigurado las relaciones de propiedad de la tierra, los sistemas productivos locales y las formas de ocupación del territorio, generando nuevas dinámicas de desigualdad social y conflictos socioambientales.

Uno de los procesos más relevantes ha sido la concentración de la propiedad de la tierra. La expansión de la ganadería empresarial y de los emprendimientos agropecuarios de gran escala ha favorecido la consolidación de grandes explotaciones rurales en detrimento de sistemas productivos tradicionales de pequeña escala. En muchas áreas del Chaco argentino, la valorización de la tierra asociada a la expansión agropecuaria incentivó la adquisición de grandes extensiones por parte de empresas agropecuarias, inversores externos o productores provenientes de otras regiones del país. Este proceso contribuyó a modificar la estructura agraria regional, aumentando la concentración de la propiedad y reduciendo el acceso a la tierra para sectores rurales de menor escala.

Paralelamente, el avance de la frontera agropecuaria ha generado el desplazamiento de comunidades campesinas e indígenas que históricamente habitaron y utilizaron los recursos del bosque chaqueño. Muchas de estas comunidades desarrollaban sistemas de subsistencia basados en el aprovechamiento múltiple del bosque —caza, recolección, ganadería de pequeña escala y agricultura familiar — que dependían de la integridad de los ecosistemas forestales. La expansión de emprendimientos ganaderos y agrícolas sobre estos territorios ha provocado la pérdida de acceso a tierras y recursos naturales, afectando las bases materiales de reproducción social de numerosas poblaciones rurales (Gómez Lende, 2018).

Este proceso ha dado lugar a un incremento de los conflictos territoriales en distintas provincias del Gran Chaco. La expansión de la ganadería y de la agricultura intensiva sobre territorios ocupados por comunidades rurales ha generado disputas relacionadas con la propiedad de la tierra, el acceso a los recursos naturales y el reconocimiento de derechos territoriales. En muchos casos, estos conflictos reflejan la superposición entre diferentes formas de uso del territorio y distintas concepciones sobre el valor y la función del espacio rural.

Los estudios sobre dinámicas territoriales en el Chaco muestran que el avance de las actividades agropecuarias intensivas se ha producido frecuentemente sobre territorios considerados "vacíos" desde la perspectiva del mercado, pero que en realidad estaban ocupados o utilizados por comunidades locales. Esta invisibilización histórica de los usos tradicionales del territorio ha contribuido a profundizar los conflictos socioambientales asociados a la expansión de la frontera agropecuaria (Cuadra; Golemba; Vera, 2014).

Además de los conflictos por la tierra, la expansión ganadera ha generado cambios significativos en las economías locales. La introducción de sistemas productivos empresariales de gran escala ha modificado las estructuras económicas regionales, desplazando en algunos casos formas tradicionales de producción y reorganizando los mercados laborales rurales. Mientras que

algunos sectores locales se integraron a las nuevas dinámicas productivas —por ejemplo, mediante empleo rural asalariado o actividades vinculadas a la cadena agropecuaria— otros experimentaron procesos de marginalización económica asociados a la pérdida de acceso a recursos naturales.

En este contexto, los conflictos socioambientales que emergen en el Gran Chaco reflejan tensiones entre diferentes modelos de uso del territorio. Por un lado, se encuentra el modelo de producción agropecuaria intensiva orientado a la exportación de commodities agrícolas y ganaderos, que impulsa la expansión de la frontera productiva y la transformación del paisaje forestal. Por otro lado, existen propuestas vinculadas a la conservación ambiental que buscan preservar los ecosistemas chaqueños frente al avance de la deforestación. Finalmente, persisten formas tradicionales de uso del territorio desarrolladas por comunidades campesinas e indígenas, basadas en estrategias de subsistencia que combinan diversas actividades productivas y dependen en gran medida de la integridad del bosque.

Desde una perspectiva histórica, estas tensiones pueden interpretarse como parte de un proceso más amplio de territorialización del Gran Chaco dentro del sistema económico nacional y global. Durante gran parte de la historia argentina, esta región ocupó una posición periférica dentro del sistema productivo nacional. Sin embargo, el avance de la frontera agropecuaria durante las últimas décadas ha integrado progresivamente al Gran Chaco en las dinámicas del agronegocio y de los mercados globales de alimentos y materias primas. Este proceso ha redefinido las relaciones entre sociedad, economía y naturaleza en la región, generando nuevas configuraciones territoriales y nuevas formas de conflicto socioambiental.

En consecuencia, la expansión ganadera en el Gran Chaco no debe entenderse únicamente como un fenómeno productivo o ambiental, sino como parte de una transformación sociohistórica más amplia que involucra la reorganización de los territorios rurales, la redistribución del acceso a los recursos naturales y la redefinición de los modelos de desarrollo en una de las principales regiones forestales de América del Sur.

Ganadería, mercados globales y cambio climático

La expansión ganadera en el Gran Chaco no puede comprenderse únicamente desde una perspectiva local o nacional. Por el contrario, este proceso se encuentra estrechamente vinculado a transformaciones más amplias en los mercados globales de alimentos y materias primas agropecuarias. Durante las últimas décadas, la creciente demanda mundial de proteínas animales —particularmente carne bovina— impulsó una expansión significativa de la producción ganadera en diversas regiones de América Latina, incluyendo el Gran Chaco, que se consolidó como uno de los principales espacios de expansión de la frontera pecuaria en el continente.

El crecimiento de la demanda global de carne responde a múltiples factores estructurales, entre ellos el aumento de la población mundial, la urbanización acelerada y el incremento del ingreso per cápita en numerosos países emergentes. Estos cambios han generado una expansión sostenida del consumo de proteínas animales, lo que a su vez ha estimulado la intensificación y expansión territorial de los sistemas ganaderos en diferentes regiones del mundo. En este contexto, América Latina ha adquirido un papel central dentro de los mercados globales de carne bovina debido a la disponibilidad de extensas superficies de tierra, condiciones ecológicas favorables para la producción ganadera y costos relativamente competitivos de producción.

Dentro de este escenario, el Gran Chaco se ha convertido en una de las principales "fronteras ganaderas" de América del Sur, donde la expansión de la producción pecuaria se articula con procesos de transformación territorial, deforestación y cambios en el uso del suelo. La incorporación de nuevas áreas al sistema ganadero regional responde en gran medida a las oportunidades generadas por los mercados internacionales de alimentos, que han incentivado la expansión de la producción agropecuaria en regiones periféricas del sistema agrario nacional.

Sin embargo, esta expansión productiva también plantea importantes desafíos ambientales, particularmente en relación con el cambio climático.

El sector agropecuario —incluyendo agricultura, ganadería y cambios en el uso del suelo— constituye una fuente significativa de emisiones de gases de efecto invernadero a escala global. Estas emisiones se originan principalmente en procesos como la fermentación entérica del ganado bovino, el manejo de estiércol, la utilización de fertilizantes y, especialmente, la deforestación asociada a la expansión de la frontera agropecuaria.

En el caso argentino, el peso del sector agropecuario dentro del inventario nacional de emisiones es particularmente relevante. Según estimaciones recientes, las actividades vinculadas a agricultura, ganadería y cambio de uso del suelo generan aproximadamente el 39 % de las emisiones nacionales de gases de efecto invernadero, lo que convierte a este sector en uno de los principales contribuyentes al balance de carbono del país. Estas emisiones se encuentran estrechamente asociadas a la expansión de sistemas productivos intensivos y a la conversión de ecosistemas naturales en superficies destinadas a la producción agropecuaria.

La deforestación asociada a la expansión ganadera desempeña un papel particularmente importante en este contexto. La eliminación de bosques nativos implica la liberación a la atmósfera de grandes cantidades de carbono previamente almacenadas en la biomasa vegetal y en los suelos forestales. Además, la sustitución del bosque por pasturas o sistemas agropecuarios reduce la capacidad de los ecosistemas para almacenar carbono a largo plazo, contribuyendo a incrementar las emisiones netas de gases de efecto invernadero (Gómez Lende, 2018).

A su vez, los bosques chaqueños cumplen funciones ecológicas fundamentales en la regulación climática regional y global. Estos ecosistemas actúan como importantes sumideros de carbono, almacenando grandes cantidades de biomasa en su estructura vegetal. La pérdida o degradación de estos bosques no sólo reduce la capacidad de captura de carbono de los ecosistemas, sino que también altera los ciclos hidrológicos y las dinámicas climáticas regionales, generando efectos potencialmente significativos sobre la estabilidad ambiental del territorio (Moreno *et al*., 2024).

En este contexto, el debate sobre el futuro del Gran Chaco se vincula cada vez más con discusiones globales sobre cambio climático, seguridad alimentaria y conservación de la biodiversidad. Por un lado, la región desempeña un papel creciente en la producción de alimentos destinados a los mercados internacionales, particularmente en la producción de carne y granos. Por otro lado, el Gran Chaco constituye uno de los ecosistemas forestales más importantes de América del Sur en términos de biodiversidad y almacenamiento de carbono.

Estas tensiones reflejan un dilema central en las discusiones contemporáneas sobre desarrollo sostenible: cómo compatibilizar la producción de alimentos necesaria para abastecer a una población mundial creciente con la conservación de los ecosistemas naturales y la reducción de las emisiones de gases de efecto invernadero. En el caso del Gran Chaco, este desafío adquiere una particular relevancia debido a la magnitud de las transformaciones territoriales en curso y a la importancia ecológica global de los bosques chaqueños.

Desde una perspectiva de historia ambiental, la expansión ganadera en la región puede interpretarse como parte de un proceso de integración del Gran Chaco en las dinámicas del sistema agroalimentario global. Este proceso ha generado nuevas oportunidades económicas, pero también ha intensificado las presiones sobre los ecosistemas forestales y ha contribuido a redefinir las relaciones entre producción agropecuaria, conservación ambiental y cambio climático en uno de los paisajes forestales más extensos del continente.

Conclusión

La expansión ganadera constituye uno de los procesos más significativos en la transformación reciente del Gran Chaco argentino. Lejos de representar un fenómeno secundario o simplemente una consecuencia indirecta del avance agrícola, la ganadería desempeñó un papel estructural en la reorganización territorial de la región durante las últimas décadas. Su expansión se

articuló con dinámicas tecnológicas, económicas y políticas que redefinieron los usos del suelo y las relaciones entre sociedad y naturaleza en uno de los principales ecosistemas forestales de América del Sur.

Entre aproximadamente 1990 y 2024, la ganadería actuó simultáneamente como:

- motor de expansión de la frontera agropecuaria
- mecanismo de valorización económica de tierras forestales
- herramienta de ocupación territorial en regiones consideradas marginales dentro del sistema agrario nacional

En este sentido, la expansión ganadera no sólo acompañó el proceso de agriculturización del norte argentino, sino que en muchos casos lo precedió o lo hizo posible. La conversión inicial del bosque en pasturas permitió incorporar extensas superficies al circuito productivo, generando procesos de valorización de la tierra que posteriormente facilitaron la introducción de sistemas agrícolas más intensivos. De este modo, la ganadería desempeñó un papel fundamental en la dinámica de expansión de la frontera agropecuaria en el Gran Chaco.

Las consecuencias de este proceso han sido profundas tanto desde el punto de vista ecológico como social. La conversión de bosques nativos en paisajes productivos implicó una transformación sustancial de la estructura y funcionamiento de los ecosistemas chaqueños. La reducción de la cobertura forestal, la simplificación de la estructura vegetal y la sustitución de comunidades ecológicas complejas por sistemas productivos simplificados han generado impactos significativos sobre la biodiversidad, la estabilidad de los suelos y los ciclos biogeoquímicos que regulan el funcionamiento de estos ecosistemas

Además, la expansión agropecuaria en el Gran Chaco ha contribuido a acelerar uno de los procesos de deforestación más intensos de América del Sur en las últimas décadas. La eliminación de grandes superficies de bosque nativo no sólo ha reducido la biodiversidad regional, sino que también ha alterado procesos ecológicos fundamentales como el almacenamiento de

carbono, la regulación del ciclo hidrológico y la provisión de servicios ecosistémicos esenciales para las poblaciones humanas y los sistemas productivos.

Al mismo tiempo, estas transformaciones territoriales se encuentran profundamente insertas en dinámicas económicas globales. La expansión ganadera en el Gran Chaco se vincula con la creciente demanda internacional de carne y con la integración de los sistemas agropecuarios latinoamericanos en los mercados globales de alimentos y commodities. De esta manera, los paisajes rurales chaqueños se han convertido en parte de una red transnacional de producción agroalimentaria en la que los cambios en el uso del suelo responden tanto a decisiones locales como a dinámicas económicas globales.

Desde una perspectiva de historia ambiental, el caso del Gran Chaco ilustra de manera particularmente clara cómo los procesos productivos contemporáneos continúan redefiniendo las relaciones entre sociedad y naturaleza. La expansión ganadera no sólo transformó los paisajes forestales de la región, sino que también reconfiguró las formas de apropiación del territorio, las estructuras agrarias y las relaciones sociales en el mundo rural. La concentración de la tierra, el desplazamiento de comunidades rurales y el surgimiento de nuevos conflictos socioambientales constituyen manifestaciones de estas transformaciones.

En este sentido, el Gran Chaco puede entenderse como un espacio donde convergen múltiples tensiones características de las fronteras agropecuarias contemporáneas: la expansión de sistemas productivos orientados al mercado global, la conservación de ecosistemas de alto valor ecológico y las demandas territoriales de poblaciones locales. Estas tensiones reflejan la coexistencia de distintos modelos de desarrollo y de diferentes formas de concebir el uso y la función del territorio.

Comprender estas dinámicas resulta fundamental para pensar el futuro del Gran Chaco. En un contexto global marcado por la crisis climática, la pérdida acelerada de biodiversidad y el crecimiento sostenido de la demanda mundial de alimentos, los territorios forestales como el Chaco adquieren una relevancia estratégica cada vez mayor. El desafío consiste en desarrollar

modelos de producción capaces de articular desarrollo económico, conservación ambiental y justicia social en una región donde los procesos de transformación territorial continúan redefiniendo las relaciones entre sociedad, economía y naturaleza.

Desde esta perspectiva, el Gran Chaco representa no sólo un espacio de expansión agropecuaria, sino también un laboratorio histórico en el que se ponen en juego algunos de los principales dilemas del desarrollo contemporáneo: cómo producir alimentos para una población mundial creciente sin comprometer la integridad de los ecosistemas que sostienen la vida en el planeta.

Referencias

CHIOSSONE, Guillermo *et al*. Pasturas megatérmicas y sistemas silvopastoriles en el Chaco semiárido. INTA, 2014.

CUADRA, Dante Edin; GOLEMBA, Favio Eliezer; VERA, Fabio Daniel. Explotación forestal en el Chaco: sectores que ganan y ecosistemas que pierden. **XV Encuentro de Profesores en Geografía del Nordeste**, UNNE, 2014.

GASPARRI, Ignacio *et al*. Transformaciones del uso del suelo y expansión agropecuaria en el Chaco seco argentino, 2013.

GÓMEZ LENDE, Sebastián. Destrucción de bosques nativos y deforestación ilegal: el caso argentino (1998-2016). **Papeles de Geografía**, n. 64, p. 154-180, 2018.

KUNST, Carlos *et al*. Rolado selectivo de baja intensidad y manejo silvopastoril en el Chaco seco. INTA, 2014.

LEDESMA, N. Caracteres de la semi-aridez en el Chaco Seco. **Anales de la Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria**, 1992.

MORENO, Diego *et al*. **La deforestación en el Gran Chaco argentino**: avances y desafíos. Washington / Buenos Aires: BID – CIPPEC – INTAL, 2024.

VOLANTE, José *et al*. Cambios recientes en el uso del suelo y deforestación en el Gran Chaco argentino, 2016.

ZARRILLI, Adian G. Ambiente, producción y mercado. El impacto transformador en una economía periférica: el Gran Chaco argentino en el siglo XX. **Areas. Revista Internacional de Ciencias Sociales**, 35, 2016.

ZARRILLI, Adrián G. La naturaleza puesta en jaque: la expansión de la frontera agropecuaria en Argentina y su impacto socioambiental (1980-2017). **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, 10, 2020.

Das antigas freguesias rurais à Zona Oeste do Rio de Janeiro:
regularização fundiária e mudanças no uso da terra em Guaratiba (séculos XX-XXI)

Maria Sarita Mota
saritamota@gmail.com
CIES-Iscte, Instituto Universitário de Lisboa
UFF/FAPERJ

Resumo
Este capítulo examina a reconfiguração recente de Guaratiba, no extremo oeste do Rio de Janeiro, com atenção às articulações entre permanências rurais, proteção jurídico-ambiental, pressão imobiliária e regularização fundiária. Descreve um território submetido a reclassificações sucessivas e a regimes concorrentes de regulação, no qual a urbanização avança sem eliminar integralmente formas periurbanas de vida e uso da terra. Analisa-se a Zona Oeste como área de expansão marcada pela sobreposição entre mercado fundiário informal, violência armada e intervenção estatal, processo que produz desigualdades jurídico-territoriais e transforma a insegurança da posse em recurso de controle e extração. Em seguida, discute-se a dimensão temporal da regularização por meio da categoria "territórios de espera", evidenciando como o adiamento e a suspensão de direitos integram a economia política da mercantilização do solo. Por fim, o capítulo apresenta a atuação do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) como estudo de caso, examinando como procedimentos de titulação e individualização de direitos reordenam usos da terra, práticas coletivas e dinâmicas de valorização territorial.
Palavras-chave: regularização fundiária; insegurança da posse; milícias; mercado de terras; Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Introdução

Situada no extremo oeste do município do Rio de Janeiro, entre a Baía de Sepetiba e o maciço da Pedra Branca, Guaratiba abrange planícies costeiras e fluviomarinhas, manguezais, canais, baixadas e áreas de restinga. Desde o período colonial, esse espaço foi marcado por usos diversos da terra e da água, entre os quais a pesca, o extrativismo, a pequena criação, a horticultura e a fruticultura. A duração dessas atividades conferiu à região uma continuidade rural que não se deixa absorver nem pela história agrária em sentido estrito, nem pela narrativa convencional da expansão urbana carioca. Em Guaratiba, a ruralidade remete a um regime histórico de ocupação, circulação, trabalho e pertencimento, inscrito tanto nos modos de exploração do território quanto nas formas de enraizamento social no espaço.

O problema examinado neste capítulo decorre da maneira pela qual essa continuidade rural foi reconfigurada no processo recente de transformação da Zona Oeste. Não se trata de opor um passado rural a um presente urbano, mas de analisar a sobreposição entre ruralidades historicamente constituídas, valorização fundiária, dispositivos de proteção ambiental, loteamentos e mediações coercitivas do acesso à terra. Nesse quadro, a regularização fundiária assume lugar central por integrar os dispositivos que redefinem os usos legítimos do solo, os critérios de reconhecimento jurídico e as condições de permanência na terra. O caso de Guaratiba permite observar, com particular nitidez, como a reorganização territorial contemporânea se produz pela articulação entre regulação jurídica, mercantilização da terra e transformação de modos de vida historicamente enraizados no território.

A análise baseia-se em pesquisa de longa duração sobre a insegurança da posse, que articula investigações realizadas entre 2006 e 2009 com retorno ao campo em 2025, em localidades como Monteiro, Magarça, Matriz I e II. O corpus compreende entrevistas em vídeo com lideranças comunitárias, moradores de sítios e residentes das comunidades Matriz I e II; processos

administrativos de regularização fundiária do Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro (Iterj); peças judiciais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), notícias de imprensa e dados estatísticos sobre criminalidade e segurança pública de órgãos oficiais. O cruzamento dessas fontes permite apreender, simultaneamente, a dimensão institucional da regularização e os modos pelos quais categorias como "rural", "urbano", "posse", "direito" e "legalidade" são produzidas, negociadas e disputadas no terreno.

A partir desse conjunto documental, pode-se afirmar que a questão fundiária em Guaratiba excede o contraste entre formalidade e informalidade. O que emerge é um território submetido a regimes concorrentes de regulação, no qual a terra se apresenta, simultaneamente, como condição de reprodução social, objeto de intervenção estatal, ativo econômico e foco de conflito. A relevância histórica do caso reside em mostrar que, nas bordas metropolitanas, a história rural permanece decisiva para compreender formas contemporâneas de reorganização espacial, desigualdade e poder.

Guaratiba: permanências rurais e reclassificações territoriais

A ocupação histórica de Guaratiba remonta ao processo colonial de apropriação da Guanabara no século XVI e à formação de uma sociedade agrária orientada para a produção de gêneros coloniais. Ao longo dos séculos, a região conheceu mudanças importantes em seu perfil produtivo, passando da cana-de-açúcar ao café e, posteriormente, à fruticultura e a outras formas de pequena produção (Musumeci, 1987; Bernardes, 1992; Mota, 2009). No final do século XIX, a expansão do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, decisiva para a urbanização linear da cidade em direção ao oeste, estruturou novos núcleos de povoamento ao longo da ferrovia, mas não suprimiu o peso das áreas agrícolas e das grandes planícies ainda pouco

adensadas (Abreu, 1997). O resultado foi uma urbanização descontínua, seletiva e sobreposta a usos rurais persistentes. Em Guaratiba, esse processo assumiu contornos próprios: a convivência entre pesca, horticultura, fruticultura, pequenos sítios, canais, várzeas e núcleos residenciais passou a ser progressivamente tensionada por loteamentos, obras viárias e pela valorização imobiliária.

O Decreto nº 1.185, de 5 de janeiro de 1918, promulgado na gestão de Amaro Cavalcanti, fixou a divisão do território do Distrito Federal em três zonas: urbana, suburbana e rural. Ao repartir o município em zonas legalmente diferenciadas e ao associá-las a funções específicas, o poder público conferiu forma normativa a uma determinada leitura da expansão carioca, convertendo distinções espaciais em categorias de governo. Guaratiba foi, assim, inscrita na zona rural do Distrito Federal não apenas por sua localização periférica ou por seus usos predominantes, mas como parte de uma operação classificatória que vinculava território, administração e vocação econômica.

Nas décadas de 1920 e 1930, esse enquadramento foi reforçado por iniciativas municipais voltadas ao incremento da produção agrícola e à melhoria da circulação nas áreas definidas como rurais. O Decreto nº 1.883/1918 já indicava essa direção ao reunir, em 23 artigos, prescrições relativas ao plantio, à produção, ao transporte e aos melhoramentos viários em estradas e caminhos da zona rural. O ponto central, contudo, não reside apenas no conteúdo das medidas, mas no tipo de imaginação territorial que elas consolidavam: a de um espaço pensado pelo Estado a partir de sua homogeneidade funcional, isto é, de sua aptidão para desempenhar uma função econômica e social predominantemente agrícola. Nesse registro, a zona rural não era apenas uma categoria de localização, mas uma forma de ordenamento que projetava sobre o território um uso legítimo, uma finalidade produtiva e um lugar específico na economia política da capital.

As freguesias rurais foram marcadas por conflitos fundiários que, a partir dos anos 1940, ganharam visibilidade pública pela imprensa, contrapondo

"posseiros" e "grileiros" (Pedroza, 2003; Santos, 2005). Um dos maiores episódios de grilagem ocorreu no Magarça e na Pedra de Guaratiba, posteriormente convertidos em loteamentos. Segundo Santos (2005, p. 83-84), a recorrência da grilagem decorreu da expansão sistemática de "pretensos proprietários", apoiada na indefinição jurídica das terras e na confusão entre o que era terra pública e terra privada.

De fato, as pesquisas que realizei na região de Guaratiba corroboram esses trabalhos e mostram que a grilagem também se fez por dentro da legalidade municipal: até os anos 1950, o zoneamento e as cláusulas contratuais da prefeitura impunham a destinação agrícola do solo, sob pena de rescisão, enquanto proprietários absenteístas subdividiam e arrendavam áreas sem título definitivo, convertendo lavradores em "promitentes" permanentes. Nos anos 1980, a engrenagem expôs o seu desfecho típico: inventários, tentativas de expulsão e judicialização da posse, com abandono de roças por uns e, por outros, permanência garantida por benfeitorias e, em casos-limite, usucapião (Mota, 2009, p. 312-314).

Esse dado histórico contrasta com a situação normativa atual. No município do Rio de Janeiro, o Plano Diretor revisto em 2024 (Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024) já não reconhece a existência de zona rural; juridicamente, todo o território municipal é classificado como urbano. Ainda assim, em Guaratiba, o rural persiste como modo de vida periurbano. Ele se manifesta em sítios e chácaras, nas hortas, nas pequenas criações, na pesca e na ostreicultura, mas também na toponímia, nas valas, nos canais de drenagem, nas várzeas do Piraquê-Cabuçu e nas redes locais de produtores e pescadores. A permanência desses traços não indica sobrevivência passiva de um passado rural, mas a continuidade de formas de uso da terra progressivamente pressionadas pela valorização imobiliária e pela urbanização.

No Plano Diretor de 2024, a cidade está organizada em cinco Áreas de Planejamento. A Área de Planejamento 5 (AP5), localizada no extremo oeste do município, reúne as Regiões Administrativas de Bangu, Realengo,

Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz; no plano dos bairros, compreende Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará, Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar, Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Barra de Guaratiba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Santa Cruz e Sepetiba. Essa delimitação oficial ajuda a precisar o uso corrente de "Zona Oeste" (Figura 1), que, embora por vezes abranja também partes da AP4, passou a designar prioritariamente a AP5 no vocabulário administrativo e político.

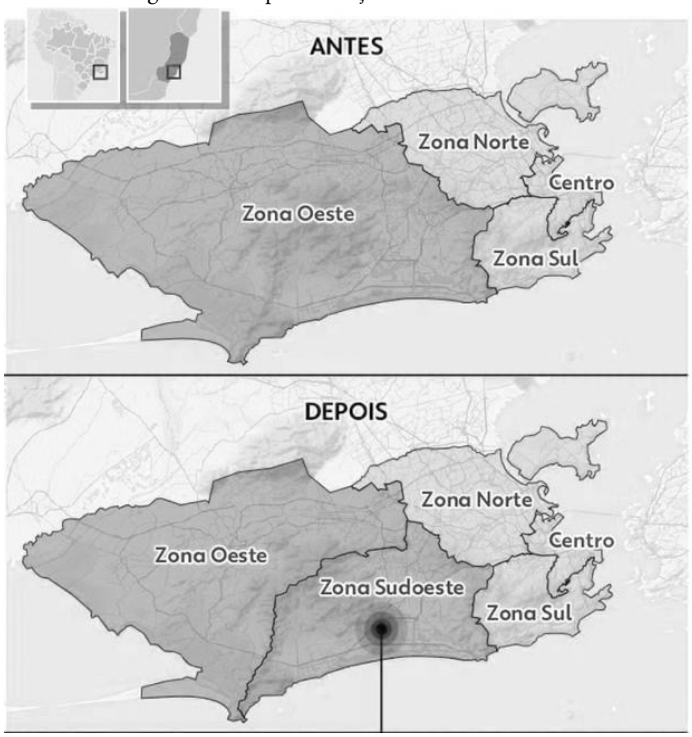
A criação recente da Zona Sudoeste (Figura 2) explicita ainda mais esse jogo classificatório. Pela Lei Complementar nº 286, de 8 de setembro de 2025, a nova área geográfica da cidade passou a reunir bairros das Regiões Administrativas XVI, XXXIV e XXIV, incluindo Anil, Barra da Tijuca, Camorim, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Grumari, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Praça Seca, Pechincha, Rio das Pedras, Recreio dos Bandeirantes, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena e Vila Valqueire. A institucionalização dessa nova nomenclatura não corresponde a um simples ajuste toponímico: ela reordena a leitura administrativa e política da cidade ao destacar, sob designação própria, áreas de alta valorização fundiária e forte dinamismo imobiliário e, por contraste, redefine o alcance territorial e simbólico daquilo que permanece nomeado como Zona Oeste.

Figura 1 – Mapa do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Agência Brasil. Reelaboração própria (0000).

Figura 2 – Mapa da criação da Zona Sudoeste



Fonte: G1. Reelaboração própria (2025).

Um território sob cerco

Tomada em sentido amplo, a Zona Oeste cobre cerca de 70% da área do município do Rio de Janeiro e reúne aproximadamente 41% da população carioca. A Área de Planejamento 5 (AP5), na qual se insere Guaratiba, corresponde sozinha a 48,4% (571 km^2) do território municipal. Não se trata, portanto, de uma periferia residual, mas da principal frente contemporânea de expansão da cidade, onde se condensam loteamentos irregulares, urbanização de baixa densidade, valorização fundiária e formas armadas de controle territorial.

Essa configuração não pode ser reduzida a uma descrição genérica da violência urbana. Em diferentes porções da Zona Oeste, o acesso à terra, a circulação e a instalação de moradias e serviços são atravessados por mediações coercitivas exercidas por milícias e, em certos pontos, por facções do tráfico. Estudos seminais sobre a economia do crime e a formação de "mercadorias políticas" demonstram como esses grupos convertem o controle de bens e serviços básicos em mecanismos de poder político e de extorsão econômica (Misse, 2011; Alves, 2008). Nesse sentido, a região pode ser pensada como um território sob cerco, no qual a expansão urbana se realiza sob a pressão simultânea do mercado fundiário informal, da violência privada e da intervenção armada do Estado. Pesquisas recentes sobre o "urbanismo miliciano" (Hirata *et al*., 2021) e sobre a evolução das dinâmicas de letalidade (Cano; Ioot, 2008; Cano; Duarte, 2012) evidenciam que a sobreposição entre domínio armado e mercado de terras constitui um pilar dessa governança criminal.

De fato, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implantadas a partir de dezembro de 2008 e regulamentadas em 2011, buscaram substituir a lógica da incursão episódica pela ocupação continuada de territórios populares; em 2024, porém, passaram por uma reestruturação que reduziu o número de bases de 29 para 16, conforme indicam os balanços estratégicos de

gestão da Secretaria de Estado de Polícia Militar e do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ, 2024). A crítica formulada por Marielle Franco (2018) à articulação entre pacificação, controle territorial e racionalidade punitiva permanece, por isso, analiticamente decisiva.

O ponto central, contudo, não reside apenas no domínio armado do território, mas no tipo de desigualdade que ele produz. A pesquisa procura apreender uma desigualdade jurídico-territorial produzida sob coerção quando agentes armados convertem a insegurança fundiária em recurso econômico e político. Nesse sentido, a insegurança da posse em Guaratiba não deve ser lida apenas como ausência de títulos de propriedade, tal como frequentemente a definem agências globais como a ONU-Habitat e o Banco Mundial, que a circunscrevem à falta de proteção jurídica contra despejos arbitrários e a tratam como entrave econômico, por impedir que a terra opere como ativo e por desincentivar investimentos na habitação. No contexto da Zona Oeste, a questão aproxima-se da tese de Raquel Rolnik, em *Guerra dos lugares*, segundo a qual a insegurança da posse funciona como estratégia política de produção e manutenção de uma transitoriedade permanente (Rolnik, 2015). Em Guaratiba, ela constitui a matéria-prima de uma governação criminosa: ao manter extensas áreas em uma "zona cinzenta" de legalidade, o Estado abre espaço para que a milícia atue como reguladora de fato do solo. Nesse arranjo, a moradia deixa de ser um direito e passa a operar como mercadoria política e financeira, na qual a vulnerabilidade do morador, desprovida do amparo da segurança jurídica formal, é convertida em ativo explorável por grupos armados que oferecem uma "estabilidade" precária, mediada pela extorsão.

Nessas circunstâncias, o controle do território não se exerce apenas pela ameaça ou pelo uso direto da força, mas pela monetização do acesso à terra: venda e aluguel de "direitos" sem lastro dominial, parcelamento clandestino, captura de serviços urbanos, cobrança por "proteção" e domínio coercitivo sobre os elementos que permitem comprovar, delimitar ou contestar

a posse, como papéis, cadastros, medições, marcos e acessos ao terreno. Trata-se, em larga medida, de produzir incerteza para gerir e extrair renda dela, bloqueando ou permitindo, conforme a correlação de forças, a circulação de pessoas, documentos e provas. Em outras palavras, a violência incide também sobre a própria produção da prova fundiária, condicionando quem pode registrar, medir, circular, testemunhar e, em última instância, fazer valer um direito sobre a terra. A grilagem, assim, não se reduz à fraude documental ou à apropriação indevida de terras: ela opera como um dispositivo territorial de administração coercitiva da incerteza.

Para esse processo, proponho a expressão "ecologia da grilagem". O termo designa o acoplamento entre materialidade ambiental, expectativa de valorização futura e oportunidade de captura privada da terra, mediado por regimes ambíguos de regulação e fiscalização. Em Guaratiba e em outras frentes de expansão da Zona Oeste, a grilagem incide com particular intensidade sobre manguezais, restingas, várzeas, encostas, áreas florestadas e bordas urbano-rurais, isto é, espaços ambientalmente frágeis, de vigilância difícil e de estatuto jurídico oscilante, que podem ser classificados como área de preservação, periferia disponível ou reserva de urbanização futura. A hipótese, aqui, é que ocupar, drenar, retalhar e comercializar esses terrenos constitui uma técnica de produção de "solo urbanizável": ao degradar o ambiente e forçar mudanças de uso, reorganiza-se o estatuto prático da terra, deslocam-se fronteiras de legalidade e abre-se caminho para a sua conversão em ativo.

Esse processo pode ser acompanhado pela imprensa e tende a aparecer sob uma gramática de criminalização territorial que, ao acionar expressões como "imobiliária da milícia", "loteamento da milícia" e "invasão", enfatiza a dimensão empresarial e coercitiva do controle da terra. Já nas peças do MPRJ analisadas, o foco se desloca para a materialidade jurídico-ambiental da infração, descrita em termos de parcelamento irregular ou clandestino do solo, comercialização de lotes sem licença, supressão de vegetação, abertura

de acessos internos e construção em Área de Proteção Ambiental (APA), em zona de amortecimento de unidade de conservação e em outras áreas legalmente restritas. Lidas em conjunto, essas fontes mostram que o problema não se reduz à "ocupação irregular". O que está em jogo é uma economia política da terra na qual violência privada, valorização fundiária, urbanização informal e dano ambiental se articulam, enquanto o Estado responde por meio de categorias urbanísticas, ambientais e penais que disputam a própria definição pública do conflito.

Esse cerco pode ser apreendido também pelos indicadores de segurança pública. Guaratiba integra a AISP 27 (Área Integrada de Segurança Pública), e o ISP — Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro — utiliza, entre seus indicadores estratégicos, a categoria de letalidade violenta, composta por homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Articulados a narrativas locais, reportagens e peças institucionais, esses dados permitem sustentar que o cerco territorial não é apenas uma metáfora: ele se materializa na dupla captura do espaço, ao mesmo tempo que a terra é regulada por mediações coercitivas, e a vida se torna estatística recorrente dos confrontos armados, produzindo um regime de governo que administra circulação, moradia e sobrevivência sob ameaça permanente.

Área de preservação rural e ambiental: normas, limites e disputas

Em Guaratiba, a transformação recente do território foi também profundamente condicionada pela constituição de um arcabouço jurídico-ambiental que passou a incidir diretamente sobre os usos do solo, os limites da ocupação e os critérios de legitimidade da permanência. Uma de suas particularidades reside justamente no fato de essa reconfiguração territorial ter

ocorrido sob forte incidência de dispositivos de proteção ambiental. A região foi progressivamente enquadrada como área de preservação rural e ambiental por meio de uma sucessão de atos normativos que evidenciam a sobreposição entre reconhecimento ecológico e pressão urbanística. O marco inicial desse processo foi o Decreto Estadual nº 7.549, de 20 de novembro de 1974, que criou a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. Em seguida, o Decreto Estadual nº 5.415, de 31 de março de 1982, reduziu a área da reserva para viabilizar a implantação do CETEx (Centro Tecnológico do Exército); o Decreto Estadual nº 32.365, de 10 de dezembro de 2002, redefiniu novamente seus limites; e a Lei Estadual nº 5.842, de 3 de dezembro de 2010, recategorizou a unidade como Reserva Biológica Estadual de Guaratiba. No plano municipal, o Decreto nº 37.483, de 31 de julho de 2013, instituiu a Área de Especial Interesse Ambiental (AEIA) de Guaratiba, e o Decreto nº 42.659, de 13 de dezembro de 2016, manteve a área sob regime especial de controle urbanístico e ambiental ao reafirmar a AEIA e prorrogar a suspensão de licenças.

Esse conjunto normativo afasta uma leitura da região como simples frente de expansão da cidade. O que se observa é a constituição de um espaço submetido, ao mesmo tempo, a restrições ambientais, permanências rurais e pressões de urbanização. As normas não atuam sobre um território vazio nem operam de modo externo às práticas sociais. Incidem sobre formas concretas de uso, ocupação, negociação e transformação do solo, por vezes limitando-as, por vezes reclassificando-as e, em muitos casos, redefinindo os próprios critérios de legitimidade. A multiplicação de enquadramentos legais não estabiliza necessariamente o território. Ao contrário, pode ampliar zonas de indeterminação: a área protegida converte-se em ativo potencial de valorização; a restrição ambiental pode funcionar como bloqueio seletivo ou como recurso de autorização diferencial; a proteção, enfim, integra as disputas em torno da terra em vez de suspendê-las.

Terra e ambiente, nesse quadro, não constituem dimensões separadas. Manguezais, canais, cursos d'água, várzeas e áreas legalmente protegidas participam diretamente da forma pela qual o solo é usado, valorizado, documentado e disputado. O valor ecológico do território não elimina a pressão imobiliária; passa a compor, com ela, a própria gramática do conflito. A legislação ambiental deixa, assim, de ser apenas um limite jurídico à ocupação e passa a integrar os mecanismos pelos quais se definem fronteiras, qualificações do solo e possibilidades de reconhecimento da posse. É nesse cruzamento entre proteção, valorização e disputa que a regularização fundiária adquire sentido analítico mais preciso.

Despossessão, espera e mercantilização da terra

A leitura aqui proposta afasta-se de uma interpretação linear da regularização fundiária como solução automática da precariedade. O problema consiste em compreender como a formalização da posse pode operar, simultaneamente, como reconhecimento jurídico e como mecanismo de despossessão. Para isso, a análise desloca o foco da mera legalização documental para os processos históricos pelos quais a terra é bloqueada, temporalizada e convertida em ativo de valorização.

No Brasil, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, consolidou uma oposição rígida entre urbano e rural ao estabelecer como cidade toda e qualquer sede de município, independentemente de outros critérios. Esse dispositivo político-administrativo marcou duradouramente a leitura oficial do território ao naturalizar a ideia de que "o rural é tudo que não é urbano", fórmula que alimentou amplo debate acadêmico sobre os limites e os efeitos dessa dicotomia.

Contra essa rigidez normativa, o conceito de *continuum* rural-urbano, formulado por Robert Redfield (1956), permite pensar campo e cidade não como esferas estanques, mas como polos de um mesmo espectro de práticas sociais. Essa perspectiva pode ser articulada às noções de rural-território e de

rururbano, que permitem compreender a Zona Oeste não como resíduo do rural nem como periferia incompleta do urbano, mas como espaço de integração complexa (Mota; Peixoto, 2006; Mota, 2007).

Em perspectiva latino-americana, o rururbano designa formações produzidas nas frentes metropolitanas de expansão, onde a permanência de usos agrários e de práticas de reprodução social convive com a incorporação seletiva de infraestruturas, serviços e circuitos urbanos. Esses territórios combinam pluriatividade, informalidade fundiária, provisão desigual de equipamentos e conflitos socioambientais, configurando um regime de ocupação marcado por assimetrias de regulação e por pressões de valorização do solo (Martínez; Nates-Cruz; Acosta-Nates, 2022). Essa abordagem converge com debates sobre desenvolvimento rural, territorialidade e políticas públicas; como observa Leite (2020), a ruralidade contemporânea deve ser examinada pelos arranjos econômicos e sociais que reconfiguram o controle da terra, os padrões de ocupação e as formas de trabalho.

Essa bibliografia é fundamental para apreender a complexidade espacial das articulações contemporâneas entre campo e cidade, mas não basta, por si só, para captar sua dimensão temporal. Em contextos de regularização fundiária, o problema não se resume à redefinição dos usos da terra ou à reclassificação dos espaços. Envolve também a produção de temporalidades específicas de espera, suspensão e adiamento. A posse reconhecida de modo precário, o título prometido e não entregue, o procedimento administrativo que se prolonga e a permanência sempre condicionada indicam que a mercantilização da terra opera também pela administração desigual do tempo.

A noção de "territórios de espera", proposta por Vidal, Musset e Vidal (2011), permite deslocar a espera do plano exclusivamente subjetivo ou administrativo para sua inscrição espacial. Mais do que intervalo entre demanda e resposta, ela designa uma condição territorializada, na qual populações vivem sob promessas reiteradas de reassentamento, titulação, urbanização ou reconhecimento que não se convertam em direitos efetivos. Seu

rendimento analítico consiste em mostrar que a espera não apenas afeta sujeitos, mas organiza espaços sob suspensão, provisoriedade e incerteza. Em processos de regularização fundiária, assentamentos, loteamentos e áreas em formalização podem ser lidos como territórios produzidos pela administração desigual do tempo, nos quais a precariedade da posse é governada pelo adiamento.

Nessa direção, Javier Auyero (2012) trata a espera não como efeito colateral da precariedade institucional, mas como tecnologia política de subordinação. Em *Patients of the State*, a demora, a opacidade procedimental e a incerteza deixam de figurar como falhas administrativas e passam a ser compreendidas como mecanismos pelos quais o Estado produz sujeitos habituados à suspensão prática de direitos. A noção de *tempography of domination* descreve essa ordem sociotemporal, na qual os dominados aprendem a viver sob um tempo controlado por outros. Articulada à ideia de território de espera, essa chave torna visível como a suspensão se sedimenta em espacialidades duráveis. No caso de Guaratiba, pesquisa empírica mostra que a regularização fundiária se realiza por etapas sucessivas que antecedem, por décadas, a emissão do termo de concessão. Esse descompasso institucional produz permanências condicionadas, expectativas reiteradamente adiadas e relações de dependência em relação às mediações da autarquia, reconfigurando a própria experiência da posse.

A defensora pública Maria Lúcia Pontes observa que, no Rio de Janeiro, a regularização fundiária praticada desde 2007 é atravessada por prioridades e interesses que tornam a demora recorrente em uma cidade estruturada pela lógica de mercado. Nesse quadro, chama atenção para a preferência pelo título de propriedade, por ser negociável e absorvível pelo mercado imobiliário, e para o risco de "remoção branca", isto é, uma despossessão mediada por valorização e circulação mercantil, sem expulsão direta (Pontes, 2017, p. 133).

Figura 3 – CETEx, Tupperware, Embrapa, Embratel e Comunidade do Piraquê.



Fonte: Google Earth. Elaboração própria (2026).

É nesse ponto que a noção de despossessão adquire centralidade. Em David Harvey (2004), ela designa a face contemporânea da acumulação primitiva, entendida como dinâmica permanente do capitalismo neoliberal. Em Raquel Rolnik (2015), manifesta-se na retração do direito à cidade por meio de remoções, despejos, regularização pró-mercado e financeirização da moradia, processos que empurram os pobres para as bordas urbanas e convertem a terra em ativo de valorização. Nessa chave, a regularização fundiária deixa de ser lida apenas como instrumento de reconhecimento da posse e passa a ser interrogada como dispositivo de reinserção de territórios precários nos circuitos de mercantilização. Em áreas como Guaratiba, a despossessão não opera apenas por expulsão direta, mas também pela produção de permanências condicionadas e instáveis, nas quais a posse é reconhecida e, ao mesmo tempo, subordinada à lógica da valorização fundiária.

"Marcha ao Oeste": máquinas de aniquilamento e erosão dos modos de vida

A transformação recente de Guaratiba não se exprime apenas na sucessão de leis, decretos ou procedimentos de regularização. Ela se inscreve na paisagem, reconfigurada sobretudo a partir da década de 1980, pela instalação de enclaves técnico-industriais, científicos e logísticos em grandes glebas da Zona Oeste e de seu entorno imediato. A criação do CETEx, a presença da Embrapa, a instalação da Tupperware, a operação dos satélites geoestacionários da Embratel Star One e, no bairro contíguo de Campo Grande, a consolidação do complexo Michelin compõem um vetor de reorganização territorial em contraste com a comunidade do Piraquê (Figura 3). Seus efeitos incidem sobre circulação, drenagem, traçado viário, valorização fundiária, uso do solo e ecossistemas locais, alterando as condições de reprodução de sítios, pequenas criações, horticultura, fruticultura e pesca.

A expressão "Marcha ao Oeste" é utilizada aqui em sentido crítico. Ela não designa um ideal integrador de interiorização do progresso, mas o avanço seletivo do capital sobre o chamado "sertão carioca". Para descrever os mecanismos concretos por meio dos quais esse avanço se materializa na reorganização do território, proponho o termo "máquinas de aniquilamento". Não se trata de uma categoria literal de Gilles Deleuze e Félix Guattari, mas de uma reelaboração ancorada em sua problemática das máquinas sociais, da captura e da antiprodução em *O anti-Édipo* (2010). O termo designa, neste capítulo, o conjunto de dispositivos materiais e institucionais que promovem devastação ambiental, desorganizam modos de vida locais e subordinam a terra à lógica da circulação e do mercado.

Essa chave permite ler a instalação de grandes glebas funcionalmente especializadas como operador de reclassificação territorial. Ao introduzirem novos regimes de circulação e uso, esses empreendimentos tornam certos usos viáveis e outros inviáveis, redefinem centralidades e produzem uma nova legibilidade do espaço. O rural não se extingue: passa a operar sob condição, comprimido e fragmentado, exposto a critérios externos de valor e a dispositivos de regulação que reordenam o acesso à terra e os usos legítimos do território.

A titulação como dispositivo: Iterj, recalque e bloqueio

A atuação do Iterj ocupa lugar central nessa história. No discurso oficial, a titulação é apresentada como resposta a décadas de ocupação precária, insegurança documental e conflitos fundiários, associando-se a promessas de inclusão, segurança jurídica e cidadania. O material de pesquisa, porém, evidencia a ambivalência desse processo. Ao individualizar direitos, a titulação dissolve formas coletivas de permanência; ao reconhecer juridicamente arranjos já em curso, pode formalizar apropriações assimétricas; ao permitir a circulação do imóvel, converte a terra em mercadoria. Nesses termos, deixa

de operar como simples solução técnica e passa a constituir um mecanismo político de reorganização da terra e da desigualdade.

Débora Franco Lerrer (2023) argumenta que a memória da reforma agrária e do conflito pela terra no Brasil é atravessada por processos de recalque: o problema agrário não desaparece, mas é deslocado e administrado por léxicos técnicos que evitam nomear a concentração fundiária e a desigualdade estrutural. Nesse sentido, a passagem de um horizonte redistributivo para uma gestão administrativa da regularização atua como operação de neutralização do conflito, preservando a estrutura desigual de acesso à terra sob a forma de formalização documental.

Em contraponto, a reflexão de Deleuze e Guattari (2010) permite tratar o recalque para além da psicanálise estrita, como operação de bloqueio de forças desejantes: mecanismos que impedem a irrupção de formas outras de apropriação, partilha e uso da terra. Nessa chave, a titulação pode funcionar como dispositivo de bloqueio: em vez de liberar a potência coletiva das práticas locais de posse, captura-a e a reconduz à gramática da propriedade individual, funcional ao mercado.

Essa ambivalência é analiticamente decisiva. A regularização não é descartada como irrelevante; ela deve ser historicizada como técnica política de reconhecimento seletivo. Em territórios sob forte pressão imobiliária e ambiental, a titulação não apenas reconhece direitos: ela reclassifica usos, redefine expectativas e reposiciona a terra nos circuitos econômicos e políticos da cidade.

Matriz I e II: estrutura fundiária invisível e propriedade intermediária

Na atuação recente do Iterj, sobressaem iniciativas como o Pacto RJ, o Cidade Integrada e o Casa Legal, orientadas à regularização fundiária, à urbanização e à integração de territórios populares. A documentação administrativa do próprio Estado registra esses programas como parte do aumento

de demanda dirigido à autarquia por ações de regularização fundiária de interesse social, em contextos rurais e urbanos; paralelamente, o portal oficial do governo estadual mantém serviço específico para consulta das comunidades assistidas. Trata-se, aqui, de analisar o modo como essas políticas consolidam a titulação e a formalização jurídica como linguagem dominante da intervenção fundiária contemporânea, convertendo a terra em objeto legível, governável e circulável.

É nesse quadro que os assentamentos Matriz I e II, atendidos pelo Iterj (Figura 4) no âmbito do Casa Legal, se tornam elucidativos. A documentação referente à Matriz II permite acompanhar a estabilização progressiva de uma relação jurídica individualizada em área de transição urbano-rural. Um caso doméstico, aqui tratado como trajetória típica de um morador antigo, é suficiente para explicitar a temporalidade do dispositivo: no início dos anos 1990, registra-se o pagamento de uma primeira prestação, de valor nominal, associada ao uso do lote (em 22 de junho de 1991); em seguida, em 1992, procede-se ao protocolo cadastral; e apenas décadas depois, em 2024, são expedidos planta e memorial descritivo, culminando na emissão de termo de concessão de uso como direito real resolúvel. O encadeamento não é meramente burocrático. Ele materializa uma forma de governo por camadas documentais, na qual a permanência se torna dependente de marcos administrativos sucessivos, produzindo uma posse reconhecida, porém condicionada, e uma cidadania territorial administrada no tempo.

A planta e o memorial descritivo esclarecem, ainda, o tipo de fronteira socioambiental no qual essa regularização se realiza. O lote confronta diretamente com o curso d'água, o que aciona o regime jurídico de Área de Preservação Permanente. A formalização, portanto, opera em um espaço que não se ajusta plenamente nem ao modelo de bairro popular consolidado, nem ao paradigma de assentamento rural produtivo. O tamanho e o desenho cadastral dos lotes remetem a uma matriz urbana de baixa renda (Figura 4); a inserção territorial, contudo, permanece atravessada por canais, drena-

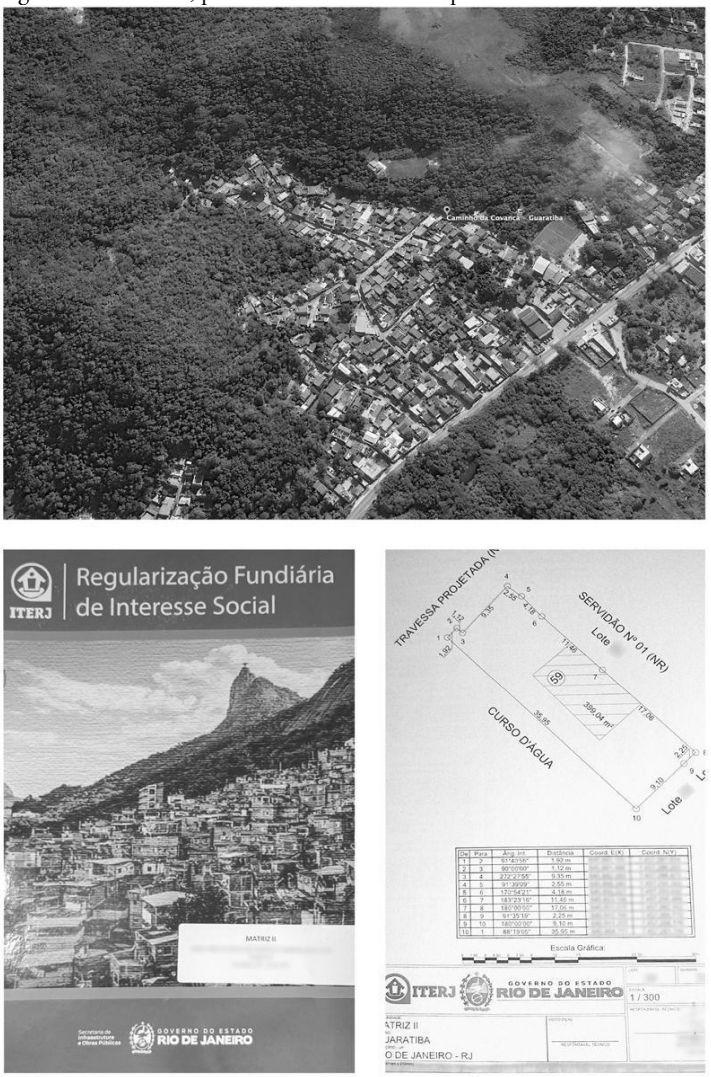
gens e remanescentes de paisagem periurbana. Essa ambivalência é sociologicamente relevante, porque desloca o foco do "déficit documental" para a produção de um regime híbrido: nem plena integração urbana, nem ruralidade produtiva; antes, uma forma de ocupação cuja legibilidade jurídica é permanentemente negociada entre restrição ambiental, pressão fundiária e acomodação institucional.

As entrevistas com uma interlocutora diretamente vinculada à trajetória do morador referido, bem como com outros residentes, tornam mais nítida a gramática social que sustenta esse arranjo. Em Matriz I e II, cessões e transferências de lotes tendem a ocorrer no interior de redes familiares e de vizinhança, frequentemente mediadas pela associação de moradores. A autarquia aparece, então, como instância de validação: "passar para o nome" não descreve apenas uma formalidade, mas a passagem de um acordo local — muitas vezes verbal, sustentado por confiança, testemunho e reconhecimento comunitário — para um fato juridicamente legível. Os documentos oficiais não registram os valores das transações, mas produzem o elemento decisivo: a chancela estatal que estabiliza a posição do ocupante perante terceiros. Nessa operação, o Iterj não apenas reconhece; ele seleciona, enquadra e traduz práticas sociais de posse em categorias administráveis, convertendo relações sociais em direitos individualizados e condicionais.

A comparação com assentamentos rurais clássicos explicita a especificidade do caso. Em Guaratiba, lotes de aproximadamente 399 m^2 não se orientam prioritariamente à produção agrícola, mas à fixação residencial em território submetido à pressão imobiliária e restrições ambientais. O que se consolida é uma estrutura fundiária invisível: uma malha de reconhecimentos parciais, cadastros, termos de concessão e rotinas associativas que não coincide com a propriedade plena, porém produz estabilidade suficiente para sustentar moradia, circulação de lotes e expectativas de permanência. Trata-se de uma forma intermediária de propriedade, estatalmente garantida e juridicamente resolúvel, que depende, para operar, de mediações co-

munitárias e de uma economia moral de reconhecimento local. É nesse intervalo entre o acordo social e a inscrição documental que a regularização ganha seu rendimento analítico: ela não apenas "formaliza" o território; ela reorganiza hierarquias de legitimidade, redistribui capacidades de provar e faz da posse uma relação simultaneamente reconhecida e administrada.

Figura 4 – Matriz II; processo administrativo e planta/memorial descritivo



Fonte: Google Earth. Iterj. Elaboração própria (2026).

Considerações finais

A trajetória de Guaratiba mostra que a passagem das antigas freguesias rurais à Zona Oeste contemporânea não se deixa reduzir a uma narrativa linear de urbanização de uma periferia "vazia" ou "atrasada". O que se observa é a produção histórica de um território submetido a reclassificações sucessivas e a camadas concorrentes de normatividade, nas quais ruralidades persistentes, restrições ambientais, vetores infraestruturais e expectativas de valorização passaram a incidir simultaneamente sobre o uso da terra. Nesse quadro, a regularização fundiária aparece como processo ambivalente. Pode produzir reconhecimento, mas também reclassificar a terra como ativo mercantil; pode garantir alguma estabilidade, contudo também dissolver práticas coletivas; pode formalizar a posse, porém não necessariamente democratizar o acesso à terra.

A principal implicação historiográfica é que a história rural, a história ambiental e a história fundiária não constituem agendas paralelas para compreender Guaratiba. Elas convergem na análise de como terra, documentos, tempo e violência coproduzem legalidades e desigualdades. A Zona Oeste emerge, assim, como fronteira interna de urbanização e governo, na qual a proteção ambiental, longe de suspender a disputa pela terra, requalifica seus termos, e a regularização, longe de atuar como solução neutra, integra os mecanismos contemporâneos de reorganização territorial. O que este capítulo procura demonstrar é que, nesse tipo de espaço, a questão decisiva não é apenas "ter ou não ter título", mas quais formas de vida se tornam viáveis, quais usos se tornam legítimos e quais modalidades de permanência passam a ser governadas sob condição.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 1997.

ALVES, José Cláudio de Souza. **Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, [2003], 2019.

ALVES, José Cláudio Souza. Milícias: mudanças na economia do crime no Rio de Janeiro, *In*: JUSTIÇA GLOBAL (org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

AUYERO, Javier. **Patients of the State**: the politics of waiting in Argentina. Durham: Duke University Press, 2012.

AUYERO, Javier; SWISTUN, Débora. Tiresias in Flammable Shantytown: Toward a Tempography of Domination. **Sociological Forum**, v. 24, n. 1, 2009, p. 1-21.

BERNARDES, Lysia. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. *In*: ABREU, Maurício de Almeida (org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, p. 37-53, 1992.

BRASIL. Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 7 mar., 1938.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thaís. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CANO, Ignacio; IOOT, Carolina. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro. JUSTIÇA GLOBAL. **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela em três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, Daniel Veloso *et al*. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro**: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Relatório. [*S. l.*]: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF); Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ), jan., 2021.

LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev., 2020.

LERRER, Débora Franco. Memória, recalque e questão agrária no Brasil. **Revista Raízes**, v. 43, n. 1, p. 89-104, jan.-jun., 2023.

MARTÍNEZ, Manuel Enrique Pérez; NATES-CRUZ, Beatriz; ACOSTA-NATES, Paola. **Estudios del rururbano en América Latina**: teorías y métodos, regulación, impacto ambiental, turismo, patrimonio, mercado y servicios. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2022.

MISSE, Michel. Crime comum e crime organizado no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, 2011, p. 13-25.

MOTA, Maria Sarita. Desenvolvimento rural sustentável no município do Rio de Janeiro: o caso de Guaratiba. *In*: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2007, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2007.

MOTA, Maria Sarita C. **Nas terras de Guaratiba**: uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre

os séculos XVI-XIX. (Tese de doutorado). (CPDA/UFRRJ): Seropédica, 2009.

MOTA, Maria Sarita. Saberes rurais: o caso da Fazenda Modelo e das escolas rurais do sertão carioca. *In*: Encontro da Rede de Estudos Rurais, n. 1, 2006, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2006. p. 1543-1558.

MOTA, Maria Sarita; PEIXOTO, Fernando C. O continuum rural-urbano na formação da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. *In*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Anpur, 2006.

MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura**: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

PEDROZA, Manoela. **Terra de resistência**: táticas e estratégias camponesas no sertão carioca (1950-1968). **(**Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003.

PONTES, Maria Lúcia. Experiências da regularização fundiária na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. *In*: BELLO, Enzo; PAROLA, Giulia; TOLEDO, Bianca Rodrigues (org.). **Direito à cidade**: regularização fundiária. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. p. 129-140, 2017.

REDFIELD, Robert. **The little community and peasant society and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

RIO de Janeiro (Estado). **Decreto Estadual n. 5.415, de 31 de março de 1982**. Modifica a área da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. Rio de Janeiro, 1982.

RIO de Janeiro (Estado). **Decreto Estadual n. 7.549, de 20 de novembro de 1974**. Cria a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. Rio de Janeiro, 1974.

RIO de Janeiro (Estado). **Decreto Estadual n. 32.365, de 10 de dezembro de 2002**. Ajusta os limites da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. Rio de Janeiro, 2002.

RIO de Janeiro (Estado). Instituto de Segurança Pública (ISP RJ). **Relatórios de Gestão e Dados de Letalidade Violenta**. Rio de Janeiro, 2024-2026.

RIO de Janeiro (Estado). Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ). **Relatórios de Reestruturação de Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2024.

RIO de Janeiro (Estado). Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro. **Procedimento Administrativo E-02/150.464/2005**, 2005.

RIO de Janeiro (Estado). Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório sobre a área de Barra de Guaratiba**, 2005.

RIO de Janeiro (Estado). **Lei Estadual n. 5.842, de 3 de dezembro de 2010**. Recategoriza a Reserva Biológica e Arqueológica Estadual de Guaratiba como Reserva Biológica Estadual de Guaratiba, redelimita sua área e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2010.

RIO de Janeiro (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Ação civil pública**: parcelamento irregular/clandestino do solo urbano no lote 3 do PAL 40.075, Rua Fernando Chacel (antigo Caminho do Itapuca), Barra de Guaratiba, Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro: MPRJ, 2026. Disponível em: https://bit.ly/4bgsLlU. Acesso em: 1 mar.

RIO de Janeiro (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Ação civil pública com pedido liminar***:* danos ambientais e loteamento irregular no Condomínio Green Garden, Estrada da Grama, n. 400, Guaratiba, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MPRJ, 2026. Disponível em: https://me-l.co/1v8dwwp7. Acesso em: 1 mar. 2026.

RIO de Janeiro (Município). **Decreto n. 37.483, de 31 de julho de 2013**. Cria a Área de Especial Interesse Ambiental da Região de Guaratiba - XXVI Região Administrativa. Rio de Janeiro, 2013.

RIO de Janeiro (Município). **Decreto n. 42.659, de 13 de dezembro de 2016**. Cria a Área de Especial Interesse Ambiental de Guaratiba - XXVI Região Administrativa, com base no disposto pela Lei Complementar n. 111, de 1 de fevereiro de 2011. Rio de Janeiro, 2016.

RIO de Janeiro (Município). **Lei Complementar n. 111, de 1 de fevereiro de 2011**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

RIO de Janeiro (Município). **Lei Complementar n. 270, de 16 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2024.

RIO de Janeiro (Município). **Lei Complementar n. 286, de 8 de setembro de 2025**. Cria a área geográfica da Zona Sudoeste da Cidade do Rio de Janeiro, que abrange os bairros das Regiões Administrativas XVI, XXXIV e XXIV, que ora compõem a Área de Planejamento 4. Rio de Janeiro, 2025.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Um sertão entre muitas certezas**: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro. 1945-1964. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói: UFF, 2005.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). **Confins – Revue franco-brésilienne de géographie** [online] 13, 2011.

Terras indígenas para colonização agrícola:
permanência indígena e projeto de devassamento das matas (Pernambuco, 1860-1880)[1]

Mariana Albuquerque Dantas
mariana.dantas@ufrpe.br
Departamento de História/UFRPE

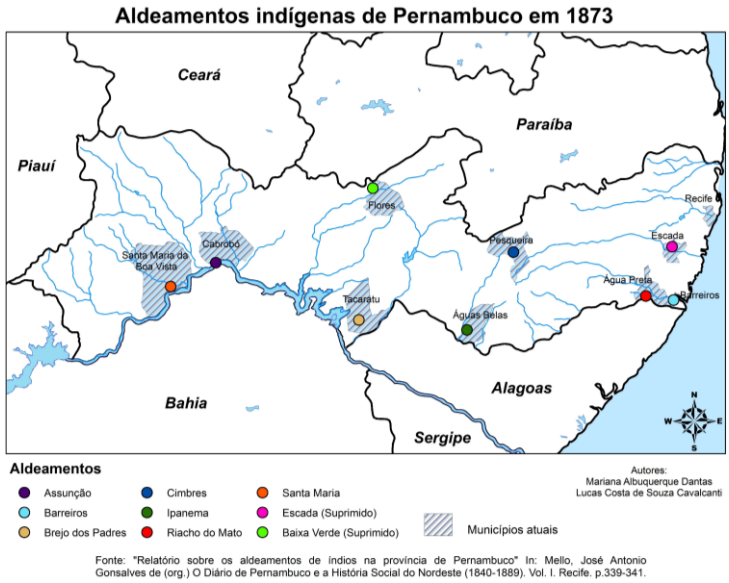
Resumo
O objetivo deste artigo é analisar as transformações em torno do território do aldeamento do Riacho do Mato na segunda metade do século XIX, posteriormente transformado na Colônia Agrícola Socorro, situado na fronteira entre as províncias de Pernambuco e Alagoas. A presença indígena continuou a ser observada na região mesmo após as intensas transformações territoriais, ocasionadas com a extinção do aldeamento; e sociais, em função do deslocamento de milhares de migrantes da seca de 1877 para o estabelecimento da colônia agrícola. A partir da análise de petições elaboradas pelos indígenas, documentos produzidos pela administração imperial e mapas, pretendi demonstrar os processos de apagamento e de permanência dos indígenas do Riacho do Mato diante dos projetos estatais para a região e ao avanço da agroindústria açucareira.
Palavras-chave: povos indígenas; aldeamento; zona da mata sul; colônia agrícola; agroindústria açucareira.

[1] Agradeço as leituras atenciosas, sugestões e críticas de Pablo Quintero e Monica Duarte Dantas. Este texto é uma adaptação de DANTAS, Mariana A. Disputes about indigeneity: erasure and permanence in Riacho do Mato (Pernambuco, Brazil) 1860-1890. e-Journal of portuguese history, v. 1, p. 1-34, 2025. DOI: 10.1163/16456432-bja10017.

Introdução

O aldeamento do Riacho do Mato, situado na Zona da Mata Sul de Pernambuco próximo à fronteira com Alagoas, foi criado em 1861 por meio de aviso do Ministério da Agricultura de 14 de setembro, que mandou medir e demarcar uma porção de terreno para os duzentos indígenas já ali instalados e para os que deveriam chegar da aldeia de Escada. O terreno deveria ser medido e dividido na proporção de 22.500 braças quadradas para cada família indígena estabelecida no lugar. A demarcação deveria ter continuidade de acordo com a chegada dos demais indígenas de Escada até completar uma légua em quadro. Além disso, ordenava-se que fossem distribuídas ferramentas, tais como machados e enxadas, para o trabalho na lavoura. Também deveria ser indicado um diretor parcial para o novo aldeamento, sendo este um indivíduo aceito pelos indígenas[2]. A localização dos dois aldeamentos pode ser conferida na figura a seguir:

Figura 1 – Aldeamentos indígenas de Pernambuco em 1873



Fonte: "Relatório sobre os aldeamentos de índios na província de Pernambuco" In: Mello, José Antonio Gonsalves de (org.) O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889). Vol. I. Recife. p.339-341.

[2] Cópia do Ofício do Ministério da Agricultura para o presidente da província de Pernambuco. 14 setembro 1861. Apeje. Série Petições Índios, f. 74v-75.

O aldeamento foi extinto em 1873, e em seu lugar foi criada a Colônia Agrícola Socorro, em 7 abril de 1878, com o objetivo de receber migrantes da seca de 1877. Um dos objetivos declarados pelo governo provincial era o de retirar as pessoas que se aglomeravam em Recife e em lugares próximos, além de empregá-las em serviços públicos, como construção de açudes, cemitérios, igrejas, estradas de ferro e calçamento de ruas. No entanto, o projeto de criação de uma colônia no Riacho do Mato não era novo. Já na década de 1850, o presidente de Pernambuco, Honório Carneiro Leão, sugeriu que a criação de colônias militares fosse orientada por uma lei a ser aplicada onde havia conflito. Ele afirmou que o Riacho do Mato deveria ser

> ponto principal a ser ocupado pelos aquartelamentos e de onde deveriam partir estradas que se dirigissem à vila de Imperatriz, a Jacuípe, a Porto Calvo, à Água Preta e daí pela ribeira do Una até Barreiros[3].

O principal objetivo deste capítulo é demonstrar a permanência dos indígenas no Riacho do Mato, mesmo após a extinção oficial do aldeamento. Como em outros lugares da atual região Nordeste do Brasil, a mistura resultado desse processo, embora tenha levado à ausência do reconhecimento oficial enquanto coletividade diferenciada, não significou o desaparecimento dos indígenas (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 193-228). A defesa do acesso à terra de acordo com a nova configuração fundiária registrada nas petições de indígenas após a extinção do aldeamento, contribui para ratificar a presença dos indígenas no território aqui analisado.

A indígena Curdulina Maria dos Reis, em 1876, enviou uma petição ao presidente da província de Pernambuco demandando a posse de um lote de terras para trabalhar em conjunto com seus três filhos e, assim, poderem se alimentar. Moradora do Riacho do Mato, relembrou que o próprio governo provincial havia mandado dividir essas terras e distribuir os lotes para que os

[3] Carta de Honório Carneiro Leão para Ildefonso de Souza Ramos, 18 de maio de 1850 (OLIVEIRA, 2013, 125).

indígenas pudessem realizar cultivos. A decisão do presidente foi a de reconhecer o "direito ao lote de terras que requer", embora não compreendesse a suplicante como "índia"[4].

Dezesseis anos depois, Manoel Severiano dos Santos solicitou ao governo do estado de Pernambuco proteção em relação aos abusos cometidos pelo capitão Manoel de Souza Leão, seu vizinho e senhor do Engenho Laranjeira, que o pressionava para ter acesso ao território que ocupava. As terras em questão eram constituídas pelo Sítio Rochedo, situado no distrito do Riacho do Mato, identificado como lote 71 quando da divisão do extinto aldeamento em 1876, e concedido a seu irmão Luiz José de França, e a esposa deste, Curdulina Maria da Conceição. Todos provenientes da cidade de Escada, localidade próxima. Santos informou a revalidação do direito adquirido sobre o lote por meio de aviso do Ministério da Agricultura de 1880. Devido ao falecimento do irmão e da cunhada, em torno de 1882, ele ficou oficialmente responsável pelos órfãos, duas meninas e um menino, de acordo com decisão do juiz de direito de Palmares. Por isso, vinha cultivando o referido lote, com plantações de café, jaca e limão, mas sofria com a violência de seu vizinho, que ameaçou "conduzi-lo para a prisão embaixo do rifle de soldados". O documento foi elaborado na localidade denominada "Sertãozinho"[5].

No mesmo ano, 1892, Maria Madalena da Conceição, "índia da extinta aldeia do Riacho do Mato", viúva duas vezes, em petição enviada ao governo de Pernambuco, informou que ocupava há 25 anos o terreno denominado Fundão de Cima, garantido devido à demarcação de 215 lotes realizada na

[4] Petição de Curdulina Maria dos Reis, índia da aldeia Riacho do Mato, para o presidente da província. Riacho do Mato, 25 janeiro de 1876. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Pernambuco (Apeje). Petições-índios, f. 122.

[5] Petição de Manoel Severiano dos Santos, irmão de Luiz José de França e cunhado de Curdulina Maria da Conceição, ambos índios falecidos da extinta aldeia de Escada, para o governador do estado. Sertãozinho, 15 fevereiro de 1892. Apeje, Petições-índios, f. 126-127v.

década de 1870 pelo presidente da província. Mas estava passando por grandes dificuldades para sustentar seus sete filhos, pois o senhor José Alves Maciel vinha praticando esbulhos, "roubando os terrenos dos índios e das índias", incendiando as suas casas e vendendo terras ao subdelegado, que não foi identificado. Recordou ainda que, no "ano de sessenta, os indivíduos daquela aldeia [Riacho do Mato], duzentos e doze índios, foram à Corte do Rio de Janeiro", para entrar em contato com o ministro da Agricultura. Conseguiram a distribuição de ferramentas e recursos, bem como a disponibilização de "vinte e duas mil e quinhentas braças de terras" para se instalarem no Riacho do Mato. Sobre os esbulhos e as violências sofridos, Conceição já havia recorrido ao delegado de polícia, que nada fez a respeito. Por isso, fazia a denúncia e recorria ao governador do estado para que usasse de sua "justa administração e leis, como de justiça reta" no sentido de cessar os esbulhos e incêndios realizados pelos "posseiros da circunvizinhança do Riacho do Mato". Foi anexada à petição uma lista nominal que identifica 244 "índios da aldeia do Riacho do Mato", distribuídos em 122 unidades familiares. O primeiro da lista era o capitão Manoel Valentim dos Santos, com 46 anos. Todos trabalhavam como agricultores[6].

Essas três petições elaboradas por indígenas, mas escritas por pessoas letradas, já que os titulares das demandas eram analfabetos, apresentam informações riquíssimas para a análise de aspectos da construção da condição de indígena no final do século XIX em Pernambuco e no Brasil. Por isso, a análise proposta ao longo deste artigo ocorrerá de acordo com as pontuações realizadas pelos próprios indígenas nesses documentos.

População local e autoridades passaram a questionar a identidade étnica dos habitantes do extinto aldeamento, fundamentando-se, principalmente, na legislação fundiária do período, Lei de Terras de 1850 e o Regulamento

[6] Petição de Maria Madalena da Conceição, índia da extinta aldeia do Riacho do Mato, para o governador do estado. Riacho do Mato, 3 março 1892. Apeje, Petições-índios, f. 128-129. Alistamento dos índios da Aldeia do Riacho do Mato, f. 130-135.

de 1854. Ao mesmo tempo, os habitantes continuaram a se perceber como indígenas, atualizando a sua compreensão sobre o direito de acesso à terra de acordo com os dispositivos legais vigentes. Esse processo será analisado na primeira parte do texto, tomando como ponto de partida a criação do aldeamento do Riacho do Mato em 1861 como fruto do aprendizado político dos indígenas e de suas lideranças, a exemplo de Manoel Valentim dos Santos (Dantas, 2011, p. 511-564).

O segundo aspecto é o impacto da sobreposição da Colônia Agrícola Socorro ao aldeamento em relação ao acesso dos indígenas à terra. O centro da colônia foi situado na localidade denominada "Sertãozinho", como se verá adiante, onde o indígena Manoel Severiano dos Santos elaborou sua petição. Embora a existência da colônia tenha sido curta, pois as atividades foram encerradas em 1880, ela possibilitou a circulação de milhares de pessoas, recebendo lotes e sendo empenhadas na agricultura e no trabalho em obras públicas, em um espaço no qual os indígenas continuavam habitar.

Como resultado, os conflitos por terra se acirraram. Para a análise dessa situação, será fundamental compreender as circunstâncias em que a colônia foi instalada e o tipo de relação construída pelo Estado brasileiro entre os indígenas e os lotes do antigo aldeamento, ressignificados pelos próprios indígenas. As questões serão abordadas na segunda parte do texto a partir da análise da constituição da Colônia Socorro como um projeto político provincial de devassamento da região limítrofe entre Pernambuco e Alagoas, ainda formada por densas matas no final do século XIX, e da política imperial de avanço das fronteiras internas.

Na última parte, serão analisados os conflitos relatados entre indígenas e não indígenas a partir da análise de mapas produzidos entre as décadas de 1820 e 1880. Neles é possível visualizar o desenvolvimento territorial da região aqui analisada. Inicialmente conhecida pela densidade das matas e qualidade das madeiras existentes, aquele espaço passou a ser caracterizado pelo avanço de propriedades particulares, marcadamente produtoras de açúcar,

e pelo estabelecimento de duas colônias militares e uma agrícola. Os conflitos relativos à terra se intensificaram diante das estratégias de apossamento por parte de senhores de engenho sobre território indígena. Além disso, os territórios do extinto aldeamento e das colônias deram origem aos atuais municípios pernambucanos e alagoanos na região, nos quais a presença indígena é iludida. Assim, será possível identificar mais elementos relativos às demandas apresentadas pelos indígenas nas décadas de 1870 e 1890, inserindo-as em um contexto mais amplo de mudança social provocada pelas disputas por recursos materiais entre desiguais.

Como se verá, o aldeamento do Riacho do Mato teve uma trajetória bastante singular, uma vez que não foi criado no período colonial, mas em um momento histórico em que havia esforços governamentais para extinguir esses territórios coletivos em áreas de colonização antiga, como no caso de Pernambuco. Não obstante, a mesma legislação promotora desse apagamento também garantia a possibilidade de criação de novos aldeamentos em áreas onde fosse necessário colonizar e controlar a população indígena (Cunha, 1992). É muito significativo, então, que a população que vivia no Riacho do Mato tenha passado a reivindicar o seu reconhecimento como aldeamento em plena década de 1860, utilizando um caminho legal disponível.

Com uma experiência tão peculiar, os indígenas reunidos no Riacho do Mato, provenientes principalmente dos aldeamentos vizinhos de Escada e Cocal, possivelmente entenderam que a sua condição diferenciada no século XIX ainda significava a garantia de direitos formulados no período colonial, sendo o mais importante o acesso à terra[7]. É a partir dessa percepção que tratarei a relação entre a condição indígena e um território muito específico, definido a partir das experiências indígenas diante do processo de territorialização (Pacheco de Oliveira, 2016).

[7] Sobre os direitos indígenas previstos na legislação colonial, *cf*. Almeida, 2013.

Aprendizado político indígena no território multiétnico do Riacho do Mato

A criação do aldeamento do Riacho do Mato foi fruto da articulação realizada por indígenas liderados por Manuel Valentim dos Santos, que habitava aquela área desde 1858. O grupo inicialmente formado era proveniente do aldeamento de Escada, situado nas proximidades, onde os conflitos com senhores de engenho haviam estimulado uma parte dos indígenas a solicitar sua transferência para o Riacho do Mato. Essa decisão não foi unânime entre os indígenas de Escada, entre os quais muitos não reconheceram a liderança de Valentim. O diretor-geral da província de Pernambuco era contrário à mudança, afirmando que traria benefícios apenas para os posseiros não indígenas em Escada, que teriam as terras desimpedidas (Valle, 1992, p. 307-311). Provavelmente, em função dos argumentos apresentados pelo diretor-geral, o Ministério da Agricultura, em 1862, revogou a remoção dos indígenas de Escada para o Riacho do Mato e, por consequência, voltou atrás na demarcação das terras. Valentim e outros indígenas envolvidos foram presos e acusados de desobediência às autoridades, invasão de terras e sedição (Silva, 2021).

No entanto, a decisão de 1862 e a prisão dos indígenas não impediram a sua atuação em defesa da manutenção do novo aldeamento. Entre as estratégias articuladas por Valentim e demais indígenas, estavam as visitas à corte, três no total, e a elaboração de petições. Como resultado, em 1864 foi emitido aviso pelo ministro da Agricultura, no qual ordenou ao presidente da província de Pernambuco a permanência de Manuel Valentim no Riacho do Mato: "Onde tem morada e plantações, e convindo que ali seja garantido em seus direitos, recomendo a Vossa Excelência que o faça persistir naquele

lugar até que nova deliberação seja tomada".[8] Então, a despeito dos movimentos contrários, o Riacho do Mato continuou sendo reconhecido como aldeamento; e a permanência de seus habitantes, garantida.

A composição étnica do aldeamento era bastante variada. Além dos indígenas de Escada, havia uma população de pessoas pardas, negras e escravizadas que habitava aquela localidade desde a Guerra dos Cabanos (1832-35) (Lindoso, 1983; Freitas, 1982), e indígenas das aldeias do Cocal e de Jacuípe, ambas em Alagoas, para os quais o Riacho do Mato deveria representar um refúgio importante. Segundo o subdelegado da Colônia Militar Leopoldina, alguns indígenas do Cocal foram "seduzidos" por Manuel Valentim dos Santos e, ao serem levados de volta para a sua aldeia em Alagoas, logo retornaram ao Riacho do Mato[9]. Já sobre os emigrados de Jacuípe, o diretor-geral afirmou que viviam sob a proteção daquela liderança[10].

A participação dessa população diversificada nas revoltas da primeira metade do século XIX é dado central para compreender a escolha do local para o estabelecimento do aldeamento na década de 1860. Muitas pessoas que participaram desses eventos permaneceram morando ali, trabalhando nos engenhos e nas fazendas, bem como nos seus próprios roçados. Além disso, na região de fronteira entre as duas províncias se desenvolveram grande parte dos conflitos relacionados às revoltas do período. Foi naquele espaço que desembarcaram as forças de repressão à Revolução de 1817 e à Confederação do Equador de 1824, angariando apoio entre potentados locais e populações indígenas; ali também se enfrentaram cabanos e tropas imperiais, e, anos depois, os revoltosos da Revolução Praieira se refugiaram e guerrearam com as forças do governo instituído (Bernardes 2011a, p. 69-96;

[8] Aviso do Ministro da Agricultura, Pedro de Alcântara Bellegarde, ao presidente da província de Pernambuco. 11 março 1864. Apeje. Série Petições Índios, f. 27-27v.

[9] Atestado do subdelegado da colônia militar Leopoldina, Manoel Cândido Rocha de Andrade. 25 dezembro 1865. Apeje. Série Petições Índios f. 81-81v

[10] Ofício do diretor-geral interino dos índios, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, para o presidente da província, Frederico de Almeida e Albuquerque. 26 janeiro 1870. Apeje. Série Diversos II, 19, f. 154-154v.

Bernardes 2011b, p. 131-166; Carvalho; Câmara, 2011, p. 355-390) . Com isso, queremos afirmar que a população de pobres livres, libertos e escravizados que já habitava naquela região, ali se refugiando, vivenciou experiências singulares nos diferentes contextos de revoltas e guerras, situação que certamente impactou na construção das identidades étnicas dessas populações a partir das relações que estabeleceram.

É interessante perceber que as terras no Riacho do Mato, de acordo com o primeiro aviso de 1861, foram concedidas em lotes para as famílias indígenas, individualizando o acesso ao território, situação condizente com as da Lei de Terras de 1850 e suas regulamentações. Esse foi o mesmo mecanismo utilizado após a extinção dos aldeamentos a partir da década de 1860, para que as famílias indígenas pudessem permanecer provendo a sua subsistência nos lotes e descaracterizando o usufruto coletivo do território (Valle, 1992; Ferreira, 2006; Dantas, 2010). Ao mesmo tempo, a população ali estabelecida era vista pelo Estado como um grupo, uma coletividade, já que deveria ser administrada por um diretor parcial, tal como dispunha o Regulamento das Missões de 1845[11].

O reconhecimento da aldeia do Riacho do Mato, conforme o aviso ministerial de 1861, ocorreu em um momento de intensificação de conflitos e de perspectiva de extinção das aldeias da província. Portanto, o aldeamento do Riacho do Mato estava na contracorrente. Sua principal liderança, Manuel Valentim, com domínio dos instrumentos legais e conhecimento das culturas políticas e novas instituições do período, recorreu ao diretor-geral e ao imperador para fazer suas reivindicações. Baseado nas leis, que ainda garantiam terras para os aldeamentos, Manuel Valentim conseguiu aprovação a despeito dos argumentos contrários.

Não obstante, o estabelecimento e a manutenção do Riacho do Mato foram muito criticados pelos proprietários e pelas autoridades locais. Edson Silva chama a atenção para as fontes produzidas durante o processo de 1861

[11] Art. 2º do Decreto nº 426 ou Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da, 1992. p. 195.

relativas aos conflitos entre indígenas e um inspetor de quarteirão. Nessas fontes, parte das pessoas envolvidas nos conflitos e da população residente na nova aldeia foram descritas como não indígenas. Haveria, ao lado de Valentim, "um cabra negro intitulado por índio", um grupo de "20 a vinte e cinco cabras armados, entre estes alguns índios", outros tantos negros, pardos, mamelucos, acaboclados e "cabras". Uma autoridade vizinha explicou que na aldeia viviam "homens de diferentes raças". De acordo com o diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, área próxima ao aldeamento, sobre o qual tratarei adiante, "todos eram supostos índios que se julgavam feridos em seus direitos" (Silva, 2021, p. 77-78). Essa argumentação significava a desvinculação entre a população habitante dos aldeamentos e o direito conferido desde o período colonial de acesso coletivo às terras, desautorizando a condição jurídica específica daqueles identificados como "misturados" ou caboclos.

É de se esperar que a população inserida nos conflitos por terras no Riacho do Mato fosse mestiça e, podemos afirmar, em grande parte indígena. Levando em consideração as suas experiências ao longo do tempo, entendo que é possível identificar um aprendizado político dos indígenas, e de seus antepassados, ao articularem a violência política como uma forma de atuação no âmbito público durante as revoluções e revoltas do período anterior, bem como acionarem mecanismos burocráticos para apresentar suas demandas (Dantas, 2011, Irurozqui Victoriano, 2012, p. 15-25). Como fruto desse aprendizado, defenderam o Riacho do Mato como um espaço indígena, então sujeito aos direitos específicos vigentes das leis do período, ao mesmo tempo que era habitado por uma população heterogênea.

O aldeamento do Riacho do Mato foi extinto em 4 de abril de 1873[12], mas muitas famílias indígenas ali permaneceram, como demonstram as petições dos anos de 1876 e 1892 apresentadas no início. Em junho de 1875,

[12] Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luiz José da Silva, para o presidente da província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 11 janeiro 1875. Apeje, Diversos II, vol. 29, f. 392-395v.

foram iniciados os trabalhos de delimitação do seu perímetro, definindo uma superfície de 54.050.296,55 m², dividida em 228 lotes, dos quais 77 foram distribuídos aos indígenas e às suas famílias, que totalizavam 243 indivíduos. Entre 1868, quando os limites do aldeamento foram reforçados, e 1875 foram feitas algumas demarcações ilegais pelos posseiros não indígenas Manoel Gomes da Silva, Francisco Jatobá Canuto, Caetano Delfino Monteiro Carvalho e outros. Durante os trabalhos de demarcação de 1875, a posse denominada Sertãozinho foi respeitada por sua manutenção ter sido definida por ordem do Ministério da Agricultura. Mas a posse havia sido dividida ao meio, permanecendo apenas metade como território do aldeamento[13].

A seca de 1877 e a Colônia Socorro

Em 1878, o vice-presidente da província de Pernambuco, Adelino Antônio de Luna Freire, assumiu a tarefa de coordenar as ações voltadas para os retirantes da seca, como construção de alojamentos e enfermarias na capital e, nesse contexto, passou a procurar lugares onde pudesse ser estabelecida uma colônia agrícola para acomodar essas pessoas. Um dos lugares verificados estava situado nas "terras públicas de Barreiros"[14], mas logo soube que, dos 97 lotes, 22 estavam ocupados por indígenas. Identificou, então, nas "terras devolutas do Riacho do Mato", o espaço para criação de uma colônia, reforçando a "conveniência de arredar da capital tão crescido número de retirantes". Destacou o engenheiro Luiz José da Silva, que também havia sido responsável pela delimitação e divisão das terras dos aldeamentos após o processo de extinção, para dar início às atividades da nova colônia. A

[13] Relatório sobre a extinta aldeia do Riacho do Mato elaborado pelo engenheiro-chefe da Comissão de Medição das Terras Públicas da província de Pernambuco, Luiz José da Silva. s/d. Apeje, RTP-17, f. 388-390.

[14] As "terras públicas de Barreiros" as quais o vice-presidente se refere eram as do aldeamento de Barreiros, extinto em 1875. Sobre esse processo, *cf*. Ferreira, Lorena de M., 2006.

repartição de obras públicas foi encarregada de construir os alojamentos nos lotes que já tinham sido demarcados, conforme constava em planta existente na secretaria do governo (Freire, 1896, p. 36-37). Sem dúvidas, tratava-se da planta do extinto aldeamento do Riacho do Mato, que analisarei mais à frente.

Para a fundação da colônia, o engenheiro partiu de Recife, viajando de trem, acompanhado de 385 retirantes e do frei Cassiano de Camachio, que assumiria a função de diretor. Levando em consideração o grande número de pessoas, já que cerca de outras 300 haviam se incorporado ao grupo inicial, o engenheiro sugeriu "a desapropriação dos terrenos contíguos ao extinto aldeamento do Riacho do Mato, denominados Tabocas e Tombador", a serem reunidos ao lugar "Pau Brasil". Sugeriu também o emprego dos "retirantes" na construção da estrada em direção à Vila de Palmares[15]. Com a definição da pessoa a assumir o cargo de diretor, frei Cassiano de Camachio, o centro da colônia foi estabelecido no lugar denominado "Sertãozinho"[16].

O vice-presidente informou que a população da colônia aumentou, em maio de 1878, para pouco mais de 3 mil pessoas, devido à "remessa diária" das que chegavam à capital. Dentre essas, 449 pessoas receberam 47 lotes e passaram a trabalhar nas plantações, e 2.564 foram ocupadas em "diversos trabalhos" (Freire, 1896, p. 42-44). O diretor da colônia afirmou que havia um inconveniente na forma como os lotes foram distribuídos, já que muitos eram intermediados pelos ocupados pelos "índios da extinta aldeia de Escada"[17].

---

[15] Relatório do engenheiro Luiz José da Silva para o presidente em exercício da província, Adelino Antônio de Luna Freire. 10 abril 1878 *apud* Freire, Antônio Adelino de Luna. 'Continuação do estudo Colônia Socorro' 1896, f. 31-41.

[16] Relatório do diretor da Colônia Agrícola Socorro, frei Cassiano de Camachio, para o presidente da província, Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda. 31 outubro 1878. Apeje, CD 4, f. 74-79.

[17] Relatório do diretor da Colônia Agrícola Socorro, frei Cassiano de Camachio, para o presidente da província, Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda. 31 outubro 1878. Apeje, CD 4, f. 74-79.

Em junho do mesmo ano, já existiam mais de 9 mil pessoas na Colônia Socorro provenientes das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e do interior de Pernambuco. No entanto, após a passagem da estação chuvosa, muitas pessoas resolveram sair dali, o que Luna Freire atribuiu à "livre vontade" dos migrantes, ou à dificuldade de se "sujeitar aos trabalhos e ao regime adotado no estabelecimento" (Freire, 1896, p. 42-44). Interessante é que ele mesmo apontou outras circunstâncias que poderiam levar as pessoas a se retirarem da Colônia em busca de melhores condições de vida: dificuldade de abastecimento de víveres devido à situação das estradas com as chuvas do período e o estado sanitário da localidade, que fez proliferar várias doenças, como sarampo e difteria.

Apesar de não estar explícito no estudo de Freire, a mobilização da força de trabalho dos retirantes havia sido uma orientação do governo da província de Pernambuco. A alternativa para cobrir os gastos públicos com a sobrevivência dessa população, que vinha recebendo alimentos, seria empregá-la em obras públicas, pagando-lhe salários[18]. Essa foi a sugestão, tendo em vista que a Comissão Central de Socorros, situada na capital Recife, informava sobre os esforços para diminuir o dispêndio de recursos públicos com os retirantes, como o encerramento das atividades dos alojamentos que estavam espalhados pela cidade e seus arredores[19].

Não obstante, o uso da mão de obra dos retirantes não se justificou apenas pelo controle dos gastos públicos, mas estava relacionado diretamente ao nascimento da indústria da seca, em 1877. De acordo com Roger L. Cuniff, foi no contexto da tragédia da seca e da crise então gerada que políticos e intelectuais da região perceberam a oportunidade de finalizar grandes pro-

[18] Ofício do presidente da província de Pernambuco, Adolpho de Barros, para o Ministro dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho. 12 dezembro 1878. Arquivo Nacional (AN). Série Interior. Negócios de Províncias e Estados (AA). IJJ^{9} 270, f. 325.

[19] Ofício da Comissão Central de Socorros para o presidente da província de Pernambuco, Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda. 16 novembro e 1878. AN. Série Interior. Negócios de Províncias e Estados (AA). IJJ^{9} 270, f. 326-327v.

jetos iniciados na década anterior. A Comissão Central de Socorros de Pernambuco estava apenas acompanhando as definições de sua congênere do Ceará, que recebia suporte de políticos e intelectuais sobre a ideia de empregar migrantes em obras públicas de grande escala em troca de salários ou, em muitos casos, apenas de comida. Assim, políticos cearenses, e de outras províncias da região, passaram a disputar empréstimos e orçamentos vultosos na Câmara e no Senado (Cuniff, 1970, p. 176-182).

Em Pernambuco, conforme a própria Comissão, os alojamentos foram fechados devido ao empenho do poder público em promover o retorno dos migrantes para "suas antigas residências, já mandando excluir dos alojamentos os solteiros e viúvos sem filhos, e já marcando prazo para que todos procurassem destino sem atropelo". A província continuou apenas a "sustentar os emigrantes" da Colônia Socorro e os empregados em obras públicas[20].

Não é difícil identificar os pontos principais na percepção do governo provincial e da Comissão Central de Socorros sobre os retirantes convertidos em colonos: constituiriam uma força de trabalho de baixo custo para as grandes obras financiadas pela recém-criada indústria da seca, mas que retornariam para seus lugares de origem com brevidade, exigindo apenas medidas emergenciais para o seu sustento. Dessa forma, os gastos públicos com essa população teriam previsão certa de término devido ao retorno dos migrantes ou à ausência de resultados desejados pelo governo.

Em junho de 1879, a partir da Colônia Socorro, haviam ficado prontos 18 quilômetros da estrada, cerca de metade do percurso, o que era considerado de grande "conveniência" diante do comprometimento do governo em construir estradas convergentes com a ferrovia que cobria o trajeto do Recife ao São Francisco (Freire, 1896, p. 48-49). Em 1880, o diretor da colônia informou ao presidente da província que, em relação às estradas, o seu "principal cuidado foi abrir caminhos através destas fechadas matas". Em

[20] Ofício da Comissão Central de Socorros para o presidente da província de Pernambuco, Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda. 14 julho de 1879. AN. Série Interior. Negócios de Províncias e Estados (AA). IJJ[9] 271, f. 132-134v.

dezembro de 1879, a estrada de rodagem em direção a Palmares, cujo comprimento era de 40 quilômetros, foi finalizada, sendo 24 quilômetros construídos pelos trabalhadores da Colônia Socorro. Dessa estrada partiam caminhos importantes de comunicação com Alagoas, passando pelas margens dos rios Jacuípe e Taquara, e outro que conectava com "o Maraial e a Colônia orfanológica Isabel, que fica a 5 léguas de distância"[21].

Os indígenas da "antiga aldeia de Escada" permaneciam ali ocupando 70 lotes com 250 braças quadradas cada. Somando-se estes lotes aos 47 concedidos aos migrantes/colonos, tem-se um total de 117 lotes. Comparando essas informações de 1878 com as do relatório de 1875 elaborado pelo engenheiro Luiz José da Silva, estariam faltando identificar os ocupantes de 111 lotes restantes da medição realizada quando da extinção do aldeamento do Riacho do Mato. Naquele momento, haviam sido contabilizadas 285 dessas unidades territoriais. Além disso, em 1875 foram doados 77 lotes aos indígenas, enquanto em 1878 foram registrados 70 para a mesma população. Não há dados sobre o destino dos 7 restantes. É possível que os lotes cujos titulares não foram identificados estivessem na posse ou constassem como propriedade, de acordo com o previsto na Lei de Terras e seus regulamentos, de pessoas não indígenas, ou ainda fossem consideradas terras devolutas e, portanto, passíveis de serem administradas e negociadas pelo governo provincial.

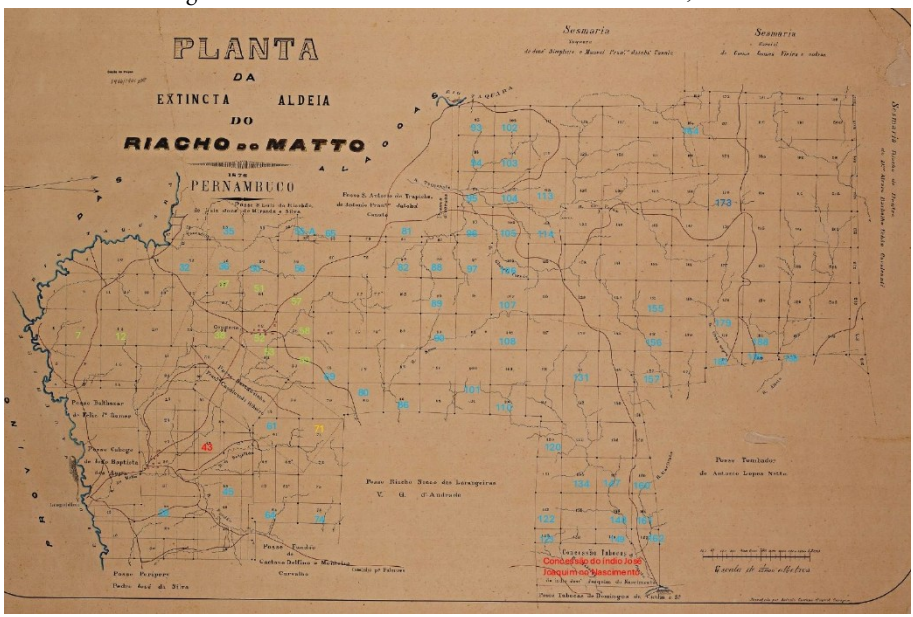
Na planta da extinta aldeia do Riacho do Mato[22], a seguir, localizei os lotes concedidos aos migrantes conforme descrito nas tabelas anexadas aos relatórios de 1878 e 1880 elaborados pelo diretor da Colônia Socorro. Foram indicados um total de 57 lotes desse tipo, ou seja, 10 a mais do que o informado pelo vice-presidente da província. Nesses dois documentos não

[21] Relatório do diretor da Colônia Agrícola Socorro, frei Cassiano de Camachio, para o presidente da província, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. 15 janeiro 1880. Apeje, CD 4, f. 118-124.

[22] Planta da extinta aldeia do Riacho do Mato. Pernambuco. 1876. BR RJANRIO 4Y 0 MAP 0702.

foram identificados os 70 lotes doados aos indígenas, mas apenas duas posses: o lote 43 de Manoel Antônio de Araújo, e a concessão Tabocas de José Joaquim de Nascimento, ambas sinalizadas no mapa em vermelho. Sobre a concessão do indígena Nascimento, houve disputas com um senhor de engenho nas décadas de 1850 e 1860, que serão tratadas mais à frente. Além disso, não há mais informações sobre esses indígenas, mesmo nas listas nominais que acompanham as petições de 1876 e 1892. Não obstante, identifiquei o lote 71 de acordo com a informação prestada por Manoel Severiano dos Santos na petição de 1892. Existiam ainda 8 lotes que serviam de sede e outros 2 ocupados com as pastagens para os animais da colônia, todos sinalizados em verde, situados acima da posse Sertãozinho.

Figura 2 – Planta da extinta aldeia do Riacho do Mato, 1876



Legenda: Lotes 37, 38, 51, 52, 53, 57, 58 e 59 (verde) - sede da colônia; lotes 7 e 12 (verde) - área ocupada pela pastagem dos animais da colônia. Lotes com numeração azul (57 no total) – doados a pessoas migrantes da seca, também identificados como "colonos". Lote 43 (vermelho) – concedido ao indígena Manoel Antônio de Araújo. Lote 71 ou Sítio Rochedo (amarelo) - doado aos indígenas Luiz José de França e sua mulher Curdulina Maria da Conceição. Concessão Tabocas (em vermelho) – concessão do indígena José Joaquim do Nascimento.

Fontes: Relatório do diretor da Colônia Agrícola Socorro, frei Cassiano de Camachio, para o presidente da província, Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda. 31 de outubro de 1878. Apeje, CD 4, f. 74-79. Relatório do diretor da Colônia Agrícola Socorro, frei Cassiano de Camachio, para o presidente da província, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. 15 de janeiro de 1880. Apeje, CD 4, f. 118-124. Petição de Manoel Severiano dos Santos, irmão de Luiz José de França e cunhado de Curdulina Maria da Conceição, ambos índios falecidos da extinta aldeia de Escada, para o governador do estado. Sertãozinho, 15 de fevereiro de 1892. Apeje, Petições-índios, f. 126-127v. Planta da extinta aldeia do Riacho do Mato. Pernambuco. 1876. BR_RJANRIO_4Y_0_MAP_0702_d0002de0007

O deslocamento compulsório de quantidade significativa de pessoas migrantes em função da seca para uma localidade onde já havia uma população estabelecida há décadas levou ao surgimento de novos conflitos por terra. Em novembro de 1878, ou seja, apenas sete meses após a criação da Colônia Agrícola Socorro, Manuel Valentim dos Santos, que se apresentou como "capitão dos índios aldeados no Riacho do Mato na freguesia de Escada", encaminhou uma petição ao presidente da província. Ele denunciou os esbulhos sofridos pelos indígenas com "a estada dos retirantes, que foram mandados para o dito lugar, os quais se apoderam violentamente das lavouras dos mesmos índios, que não têm outro meio de subsistência se não o que lhes provém do seu constante trabalho". Por isso, recorria ao governo provincial para que os indígenas tivessem garantias de que não teriam mais suas lavouras esbulhadas e os seus trabalhos perturbados[23]. O presidente da província de Pernambuco indeferiu a demanda apresentada por Valentim.

Na própria documentação originada do processo de criação da Colônia Agrícola Socorro fica evidente a permanência de uma população que se percebia e era reconhecida como etnicamente diferenciada. Percepção vinculada ao acesso à terra conforme definido por decisões governamentais e leis, que os indígenas sabiam manejar muito bem em suas petições. Ao que tudo

[23] Petição de Manoel Valentim dos Santos, maioral dos índios da aldeia do Riacho do Mato, para o presidente da província. Recife. 30 novembro 1878; e requerimento de atestado de Manoel Valentim dos Santos, para o vigário de Escada, Simão de Azevedo Campos. Novembro de 1878. Apeje, Petições-índios, f. 123-125.

indica, a vinculação passou a se dar em relação aos lotes concedidos com a divisão das terras após a extinção do aldeamento, o que não anulou o sentimento de pertença a uma coletividade indígena, pois continuavam a se identificar, e ser identificados, como indígenas de Escada ou do Riacho do Mato.

Em petição de 1892, citada no início deste texto, Manoel Severiano dos Santos informou que era morador do sítio denominado Rochedo, identificado sob o lote número 71, que fora concedido a seu irmão, Luiz José de França, e sua esposa, ambos já falecidos. No lote, ou sítio, ele tinha plantações de café, jaca e limão, além de sustentar seus três sobrinhos, dos quais era o tutor definido pela justiça[24]. No mesmo ano, Maria Madalena da Conceição, em demanda apresentada ao governo do estado, informou que ocupava o terreno Fundão de Cima há mais de 25 anos, datação que fazia referência ao período de criação do aldeamento na localidade. Ainda assim, ela relembrou a demarcação do território em lotes realizada na década de 1870, e o fato de os indígenas terem passado a ocupá-los, a despeito das perseguições e violências perpetradas pelos vizinhos não indígenas. Das 122 unidades familiares que foram elencadas no anexo de sua petição, 102 foram identificadas como agricultoras[25], como uma referência ao trabalho de subsistência, reforçando as informações apresentadas pelos indígenas em suas petições.

Um aviso do Ministério do Império de 9 de abril de 1880 mandou suspender todo o socorro às vítimas da seca. O presidente em exercício da província, Adelino Antônio de Luna Freire, solicitou aos ministérios do Império e da Agricultura autorização para continuar fornecendo subvenção para a Colônia Socorro, com o objetivo de manter o que já tinha sido realizado, bem como o pagamento de um administrador. O ministério concedeu algumas semanas e ordenou o fim das despesas até 21 de maio daquele ano (Freire, 1896, p. 49).

[24] Petição de Manoel Severiano dos Santos, irmão de Luiz José de França e cunhado de Curdulina Maria da Conceição, ambos índios falecidos da extinta aldeia de Escada, para o governador do estado. Sertãozinho, 15 fevereiro 1892. Apeje, Petições-índios, f. 126-127v.

[25] Petição de Maria Madalena da Conceição, índia da extinta aldeia do Riacho do Mato, para o governador do estado. Riacho do Mato, 3 março 1892. Apeje, Petições-índios, f. 128-129.

Em meio ao processo de encerramento das atividades da Colônia Socorro, o seu diretor apresentou sugestões ao presidente da província sobre o devir dos colonos. Enfaticamente, ele afirmou a necessidade de nomear "pessoa idônea" que "vele sobre os colonos ou novos moradores das terras do governo", ficando responsável por evitar a entrada de indivíduos nas terras de maneira arbitrária, obstar que as pessoas que receberam lotes "ultrapassem as linhas que lhes foram demarcadas". Essa pessoa devia ser vista pelos colonos como um defensor contra "as exigências e malversações dos antigos moradores e vizinhos". Outra medida de grande relevância, segundo o diretor, era assegurar aos colonos a posse das terras distribuídas[26]. Em 1 de junho, o diretor da Colônia Socorro deu por encerrada suas atividades (Freire, 1896, p. 49).

De aldeamento a município

O aldeamento do Riacho do Mato e, posteriormente, a Colônia Agrícola Socorro estavam localizados nas vizinhanças da Colônia Orfanológica Isabel (antecedida pela Colônia Militar de Pimenteiras), em Pernambuco, e da Colônia Leopoldina, em Alagoas. O estabelecimento desse complexo de colônias na fronteira entre as duas províncias não foi coincidência. Na verdade, ocorreu como reflexo de dois processos desenvolvidos de maneira complementar: a "pacificação" das matas e o avanço da agroindústria açucareira (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 317-362; Andrade, 2001; Eisenberg, 1977). Na virada do século XIX para o XX, essa situação ensejou a abertura de estradas, instalação de ferrovias, de engenhos centrais e usinas com a consequente ampliação da área de cultivo de cana-de-açúcar, e a redistribuição territorial dos municípios, fazendo surgir novos, como Maraial e Jaqueira.

[26] Relatório do diretor da Colônia Socorro, frei Cassiano de Camachio, para o presidente da província de Pernambuco, Adelino Antônio de Luna Freire. 24 abril 1880. AN. Série Interior. Negócios de Províncias e Estados (AA). IJJ[9] 272, f. 115-117.

As colônias militares de Pimenteiras e Leopoldina foram criadas ao mesmo tempo, cumprindo a função principal de abrir as matas para empreendimentos particulares, bem como para garantir a presença e o controle dos governos provinciais de Pernambuco e Alagoas. Leopoldina foi estabelecida em Alagoas em dezembro de 1850, à margem direita do Rio Jacuípe, em frente ao Riacho do Mato. Pimenteiras foi criada seis meses depois, na margem esquerda do Rio Pirangy, "em local próprio para a polícia das matas"[27].

Ambas estavam situadas em áreas consideradas de grande riqueza devido à existência de rios navegáveis, possibilitando a exportação por causa de sua comunicação com o mar, à salubridade, à fertilidade de terreno, às boas águas e à abundância de madeiras para construção. De acordo com Maria Luiza Ferreira de Oliveira, em comparação com as outras colônias militares do período, Pimenteiras e Leopoldina foram as mais populosas (Oliveira, 2013, p. 116). No levantamento feito em Pimenteiras, em 1863, o total foi calculado em 3.183 indivíduos. Destaco os quarteirões ou bairros rurais de Riacho do Mato contando com 144 pessoas, todas livres; Fervedor com 278 indivíduos também livres; e Tabocas com 199 pessoas, das quais 31 eram escravizadas (Oliveira, 2024, p. 75).

Nos regulamentos das duas colônias fica explícita a definição das atribuições militares dos diretores e colonos, como a necessidade de realizar diligências para explorar as matas e prestar auxílio às autoridades que requisitassem (Oliveira, 2013, p. 118-119). Como bem apontou Oliveira, outro objetivo das duas colônias militares era o de possibilitar as condições para a expansão agrícola, em particular para a produção de açúcar, o que impactou profundamente a população habitante da região. Como no caso de Patrício José de Oliveira, antigo cabano que havia galgado posição de destaque nas tropas de Vicente Ferreira de Paula, anistiado após o fim da guerra. Ele era morador do Sítio Fervedor, território pertencente à Colônia Pimenteiras, cujas terras

[27] Relatório do ex-presidente da província de Pernambuco, José Ildefonso de Souza Ramos, para o novo presidente, Vitor de Oliveira *apud* Oliveira, 2013, p. 115.

estavam em disputa com outros moradores. Apesar das diversas estratégias articuladas por Patrício José, como envio de petição, abertura de roçado e até atirar no gado dos vizinhos, não foi possível identificar o desfecho da disputa (Oliveira, 2013, p. 118-119).

A Colônia Leopoldina foi extinta em 1867, sendo transformada em um município de mesmo nome em Alagoas, em 1901[28]. Por sua vez, a Colônia Pimenteiras foi extinta em 1869, e em 1874 sua sede foi transformada na Colônia Industrial Orfanológica Isabel, (Oliveira, 2024, p. 99), que em 1904 foi transformada em distrito do município pernambucano de Palmares, passando a ser denominada Colônia Isabel. Em 1911, esse distrito passou a ser denominado Jaqueira, que se tornou município em 1995, sendo emancipado de Maraial[29].

De acordo com Nayala de S. F. Maia, a Colônia Isabel foi instituída com os objetivos de qualificar mão de obra diante da modernização da indústria açucareira e prover o meio urbano de profissionais especializados, tais como pedreiros, oleiros, artesãos, sapateiros, marceneiros, ferreiros etc. Ali também deveriam ser recolhidas as pessoas libertas em função da Lei do Ventre Livre, cuja educação era de responsabilidade do Estado. Maia afirma também que, em seus trinta anos de existência, a colônia apenas recebeu seis menores nessa condição (Maia, 2009, p. 23-24; 52). Em seu primeiro regulamento, de 1874, havia a determinação de que lotes de terras fossem doados tanto à população livre nacional quanto a imigrantes estrangeiros, com o intuito de incentivar a lavoura de subsistência, situação que estimulou a criação de um povoado vizinho, identificado pelo nome de Jaqueira (Maia, 2009, p. 75).

Em 1886, foi criado o engenho modelo na Colônia Isabel, funcionando até 1904 e formando entre 15 e 20 alunos por ano. No entanto, a mão de

[28] IBGE. Colônia Leopoldina. **IBGE**, c2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/colonia-leopoldina/historico. Acesso em: 28 fev. 2026.

[29] Condepe/Fidem. 'Maraial'. Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89588.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

obra ali formada foi, em grande medida, retida no próprio engenho modelo, tendo pouco impacto na indústria açucareira da região. Devido às formas de acesso à terra e de emprego da mão de obra livre, já que a cana era fornecida pelos moradores estabelecidos em terras da colônia, Maia identificou o engenho modelo como uma "pequena usina, cuja peculiaridade reside em pertencer ao Estado". Assim, passou a ser conhecida como Usina Frei Caneca. Os profissionais formados, então, foram mais utilizados no seu próprio funcionamento, principalmente quando foi arrendada a particular em 1904 (Maia, 2009, p. 43-46, 78).

As transformações impostas pelo Estado na região, tomando a criação das três colônias como a ponta de lança do projeto de abertura das matas, implicou o acirramento dos conflitos por terras, envolvendo a população indígena que ali permanecia. Essa situação pode ser verificada de maneira mais explícita nas disputas pelas posses denominadas Tabocas e Tombador, representadas no mapa do extinto aldeamento do Riacho do Mato, produzido em 1876 (Figura 2).

As disputas em torno das duas foram apresentadas por Oliveira (2024). Na década de 1850, ambas foram ocupadas por membros da família de Domingos da Cunha e Silva, que utilizaram a estratégia de apossamento de terras, para depois reclamar a propriedade. Domingos era eleitor em Água Preta e arrendatário de um engenho em Cimbres, local onde havia aldeamento indígena desde o século XVII (Dantas, 2018, em especial o Capítulo 1). Em 1853, ele enviou seus dois filhos para a fronteira com Alagoas, ficando Manoel Gomes da Cunha no Sítio Taquara, na Colônia Leopoldina, e Joaquim Gomes da Cunha no Dítio Tabocas, distrito de Pimenteiras. Ambos rapidamente conseguiram a legitimação das posses, sendo Manoel identificado como proprietário do respectivo sítio, e seu pai, Domingos, como senhor do engenho Tabocas, em 1860 (Oliveira, 2024, p. 87-88).

Essa estratégia teve como consequência o início de disputas com pessoas que já estavam estabelecidas naqueles territórios. Além dos lugares Taquara e Tabocas, a família também mirou no Tombador, onde as discordâncias

referentes à ocupação ocorreram com Antônio Lopes Neto. Esse informou haver chegado ao local em 1850, quando tirou madeiras e instalou um rancho para sua subsistência. O diretor da Colônia Pimenteiras acreditava que o despacho que legitimou a posse de Domingos da Cunha e Silva estava equivocado, pois havia incluído as posses de Antônio (Oliveira, 2024, p. 88-89). O desfecho dessa contenda foi positiva para Antônio, pois seu nome consta na planta do extinto aldeamento do Riacho do Mato, de 1876, como posseiro do Tombador (Figura 2)[30]. Ao mesmo tempo, a comparação da disposição territorial no referido mapa com as informações sobre essa disputa analisada por Oliveira demonstra que a Colônia Pimenteiras e o aldeamento do Riacho do Mato, posteriormente Colônia Agrícola Socorro, eram limítrofes e com algumas partes do território sobrepostas.

Ao lado do Tombador, no Sítio Tabocas, anteriormente identificado como distrito de Pimenteiras, as disputas ocorreram com o indígena José Joaquim do Nascimento, que informou viver ali com sua família desde 1833, ou seja, durante o desenrolar da Guerra dos Cabanos. Em 1860 e 1862, ele enviou petições à presidência da província de Pernambuco sobre as ocupações irregulares que ocorriam na sua posse. Sendo instado a apresentar informações sobre as demandas da segunda petição, o diretor de Pimenteiras afirmou que Nascimento e sua família cultivavam o terreno e tinham casa de taipa, mas que precisaram deixá-los em 1853, sem explicar o motivo. Ao retornar, Nascimento encontrou Domingos da Cunha e Silva no local, que se propôs a pagar o arrendamento pelas terras, entrando os dois em acordo. No entanto, ao cobrar o devido em 1859, Domingos se negou a fazer o pagamento, expulsando o indígena das terras. Não se dando por vencido, Nascimento encaminhou um "requerimento documentado" ao imperador, quando este visitava a província, no qual solicitava o reconhecimento da sua posse no lugar Tabocas. A sua solicitação foi deferida, mas Domingos

[30] Planta da extinta aldeia do Riacho do Mato. Pernambuco. 1876. BR RJANRIO 4Y 0 MAP 0702.

continuou negando-se a sair dali (Oliveira, 2024, p. 89). Em 1876, as posses de ambos foram reconhecidas no mapa do extinto aldeamento do Riacho do Mato (Figura 2), sendo a concessão de Nascimento identificada dentro dos limites do território indígena, e a de Domingos na fronteira da demarcação.

Dos conflitos suscitados por Domingos da Cunha e Silva e sua família, é possível identificar alguns aspectos das transformações ocorridas na região. É significativo perceber que o aldeamento do Riacho do Mato e a Colônia Pimenteiras eram limítrofes e, em algumas localidades, possuíam espaços sobrepostos, principalmente porque o primeiro foi identificado, em 1863, como um quarteirão ou bairro rural da segunda (Oliveira, 2024, p. 75). Essa situação teve impactos nas mudanças ocorridas posteriormente com a criação da Colônia Agrícola Socorro e da Colônia Orfanológica Isabel e, em seguida, com a constituição das cidades e dos municípios atuais. Outro aspecto importante é o avanço da produção açucareira para uma região ainda tomada pelas matas em meados do século XIX, como é possível perceber pelo reconhecimento do "Engenho Tabocas", de propriedade de Domingos. Uma terceira questão importante se refere às estratégias de apossamento de terras por parte de senhores de engenho, incidindo, marcadamente, sobre território indígena. O último aspecto a ser destacado é a presença indígena há décadas na região, exemplificada na trajetória de José Joaquim do Nascimento e seus parentes, estabelecidos antes do reconhecimento oficial do Riacho do Mato como aldeamento, e ali mantidos após a extinção deste, com posse reconhecida em 1876. O uso dos fluxos burocráticos oficiais, por meio das petições, garantiu, a meu ver, a permanência da família indígena em meio ao turbilhão de mudanças impostas na região.

Outra localidade que merece destaque é o lugar denominado Sertãozinho, cujo histórico está relacionado a conflitos entre indígenas e não indígenas. Em 1874, o engenheiro que fez a medição e o loteamento do território,

Luiz José da Silva, emitiu um parecer destinado ao presidente de Pernambuco sobre a demarcação e a legitimação da posse Sertãozinho, "situada no extinto aldeamento do Riacho do Mato". De maneira objetiva, Silva afirmou que a medição ocorreu irregularmente, evocando a Lei de Terras e o seu Regulamento de 1854, pois as determinações legais e os prazos estipulados não teriam sido observados. Ele argumentou sobre a necessidade de convidar o diretor-geral de Índios da província para acompanhar a demarcação, de maneira que houvesse "um defensor dos prejudicados interesses dos índios aldeados no Riacho do Mato". O diretor também deveria ser um dos responsáveis pela avaliação do terreno ocupado pelo posseiro, já que se tratava de aldeamento indígena. Denunciou a irregularidade da demarcação de terreno devoluto de área igual à superfície cultivada, prejudicando "o direito dos índios". Além disso, por não ter sido a medição realizada no prazo legal previsto, dever-se-ia manter apenas a posse do terreno cultivado, deixando por devoluto o que estivesse inculto. Silva concluiu que deveria ser realizada uma nova demarcação, concedendo ao posseiro uma área igual à que ele efetivamente tinha cultivado à época, e não uma "superfície dupla". Assim, seria evitada a usurpação de terras pertencentes ao Estado. O presidente de Pernambuco aprovou o parecer do engenheiro[31].

Um ano depois, em 1875, quando houve o loteamento do extinto aldeamento do Riacho do Mato, a posse denominada Sertãozinho foi respeitada, mas dividida ao meio, permanecendo apenas uma metade como território indígena[32]. Embora a informação sobre a outra metade não conste no relatório, é possível identificar seu posseiro no mapa elaborado em 1876 (Figura 2): Francisco Cavalcanti Ribeiro. A metade da posse que ficou sob domínio

[31] Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luiz José da Silva, para o presidente da província, Henrique Pereira de Lucena. Recife, 2 janeiro de 1874. Apeje, DII-29, f. 289-290v.

[32] Relatório sobre a extinta aldeia do Riacho do Mato elaborado pelo engenheiro-chefe da Comissão de Medição das Terras Públicas da província de Pernambuco, Luiz José da Silva. s/d. Apeje, RTP-17, f. 388-390.

indígena também foi dividida, constando ali os lotes 61 e 71, sendo o primeiro concedido a uma das famílias migrantes da seca, e o segundo para o casal de indígenas Luiz José de França e Curdulina Maria da Conceição[33].

Em 1878, como já visto, o diretor frei Cassiano de Camachio escolheu como centro da Colônia Socorro o lugar denominado Sertãozinho[34]. Muito provavelmente utilizando a área apontada como indígena poucos anos antes, pois, de acordo com a legislação fundiária do período, após a extinção do aldeamento, deveriam ser identificadas as terras devolutas, que passariam a compor a fazenda nacional.

Em 1893, Sertãozinho consta como um dos distritos do município de Água Preta, constituído naquele ano. Com a criação do distrito de Xexéu, em 1930, atualmente um município, houve a modificação do nome para Sertãozinho de Baixo, que, oito anos depois, foi transferido para o município de Maraial[35], distante menos de 5 quilômetros do centro do município de Colônia Leopoldina, em Alagoas.

Diante das informações analisadas, é possível afirmar que os atuais municípios de Jaqueira, Colônia Leopoldina e Maraial foram formados a partir dos territórios das três colônias criadas na região a partir da década de 1850, Pimenteiras, Leopoldina e Socorro, respectivamente, sendo a última delas, indubitavelmente, em terras do aldeamento do Riacho do Mato. É possível, ainda, identificar alguns lugares que faziam parte do aldeamento e foram referenciados nas fontes e nos históricos dos municípios entre os séculos XIX e XX, como os lugares Tabocas e Sertãozinho.

---

[33] Petição de Manoel Severiano dos Santos, irmão de Luiz José de França e cunhado de Curdulina Maria da Conceição, ambos índios falecidos da extinta aldeia de Escada, para o governador do estado. Sertãozinho, 15 fevereiro de 1892. Apeje, Petições-índios, f. 126-127v.

[34] Relatório do diretor da Colônia Agrícola Socorro, frei Cassiano de Camachio, para o presidente da província, Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda. 31 outubro de 1878. Apeje, CD 4, f. 74-79.

[35] Condepe/Fidem. 'Maraial'. 'Xexéu'. Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89506.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

Considerações finais

Os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 apontam que no município de Maraial (PE) existe 1 pessoa indígena em um total de 9.359 indivíduos, ao mesmo tempo que indicam 5.755 pardos, 3.012 brancos e 589 pretos. No município de Jaqueira (PE), há 1 indígena, 7.451 pardos, em um universo de 10.247 pessoas. Em Água Preta (PE), o quadro não é muito diferente: em um total de 26.461 indivíduos, 2 são indígenas, enquanto 16.617 são pardos[36]. Em uma leitura mais apressada, seria simples afirmar que os indígenas desapareceram ao longo do tempo por meio do implacável processo de mestiçagem ou pelas violências coloniais sofridas ao longo de séculos. No entanto, a partir da observação do histórico local e com atenção a determinados processos relacionados aos conflitos fundiários e à intervenção estatal, torna-se possível não apenas identificar uma renitente presença indígena em tempos passados próximos, como também lançar hipóteses sobre a permanência, ou não, dessa população nesses espaços.

Em análise sobre os censos nacionais, João Pacheco de Oliveira elabora uma série de observações sobre a categoria "pardo", tomando como central a percepção de que os seus significados devem estar relacionados com os precedentes históricos de cada região. E, nos casos aqui analisados, afirmo que também em função dos antecedentes específicos das localidades. Portanto, em áreas com marcada presença histórica indígena, a identificação de pessoas pardas pode implicar mecanismos políticos e sociais de apagamento da condição específica que, como bem lembrou Pacheco de Oliveira, está relacionada a um status jurídico particular e, portanto, a "um tratamento diferenciado do Estado quanto às suas demandas por terra e assistência" (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 134).

[36] IBGE. Panorama do Censo 2022. **IBGE**, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 28 fev. 2026.

Os dados demográficos de 2022 relativos à condição indígena nos três municípios são desafiadores, levando em consideração o histórico do século XIX de criação do aldeamento do Riacho do Mato e a permanência de famílias indígenas na região até a década de 1890. Acredito que, então, devem compor a análise outros aspectos incontornáveis do processo histórico da região vivenciados a partir dos anos de 1860. Devem ser consideradas, portanto, a intensificação do avanço dos canaviais sobre áreas ainda cobertas por matas e sob domínio indígena devido à modernização da agroindústria açucareira, as mudanças resultantes da legislação fundiária do período e as intervenções do Estado que criou a indústria da seca, com o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, e objetivou a "pacificação" das matas, até pouco tempo tomada por indígenas, cabanos, pessoas que haviam fugido da escravidão, e brancos pobres. A ideia de "pacificação" é aqui compreendida como um conjunto de ações do Estado, que representa uma modalidade própria de exercício do poder, promovida através de uma lógica de guerra com o intuito de subjugar completamente uma das partes em conflito (Souza *et al*., 2017, p. 11) em favor de um terceiro elemento. A "pacificação" permite, no caso dos povos indígenas, o acesso a recursos naturais cobiçados e a consolidação da ideia de desenvolvimento material.

Diante do histórico até aqui apresentado, não causa surpresa essa região ser, atualmente, um foco de conflitos violentos por terras[37] e de maioria da população que se identifica como "parda". Nesse sentido, as questões que articulam passado e presente apontam para hipóteses sobre a condição indígena a serem investigadas a partir de uma fundamentação histórica que, ao mesmo tempo, deve estar voltada para o contemporâneo.

[37] Comissão Pastoral da Terra. Nova ameaça causa tensão na comunidade em Maraial (PE). CPT, 2022. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5900-nova-ameaca-causa-tensao-na-comunidade-em-maraial-pe. Acesso em: 28 fev. 2026.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

BERNARDES, Denis. 181". *In*: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011a.

BERNARDES, Denis. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. *In*: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011b.

CARVALHO, Marcus J. M.; CÂMARA, Bruno D. A rebelião praieira. *In*: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX**: uma compilação: 1808-1889. São Paulo: EDUSP; Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

CUNIFF, Roger Lee. **The great drought**: northeast Brazil, 1877-1880. Tese em Filosofia. Universidade do Texas, 1970.

DANTAS, Mariana A. **Dinâmica social e estratégias indígenas**: disputas e alianças no Aldeamento do Ipanema em Águas Belas, Pernambuco. (1860-1920). Dissertação de mestrado em História – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

DANTAS, Mariana A. **Dimensões da participação indígena**: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DANTAS, Monica Duarte. Epílogo-Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. *In*: **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro; Campinas: Paz e Terra; Unicamp, 1977.

FERREIRA, Lorena de M. **São Miguel de Barreiros**: uma aldeia indígena no Império. Dissertação de mestrado em História—Recife: PPGH-UFPE, 2006.

FREIRE, Antônio Adelino de Luna. Continuação do estudo Colônia Socorro. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, 49, 1896, p. 36-37

FREITAS, Décio. Cabanos. **Os guerrilheiros do imperador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

IRUROZQUI VICTORIANO, Marta. Presentación. La institucionalización del Estado en América Latina. Justicia y violencia política en la primera mitad del siglo XIX. **Revista Complutense de Historia de América**, 37, p. 15-25, 2012. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_RCHA.2011.v37.1. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/pt/article/view/38238. Acesso em: 20 ago. 2026.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada**: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MAIA, Nayala de S. F. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco**: 1874-1904. 2. ed. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2009.

OLIVEIRA, Maria Luiza F. de. Cotidiano e poder na Colônia Militar de Pimenteiras. *In*: VANIN, Alex Antonio. TEDESCO, João Carlos (org.). **As sentinelas dos sertões**: as colônias militares do Império do Brasil. Passo Fundo: Acervus, 2024.

OLIVEIRA, Maria Luíza F. de. No centro das matas: as colônias militares e os embates dos anos 1850. *In*: FERREIRA, Tânia Maria Bessone T. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Entrando e saindo da mistura: os índios nos censos nacionais. *In*: **Ensaios em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *In*: **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SILVA, Amaro Hélio L. da. **Colônia Militar Leopoldina**: "das matas incultas" às "matas civilizadas" (1851-1867). Tese de doutorado em História – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SILVA, Edson H. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Edson H. **Aldeia de Escada**: conflitos, esbulhos de terras e resistências indígena em Pernambuco no século XIX. Maceió: Editora Olyver, 2021.

SOUZA, Adriana Barreto de *et al*. Apresentação. Uma nação ordeira: a longa história da violência pacificadora no Brasil. *In*: SOUZA, Adriana Barreto de *et al*. **Pacificar o Brasil**: das guerras justas às UPPs. São Paulo: Alameda, 2017.

VALLE, Sarah. M. **A perpetuação da conquista**: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. Dissertação de mestrado em História – Recife: PPGH-UFPE, 1992.

Proteína:
Historia de una macromolécula en América Central durante la Guerra Fría

Wilson Picado-Umaña
wilson.picado.umana@una.cr
Escuela de Historia, Universidad Nacional, Costa Rica

Resumen
Las proteínas son moléculas biológicas complejas indispensables para la mayoría de los procesos vitales del cuerpo humano. A pesar de su importancia, la historia rural y ambiental del consumo humano de proteínas no está bien documentada. La apropiación social de fuentes de proteína animal y vegetal en el pasado ha impactado significativamente la biodiversidad, alterando los sistemas agrarios, paisajes y ecosistemas en general. En el contexto del auge global del consumo de proteína durante el siglo XX, este capítulo examina el consumo de proteínas en América Central entre 1950 y 1990. La investigación analiza el desarrollo de la Revolución Verde en el cultivo de frijol, bajo la coordinación del Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), planteada con el objetivo de aumentar la disponibilidad de proteína de origen vegetal entre la población centroamericana. La premisa del trabajo es que estos esfuerzos institucionales eran contradictorios con la existencia de un ciclo de exportación de carne vacuna hacia Estados Unidos, el cual supuso la extracción de proteína a un alto costo social y ambiental en la región. Este estudio tiene como objetivo reexaminar la historia de la Revolución Verde desde la perspectiva de la ingesta de proteínas y calorías, abordando las relaciones entre el denominado "mejoramiento de plantas", la nutrición pública y sus implicaciones para la salud humana.
Palabras clave: Revolución Verde / Proteínas / Frijol / Nutrición humana / América Central

Introducción

En su libro *By Bread Alone*, publicado en 1974, Lester R. Brown resaltó la gravedad de la desnutrición en el Tercer Mundo mediante un ejemplo deportivo (Brown, 1974). Brown - en ese momento, un reconocido experto en desarrollo agrícola internacional - relató la historia de las competencias celebradas en Nueva Delhi en 1968 con el objetivo de seleccionar el equipo de atletas de India para participar en los Juegos Olímpicos de México. En un país de más de 500 millones de personas, anotó Brown, ningún atleta logró la marca olímpica en ninguna de las 32 competencias de atletismo. De acuerdo con Brown, aunque la falta de apoyo del gobierno y las técnicas de entrenamiento eran posibles causas del fracaso de los atletas, la desnutrición generalizada indudablemente favoreció los malos resultados en las pruebas deportivas. Al contrario de India, en Japón los jóvenes tenían una buena nutrición gracias al crecimiento de la riqueza ocurrido desde la posguerra, comparó Brown. "*Los adolescentes en las calles de Tokio son, en promedio, quizás cinco centímetros más altos que sus mayores*", precisó (Brown, 1974: 31).

El libro de Brown es, en cierto sentido, excepcional en la literatura de la época sobre Revolución Verde y alimentación mundial. Aunque la obra analiza el problema del hambre desde la perspectiva de la explosión demográfica y su impacto en la demanda de alimentos - y en este sentido, su explicación es convencional y neomalthusiana -, en diferentes partes del libro Brown focalizó su atención en el problema de la nutrición y, en particular, en el consumo de calorías y proteínas en el Tercer Mundo. Según Brown, el problema del hambre no consistía solo en producir más alimentos, sino también en mejorar el consumo de calorías y proteínas entre las clases sociales más pobres del mundo.

Brown publicó su libro en un momento en el que la proteína se convirtió en la panacea para resolver el problema del hambre y la desnutrición en el Tercer Mundo. Estudios realizados desde la década de 1930 en África por

Cicely D. Williams sobre la enfermedad de *kwashiorkor* - así como otros realizados en América Latina -, sugirieron que la ingesta deficitaria de proteína afectaba el desarrollo de los niños y causaba incluso su muerte temprana (Williams, 1935). Motivadas por los resultados preliminares de estas investigaciones, entre las décadas de 1950 y 1960 instituciones como la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), la Organización Mundial de la Salud (OMS) y el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) catapultaron el déficit en el consumo de proteína como uno de los problemas más importantes que afectaban a la población del Tercer Mundo (Carpenter, 1986; LeBlanc, 2023). En la década de 1950, dichas organizaciones establecieron programas de ayuda alimentaria a los países pobres para elevar el consumo de proteína y formaron comisiones científicas para atender el problema, como fue el caso del *Protein Advisory Group* (PAG). Además de estas comisiones, se organizaron simposios y conferencias sobre el tema en México (1960), Italia (1963) y Estados Unidos (1960; 1964; 1965), entre otros lugares. Durante el auge de la "crisis de la proteína", en 1964, la FAO publicó el influyente informe *Protein: At the Heart of the World Food Problem*, que incluyó la narrativa de la proteína en la agenda política internacional. En 1968, la ONU emitió la *International Action to Avert the Impending Protein Crisis*, declarando que la "crisis de la proteína", también conocida como la "brecha de la proteína", era una emergencia de escala global (United Nations, 1968*)*.

Alrededor de la proteína surgió una poderosa narrativa que mezcló los avances científicos en Nutrición humana, con la ideología del Desarrollo. Dicha narrativa tenía cinco presupuestos principales. Primero, el consumo de proteína constituía el mejor indicador para evaluar el estado nutricional de una comunidad o de una persona. Medido en la cantidad de gramos de proteína consumidos en un período determinado, este consumo era un indicador inobjetable debido a que era un dato cuantitativo y calculado por expertos. Esta característica le dio a la proteína un poder extraordinario debido a su origen científico. Segundo, una vez aceptado como un "indicador

objetivo", el aumento en el consumo de proteína pasó a ser una meta prioritaria para organismos internacionales y gobiernos nacionales. Entidades como FAO, OMS y UNICEF utilizaron este indicador para diseñar y gestionar proyectos e instituciones dedicadas a mejorar la nutrición - aumentar la ingesta de proteínas - en el Tercer Mundo, especialmente a partir de la década de 1950.

Tercero, el consumo de proteína era un indicador de modernización tanto como de atraso cultural. Por un lado, era un símbolo de la riqueza y la Modernidad imperante en los países ricos - Estados Unidos y los países de Europa Occidental -, mientras que en los países del Tercer Mundo era una "brecha" por cerrar. Por otro lado, la diferencia en el consumo de proteínas existente entre los países ricos y los del Tercer Mundo evidenciaba, según los expertos, que las dietas en estos últimos eran inadecuadas, esto es, subóptimas. Las dietas tradicionales o locales de dichos países no ofrecían la cantidad requerida de proteínas para gozar de una buena nutrición, por lo que tenían que ser "modernizadas".

Cuarto, la perspectiva de Brown evidenciaba que el problema de la nutrición en el Tercer Mundo - o del consumo de proteína - era un problema médico, de salud. A esto se le podría denominar como la "medicalización" del consumo de proteína. Esta perspectiva no consideraba el contexto social, político y económico en el que ocurría un fenómeno de salud pública - como es el caso de la nutrición -, sino más bien lo definía como un asunto técnico de salud. Y quinto, la carencia de proteínas tenía implicaciones no solo sociales, sino también individuales y corporales. Como lo señaló Brown en su libro, el déficit calórico-proteico no solo provocaba la inestabilidad social, sino que también era una de las causas de un desarrollo mental tardío entre los niños del Tercer Mundo (Brown, 1974: 30-31). Este déficit revelaba la condición de "atraso" en la que vivían miles de millones de personas en el Tercer Mundo y la necesidad urgente de rescatarlas de dicha condición por parte de los organismos internacionales y los países ricos.

Visto en perspectiva, Brown escribió su libro a destiempo. El mismo año en que salió el libro, en 1974, Donald S. McLaren publicó en *The Lancet* un

artículo que cuestionó la existencia de una "crisis de la proteína", en los términos como FAO, OMS y UNICEF lo sugirieron una década atrás. Para McLaren, la desnutrición imperante entre la población infantil más pobre del Tercer Mundo no estaba directamente asociada con la insuficiencia de proteína, sino que era un problema más complejo. Por una parte, este científico consideraba que no había suficientes datos para establecer la relación entre la insuficiencia de proteína y las enfermedades y problemas de salud asociados con la desnutrición, o la denominada "desnutrición proteico-calórica". Por otra parte, McLaren sugirió que la preocupación por la proteína era reduccionista: el problema de la desnutrición también estaba vinculado con la pobreza y el acceso a los alimentos, es decir, no era un problema únicamente provocado por la calidad nutricional de los alimentos. El artículo de McLaren abrió una crisis de legitimidad sobre la narrativa de la proteína, cuyo punto final fue la disolución del *Protein Advisory Group* (PAG) en 1977, una de las principales agencias de la ONU involucradas en la difusión global de dicha narrativa.

La crisis de la proteína en América Central

La investigación científica sobre nutrición humana surgió en América Central antes de que la proteína adquiriera relevancia internacional. En 1949, la Fundación Kellogg y la Organización Panamericana de la Salud (OPS) brindaron financiamiento y apoyo institucional para la creación del Instituto de Nutrición de Centroamérica y Panamá (INCAP), con sede en Ciudad de Guatemala. El INCAP surgió como un convenio establecido entre los países de Guatemala, El Salvador y Honduras, a los cuales luego se sumaron Costa Rica, Nicaragua y Panamá. Una vez ratificado el convenio por todos los países de la región, el instituto operó a partir de los aportes anuales entregados por dichos países, así como mediante las becas que la Fundación Kellogg otorgaba para la formación de especialistas centroamericanos en universidades de Estados Unidos. Los objetivos del INCAP consistían en identificar los problemas de nutrición que sufría la población de

la región, así como proponer soluciones desde la investigación científica. Con un personal mayoritariamente centroamericano, el INCAP conectó su investigación a las redes internacionales de la proteína y publicó sus estudios en revistas y publicaciones de alto impacto científico (Béhar, 2010; Scrimshaw, 2010).

Uno de los productos científicos más notables del INCAP fue la creación de la INCAPARINA, en 1959. La INCAPARINA es un suplemento alimenticio consistente en una mezcla de harina de maíz y de harina de soja con macro y micronutrientes, preparada con el objetivo de mejorar la ingesta de proteína entre niños de la región centroamericana. Aunque al inicio dicha mezcla contenía algodón, debido a la carencia de este producto, este fue sustituido por la soja. La INCAPARINA era un producto que emulaba las mezclas de harina preparadas mediante la cocción en agua, características de las dietas rurales en América Central, denominadas como "*atoles*" o "*coladas*". Estas mezclas a menudo eran preparadas a partir de maíz, arroz, plátano e incluso yuca. Su aporte nutricional, sin embargo, era muy bajo a criterio de los especialistas del INCAP. Producida mediante un acuerdo del instituto con una empresa privada guatemalteca, la INCAPARINA se convirtió en un ejemplo de los alimentos fortificados que aparecieron en diversas partes del mundo entre las décadas de 1960 y 1970 para disminuir la desnutrición de una forma más o menos inmediata.

Otra labor científica destacada fue la aplicación de encuestas de nutrición. En 1964, el INCAP aprobó la realización de un conjunto de encuestas en los países centroamericanos con el objetivo de disponer de información sobre el estado nutricional de su población. Mediante la cooperación con los gobiernos nacionales, así como con el *Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development (National Defense)* de Estados Unidos, entre 1965 y 1967 el INCAP aplicó encuestas a muestras representativas de la población de América Central, incluyendo preguntas sobre los factores que afectaban la salud y la nutrición de dicha población. En total, las

encuestas cubrieron 3800 familias distribuidas a lo largo de 190 comunidades (INCAP, 1971).

Las encuestas revelaron que el estado nutricional de las familias centroamericanas, sobre todo de las familias rurales, era crítico en términos del consumo de proteína y calorías. Para enfrentar este desafío, además de la creación de políticas nacionales de nutrición, el INCAP recomendó medidas como la yodación de la sal, la fortificación del azúcar y la distribución de hierro entre mujeres embarazadas. En las recomendaciones de largo plazo, el INCAP sugirió la creación de programas de educación nutricional en escuelas y de capacitación de profesionales en nutrición, el incremento del consumo de leche vacuna entre los niños, así como la investigación en cereales y legumbres como posibles fuentes de proteína, entre otras medidas.

Las encuestas confirmaron, además, que la proteína de origen vegetal era la más importante para las familias rurales, las más pobres de la región. La dieta centroamericana estaba caracterizada por un alto consumo de maíz y arroz, con una baja ingesta de proteínas de origen animal (INCAP, 1971: 10-16). En Guatemala y El Salvador, la dieta estaba basada en maíz, el cual aportaba poco más del 60 por ciento de las calorías. En Costa Rica y Panamá dicho aporte oscilaba entre 39 y 47 por ciento, proveniente del consumo de arroz. Entre la ciudad y el campo también existían disparidades. En la zona rural de América Central la presencia del trigo era mínima al igual que el arroz y, en sentido inverso, en las ciudades el pan y el arroz eran alimentos predominantes.

Con la excepción de Panamá, existía un patrón nutricional en común entre estos países: la contribución de los frijoles a la ingesta calórica y proteica era mayor que el aporte de la carne vacuna. En cuanto a las calorías, en Guatemala, El Salvador, Costa Rica y Nicaragua el porcentaje que representaban los frijoles en la dieta casi triplicaba el aporte proveniente de la carne de origen animal, mientras que en Honduras dicho número se duplicaba. Panamá era el único país en el que las carnes aportaban cerca del doble de calorías que los frijoles. En lo que respecta a la ingesta de proteínas, en todos

los países, a excepción nuevamente de Panamá, los frijoles contribuían por encima del aporte proveniente de la carne vacuna. Solo cuando se sumaba el consumo de carnes de aves de corral y de pescado, los datos favorecían a las carnes respecto a los frijoles. Al igual que ocurría con el consumo de trigo y arroz, el consumo de carne vacuna era un fenómeno especialmente urbano y de personas con ingresos medios o altos. En la zona rural, entre la población pobre, el frijol era el mayor contribuyente de proteína (INCAP, 1971: 12-13).

El frijol y la proteína vegetal

La narrativa de la proteína convirtió al frijol (*Phaseolus v*ulgaris) en un producto estratégico en la lucha contra la desnutrición en América Latina. Alguna vez marginado por la investigación agrícola vinculada a la Revolución Verde, pasó a ser un cultivo especialmente relevante para grandes institutos de investigación como el Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), asentado en Cali, Colombia. A diferencia de otros institutos afines a la Revolución Verde, centrados en aumentar la producción global de trigo, maíz y arroz, el CIAT surgió en 1967 con el objetivo de abordar el problema nutricional en los países del Trópico latinoamericano. Dos de sus fundadores, Lewis M. Roberts y Lowell Hardin, incluyeron este objetivo en su proyecto de creación de un instituto para la investigación y la capacitación agrícola en zonas tropicales de América, considerado como un antecedente del CIAT (Lewis et al., 1966; Lewis, 1970). Este nuevo instituto, indicaban ambos científicos, estaría dedicado a la investigación de productos relevantes no sólo en términos productivos, sino también en función de su valor nutricional. Para ello, sugirieron priorizar la investigación en cultivos como el frijol y la soya, así como en la actividad ganadera, para aumentar la disponibilidad de proteína entre la población más pobre.

El CIAT creó el primer programa latinoamericano de frijol en 1974. Su principal objetivo fue promover el mejoramiento genético del frijol para aumentar su producción en América Latina. Para lograr esta meta, el programa propuso cuatro tareas. Primero, la creación de una colección de germoplasma. Segundo, la formación de una red de colaboración con los programas de frijol existentes en cada país latinoamericano, con el objetivo de brindar capacitación y entrenamiento a los científicos y técnicos nacionales. Tercero, la apertura de proyectos regionales de frijol en América Central, México y el Caribe, en Brasil y la Zona Andina, así como en diversos países de África. Y cuarto, el desarrollo de una red internacional de experimentación en nuevas variedades de frijol, con el objetivo de favorecer el intercambio genético entre países y evaluar el rendimiento de dichas variedades.

El proyecto regional de frijol para América Central, México y el Caribe surgió en 1978 con el nombre de PROFRIJOL (CIAT, 1980; Rodríguez, 1997). Bajo financiamiento del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), así como de la Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación (COSUDE), PROFRIJOL articuló una red internacional de mejoramiento varietal de frijol conformada por los programas nacionales de frijol de México, República Dominicana, Cuba y de los países de América Central. Al igual que el programa latinoamericano del CIAT, PROFRIJOL creó una red de experimentación de nuevas variedades para favorecer el intercambio genético entre los países y evaluar el rendimiento de las semillas. PROFRIJOL además apoyó la capacitación de investigadores y la divulgación de publicaciones científicas para productores de frijol y funcionarios de Extensión Agrícola en cada país.

Los resultados de PROFRIJOL fueron ambivalentes. En la década de 1980, a pesar de la crisis militar y económica en América Central, el programa contó con 23 investigadores especializados en mejoramiento varietal. Sin embargo, en la década de 1990 las condiciones económicas e institucionales cambiaron drásticamente en la región, debilitando los programas nacionales debido a los recortes de personal y presupuesto. En 1999, la red

contaba solo con cuatro investigadores expertos (Johnson, 2003: 260). En cuanto al mejoramiento varietal, entre 1978 y 1997 el programa desarrolló 81 variedades, de las cuales 56 fueron certificadas y puestas a disposición de los productores. Más del 80 por ciento de estas nuevas variedades provenían del programa de mejoramiento varietal del CIAT (Viana, 1987, 1996). A pesar de esto, la adopción de las variedades por parte de los productores fue parcial. En 1996, cerca del 44 por ciento de las tierras sembradas con frijol en América Central usaban variedades mejoradas. Mientras que en Costa Rica este porcentaje era de 85, en otros países como El Salvador y Nicaragua las nuevas variedades no lograron sustituir a las variedades autóctonas ("*criollas*"). Si bien es difícil de estimar el impacto de un programa de investigación de este tipo, los rendimientos por hectárea de frijol en América Central entre 1970 y 1990 crecieron apenas moderadamente, lo que, en términos agronómicos convencionales, pareciera evidenciar que el mejoramiento varietal en frijol tuvo un éxito limitado.

El fiasco de la proteína

El "fiasco de la proteína", evidenciado en el artículo de McLaren, reveló la caída de una narrativa poderosa y de alcance global. Sin embargo, a pesar de su contundencia, la crítica planteada por McLaren era técnica y apolítica. Por un lado, McLaren cuestionó dicha narrativa mediante una crítica al método, es decir, respecto al problema de establecer una correlación entre desnutrición, salud y el déficit de proteína, cuestionando si la carencia era más bien de calorías que de proteínas. Por otro lado, al afirmar que la desnutrición obedecía a causas como la pobreza, la ignorancia y la falta de higiene, subyacía la idea de que el "atraso nutricional" era el resultado del "atraso cultural" de los países pobres. En lugar de considerar la desnutrición como un problema causado por la desigualdad económica, este experto consideró que la desnutrición era provocada por problemas sociales asociados con dicho atraso, como la pobreza y la ignorancia (McLaren, 1974: 95). De este

modo, la desnutrición era producto de "enfermedades sociales" propias de sociedades subdesarrolladas.

Más allá de esto, la narrativa de la proteína desnudó las contradicciones de los organismos internacionales y los países ricos respecto al problema del hambre y la desnutrición en el Tercer Mundo. Para empezar, el llamado para aumentar el consumo de proteína estaba asociado con la noción de que las dietas óptimas eran aquellas compuestas por alimentos como la carne y la leche vacuna - dietas típicamente del Norte global -, debido a que las dietas tropicales adolecían de muchas carencias nutricionales. Mejorar estas dietas era un paso necesario para crear una dieta global, diseñada de acuerdo con parámetros occidentales. En segundo lugar, la preocupación por la nutrición evidenció los límites de la narrativa de la Revolución Verde, centrada en el aumento de la producción global de alimentos más que en su calidad nutricional. Focalizados en el mejoramiento varietal de trigo, maíz y arroz, los científicos y las instituciones que promovieron la Revolución Verde en el Tercer Mundo apenas brindaron atención a cultivos con alto contenido proteico, propios de las agriculturas tropicales más que de las templadas. Más cercanos a los expertos en política y economía, dichos científicos e instituciones rara vez dialogaron con los especialistas en nutrición.

En tercer lugar, el éxito de dicha narrativa - aunque duró solo dos décadas, debe recordarse - demostró el poder detrás de la construcción de una burocracia global, algo característico de la "era del Desarrollo". En torno a un concepto científico aún no consensuado, emergieron nuevas agencias y departamentos en organismos internacionales y gobiernos nacionales, se desarrollaron cientos de proyectos en todo el mundo y se invirtieron millones de dólares. En solo veinte años la narrativa de la proteína creó un enorme y complejo entramado institucional. Al igual que ocurrió con la Revolución Verde, este entramado institucional no era neutral y técnico, controlado por los científicos, sino más bien era un espacio de poder controlado por los políticos y los expertos en Desarrollo. Y, de la misma forma que ocurrió con las variedades de alta respuesta en arroz o trigo, la proteína fue asumida por

los países ricos como una herramienta geopolítica para contener la inestabilidad social y evitar la expansión del comunismo en el mundo rural. Debido a esta utilidad geopolítica, la proteína fue convertida en una panacea, capaz por sí sola de resolver el problema de la desnutrición en los países en desarrollo (Leblanc, 2023).

La Revolución Verde en el frijol

El fiasco de la proteína puede interpretarse como un fiasco de la Modernidad agrícola. La narrativa de la proteína se convirtió en una "visión de túnel" que centró su atención en la ingesta individual de proteína entre las poblaciones más pobres del planeta, ignorando la periferia del problema, caracterizada por la pobreza, la desigualdad y la concentración de la riqueza. Podríamos denominarla como la visión de túnel del déficit proteico. El fiasco de la proteína era, sin embargo, solo la punta del iceberg de un proceso más amplio situado en el Tercer Mundo: el nexo existente entre la desnutrición y el capitalismo. En América Central es posible evidenciar esta relación mediante dos procesos: primero, mediante el intento por adoptar la Revolución Verde en el cultivo de frijol con el objetivo de resolver el problema del déficit calórico-proteico, y segundo, mediante la coexistencia de dicha revolución con el proceso denominado como el "Ciclo de exportación de proteína animal".

La Revolución Verde en frijol en Centroamérica fue un proceso en contra de todas las posibilidades. En primer lugar, para los científicos era difícil desarrollar un "tipo ideal" de planta de frijol, como ocurrió en trigo o en arroz. El frijol es un producto con una amplia variedad genética, de formas, tamaños, sabores y colores distintos. Solamente incluyendo las variedades de consumo común en América Latina, un estudio encontró que, en la década de 1990, se consumían cerca de 50 clases distintas de frijol, seguramente genéticamente emparentadas entre sí, pero que los consumidores di-

ferenciaban por el color y el tamaño del grano, así como por su nombre popular (Schoonhoven; Voysest, en Corrales; Schwartz, 1994, p. 42-44). En segundo lugar, el frijol era sembrado en asociación con maíz, café y otros cultivos. Un estudio estimaba que, entre un 60 y 80 por ciento del frijol de América Latina, era cultivado en combinación con el maíz, preferentemente, bajo el sistema de la "*milpa*". En América Central - especialmente en Costa Rica y Nicaragua - existía incluso un sistema de cultivo que no necesitaba de la siembra convencional ni de la limpieza de los suelos. Este sistema era el "*Frijol tapado*", que consistía en lanzar las semillas sobre el suelo, encima de las hojas y ramas de los árboles que quedaban luego de la tala del bosque (Schoonhoven, 1994, p. 48-49).

En tercer lugar, el frijol era sembrado en tierras de ladera. Esto era un obstáculo para la mecanización, así como para la irrigación controlada. En América Central, el frijol era usualmente cultivado en suelos ácidos, erosionados y con deficiencias de nitrógeno (Schoonhoven, 1994, p. 56-57). Y, como se dijo antes, era cultivado por campesinos con pocos recursos económicos, como parte de un sistema de policultivo, en el que compartía espacio con una gran diversidad de cultivos. Ninguna de estas condiciones permitía la adopción del monocultivo. Por todo lo anterior, la fertilización química y el uso de plaguicidas eran prácticas poco frecuentes entre los productores. En cuarto lugar, era un cultivo afectado por una cantidad considerable de enfermedades y plagas. Según los expertos, existen más de 200 enfermedades y entre 200 y 450 plagas de insectos que tienen un impacto significativo en la producción (Schoonhoven, 1994, p. 48). En quinto lugar, la producción de frijol en América Central estaba concentrada en las laderas del Pacífico Seco, una región afectada continuamente por la sequía, lo que provocaba continuas crisis en las cosechas.

Los científicos justificaron la modernización del cultivo de frijol con el objetivo de aumentar los rendimientos por hectárea. Algunos expertos sugerían que había una crisis "crónica" en la producción del grano en Cen-

troamérica, algo que resultaba incomprensible, según estos, porque la región era uno de los focos de origen del grano, con una gran riqueza genética. Sin embargo, el argumento de los bajos rendimientos, tan característico del relato dominante de la Revolución Verde, no dejaba de tener poca consistencia considerando que era muy difícil calcular cuáles eran realmente dichos rendimientos. Debido a su origen campesino, el frijol era un cultivo mayoritariamente para el autoconsumo de la familia (o de la comunidad), sembrado en combinación con otros cultivos y utilizando semillas locales. Por lo anterior, el cálculo de su rendimiento no era algo fácilmente objetivable como podría serlo en el caso de una plantación de arroz manejada por empresarios o grandes productores, que llevaban la contabilidad de los costos de producción y ganancias. Basta decir que en muchas partes de América Central las medidas del rendimiento en frijol se hacían utilizando medidas de volumen (como "*cajuelas*" y "*fanegas*") y no de peso, como sí lo presentaban los censos agrícolas de la época.

El frijol y los ciclos de la proteína

Una mayor producción de frijol implicaba, en principio, una mayor disponibilidad de proteínas entre la población rural. Este era un argumento tan contradictorio como el anterior. Por una parte, esta premisa sugería que bajo el sistema tradicional de cultivo, el frijol no era capaz de ofrecer suficiente proteína (de origen vegetal). Esto contradecía lo que demostraron las encuestas: el frijol era la fuente principal de proteína en las zonas rurales (aún con "bajos rendimientos", según el criterio agronómico). En este sentido, era claro que los expertos desconocían las dietas locales y el papel que jugaba el frijol en platillos en combinación con el arroz o bien con la tortilla de maíz, entre otros. Por otra parte, el razonamiento de que el aumento de la productividad provocaría un aumento en el consumo de proteína no solo ignoraba dichas dietas locales, sino también contradecía principios básicos

de la economía relacionados con la elasticidad de la demanda. La Revolución Verde en frijol buscó aumentar la productividad ignorando no solo la dimensión agroecológica del cultivo, sino también su dimensión cultural y alimentaria.

La anterior es la primera base de la visión de túnel que caracterizó la narrativa de la proteína en América Central. La segunda base no está situada en la realidad de "finca", como la primera, sino más bien, está situada en la realidad del sistema agrario como un todo y, en particular, está relacionada con la dinámica de los flujos de proteína y el sistema alimentario. Nos explicamos. En Centroamérica había dos grandes flujos de proteínas para la época. El primer flujo era el del frijol, antes descrito, en el que se combinaba la producción del grano por parte de campesinos, con la inversión de capital y tecnología en el mejoramiento varietal del frijol por parte del CIAT y de los gobiernos nacionales. Este flujo, vital para el consumo de proteína para la población rural centroamericana, podríamos denominarlo como el "Ciclo de producción de proteína vegetal".

El segundo flujo era distinto, desde todo punto de vista, al del frijol: el "Ciclo de exportación de proteína animal". Este ciclo consistía en la exportación de carne vacuna a Estados Unidos desde América Central entre las décadas de 1960 y 1980. Desde 1960, América Central fue una exportadora neta de carne vacuna al mercado de Estados Unidos, pasando de vender unos 362 000 kilogramos de carne en 1957, a enviar cerca de 80 mil millones de kilogramos en 1980 (Williams, 1985, p. 204). Este negocio, con un volumen inicial de unos ocho millones de dólares en 1957, se convirtió en una actividad económica de gran escala, con exportaciones a Estados Unidos valoradas en unos 200 millones de dólares en 1980 (Williams, 19851992, p. 206). Como es conocido, el auge del mercado de las comidas rápidas en Estados Unidos, típico de las décadas de 1950 y 1960, incrementó sustancialmente la demanda de carne. Debido a la cuarentena por la *Fiebre aftosa*, establecida para los países productores de carne de América del Sur, la cuota

de exportación de carne desde América Central hacia Norteamérica aumentó en forma significativa.

La inversión pública y la ayuda financiera de Estados Unidos fueron vitales para fomentar este ciclo de exportación de carne vacuna. La Alianza para el Progreso y los gobiernos nacionales invirtieron en la construcción de carreteras y otras obras de infraestructura, facilitando el transporte de la producción de carne desde la zona rural hasta los puertos. De este modo, en dos décadas se creó una agroindustria de carne vacuna moderna, con casi una treintena de plantas de procesamiento distribuidas en toda América Central, con tecnología y sistemas de refrigeración que aseguraban la conservación de la calidad de la carne, así como las condiciones de inocuidad exigidas por el mercado estadunidense.

Este flujo de proteína de origen animal fue claramente un proceso extractivista en términos sociales y ambientales. Por una parte, fue un proceso que reveló las desigualdades socioeconómicas existentes en la región. Mientras que la exportación de carne vacuna hacia Estados Unidos crecía en forma extraordinaria, el consumo de carne vacuna en América Central se estancó o incluso bajó. Estudios estimaron que, entre las décadas de 1970 y 1980, hubo un descenso en el consumo per cápita de carne vacuna en América Central, pasando de 11,9 kilogramos a 10,2 kilogramos (Kaimowitz, 1996: 30-31). La reducción fue notoria en Guatemala y Nicaragua, pasando de 5,3 a 3,8 kilogramos y de 15,4 a 8,6 kilogramos, en el orden respectivo. Solo Costa Rica incrementó moderadamente su consumo: de 20,4 a 22,9 kilogramos por persona entre 1970 y 1980.

Por otra parte, este proceso exacerbó la concentración de tierras en la región, reservando aquellas mejores para los grandes ganaderos, desplazando a los campesinos a zonas de ladera con suelos erosionados, o expulsándolos a las ciudades. También puso de relieve la alianza entre los ganaderos, por un lado, y las élites políticas de los países, así como la banca pública y privada, por el otro. El crédito y la tecnología fueron recursos y bienes especialmente redirigidos hacia los primeros, a menudo, líderes o figuras de peso

cuando menos de las élites rurales. En términos ambientales, si bien otros factores fueron también contribuyentes, la expansión de los pastizales fue una causa sustancial de deforestación en América Central entre las décadas de 1960 y 1990. De 1950 a 1990, las áreas de pastizales en la región aumentaron de aproximadamente 3,5 millones de hectáreas a más de 9 millones en 1991, mientras que la población ganadera aumentó de alrededor de 4 millones a casi 10 millones durante el mismo período (Kaimowitz, 1996, p. 11-12). Al mismo tiempo, las tasas anuales de deforestación en los países de la región oscilaron entre 40 000 y 100 000 hectáreas anuales (Kaimowitz, 1996, p. 9-10).

Eran evidentes las diferencias entre el ciclo de producción de proteína vegetal y el ciclo de exportación de proteína animal. El ciclo del frijol operaba mediante una circulación continua de nutrientes y biomasa vegetal dentro de un área a pequeña escala, la finca campesina. Este ciclo estaba sustentado en la multifuncionalidad de la biomasa vegetal, que proporcionaba leña para cocinar y enriquecía el suelo con nutrientes. En la agricultura campesina, esta biomasa ofrecía sombra a los cultivos mediante el uso de plantas y árboles de musáceas. Los frutos de las musáceas servían de alimento para cerdos y cabras, lo que contribuía a la producción indirecta de proteína animal. Además, la planta de frijol aporta nitrógeno al suelo, lo que beneficia el cultivo de maíz. La proteína de frijol producida se destinaba principalmente al autoconsumo, a los mercados locales o a la venta en mercados urbanos dentro del propio país.

En contraste, el ciclo de exportación de proteína animal era un sistema de producción especializado y extractivo. La proteína animal se producía mediante el consumo de pastos provenientes principalmente de la deforestación. Estos pastos, a menudo compuestos por especies vegetales exóticas o mejoradas, ocupaban millones de hectáreas en América Central en las décadas de 1960 y 1970. A diferencia del sistema multifuncional del ciclo del frijol, la biomasa vegetal de este sistema tiene un único propósito: el engorde de animales. Debido a la deforestación, los costos ambientales de este ciclo

son elevados, al igual que los costos sociales derivados de la concentración de tierras. Las proteínas animales se extraían de las zonas rurales de América Central para alimentar a las clases medias o altas urbanas de la región o, con mayor frecuencia, a los consumidores estadounidenses en el extranjero.

La proteína y la Guerra Fría

La relación entre Revolución Verde y Guerra Fría ha llamado la atención de diversos historiadores desde la década de 1990. Autores como John H. Perkins (1997) y Nick Cullather (2013) han abordado esta cuestión en diferentes sentidos. Perkins propuso releer la historia de la Revolución Verde desde la perspectiva de la denominada *Population-National Security Theory*, conectando la Revolución Verde con la geopolítica de la Guerra Fría en Asia y América Latina, bajo el marco de la "explosión demográfica" y el problema del hambre en los países pobres. Cullather, por su parte, consideró a la Revolución Verde como parte de una nueva "cosmovisión" en torno al hambre y la pobreza surgida desde los países ricos; una cosmovisión sellada por la ideología del Desarrollo. En otro sentido, este autor también ha puesto atención en las relaciones entre la tecnología de la Revolución Verde y la política exterior de Estados Unidos durante la segunda mitad del siglo XX (Cullather, 2004). En esencia, en ambos casos, en Perkins tanto como en Cullather, los fertilizantes de origen industrial y las variedades de alta respuesta de trigo y arroz diseñadas durante la Revolución Verde fueron contemplados como herramientas geopolíticas utilizadas por Estados Unidos para contener la expansión del comunismo en el Tercer Mundo.

La crisis de la proteína en América Central calza bien con estas narrativas. No obstante, tiene dos elementos que la hacen particular respecto a los enfoques globales de Perkins y Cullather. Para empezar, la Revolución Verde en frijol ocurrió en esta región durante el auge de la guerra civil en El Salvador, Guatemala y Nicaragua, y en forma indirecta en Honduras, Costa Rica y Panamá. La guerra civil es un factor determinante para comprender, a su

vez, dos cuestiones: primero, el hecho de que el proceso de modernización del cultivo de frijol se desarrollara en zonas en las que se entrecruzaban campesinos, guerrilleros y ejércitos estatales. Es decir, los campos de cultivo eran, en muchas ocasiones, al mismo tiempo campos de batalla. Aunque no hemos profundizado sobre ello en las fuentes, esto supuso una gran complicación logística para el avance del proceso de tecnificación del grano. Segundo, especialmente para el caso de El Salvador y Guatemala, la guerra civil fue una coyuntura en la que Estados Unidos utilizó la ayuda alimentaria como una herramienta de negociación política con los gobiernos nacionales. Entre las décadas de 1970 y 1980, América Central fue una de las más importantes regiones receptoras de los programas alimentarios PL 480, de origen estadounidense, los cuales incluían no solamente la donación (o venta bajo precios blandos) de cereales, sino también de alimentos con alto contenido proteico como la leche en polvo, entre otros. Guatemala, pero, sobre todo, El Salvador, destacaron como países receptores de esta ayuda (Garst; Barry, 1990). Un caso local de esta instrumentalización política de los alimentos durante la guerra civil fue el programa "Fusiles y frijoles", establecido por el régimen de Efraín Ríos Montt en Guatemala (1982-1983) para combatir la insurgencia a través del suministro controlado de alimentos a la población campesina y su concentración en aldeas vigiladas por el ejército.

Cullather relacionó la Revolución Verde con la ideología de la modernización y del Desarrollo internacional. En el caso de América Central, una relación todavía más directa y concreta es posible establecer entre la Revolución Verde en frijol y la noción de la productividad agrícola y del trabajo humano en particular. Para los científicos vinculados con el mejoramiento varietal del frijol, el déficit nutricional en América Central no era sólo un problema de salud pública, sino también era uno que afectaba a la mano de obra en la agricultura, esto es, su productividad. Entre las décadas de 1970 y 1980, se publicaron libros y artículos científicos que analizaban el impacto que tenía la desnutrición sobre el desarrollo agrícola y, en particular, sobre

el rendimiento físico de trabajadores rurales en el Tercer Mundo. Así, el libro *Nutrition and Agricultural Development. Significance and Potential for the Tropics* (Scrimshaw y Behar, 1976) surgió de un simposio realizado en Guatemala en 1974. En este simposio participaron expertos en nutrición y desarrollo agrícola, provenientes de universidades estadunidenses y organismos como FAO, INCAP, Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo (CYMMIT) y CIAT, entre otros (Scrimshaw; Behar, 1976). Entre los participantes en dicho simposio sobresalían nombres asociados con la Revolución Verde y la investigación en frijol como Lester R. Brown, Robert F. Chandler, Antonio M. Pinchinat y Lewis M. Roberts, además de investigadores de programas de nutrición en América Central como Marina Flores, Leonardo Mata y Fernando E. Viteri. En esta misma coyuntura, científicos del INCAP, junto con académicos estadunidenses, realizaron estudios de campo en Guatemala con el propósito de estimar el efecto del estado nutricional y de la ingesta calórica sobre el rendimiento diario de trabajadores rurales (Viteri, 1976, p. 87-98; Immink, 1986, p. 247-259).

Comentarios finales

Más que una crisis o una brecha de la proteína, en América Central imperó una aparente paradoja de la proteína. Por una parte, el CIAT y los gobiernos nacionales asumieron esfuerzos cuantiosos, institucionales y financieros, para aumentar la disponibilidad de proteína vegetal entre la población más empobrecida. Estos esfuerzos públicos, que bregaban contra el contexto de guerra y crisis política en América Central en las décadas de 1970 y 1980, se llevaban a cabo mientras ocurría una agresiva extracción privada de proteína de origen animal en los campos de la región; una producción de carne vacuna que concentraba tierras, sacrificaba bosques y consumía altos volúmenes de tejido vegetal para producir proteína animal que era exportada a los Estados Unidos en su mayor parte. Por otra parte, la Revolución Verde en frijol buscaba especializar y tecnificar un cultivo que había

demostrado su capacidad para suministrar proteína de origen vegetal a la población, como lo demostraban las encuestas mismas de nutrición del INCAP. La idea de aumentar su productividad para aumentar la disponibilidad proteica cargaba sobre el cultivo la responsabilidad de resolver una inequidad social y alimentaria que no le atañía: el desigual consumo de carne entre las clases sociales de América Central.

La premisa de la paradoja pierde fuerza, sin embargo, desde la perspectiva de la dinámica del capitalismo. En primer lugar, las instituciones y los gobiernos nacionales tenían que responsabilizarse por resolver el déficit proteico mediante la modernización del cultivo del frijol, de la distribución de alimentos fortificados o de productos como INCAPARINA. Era inviable pensar en democratizar el consumo de proteína animal entre las clases sociales de la región, toda vez que esta proteína estaba contenida en una de las mercancías más valoradas en el siglo XX alimentario: la carne vacuna. Ganaderos, terratenientes, clases medias y altas en Estados Unidos y América Central sustentaban sus negocios, su consumo y su salud alrededor de este bien. En segundo lugar, además de evitar la inestabilidad social en el marco de la Guerra Fría y de la contención del comunismo en América Central, la proteína vegetal tenía una tarea aún más ambiciosa: nada menos que mantener altamente productiva la mano de obra, la mercancía mejor apreciada por el capitalismo. No había en realidad una paradoja, sino una instrumentalización económica de la proteína.

Referencias

BÉHAR, Moisés. Reflections on the legacy of INCAP. **Food Nutr Bull**, mar.; v. 31, n. 1 2010, p. 173-175, 2010. DOI: 10.1177/156482651003100117.

BROWN, Lester. **By bread alone**. United States: Pergamon Press, [1974], 1975.

CARPENTER, Kenneth J. The history of enthusiasm for protein. **J Nutr**, jul.; v. 116, n. 7, p. 1364-1370, 1986. DOI: 10.1093/jn/116.7.1364.

CENTRO Internacional de Agricultura Tropical. **Programa frijol**: Informe anual de 1978. Cali, Colombia, 1978.

CENTRO Internacional de Agricultura Tropical. **Programa frijol**: Informe anual de 1980. Cali, Colombia, 1980.

CENTRO Internacional de Agricultura Tropical. **Informe anual 1984**: Programa frijol. Cali, Colombia, 1984.

CENTRO Internacional de Agricultura Tropical. **Informe anual 1983**: Programa frijol. Cali, Colombia, 1983.

CHANDLER, Robert. **Rice in the Tropics**: a guide to the development of national programs. Colorado: Westview Press, 1979.

CULLATHER, Nick. **The hungry World**: America's Cold War Battle against poverty in Asia. Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

CULLATHER, Nick. Miracles of modernization: the green revolution and the apotheosis of technology. **Diplomatic History**, v. 28, issue 2, p. 227-254, 2004. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-7709.2004.00407.x

CURRY, Helen A.; LOREK, Timothy W. (ed). **Agricultural science as international development**: historical perspectives on the CGIAR Era. Cambridge University Press, 2024.

GARST, R.; BARRY, T. **Feeding the crisis**: U.S. food aid and farm policy in Central America. Lincoln: University of Nebraska Press, 1990.

GUERRA-BORGES, Alfredo. El desarrollo económico. *In*: PÉREZ, H. **Historia General de América Central**.: de la posguerra a la crisis (1945-1979) (p. 32-34). Madrid: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 32-34, 1993.

GUTIÉRREZ, Uriel *et al*. Situación del cultivo de frijol en América Latina. Cali, Colombia, 1975.

INCAP. **Nutritional evaluation of the population of Central America and Panama**: regional summary. Guatemala: Instituto de Nutrición de Centroamérica y Panamá, 1971.

IMMINK, Maarten D. C. *et al*. Energy supplementation and productivity of Guatemalan sugar-cane cutters: a longitudinal approach". **Arch Latinoam Nutr**, v. 36, n. 2, p. 247-59, 1986.

JENNINGS, Peter. Plant type as a rice breeding objective, **Crop Science**, v. 4, p. 13-15, 1964.

JOHNSON, N. L. *et al*. The impact of CIAT′s genetic improvement research on beans. *In*: R. Evenson; D. Gollin. **Crop variety improvement and its effect on productivity**: the impact of international agricultural research (p. 257-274). Cambridge: CABI Publishing, 2003.

KAIMOWITZ, David. **Livestock and deforestation in central america in the 1980s and 1990s**: a policy perspective. Indonesia: Center for International Forestry Research, 1996.

LEBLANC, Hannah. The protein gap: the rise and fall of a charismatic nutrient in international public health. **Bull Hist Med**, v. 97, n. 4, 2023, p. 585-613. DOI: 10.1353/bhm.2023.a922708. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38588117/. Acesso em: 20 ago. 2026.

MCLAREN, Donald. The great protein fiasco. **The Lancet**, v. 304, n. 7872, p. 93-96, 1974.

PERKINS, John H. **Geopolitics and the green revolution**: wheat, genes and the Cold War. New York, Oxford University Press, 1997.

PINCHINAT, Antonio M. El PCCMC y el fomento del cultivo de frijol en Centroamérica. *In*: PCCMCA. **Frijol**: XIV Reunión Anual (p. 63-70). Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura: Tegucigalpa, Honduras, 1968.

POLANYI, Karl. **The great transformation**: the political and economic origins of our time. Boston, Massachusetts: Beacon Press, [1994], 2001.

ROBERTS, Lewis. **The food legumes**: recommendations for expansion and acceleration of research to increase production of certain of these high-protein crops. 1970.

ROBERTS, Lewis; HARDIN, Lowell. A proposal for creating an international institute for agricultural research and training to serve the lowland tropical regions of the Americas. 1966.

RODRÍGUEZ, Rafael. Evolución e integración de la investigación del frijol en América Central, México y el Caribe: PROFRIJOL". *In*: S. P. Singh y O. Voysest (ed.). **Taller de mejoramiento de frijol para el siglo XXI:** Bases para una estrategia para América Latina. CIAT: Cali, Colombia, 531-546, 1997.

SCHOONHOVEN, Aart van; VOYSEST, Oswaldo. El frijol común en América Latina, y sus limitaciones. *In*: Marcial Pastor-Corrales and Howard F. Schwartz (ed.). **Problemas de producción del frijol en los Trópicos** (Cali, Colombia: CIAT), 39-66, on 42-44, 1994.

SCOBIE, Grant M. *et al*. **Production and consumption of dry beans and their role in protein nutrition**: a review. Cali, Colombia: Centro Internacional de Agricultura Tropical, 1974.

SCRIMSHAW, Nevin S. History and early development of INCAP. **J Nutr.**; feb.; v. 140, n. 2, p. 394-396, 2010. DOI: 10.3945/jn.109.114694. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20032486/. Acesso em: 20 ago. 2026.

SCRIMSHAW, N.; BEHAR, M. **Nutrition and agricultural development**: significance and potential for the Tropics. New York: Plenum Press, 1976.

SEMBA, Richard. The rise and fall of protein malnutrition in global health. **Annals of Nutrition and Metabolism**, v. 69, n. 2, p. 79-88, 2016.

TELLER, Charles *et al*. **Desnutrición, población, desarrollo social y económico**: hacia un marco de referencia. Guatemala: Instituto de Nutrición de Centro América y Panamá, 1980.

UNITED Nations. **International action to avert the impending protein crisis**: feeding the expanding world population. Report to the Economic and Social Council of the Advisory Committee on the Application of Science and Technology to Development. Nueva York: United Nations, 1968.

VITERI, F. Definition of the nutrition problem in the labor force. *In*: N. SCRIMSHAW y M. Behar, **Nutrition and Agricultural Development. Significance and Potential for the Tropics** (pp. 87-98). New York: Plenum Press, 1976.

VOYSEST, Oswaldo. **Intercambio de germoplasma dentro de la red de frijol**. Cali, Colombia: Centro Internacional de Agricultura Tropical, 1983.

WATERLOW, J. C.; PAYNE, P. R. The protein gap. **Nature**, v. 258, p. 113-117, 1975. DOI: https://doi.org/10.1038/258113a0. Disponível em: https://www.nature.com/articles/258113a0. Acesso em: 20 ago. 2026.

WILLIAMS, Cicely D. Kwashiorkor; a nutritional disease of children associated with a maize diet. **The Lancet**, v. 226, Issue 5855, p. 1151-1152, 1935.

WILLIAMS, Robert. **Export agriculture and the crisis in Central America.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1985.

Sobre os autores

Adrián Gustavo Zarrilli graduou-se como licenciado e professor de história pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP- Argentina), instituição onde também concluiu o seu doutorado na mesma disciplina, expandindo suas pesquisas no cenário internacional. Sua principal vinculação institucional científica é como investigador independente do prestigiado Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), órgão no qual se dedica ao estudo das transições socioecológicas, exploração capitalista e história florestal, com especial ênfase na região do Gran Chaco. No âmbito da docência, atua como professor titular de história argentina na Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), exercendo ainda a função de diretor da Diplomatura de Ciências Sociais na UNQ; nesta instituição tem papel ativo na Centro de Estudios Argentina Rural e na *Revista Estudios Rurales*, da qual já foi editor. Entre as associações que o têm como membro ativo e que presidiou, está a Sociedad de Historia Ambiental de América Latina y Caribe (Solcha).

Agustín Juncal é técnico em relações laborais (2009), bacharel em Sociologia (2012) e mestre em História Política (2017) pela Universidade da República (Udelar) do Uruguai; doutor em História (2022) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Anteriormente, atuou como docente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, tanto no Departamento de Sociologia quanto na área de História Política do Departamento de Ciência Política. Atualmente, trabalha como docente no Grupo Disciplinar de Sociologia Rural (em Regime de Dedicação Exclusiva) do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Agronomia da Universidade da República. Além disso, é integrante do Sistema Nacional de Investigadores (SNI) do Uruguai. Suas principais linhas de pesquisa relacionam sociologia rural e história agrária, áreas nas quais possui várias publicações em revistas arbitradas e capítulos de livros. Coordenador do Grupo de Trabalho CLACSO Histórias agrárias: desafios presentes e futuros para as disputas de terra e trabalho – Uruguai.

Emmanuel Cicirello é licenciado em História pela Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), onde obteve a Menção em História e a Medalha de Ouro de melhor média geral (2018), e cursa o doutorado em Desenvolvimento Econômico na mesma instituição. Atua como bolsista de doutorado do CONICET e integrante do Centro de Estudos da Argentina Rural (CEAR-UNQ), onde participa de atividades de pesquisa, docência, extensão e divulgação científica vinculadas ao estudo histórico do agro argentino e suas transformações territoriais. Sua tese de doutorado é intitulada "A gênese da transformação produtiva e tecnológica da vitivinicultura mendocina. Em busca de um vinho de qualidade (1960-1990)" e examina os processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P+D+I) na vitivinicultura de Mendoza durante a transição para os novos paradigmas de qualidade. Sua pesquisa se inscreve na interseção entre a história econômica e os estudos sobre inovação tecnológica, orientada a analisar como os processos de modernização agroindustrial incidiram na configuração desigual do território argentino. No âmbito docente, atua como professor de história em instituições de ensino médio e realiza atividades de extensão e transferência. Publicou diversos artigos em revistas nacionais e internacionais. Entre suas contribuições recentes, destacam-se "Entre a qualidade e a quantidade vitivinícola: um modelo de desenvolvimento econômico desigual para Mendoza (1960-1990)" em As formas das desigualdades socioterritoriais na Argentina, Prohistoria, 2024 e "Controvérsias em torno das origens da reconversão vitivinícola (1960-1990)" em Saúde, ambiente e desigualdades, Teseo, 2025.

Débora Franco Lerrer é professora associada e coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Realizou doutorado em Ciências Sociais no CPDA/UFRRJ. Ao longo de sua qualificação, ela realizou um estágio sanduíche na prestigiada École des Hautes Études de Sciences Sociales, em Paris, e mais tarde concluiu o pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Suas investigações científicas concentram-se na área da sociologia rural, com especial ênfase em temas como os conflitos no campo, a questão agrária no Brasil, o agronegócio, as mediações jornalísticas e a educação superior no campo. Grande parte de seu trabalho acompanha de perto a dinâmica e a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa dedicação intelectual resultou na publicação de: *MST: Como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste.*

Felipe de Melo Alvarenga é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, ele atua como professor adjunto do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Suas principais linhas de investigação concentram-se no âmbito da História Social, com foco na História Social da Propriedade, História do Trabalho, do Campesinato e no período do Pós-Abolição no Brasil. Possui pesquisas voltadas para a análise dos movimentos de luta pela terra e conflitos de propriedade nos séculos XIX e XX, acumulando publicações relevantes na área, incluindo o livro premiado *Terra e trabalho na crise do corredor cafeeiro*.

Gabriel Oyhantçabal Benelli: Montevidéu, Uruguai, 1984. Trabalha como professor adjunto em regime de dedicação total no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Agronomia, Universidade da República (Udelar), do Uruguai. Investigador Nível 1 do Sistema Nacional de Investigadores (SNI) do Uruguai desde 2022. Engenheiro-agrônomo (2010) e mestre em Ciências Agrárias opção Ciências Sociais (2014) pela Udelar (Uruguai), e doutor em Estudos Latino-Americanos (2019) por la UNAM (México). Investiga temas que estão na interseção entre a crítica da economia política e a sociologia rural, com especial interesse sobre a acumulação de capital no agro, classes sociais e renda da terra no Uruguai e na América Latina. Nos últimos quatro anos, liderou projetos de pesquisa financiados sobre latifundiários agrários no Uruguai (CSIC 2020, ANII 2024) e sobre a expansão da fronteira de commodities dinamizada por capitais regionais no Chaco paraguaio (ANII 2022).

Juan Manuel Cerdá é doutor pela Universidade Nacional de Quilmes, com menção em Ciências Sociais e Humanas (2010), e professor de história pela Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata. Atualmente é investigador independente do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet) e do Centro de Estudos da Argentina Rural da Universidade Nacional de Quilmes. É docente de graduação e pós-graduação nessa mesma universidade e já ministrou cursos de pós-graduação em universidades do México e do Uruguai. Além disso, proferiu diferentes conferências em universida-

des da França, Espanha, México e Argentina. Seus temas de investigação estão relacionados com a história econômica e social da Argentina. Estuda o desenvolvimento do setor vitivinícola argentino e as condições de vida em torno de tal setor a partir de uma perspectiva histórica. Em particular, explora a relação entre sociedade e natureza, concentrando-se em temas relacionados com o desenvolvimento rural e a sustentabilidade, a expansão da fronteira vitivinícola, entre outros temas.

Karen Souza da Silva é doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e pela Universidad Nacional de Quilmes (UNQ / CEAR – Centro de Estudios de la Argentina Rural). É mestre em História também pelo PPGH-UFF e possui dupla graduação, sendo bacharel em Jornalismo e em História. É bolsista da Fundação Volkswagen. Sua produção acadêmica e suas publicações concentram-se na área de História Agrária, atuando também como especialista em Divulgação Científica.

María Fernanda Barcos é doutora em História pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP), na Argentina. É pesquisadora do Conicet e professora da UNLP. Especializada na história agrária e econômica do século XIX, preside a Associação Argentina de História Econômica (AAHE). Atua no Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS) do Conicet. Foi diretora da revista *Mundo Agrario* (2017-2023) e integra a Junta Diretiva da Sociedad de Estudios de Historia Agraria en España (SEHA). Concentra-se nos aspectos políticos, sociais e econômicos da região dos pampas e na campanha de Buenos Aires, abordando temas como direitos de propriedade, formação de povoados, secessão e unificação territorial. Investigador Formado Independiente Conicet con lugar de trabajo en CHAyA. Categoría III en el sistema nacional de docentes-investigadores (SPU) Categoría DI2 en el sistema de categorización de docentes-investigadores de la UNLP (SICADI).

María Verónica Secreto María Verónica Secreto é professora titular no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua carreira destaca-se pela sólida trajetória na pesquisa acadêmica, com enfoque comparativo entre a história do Brasil e a da América Latina. Possui graduação em História pela Universidad Nacional de Mar del Plata (Argentina) e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas áreas de especialização abrangem história agrária, propriedade da terra, história ambiental, do

trabalho e da escravidão, focando o tráfico ilegal e o estatuto jurídico dos escravizados. É autora e organizadora de livros relevantes, como *Negros em Buenos Aires* (2012), *Territórios ao Sul* (2017), *O sul do Sul* (2022) e *História, como se faz?* (2023). Bolsista do CNPq e da Faperj.

Mariana Albuquerque Dantas é professora do Departamento de História da UFRPE, tem mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. A tese foi premiada em 2015 pelo Arquivo Nacional, sendo publicada em 2018 com o título *Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848*. Faz parte da coordenação do GT Índios na História da Anpuh-Brasil, biênio 2021-2023. Atualmente desenvolve pesquisas sobre participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro e disputas fundiárias em torno de aldeamentos ao longo do século XIX.

Norberto Ferreras é professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ele possui graduação na Argentina e doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É reconhecido pela sua pesquisa de excelência, atuando como bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq e como cientista do Nosso Estado pela Faperj. Suas investigações integram a perspectiva da História Global e da História Social do Trabalho, concentrando-se em temas como as várias formas de trabalho compulsório, a atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as desigualdades em perspectiva temporal. Entre seus livros mais recentes destacam-se: *Escravidão e trabalho forçado: das abolições do século XIX às abolições contemporâneas* (Editora Mauad X); *As várias formas de trabalho no Brasil: entre a coerção e a liberdade* (Fino Traço Editora); *La OIT y los países del Cono Sur en el período de Entreguerras* (Montevideo), entre outros.

Pablo Volkind é professor e doutor em História pela UBA. Atua como professor adjunto regular responsável por História Social Geral (FFyL-UBA) e História Econômica e Social Argentina (FCE-UBA), além de chefe de trabalhos práticos de história argentina III (FFyL-UBA). Ministra cursos de pós-graduação sobre história latino-americana e faz parte da Comissão Diretiva do Mestrado em Estudos Culturais da América Latina (FFyL-UBA). É diretor do Programa de Pesquisas sobre História Agrária (FCE-UBA) e do Projeto UBACyT "A questão da posse da terra na Argentina: problemas e perspectivas em disputa (século XX-XXI)" da programação científica 2023-2026 (FCE-UBA). Contribuiu com artigos e capítulos de

livros, nacionais e estrangeiros, que abordam problemas agrários, como as disputas em torno da terra, a dinâmica da estrutura social, as mudanças tecnológicas, os conflitos operários e camponeses, o papel do capital estrangeiro e a influência das organizações de esquerda no ambiente rural. Coordena o Grupo de Trabalho CLACSO Histórias agrárias: desafios presentes e futuros para as disputas de terra e trabalho. Diretor do *Programa de Investigaciones sobre Historia Agraria* Facultad de Ciencias Económicas – UBA.

Maria Sarita Mota possui uma sólida trajetória acadêmica construída entre o Brasil e Portugal, com foco nas áreas de história social, história agrária, ambiental e jurídica. Graduada com bacharelado e licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ela também concluiu seu mestrado em Ciências Sociais na mesma instituição, direcionando seus estudos para a área de Estudos Urbanos. Em 2009 obteve o título de doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), com uma tese dedicada à análise de conflitos fundiários, posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Complementando sua formação na Europa, teve seu título de doutorado em História Moderna e Contemporânea reconhecido por equivalência junto ao Instituto Universitário de Lisboa (Iscte). Ela atua como investigadora integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), em Lisboa, integrando a linha de pesquisa de dinâmicas históricas e integração global. Paralelamente, desenvolve atividades no Brasil como pesquisadora visitante na Universidade Federal Fluminense (UFF), com o apoio de uma bolsa da Faperj para o período de 2024 a 2026. Suas principais investigações e especialidades concentram-se na história social da propriedade, nas relações de poder e território, nas dinâmicas de conflitos no meio rural luso-atlântico e na história da administração da justiça.

Vanderlei Vazelesk Ribeiro é professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Dedica-se há duas décadas ao estudo comparado das realidades agrárias do Brasil e outros países do continente: mais especificamente Argentina, Peru e Chile. Organizou, sempre em parceria com professoras de outras universidades, sete encontros sul-americanos de estudos rurais, dos quais quatro resultaram em publicações de livros. Sua tese de doutorado foi publicada na Argentina sob o título *Cuestiones agrarias en el varguismo*

y el peronismo, pela prestigiosa editora universitária UNQ. Possui vários artigos publicados no Brasil; Argentina e Chile são suas matérias de interesse. Bolsista do CNPq.

Wilson Picado-Umaña é professor da Faculdade de História da Universidade Nacional da Costa Rica. Foi presidente da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (Solcha, 2018-2021) e membro do conselho editorial de periódicos na Espanha, México, Equador e Costa Rica. É membro do conselho editorial da revista *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña* (Halac, Brasil) e da equipe editorial da *Hispanic American Historical Review* (2023-2027).

Sobre o projeto

O Encontro Sul-americano de Estudos Agrários e Rurais é um evento científico realizado desde 2011, tendo periodização bianual e alternância de sede entre o Brasil e algum outro país da América Latina. Reúne pesquisadores do mundo rural, principalmente na área de história. Ele foi realizado em 2011 (Rio de Janeiro-Brasil); 2013 (Bernal-Argentina); 2016 (Niterói-Rio de Janeiro-Brasil); 2018 (Lima-Peru); 2021 (Niterói-Brasil); 2023 (Montevidéu-Uruguai) e 2025, no Brasil, na Universidade Federal Fluminense.

O mundo rural contemporâneo nos desafia com sua metamorfose, colocando diante de nós novos problemas: econômicos, ambientais, sociais, territoriais, de governabilidade e culturais sobre os quais o Encontro busca refletir, criando sinergia entre pesquisas e pesquisadores.

O Encontro Sul-americano de Estudos Agrários e Rurais é mais que um evento científico, é uma rede de pesquisadores. Desse modo, este livro não é a publicação das "atas do congresso", senão a dos resultados de pesquisas que tiveram, no Encontro, um dos espaços de discussão e amadurecimento.

Desde a primeira edição, todas as edições que aconteceram no Brasil tiveram o apoio da Capes, através do Edital PAEP e da Faperj, através do Programa de Apoio à Organização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação no Estado do Rio de Janeiro.

Esta obra foi composta em fonte EB Garamond, Antonio e Oswald
para a editora Debulhar em outubro de 2026.